



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1256

Terça-feira - 11 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	2
Bom Retiro	10
Braço do Trombudo	13
Caçador	62
Camboriú	73
Campo Alegre	101
Canoinhas	103
Capinzal	149
Catanduvas	150
Chapadão do Lageado	153
Concórdia	154
Cordilheira Alta	160
Coronel Freitas	217
Coronel Martins	217
Corupá	219
Curitibanos	224
Ermo	226
Forquilha	226
Fraiburgo	229
Garopaba	233
Garuva	238
Gaspar	238
Guaramirim	239
Imbituba	239
Ipumirim	240
Irineópolis	241
Itapiranga	241
Itapoá	242
Joaçaba	243
Lauro Muller	246
Lebon Regis	247
Leoberto Leal	247
Lindóia do Sul	248
Luzerna	248
Macieira	275
Meleiro	276
Morro da Fumaça	277
Navegantes	277
Nova Trento	318
Orleans	320
Palhoça	320
Paulo Lopes	327
Pescaria Brava	328
Porto Belo	330
Porto União	330
Rio do Sul	330
Santa Rosa do Sul	381
São Bento do Sul	384

São Domingos	391
São João do Sul	392
São José	393
São Lourenço do Oeste	400
Schroeder	400
Serra Alta	408
Timbó	408
Tunápolis	410
Vidal Ramos	413
Videira	413
Vitor Meireles	422

Consórcios

AGIR	422
CIS/AMUNESC	423
CITMAR	424

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N° 288/2013

PORTARIA N° 288/2013

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, o servidor, VALERIO CARDOSO, do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 12 de junho de 2013, pelo término de seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de junho de 2013.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria Nº 289/2013

PORTARIA Nº 289/2013

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, o servidor, NATALINO JOÃO WEBER, do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 12 de junho de 2013, pelo término de seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de junho de 2013.

Portaria Nº 290/2013

PORTARIA Nº 290/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 002/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, servidor VALERIO CARDOSO, para o Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 13 de junho de 2013 a 12 de junho de 2014, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de junho de 2013.

Portaria Nº 291/2013

PORTARIA Nº 291/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 002/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, servidor NATALINO JOÃO WEBER, para o Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 13 de junho de 2013 a 12 de junho de 2014, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de junho de 2013.

Portaria Nº 292/2013

PORTARIA Nº 292/2013

Concede Insalubridade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor ACT, VALERIO CARDOSO, a partir de 13 de junho de 2013, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de junho de 2013.

Portaria Nº 293/2013

PORTARIA Nº 293/2013

Concede Insalubridade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor ACT, NATALINO JOÃO WEBER, a partir de 13 de junho de 2013, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de junho de 2013.

Biguaçu**PREFEITURA****Portaria Nº 1821 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1821 de 05 de junho de 2013

ERRATA:

Na portaria 1812/2013, de demissão do servidor Angélica Claudete Silvano de Souza, ocorreu um equívoco quanto à data de demissão.

Portaria 1812 de 05 de junho de 2013:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Angélica Claudete Silvano de

Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Angélica Claudete Silvano de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Contrato Número 10.096/2013 - PP 38/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.096/2013
PROCESSO: PP 38/2013 - FMS
OBJETO: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE

Contratado: M MÓBILE EIRELI ME.

Valor: R\$ 27.164,50 (VINTE E SETE MIL CENTO E SESSENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BIGUAÇU SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato Nº: 283/2013 Contratante: fundacao municipal do meio ambiente biguacu-famabi Contratada: GEOVANI LUIZ MARQUES ME Valor: 1520,00 (um mil quinhentos e vinte reais) Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 10/2013 - FAMABI Objeto: aquisição de gps e máquinas fotográficas para os técnicos ambientais da famabi

Contrato Nº: 284/2013 Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUACU-FAMABI Contratada: CENTRAL DO EPI COM DE EQUIP DE SEG LTDA ME Valor: 1959,80 (um mil novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos) Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 11/2013 - FAMABI Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E UNIFORMES DE SEGURANÇA INDIVIDUAL PARA O PESSOAL DO GALPÃO DE RECICLAGEM

Contrato Nº: 282/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA Valor: 59900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2013 - FMA Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MOTO NIVELADORA, COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES NA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS NA ÁREA RURAL NO MUNICÍPIO Biguaçu, 7 de Junho de 2013

Contrato Nº: 285/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: ACT COMERCIO E SERVICOS LTDA ME Valor: 7057,90 (sete mil e cinquenta e sete reais e noventa centavos) Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 14/2013- FMA Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E OBRAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E SEGURANÇA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 286/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: GEZIANE CUNHA FURLAN ME Valor: 11836,68 (onze mil oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos) Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 14/2013- FMA Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E OBRAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E SEGURANÇA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 287/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME Valor: 3784,65 (três mil setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 14/2013- FMA Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E OBRAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E SEGURANÇA

Contrato Nº: 288/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: VALDELI CECILIO DOS SANTOS ME Valor: 18794,90 (dezoito mil setecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 14/2013- FMA Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E OBRAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E SEGURANÇA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 298/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: COOPAFABI - COOPERTIVA DE PROD AGROIND FAMILIAR DE Valor: 242172,00 (duzentos e quarenta e dois mil cento e setenta e dois reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº: 12/2013- FMA Objeto: CONCESSÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E TODOS OS EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS DO FRIGORÍFICO MUNICIPAL MAURO FRANSCISCO FERNANDES, LOCALIZADO NA REGIÃO DA FAZENDINHA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 321/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: DINASTIA DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME Valor: 9708,00 (nove mil setecentos e oito reais) Vigência: Início: 23/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 17/2013- FMA Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E PROTETOR SOLAR PARA USO DOS FUNCIONARIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 322/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: GEÓRGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME Valor: 1150,00 (um mil cento e cinquenta reais) Vigência: Início: 23/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 17/2013- FMA Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E PROTETOR SOLAR PARA USO DOS FUNCIONARIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Contrato Nº: 445-3/2011 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV RURAL DE BIGUACU Contratada: PAEMI COMERCIAL E DISTR LTDA EPP Valor: 17728,89 (dezessete mil setecentos

e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 02/11/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 220/2011- FMA 207133900000000000 (7) Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ALMOÇO E CAFÉ DA MANHÃ, DE ACORDO COM CARDÁPIO EM ANEXO, PARA OS FUNCIONÁRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 299/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BIGUACU Contratada: GRAZIELA DA ROSA VIEIRA ATAIDE Valor: 16320,00 (dezesesseis mil trezentos e vinte reais) Vigência: Início: 16/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2013 - FMAS Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATUAR NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADÚNICO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 300/2013 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BIGUACU Contratada: THAIS DA SILVA AMADO Valor: 16320,00 (dezesesseis mil trezentos e vinte reais) Vigência: Início: 16/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2013- FMAS Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATUAR NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADÚNICO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 445-3/2011 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BIGUACU Contratada: PAEMI COMERCIAL E DISTR LTDA EPP Valor: 3737,44 (três mil setecentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 02/11/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 220/2011- FMAS 205333900000000000 (26) Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ALMOÇO E CAFÉ DA MANHÃ, DE ACORDO COM CARDÁPIO EM ANEXO, PARA OS FUNCIONÁRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 342-1/2012 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BIGUACU Contratada: ACAO SOCIAL SAO JOAO EVANGELISTA Valor: 8873,13 (oito mil oitocentos e setenta e três reais e treze centavos) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 28/05/2014 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 43/2012- FMAS Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA NO CENTRO ADMINISTRATIVO DE BIGUAÇU LOCALIZADA NA RUA LUCIO BORN Nº 12, EDIFÍCIO SÃO JOÃO EVANGELISTA NO SEGUNDO ANDAR (SALA 209), PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contrato Nº: 260/2013 Contratante: FUNREBOM BIGUACU Contratada: IDEAL SEG COM DE EQUIP E SERV DE SEGURANÇA LTDA Valor: 1687,00 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 8/2013 - FUNREBOM Objeto: AQUISIÇÃO DE OXÍMETRO DIGITAL DE PULSO PORTÁTIL PARA A VTR AMBULÂNCIA, DESTA UNIDADE DE BOMBEIROS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 297/2013 Contratante: FUNREBOM BIGUACU Contratada: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP Valor: 2000,00 (dois mil reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 7/2013 - FUNREBOM Objeto: AQUISIÇÃO DE TV DE LED 32", COM SUPORTE, PARA A SALA DA CENTRAL TELEFÔNICA DA COMPANHIA DE BOMBEIROS(FUNREBOM DE BIGUAÇU)

Contrato Nº: 466-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: SPINDOLA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Convite p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 201/2012 - PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA (MATERIAL E SERVIÇO) DO CEIM DONA PAULINA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 327-3/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA Valor: 2442,47 (dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos) Vigência: Início: 03/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 82/2012 - PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO, TERRAPLENAGEM E DRENAGEM PLUVIAL DE 16 RUAS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 95-3/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA Valor: 1320,00 (um mil trezentos e vinte reais) Vigência: Início: 03/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 04/2012 - PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM INTUITO DE ATENDER OCORRÊNCIAS POSTERIORES A ESTA LICITAÇÃO, DE RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANEXO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 264-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 03/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 73/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFALTICO (CAUÇU)

1 Contrato Nº: 369-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 03/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 129/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, PARA DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA DO BECO BEIRA RIO, RUA JOÃO JACOB, RUA GERÔNIMO MULLER, RUA ALFREDO JOÃO FERMIANO, RUA OSMAR PEDRO HOFFMANN; RUA MARIA SALOMÉ SCHMIDT, TRAV ADELSON JOÃO FERMIANO, RUA ROSA ELIAS MEIRA NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 370-3/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 03/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 132/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE UMA MURETA COM ALAMBRADO PARA ESTABELECER LIMITE DE PROPRIEDADE DO TERRENO DA UNIVALI, ENTRE A NOVA AVENIDA QUE LIGA O BAIRRO UNIVERSITÁRIO COM O BAIRRO FUNDOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 449-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 03/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Convite p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 179/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS FRANCISCO MANOEL MACHADO - BAIRRO FUNDOS, RUA MANOEL DOMINGOS TOMAZ - BAIRRO BOM VIVER, SERVIDÃO OSMAR CUCKERT- BAIRRO VENDAVAL E RUA ANA PAULA RATIERE - JARDIM ANÁPOLIS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 420-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: RSI

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 03/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 134/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM INTUITO DE ATENDER OCORRÊNCIAS POSTERIORES A ESTA LICITAÇÃO, DE RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANEXO

Contrato Nº: 448-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA Valor: 7143,54 (sete mil cento e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) Vigência: Início: 03/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 178/2012- PMB Objeto: REFORMA DA EBM PROFESSOR FERNANDO B VIEGAS DE AMORIM, LOCALIZADA NA RUA BENTA GERTRUDES DA SILVA S/N, JARDIM JANAINA, NESTA MUNICIPALIDADE

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 247/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ALEXANDRA DOS PASSOS EPP Valor: 8380,66 (oito mil trezentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 248/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, INF E PAPEL Valor: 75315,35 (setenta e cinco mil trezentos e quinze reais e trinta e cinco centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 249/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA Valor: 13269,25 (treze mil duzentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Contrato Nº: 250/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: COMERCIAL CRONUS LTDA Valor: 6147,70 (seis mil cento e quarenta e sete reais e setenta centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 251/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME Valor: 20674,36 (vinte mil seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e seis centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO

PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 252/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: HP & E COMERCIAL LTDA EPP Valor: 4672,68 (quatro mil seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 253/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA Valor: 39873,78 (trinta e nove mil oitocentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Contrato Nº: 254/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA Valor: 4624,02 (quatro mil seiscentos e vinte e quatro reais e dois centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 255/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: L MOHR LTDA ME Valor: 105,28 (cento e cinco reais e vinte e oito centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 256/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME Valor: 7531,21 (sete mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e um centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 257/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: M MOBILE EIRELI Valor: 219,75 (duzentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E

CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Contrato Nº: 258/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP Valor: 2855,40 (dois mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 237/2012- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BIBLIOTECA E CEP (CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE), REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 259/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ARTONHO CLIMATIZAÇÃO LTDA ME Valor: 19150,00 (dezenove mil cento e cinquenta reais) Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 46/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE AR-CONDICIONADOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 322-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PUEL ENGENHARIA CONSULTORIA E AVALIAÇÕES LTDA ME Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 76/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS CONFORME PROJETO E LOTE EM ANEXO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 261/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ESCRIMATE COM REPRES MAT ESCRIT INF LTDA ME Valor: 1935,00 (um mil novecentos e trinta e cinco reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 85/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER MONOCROMÁTICAS E AUTOTRANSFORMADORES PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES

Contrato Nº: 262/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME Valor: 990,00 (novecentos e noventa reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 91/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE 1(UMA CAFETEIRA INDUSTRIAL) PARA SUBSTITUIÇÃO DA CAFETEIRA ANTIGA, DA COPA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU 9

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 264/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ANDRÉ HOFFMAM MACHADO Valor: 300,00 (trezentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 265/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: BANDA DAZARANHA LTDA ME Valor: 13000,00 (treze mil reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 266/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: BRUNA BEATRIZ VIANA GUIMARAES Valor: 800,00 (oitocentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO

DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 267/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: DARICK RAFAEL LUNARDELLI Valor: 500,00 (quinhentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Contrato Nº: 269/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: DIEGO SANTOS DE LIMA Valor: 350,00 (trezentos e cinquenta reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

-Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 303/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME Valor: 26235,00 (vinte e seis mil duzentos e trinta e cinco reais) Vigência: Início: 20/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 63/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE FOGÕES INDUSTRIAIS PARA SUPRIR A NECESSIDADES DAS COZINHAS DAS CRECHES E ESCOLAS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 270/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: FERNANDO JESUS ROCHA Valor: 1000,00 (um mil reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

-Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 271/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: HUGO CRISTIANO BRAGA DA SILVA Valor: 2200,00 (dois mil e duzentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 272/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: JOSE CERINO DA SILVA Valor: 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Contrato Nº: 273/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: JOSE PAULO DE SOUZA Valor: 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 274/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: LEVI GARCIA RIBEIRO Valor: 500,00 (quinhentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

-Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 275/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: LUCAS MANGRICH VARGAS Valor: 500,00 (quinhentos reais) Vigência: Início:

13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 276/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA Valor: 1500,00 (um mil e quinhentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 277/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS Valor: 1000,00 (um mil reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Contrato Nº: 279/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: OSVALDO APARECIDO DA SILVA Valor: 1000,00 (um mil reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 280/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: RAFAEL FIDELIS ALVES Valor: 600,00 (seiscentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 281/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: SERGIO NEI COELHO 76776123934 Valor: 3500,00 (três mil e quinhentos reais) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 108/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 323-6/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA Valor: 9979,15 (nove mil novecentos e setenta e nove reais e quinze centavos) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/06/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 102/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA A DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DAS RUAS: ANA MILIEZACK - BAIRRO RIO CAVEIRAS, JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA - BAIRRO JARDIM JANAÍNA E RUA LÚCIO SABINO BAIRRO FUNDOS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO

Contrato Nº: 455-13/2010 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA Valor: 20455,24 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/06/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 148/2010- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DE 06 (SEIS) RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO COM PROJETO,

MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CD EM ANEXO - RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 332-3/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 116/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS DAVID FRANCISCO PRAZERES COM LAUDELÍ JOSÉ KRETZER

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 460-4/2011 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 226/2011- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DA AV FRANCISCO ROBERTO DA SILVA, CONFORME PROJETO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 388-3/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 147/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DA RUA QUINTINO BOCAIUVA

Contrato Nº: 409-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 177/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DA RUA PREFEITO JORGE FERNANDES DE ALCÂNTARA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 371-3/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 137/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA GERAL DE SOROCABA DE DENTRO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 242-4/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 13/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 59/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE PONTE, LOCALIZADA SOBRE O RIO CAVEIRAS NO BAIRRO SAVEIRO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 289/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: VARITUS BRASIL EIRELI Valor: 7680,00 (sete mil seiscentos e oitenta reais) Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 92/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE, ASSESSORIA, CONSULTORIA, TREINAMENTO E AUDITORIA SOBRE OS DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA E CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 296/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: SANDRO MIRANDA ME Valor: 6195,00 (seis mil cento e noventa e cinco reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 107/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS DE PASSEIO DESTINADAS A PRAÇAS E OUTROS LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

Contrato Nº: 262-4/2009 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: INEZ MARIA SILVESTRE Valor: 46132,44 (quarenta e seis mil cento e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos) Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 14/05/2014 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 101/2009- PMB Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DO CEIM ALGODÃO DOCE, LOCALIZADO NA SERVIDÃO LUIS EDUARDO BORBA, Nº 200, CENTRO, BIGUAÇU - SC, COM ÁREA CONSTRÍDA DE 244 M²

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 290/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ANA LUCIA COUTINHO Valor: 800,00 (oitocentos reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 110/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 291/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ARACI FIDELIS RESENTE & CIA LTDA ME Valor: 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 110/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 292/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: MILTON FERREIRA DA SILVA Valor: 2500,00 (dois mil e quinhentos reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 110/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 293/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: CELITA ANTUNES Valor: 400,00 (quatrocentos reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 110/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Contrato Nº: 294/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: NEWTON DE SOUZA Valor: 300,00 (trezentos reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 110/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180 ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 295/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ODINEI CAMACHO Valor: 500,00 (quinhentos reais) Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 110/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 180

ANOS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 301/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME Valor: 1624,76 (um mil seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos) Vigência: Início: 16/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 39/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE REFERENTE AO ANO DE 2013 PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 302/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME Valor: 3635,60 (três mil seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) Vigência: Início: 16/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 39/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE REFERENTE AO ANO DE 2013 PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 304/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA Valor: 42772,00 (quarenta e dois mil setecentos e setenta e dois reais) Vigência: Início: 20/05/2013 Término: 30/07/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 96/2013- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM CONCRETO ARMADO DA RUA BRAULINA MARIA DA SILVA, CONFORME PROJETO

Contrato Nº: 305/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME Valor: 632,00 (seiscentos e trinta e dois reais) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 95/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 306/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PAEMI COMERCIAL E DISTR LTDA EPP Valor: 1004,80 (um mil e quatro reais e oitenta centavos) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 95/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 307/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ABI - COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME Valor: 120,00 (cento e vinte reais) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 308/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ACT COMERCIO E SERVICOS LTDA ME Valor: 2087,40 (dois mil e oitenta e sete reais e quarenta centavos) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 309/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ALEXAN DRA DOS PASSOS EPP Valor: 3920,00 (três mil novecentos e vinte reais) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Contrato Nº: 310/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: HAYDEE DITTERT NUNES CABRAL - ME Valor: 3263,20 (três mil duzentos e sessenta e três reais e vinte centavos) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 311/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: HP & E COMERCIAL LTDA EPP Valor: 10952,20 (dez mil novecentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 312/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: L MOHR LTDA ME Valor: 12874,90 (doze mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa centavos) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 313/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP Valor: 5933,74 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 314/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PROJETO CULTURAL LTDA Valor: 5324,00 (cinco mil trezentos e vinte e quatro reais) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Contrato Nº: 315/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: REJANE COMERCIO DE PRODUTOS PEDAGOGICOS LTDA Valor: 7247,50 (sete mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 316/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: TIC TAC COMERCIO DE BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA ME Valor: 23458,00 (vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E BRINQUEDO PARA O USO DAS ESCOLAS E CEIM's, REFERENTE AO ANO DE 2013

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 317/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: CETEC COMERCIO EM TREINAMENTOS - ME Valor: 9850,00 (nove mil oitocentos e cinquenta reais) Vigência: Início: 22/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 90/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA QUE ATENDERÃO TODA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DENTRO O PRAZO DE 12 MESES DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 318/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: MARCELO WEINRICH ME Valor: 5487,20 (cinco mil quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) Vigência: Início: 22/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 90/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA QUE ATENDERÃO TODA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DENTRO O PRAZO DE 12 MESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contrato Nº: 319/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: MWV SITES COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELE LTDA ME Valor: 4284,00 (quatro mil duzentos e oitenta e quatro reais) Vigência: Início: 22/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 90/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA QUE ATENDERÃO TODA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DENTRO O PRAZO DE 12 MESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 320/2013 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: MOVESCO INDUSTRIA E COM DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA Valor: 7766,00 (sete mil setecentos e sessenta e seis reais) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 84/2013- PMB Objeto: AQUISIÇÃO DE MESA ESCOLAR SEXTAVADA PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DO CEIM SÃO TOMAZ DE AQUINO, E MESA ADAPTADA PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAL PARA ESCOLAS

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 384-3/2010 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: AMA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA Valor: 143382,86 (cento e quarenta e três mil trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos) Vigência: Início: 21/05/2013 Término: 21/05/2014 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 126/2010- PMB Objeto: LOCAÇÃO DE GALPÕES PARA O ALMOXARIFADO MUNICIPAL, LOCALIZADOS NA RODOVIA BR-101, KM195, BIGUAÇU - COM ÁREA TOTAL DE 1096,2 M²

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 440-07/2011 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/08/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 198/2011- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS MANOEL JOSÉ MATHEUS, JOÃO JOAQUIM CARDOSO, PEDRO ADÃO DA SILVA NO BAIRRO PRADO E RUA TIBAJI NO BAIRRO SAVEIRO

Contrato Nº: 430-03/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/08/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 176/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA BERTOLDO SIMÃO DE OLIVEIRA, BAIRRO MORRO DA BOA VISTA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 201-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: SINAL CONSTRUÇÕES LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 56/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA DAS RUAS: FRANCISCO ROBERTO DA SILVA;

QUINTINO BOCAIUVA; HERMÓGENES PRAZERES E DAVI FRANCISCO PRAZERES

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 335-9/2011 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/08/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 146/2011- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUADRO DE QUANTIDADES EM ANEXO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 455-14/2010 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/08/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 148/2010- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DE 06 (SEIS) RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CD EM ANEXO - RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

Contrato Nº: 327-7/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/08/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 102/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA A DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DAS RUAS: ANA MILIEZACK - BAIRRO RIO CAVEIRAS, JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA - BAIRRO JARDIM JANAÍNA E RUA LÚCIO SABINO BAIRRO FUNDOS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 234-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 65/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PREDIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 402-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 109/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DO PROJETO BEIRA RIO - PROGRAMA HABITAR BRASIL BID, CONTRATO DE REPASSE Nº 0118286-36/2002

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 381-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: GEOMAISS GEOTECNOLOGIA LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 123/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECADASTRAMENTO DE 6000 UNIDADES IMOBILIÁRIAS; ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL, CRIAÇÃO DE CADASTRO MULTIFINALITÁRIO, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) E CAPACITAÇÃO PARA OS

SERVIDORES MUNICIPAIS

Contrato Nº: 445-3/2011 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: PAEMI COMERCIAL E DISTR LTDA EPP Valor: 150000,00 (cento e cinquenta mil e reais) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 29/08/2013 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 220/2011- PMB 201933900000000000 (76), 208433900000000000 (153), 207833900000000000 (192) Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ALMOÇO E CAFÉ DA MANHÃ, DE ACORDO COM CARDÁPIO EM ANEXO, PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

Biguaçu, 7 de Junho de 2013 Contrato Nº: 441-2/2012 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Contratada: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA Valor: 0,00 (zero) Vigência: Início: 28/05/2013 Término: 01/12/2013 Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 153/2012- PMB Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE JANAÍNA

Termo de renovação do contrato de permissão precária do uso de bem publico Nº: 1106/2010 Contrato Nº: 03-1106/2010 Locatária: Valter Nelson de Souza Locador: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU Vigência: 31/03/2013 À 31/03/2012 Valor: 2.998,20 (Dois Mil novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos) Objeto: USO DA ÁREA PÚBLICA SITUADA NA RUA MARECHAL DEODORO, CENTRO DE BIGUAÇU/SC, COM PROXIMADAMENTE 5,18M², PARA USO DE VENDA DE PASSAGENS.

BIGUAÇU 05 DE JUNHO DE 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Bom Retiro

PREFEITURA

58.13 - Dec Alimentação Escolar

Decreto n. 58/13 de 10 de junho de 2013.

Nomeia Novos Membros para Compôr o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina a Resolução/FNDE/CD/ Nº 38 de 23 de Agosto de 2004 e a Medida Provisória nº 455 de 28 de janeiro de 2009.

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os novos membros para compôr o Conselho Municipal de Alimentação Escolar de acordo com a indicação abaixo descrita:

a) Representantes do Poder Executivo:

Titular: Joelma Menegaz

Suplente: Marilene dos Santos Neckel

b) Representante dos Docentes, Trabalhadores na área de Educação:

Titular: Schirley Aparecida da Cunha Cabral

Suplente: José Simiano

Titular: Eronete Aparecida da Silva de Souza

Suplente: Hélio Tadeu Silveira

c) Representante dos Pais e Alunos:



Titular: Vânia Schuller
Suplente: Keila Cristina Marinho
Titular: Rosilene Alves de Lima
Suplente: Delma Isabel Rabelo dos Santos

d) Representante de Entidades Cíveis Organizadas:

Titular: Zulmira Guollo Damazio
Suplente: Erivelto Matos Oliveira
Titular: Vergínio Moretti
Suplente: Lunilva Oliveira Figueiredo Althoff

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 13/10 de 19 de fevereiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 10 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Secret. Mun. Administ. e Fazenda

586.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Carlos R. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 586/13 de 10.06.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 02 e 03 de junho de 2013, ao funcionário Carlos Renato Neckel, ocupante do cargo de Mecânico - Nível 05, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 10 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

587.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Carolina L. W. Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 587/13 de 10.06.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde a partir do dia 20 de maio com término no dia 03 de junho de 2013, a funcionária Carolina de Liz Waltrick Silva, ocupante do cargo de Odontóloga - Nível 10, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 10 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

588.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Carlos R. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 588/13 de 10.06.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde a partir do dia 04 de junho com término no dia 13 de junho de 2013, a funcionária Carolina de Liz Waltrick Silva, ocupante do cargo de Odontóloga - Nível 10, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 10 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

589.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Leni França

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 589/13 de 10.06.13
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 06 de junho de 2013, a funcionária Leni França, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 10 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

590.06.13 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Ivanir B. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 590/13 de 10.06.13
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 11 de agosto de 2013, a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 10 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

591.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Marcia D. S. Grudtner

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 591/13 de 10.06.13
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, nos dias 04, 05, 06 e 07 de junho de 2013, a funcionária Márcia Denize Schiestl Grudtner, ocupante do cargo de Assistente Social - Padrão 1 - Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 10 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Termo Convênio Aassc

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE BOM RETIRO E AASSC.

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO - SC., com endereço a AV. Major Generoso, 19, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com

CNPJ 82.777.343/0001-21, neste ato Representado pelo Senhor Prefeito ALBINO GONÇALVES PADILHA, brasileiro, casado, CPF 250.756.839-91, RG472.082-2, residente e domiciliado na Rua Pedro Hugo do Amaral Neto n. 77, Bairro Capistrano, Bom Retiro - SC, e ASSOCIAÇÃO DE APOIO A SAÚDE DE SANTA CATARINA - AASSC, inscrito no CNPJ: 17.236.080/0001-81, representada neste ato pela sua Presidente Noemir Terezinha Santos, inscrita no CPF sob nº 538.065.659-53 com endereço empresarial na Rua Professora Maria Julia Franco, nº 501, Bairro Prainha, Florianópolis - SC, CEP: 88020-280, com fundamento nos arts. 6º e 30, VII da Constituição Federal de 1988, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - JUSTIFICATIVAS

O presente Convênio insere-se no contexto dos Direitos Sociais, elencados na Constituição Federal de 1988, proporcionando a prevenção, promoção e assistência na Atenção Integral em Saúde.

O Legislador Constituinte de 1988 vinculou a dignidade da pessoa humana com o direito a saúde, sendo assim pelas ópticas da CF/88, em vista da sua aguda relevância social, o Convênio em questão têm justificativa mais do que óbvias.

A Secretaria de Saúde, como uma das signatárias do Convênio, na condição de órgão integrante da Administração Pública do Município de BOM RETIRO SC, está afinada com os arts. 24, XXIV e 116 da Lei nº 8.666/93, art. 15, XV da Lei 8.080/90 não destoando da regra insculpida no art. 37, XXI, da Carta Magna de 1988, que versam, respectivamente, sobre a dispensa de licitação e o ajuste de convênios com entidades da administração pública.

A Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC) é uma entidade civil de direito privado, sem fins econômicos, que entre outros fins, objetiva promover a prevenção, promoção e assistência na Atenção Integral em Saúde (crianças, adolescentes, adultos, idosos) e implementar projetos que contemplem ações de cunho social, visando: a) prevenção e assistência familiar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família; b) assistência médica; c) viabilização do transporte da pessoa enferma e acompanhante; d) viabilização nos termos da lei do acesso à medicação necessária ao tratamento médico; e) educação e assistência no atendimento à saúde da mulher; f) educação, prevenção e assistência ao dependente químico na inclusão social e regaste de sua cidadania no convívio social e familiar; g) viabilização da assistência médica em oftalmologia, oncologia, cardiologia e demais especialidades; h) viabilização da assistência em odontologia, psicologia, assistência social, fisioterapia e massoterapia; i) apoio e sustentação no esporte e lazer na forma de auxiliar na promoção da saúde e socialização, através da assistência social nas comunidades de baixa renda, figurando na condição de executora, disponibilizando os seus parceiros para o trabalho proporcionado por meio de convênio, na forma de seu estatuto.

Como instrumentos de apoio essenciais para a viabilidade do convênio, na qualidade de intervenientes, inserem-se a Prefeitura de Bom Retiro- SC e a Secretária de Saúde, representadas por seus titulares.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio de envidar esforços para proporcionar aos cidadãos do Município de Bom Retiro - SC, ações de cunho social, visando à viabilização de assistência médica; viabilização do transporte da pessoa enferma e acompanhante no local da prestação do serviço; viabilização nos termos da lei do acesso à medicação necessária ao tratamento médico; sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família de modo que possam exercer em toda plenitude a cidadania, em face do princípio da dignidade

da pessoa humana, que lhes é assegurada pela Constituição Federal de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SELEÇÃO DO PESSOAL E DA NATUREZA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC) na forma do seu estatuto social promoverá a seleção do pessoal que realizará a prestação de serviços objeto deste convênio.

Para todos os fins não haverá quaisquer vínculos de naturezas trabalhista ou previdenciária, bem como responsabilidades civis ou penais, entre a Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC) e a Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPENSAÇÃO PELA ATIVIDADE EXERCIDA

O Município de Bom Retiro - SC, mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, retribuirá a Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC) na razão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais, até 31/12/2013, mediante depósito na conta da entidade (Agência: 1808-2 - Conta Corrente: 28.908-6 - Banco do Brasil) em face do cumprimento das atividades acordadas neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO

A direção, coordenação e supervisão dos trabalhos serão exercidas pelos funcionários e colaboradores indicado pela AASSC.

O transporte Intermunicipal do paciente ficará a cargo do Município de Bom Retiro - SC.

CLÁUSULA SEXTA - DO APOIO E DA INTERVENIÊNCIA

A Prefeitura de Bom Retiro - SC junto com sua Secretária de Saúde, representadas, neste ato, respectivamente, pelos Srs. Prefeito Albino Gonçalves Padilha e Secretária da Saúde Fernanda Rosa Gorges, na condição de intervenientes, aderem ao presente instrumento, somando esforços para que o convênio atinja os seus fins.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente convênio, em qualquer tempo, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem quaisquer ônus, poderá ser rescindido pelas partes, mediante prévio aviso de 30 dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato vigorará da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado mediante mútuo acordo pelas partes convenientes e conforme a Legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis-SC, com privilégio sobre qualquer outro que possuam ou venham possuir, para dirimir todas questões suscitadas na execução do presente convênio.

E por se encontrarem acordadas, as partes assinam o presente convênio em duas vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo indicadas, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, 07 de junho de 2013.

ALBINO GONÇAVES PADILHA
Prefeito Municipal

FERNANDA R. GORGES
Secretária da Saúde

Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC)
Presidente Noemir Terezinha Santos

Testemunhas:

Ass: _____
Nome: _____
CPF: _____

Ass: _____
Nome: _____
CPF: _____

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Pregão Presencial 25/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 27/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 25/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min horas do dia 25.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços que objetiva a Aquisição de material elétrico para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 28/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 30/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 28/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min horas do dia 26.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 35/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 38/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 35/2013

O Município de Braço do Trombudo SC, através do, torna público para conhecimento dos interessados que as 15:00 horas do dia 19.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preço para aquisição de herbicida para aplicação nas ruas, avenidas e logradouros para atender as necessidades da Secretaria de Obras. Maiores informações na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou

pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 03 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Extrato de 4º Termo Aditivo Ct 19/2012

EXTRATO 4º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 19/2012.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora Ipê Amarelo Ltda ME. CNPJ 10.375.979/0001-36, sito a Rua Projetda C, 35 Loteamento Beija Flor - Cidade de Agrolândia - SC

Prazo Vigência: 28.06.2013.

Data da assinatura: 29.05.2013
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço 13/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 10/06/2013****Válido até: 10/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	16,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	16,8000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	16,8900	3
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	25,7500	4
2	Luva PBA 85x75 mm. (10645)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	13,4000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	13,5000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	13,7000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	13,7200	4
3	LUVA 85 MM SOLDÁVEL (6161)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	9,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	15,0000	2
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	17,1000	3
4	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	HIFER	0	6,3000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	7,8000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	11,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	LUVA 60 MM SOLDÁVEL (6162)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,8000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	3,9000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,5000	3
6	LUVA DE CORRER 40 MM (7360)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	4,3900	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	7,0000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	11,2500	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11,2500	4
7	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	0,9500	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,1100	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,7100	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	br plasticos	0	1,7100	4
8	LUVA DE CORRER 32 MM (7361)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	4,3500	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	5,4000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,8400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	9,8400	4
9	LUVA SOLDÁVEL 32 MM (5378)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	0,5500	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,8300	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,8500	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	br plasticos	0	0,8500	4
10	Luva soldável 25mm (7243)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	0,2200	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,4100	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4900	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,4900	4
11	Curva PBA 90° 110mm (7979)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	45,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	47,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	62,0000	3
12	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	40,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	43,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	55,0000	3
13	Curva PBA 90° 85mm (7980)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	23,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	24,9000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	38,0000	3
14	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	17,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	17,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	32,0000	3
15	Curva soldável 90° 85mm (7981)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	19,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	19,7000	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	21,5000	3
16	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	14,5000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	15,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	33,5300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	33,5300	4
17	Joelho soldável 85 mm. (10646)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	28,8000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	35,0000	2
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	40,0000	3
18	Curva pba 90 60mm (8945)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	8,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	11,9000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	13,0000	3
19	Curva PBA 45° 60mm (7983)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	C&M	0	8,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	11,5200	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	12,0000	3
20	Joelho soldável 90° 60mm (7984)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	5,6000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	8,0000	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	8,3200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Joelho soldável 45° 60mm (7985)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	6,4000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	7,8500	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,0000	3
22	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	1,2000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,9900	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2000	4
23	Joelho soldável 32mm (7987)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	0,6000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,0800	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,1600	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,1600	4
24	TEE PBA 85MM (6924)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	18,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	18,4000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	23,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	23,1100	4
25	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	18,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	18,2000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	23,0000	3
26	TEE PBA 60MM (6926)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	10,5000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	10,9000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	11,0000	3
27	Tee soldável 85mm (7988)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	27,0000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	31,0000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	31,1400	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	31,1400	4
28	Tee soldável 60mm (7989)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	5,8000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	9,3600	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	14,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	14,0000	4
29	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	2,8000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	2,9000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,1100	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,1100	4
30	TEE SOLDAVEL 32MM (6928)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,0000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	1,0500	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,9900	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2800	4
31	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	13,5000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	21,4500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	25,6000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	25,6000	4
32	REDUÇÃO Ø 85MMXØ60MM (3799)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	7,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	12,2400	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	22,0000	3
33	Redução 60 x 40 mm (10636)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	3,8000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	4,8400	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,0000	3
34	REDUÇÃO 60X32MM (6933)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,2000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	4,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	8,0000	3
35	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	0,8000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,0000	3
36	CAP 110MM (6935)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	24,5000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	29,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	30,0000	3
37	CAP 85MM (6936)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	14,4000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	17,6000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	20,0000	3
38	CAP 60 MM (5368)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	3,7000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	5,9000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	6,2200	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,2200	4
39	CAP 40MM (5366)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,2800	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	1,9000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,3200	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3200	4
40	CAP 32 MM (5367)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	0,5000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,6900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro:** 10/06/2013 **Válido até:** 10/06/2014
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3300	3
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,3300	4
41	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	64,0000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	TIGRE	0	105,0000	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	114,0000	3
42	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110X3/4 (6939)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	IPAL	0	5,2000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	7,9000	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	12,9000	3
43	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	IPAL	0	4,3000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	7,6000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	9,2000	3
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	9,2000	4
44	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	IPAL	0	3,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	6,0000	3
45	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	2,5000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	5,6000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	7,0000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	7,0000	4
46	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 32X3/4 (6943)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	IPAL	0	3,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	4,9000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,2900	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	5,2900	4
47	Adaptador p/mangueira ramal predial 20mm c/registro 3/4 (8955)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,8000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	TIGRE	0	3,8500	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,5000	3
48	Adaptador para mangueira 20mm 3/4. (10637)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	IPAL	0	1,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	2,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	6,5000	3
49	Emenda para mangueira predial 20mm (8957)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	IPAL	0	1,5000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,1200	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	5,0200	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,0200	4
50	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	VEDAFLOX	0	1,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	2,2000	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	CASARIN	0	2,2000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	2,2900	4
51	MANGUEIRA RAMAL PREDIAL 20MM (6947)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,7500	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	1,8000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,8300	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	2,8300	4
52	Kit cavalete 3/4 código 2798004-0 (7993)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	HIFER	0	23,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	POLIERG	0	23,2600	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	39,9000	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	43,4000	4
53	Adesivo 175gr (7994)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	ORBI	0	5,9500	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	9,1800	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	9,7000	3
54	Adesivo 75gr (7995)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	ORBI	0	2,3000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,7000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	3,7800	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,7800	4
55	Registro Borboleta 3/4. (10638)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	HPJ	0	3,1000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,2000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	9,4800	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	9,4800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Registro pvc soldável 110 (8940)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	185,0000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	VIQUA	0	189,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	209,0000	3
57	Registro pvc soldável 85 (8939)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	COVAL	0	110,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	118,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	125,0000	3
58	Registro pvc soldável 60 (8938)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	25,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	26,0000	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	29,5000	3
59	Registro PVC 40 mm. (10639)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	10,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	11,0000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	18,0000	3
60	Registro pvc soldável 32 (8935)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	9,6000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	10,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013

Data do Registro: 10/06/2013

Válido até: 10/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	13,0000	3
61	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	120,0000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	128,4300	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	168,0000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BR PLAST.	0	199,0000	4
62	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	75,0000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	78,6600	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	98,4000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BR PLAST.	0	103,0000	4
63	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	34,5000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	35,0000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	39,3200	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BR PLAST.	0	61,0000	4
64	Tubo soldável 40mm. (7255)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	21,5000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	23,5100	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BR plasticos	0	34,2800	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	34,2800	5
65	TUBO SOLDAVEL 32MM (6958)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	15,5000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	16,0000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	17,5500	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BR plasticos	0	23,0000	4
66	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	8,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	10,9900	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,0000	3
67	Mangueira transparente 3/4 (8838)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VONDER	0	2,7000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	MANTAC	0	2,7400	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Solução preparadora para PVC 200 ml. (10641)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	6,9000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	AMANCO	0	7,0000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	9,0000	3
69	Bóia elétrica 15 ampere. (10642)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KITS BRASIL	0	22,5000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	KITS	0	23,0000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kits brasil	0	24,5000	3
70	Bomba submersa 650 WTS. (10643)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PR BOMBAS	0	170,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	175,0000	2
71	Furadeira para ligações ramal predial PE (10608)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	120,0000	1
			MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	TIGRE	0	130,0000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	305,4500	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	305,4500	4
72	Tampa de ferro fundido T9. (10609)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	FANUEL	0	65,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	PHS	0	99,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fundisul	0	107,5000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SUL AR	0	107,5000	4
73	Anel PBA DN 50 de 60 mm. (10610)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	ATA	0	0,8500	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	ZARUK	0	1,3000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	1,3700	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BR plasticos	0	1,3700	4
74	Anel PBA DN 75 de 85 mm. (10611)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	ATA	0	1,1900	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	ZARUK	0	1,2000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BR plasticos	0	3,2800	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	3,2800	4
75	Anel PBA DN 100 de 110 mm. (10612)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	ATA	0	1,6000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	ZARUK	0	1,7000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BR plasticos	0	3,6700	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	3,6700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Caixa de água 500l. (10613)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	FORTLEV	0	125,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FORTELEV	0	129,0000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	140,0000	3
77	Adaptador para caixa de água com registro 32 mm. (10614)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	TIGRE	0	23,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	30,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	30,5800	3
78	Mangueira %. (10615)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,6500	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,8000	2
79	Emenda para mangueira %. (10616)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	CIPLA	0	0,6000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7800	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASBIL	0	0,7800	3
80	Abraçadeira %. (10617)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	0,9500	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0000	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	SUPRENS	0	1,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 10/06/2013** **Válido até: 10/06/2014**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Botas cano longo . (10618)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VONDER	0	25,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	bracol	0	25,5000	2
82	Mangote 75 mm. (10619)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAC	0	22,9500	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	23,0000	2
83	Mangote 100 mm. (10620)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAC	0	37,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	37,5000	2
84	Válvula de fundo 2" X ½ metal amarelo. (10621)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	IVM	0	125,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TATA	0	130,0000	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	186,8600	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAC	0	186,8600	4
85	Válvula de fundo 3" metal amarelo. (10622)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	IVM	0	145,0000	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TATA	0	150,0000	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	287,3500	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAC	0	287,3500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013

Data do Registro: 10/06/2013

Válido até: 10/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	Flange 2" ½ 75 mm. (10623)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	52,6000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	63,1200	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	63,1200	3
87	Flange 3" 100 mm. (10624)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	95,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	100,0000	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chiva	0	102,5300	3
88	Abraçadeira 75 mm inox. (10625)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAC	0	11,4900	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	11,5000	2
89	Abraçadeira 100 mm inox. (10626)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAC	0	15,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	16,0000	2
90	Chave de fenda ¼ x 5. (10627)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	7,8500	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	7,9000	2
91	Arco para serra. (10628)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	THOMSON	0	17,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	17,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013

Data do Registro: 10/06/2013

Válido até: 10/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	Serra para cortar ferro (7189)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	LENOX	0	2,7000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	3,5400	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHILSON	0	3,5400	3
93	Grosa. (10629)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VONDER	0	21,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	21,1800	2
94	Alicate universal (7185)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EHC	0	20,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	20,6100	2
95	Martelo 25mm (7200)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	16,5000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	16,7200	2
96	Chave de cano 14. (10630)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	30,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	30,7700	2
97	Chave de cano nº 24 (9878)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	62,5000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	62,5200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013

Data do Registro: 10/06/2013

Válido até: 10/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	15,7000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	15,7300	2
99	Pá de juntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	16,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	16,0600	2
100	Enxada com cabo. (10631)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	18,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	18,9600	2
101	Enxada com cabo (7197)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PANDOLFO	0	29,6000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	29,6900	2
102	Picareta com cabo. (10632)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PANDOLFO	0	30,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	31,0000	2
103	Luas de couro. (10633)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	0	11,8000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	11,8300	2
104	Adaptador ¼ 25 mm. (10634)	UND	MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (8487)	PLASTILIT	0	0,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 10/06/2013****Válido até: 10/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,6000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6400	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6400	4
105	Luz de emergência. (10635)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	32,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2013**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 10/06/2013****Válido até: 10/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	32,7300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 27/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro:** 10/06/2013 **Válido até:** 10/06/2014
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013****PROCESSO Nº 24/2013**

- (8293) - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
- (8312) - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO
- (8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
- (8487) - MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA
- (9120) - LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS

Braço do Trombudo, 10 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preço 5/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**Número do Registro de Preços: 5/2012****Data do Registro: 11/09/2012****Válido até: 11/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Alestra 30 c/21 comp (2652)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	17,3000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	17,3400	2
2	Candicort creme (2653)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	17,7100	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	17,7400	2
3	Glicolive 1500mg c/30 comp (2654)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	78,6600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	78,6800	2
4	Levofloxacino 500mg c/7 (2655)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LEGRAND	0	50,1700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	50,1900	2
5	Deltaflan gel 60 gr (2656)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	DELTA	0	18,1300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DELTA	0	18,1700	2
6	Deltaflan D c/12 comp (2658)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DELTA	0	20,6100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	DELTA	0	20,6500	2
7	Vertigium 10 mg c/50 comp (2659)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	7,8300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	7,8900	2
8	Cetoconazol Creme 30 gr (2660)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	11,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOSINTETIC/	0	11,1100	2
9	Tandrilan c/30 comp (2661)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIAO QUIMI	0	24,2000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	UNIAO QUIMI	0	24,3500	2
10	Angelica Comp (2662)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	69,7500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	69,8800	2
11	Venaflon c/30 comp (2663)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	TEUTO	0	44,0100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	44,0600	2
12	Hexomeline Spray (2664)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI AVEN	0	29,4700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANOFI AVEN	0	29,4900	2
13	Amidalin pastilha c/20 caps (2665)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	7,6500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANDOZ	0	7,7000	2
14	Combiron drágeas c/45 (2666)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	23,4000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	23,4600	2
15	Seretide Discus 50/250 mg (2667)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GSK	0	73,8000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	GLAXO	0	73,8400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Seretide Spray 25/125/mg (2668)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	GLAXO	0	73,8000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GSK	0	73,8600	2
17	Cecoflan 100 mg c/12 comp (2669)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	VITAPAN	0	25,1500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	VITAPAN	0	25,2300	2
18	Celestrat xpe c/ 120 ml (2670)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIAO QUIMI	0	16,1400	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	UNIAO QUIMI	0	16,1800	2
19	Diasec c/12 comp (2671)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HEXAL	0	7,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	7,1300	2
20	Daktasol loção c/30 ml (2672)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	7,9700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	8,0400	2
21	Selene c/21 comp (2673)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	16,5900	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	16,6300	2
22	Budecort aqua 32 mg c/120 doses (2674)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRA ZENE	0	21,5400	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENIC	0	21,5700	2
23	Tobramicina + Dexametasona colírio (2675)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTETIC	0	14,6800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOSINTETIC/	0	14,7400	2
24	Duovent aerossol c/200 doses (2676)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BEHRINGER	0	11,0300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BOEHRINGEF	0	11,1100	2
25	Dramin B6 c/30 comp (2774)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	12,6500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NYCOMED	0	12,7000	2
26	Artrolive c/30 comp (2678)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	58,2400	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	59,1200	2
27	Neosaldina c/20 comp (2679)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NYCOMED	0	13,8000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	13,8800	2
28	Naramig 2,5 c/4 comp (2680)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	GLAXO	0	13,2400	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GSK	0	13,2700	2
29	Engov c/6 Comp (2681)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	COSMED	0	3,5500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	HYPERMARC.	0	3,6000	2
30	Epocler flaconete c/10 ml (2682)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	COSMED	0	1,8500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	HYPERMARC.	0	1,9300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Elani 28 mg (2683)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS	0	43,5000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	43,5900	2
32	Gestinol 28 (2684)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	31,1000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS	0	31,5800	2
33	Yaz c/21 comp (2685)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	52,3800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	52,4600	2
34	Efortil comp 5mg (2686)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BEHRINGER	0	2,8800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BOEHRINGEF	0	2,9200	2
35	Artoglico c/30 saches (2687)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SIGMA PHARI	0	99,1100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SIGMA PHARI	0	99,1500	2
36	Aradois H 50/12,5 mg c/30 (2688)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	45,8800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	45,9900	2
37	Miofibrax 10mgc/15 comp (2775)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	12,5100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LEGRAND	0	12,5500	2
38	Ablock 25 mg c/30 comp (2690)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	10,1200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	10,1500	2
39	Triquilar c/21 comp (2691)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	6,5200	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SCHERING	0	6,5900	2
40	Bromidrato de fenoterol gotas c/20 ml (2692)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	3,1200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	0	3,1600	2
41	Brometo de Ipratrópio gotas c/20 ml (2693)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIAO QUIMI	0	8,6300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	8,6800	2
42	Melagrião Xarope (2694)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	CATARINENS	0	15,5300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	CATARINENS	0	15,5800	2
43	Fluimucil D 600 mg c/16 envelopes (2695)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ZAMBOM	0	57,0000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZAMBON	0	57,0700	2
44	Cardizen 60mg c/50 comp (2696)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BOEHRINGEF	0	35,9500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BEHRINGER	0	35,9800	2
45	Hirudoid 500 gel (2449)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DAIICHI SANK	0	18,4000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANKYO	0	18,4800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Atmos 5mg/20mg c/30 comp (2697)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	78,2000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	78,6000	2
47	Atorvastatina 20mg c/30 comp (2698)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	56,8900	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	0	56,9300	2
48	Tandrilax c/30 comp (2699)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	31,4600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	31,7300	2
49	Forten c/10 flaconetes (2433)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	CHIESI FARM.	0	34,1000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	CHIESI	0	34,3500	2
50	Labirin 16 mg c/30 comp (2463)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	APSEN	0	22,6800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NYCOMED	0	22,7900	2
51	Pressat 5 mg c/30 comp (2700)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	31,9000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	31,9800	2
52	Maracugina liquido c/150 ml (2701)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	COSMED	0	30,5000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	HYPERMARC.	0	30,8000	2
53	Glucoreumin c/30 saches (2702)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ZAMBOM	0	130,4600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZAMBON	0	132,6600	2
54	Oncilon em orabase c/ 10gr (2703)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BRISTOL	0	12,8700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BMS	0	12,9400	2
55	Neopiridin Spray (2704)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	17,9100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	17,9800	2
56	Leite NAM 1 lata 400gr (2705)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NESTLE	0	46,9000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NESTLE	0	46,9900	2
57	Dexacitoneurim Ampola 3 ml (2706)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK	0	7,0300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK SA	0	7,0900	2
58	Tenoretic 50 mg c/28 comp (2707)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRA ZENE	0	32,3600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENE	0	32,4100	2
59	Agederm 100 ml (2708)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HELIANTO	0	12,7600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	TEUTO	0	12,8300	2
60	Tandene c/30 comp (2776)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BUNKER	0	27,0700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BUNKER	0	27,4400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Torsilax c/30 (2710)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	23,9500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	24,0500	2
62	Insulina Humulin 70n/30r c/10 ml (2712)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ELI LILLY	0	45,0700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ELY LILLI	0	45,5400	2
63	Insulina Lantus Solostar 10ml (2713)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI	0	102,8400	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ELY LILLI	0	105,9200	2
64	Insulina NovoRapid Flex pen 5x3ml (2714)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI	0	187,1500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NORDISK	0	189,6300	2
65	Tampão ocular infantil c/12 (2715)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	3 M	0	8,8400	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEXCARE	0	8,9000	2
66	Tampão ocular adulto (2716)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	3 M	0	17,0000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEXCARE	0	17,5300	2
67	Vasogard 100mg c/60 comp (2717)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTETIC	0	41,1000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	41,6000	2
68	Marevan 5 mg c/30 comp (2718)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	FARMAQUIMI	0	15,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	FARMOQUIMI	0	15,8000	2
69	Neovite lutein c/60 comp (2719)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BL IND OTICA	0	101,4800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAUSCH & LC	0	101,7400	2
70	Microvlar c/21 comp (2777)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	5,3000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	5,3500	2
71	Cerazette 75 mg c/28 comp (2721)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	29,2000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SCHERING&P	0	29,3400	2
72	Elani Ciclo 21c/21 comp (2722)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	42,5500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS	0	42,6300	2
73	Hirudoid pomada 40 gr (2723)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DAIICHI SANK	0	17,4000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	DAIICHI-SANK	0	17,5200	2
74	Premarin 0,625 mg c/28 comp (2724)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	WYETH	0	28,4400	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	28,7200	2
75	Rifamacina spray 20 ml (2725)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	11,4300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	11,5100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Diosmin 450/5 mg 450/5 mg /c30 (2726)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	47,1600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	47,5800	2
77	Vertex 10 mg c/50 comp (2727)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	21,1800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	21,5900	2
78	Pantoprazol 20 mg c/28 comp (2728)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	45,4300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HEXAL	0	45,5100	2
79	Pantoprazol 40mg c/28 comp (2729)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HEXAL	0	80,9800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	81,4900	2
80	Aires 600mg c/16 saches (2730)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	27,9300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	27,9700	2
81	Level c/21 comp (2731)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	13,7300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB	0	13,8600	2
82	Floratil ped c/6 sache (2732)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK	0	25,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK SA	0	25,1000	2
83	Floratil 100mg c/12 comp (2733)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK	0	28,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK SA	0	28,5500	2
84	Cetobeta creme 30 gr (2734)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BUNKER	0	24,6300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BUNKER	0	24,6300	2
85	Castanha da Índia c/60 comp (2735)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MAKROFARM	0	19,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MACKROFAR	0	19,5000	2
86	Travatan Colírio 2,5 ml (2736)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ALCON CONS	0	81,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ALCON	0	82,0000	2
87	Retemic 5 mg c/30 comp (2737)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	APSEN	0	22,3700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	APSEN FARM	0	22,6900	2
88	Domperidona 1mg/ml 100ml (2738)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	0	10,0400	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	10,3100	2
89	Venalot c/30 comp (2426)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NYCOMED	0	34,1500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	34,6100	2
90	Loratadina líquido 60 ml (2441)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	18,6500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	FARMASA	0	18,7700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Cebralat 50 mg c/30 (2739)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	17,4200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS FARMA	0	17,4700	2
92	Cloridrato de Clonbenzapina 10mg c/30 comp (2740)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	8,9000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	9,0000	2
93	Loratadina 10 mg c/12 comp (2741)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	21,5600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTETIC/	0	21,7700	2
94	Vasativ 100mg c/60 comp (2742)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	37,8100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	37,9200	2
95	Prednisolona 3mg/ml 120 ml (1412)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTETIC/	0	17,2000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONAL	0	17,3600	2
96	Atenolol 50mg+clortalidona 12,5mg c/30 comp (2743)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	12,9100	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	13,0100	2
97	Selozok 50 mg c/20 comp (2744)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENECA	0	36,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRA ZENE/	0	36,5500	2
98	Cloridrato de diltiazem 60mg c/50 comp (2745)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	20,8300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	20,9300	2
99	Femiane c/21 comp (2746)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	28,5300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	28,8200	2
100	Cetoconazol xampu 100 ml (2747)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONAL	0	26,8600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	26,9900	2
101	Aminofilina 200mg c/20 comp (2748)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	5,9500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	6,0700	2
102	Diclofenaco dietilaminio gel 60 gr (2749)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	12,8700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LUPER	0	12,9400	2
103	Beta trinta injetável 5mg/12mg c/1 ml (2750)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	11,7600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	11,8600	2
104	Andolba spray 43 gr (2751)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	19,0200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	19,4600	2
105	Cerumin gotas 8 ml (2752)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ALCON	0	8,9700	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ALCON	0	9,1200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Pratiderm pomada 60gr (2753)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	PRATI-DONAL	0	20,6100	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONAL	0	20,8600	2
107	Bezafibrato 200mg c/20 comp (2754)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	17,9000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	18,1900	2
108	Diane 35 c/21 comp (2755)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	19,5000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	19,7500	2
109	Vagivit 250 mg c/6 comp vaginais (2756)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	31,3500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	31,6600	2
110	Citoneurin 5000 c/20 comp (2758)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK	0	46,0800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK SA	0	46,5400	2
111	Colpistatin creme vaginal 40 gr (2759)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	20,9600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	21,0300	2
112	Rusovas 10mg c/30 comp (2760)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS SA	0	58,3800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SIGMA PHARM	0	58,4700	2
113	Desalex 60 ml (2761)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SCHERING PL	0	35,0900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MANTICORP	0	35,3400	2
114	Artrodar 50 mg c/30 comp (2762)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TRB PHARMA	0	118,5000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	TRB PHARMA	0	119,2500	2
115	Ebastel liquido 60 ml (2763)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	32,3700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	32,4400	2
116	Pantogar c/30 capsulas (2764)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	60,0100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	60,6600	2
117	Pariet 10mg c/14 comp (2765)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	JANSEN-CILA	0	56,7600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	JANSSEN CIL	0	56,8800	2
118	Nikkho-vac gotas 15 ml (2766)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ZYDUS NIKKC	0	29,5200	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NIKKO	0	29,6400	2
119	Lipless 100 mg c/30 comp (2767)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	62,8300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	63,0200	2
120	Lactugold ameixa liquido 120 ml (2768)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ARTE NATIVA	0	24,9600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	DAIICHI-SANK	0	25,0300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Nebilet 5 mg c/28 comp (2769)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAG SANL	0	71,7000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	72,0500	2
122	Natifa pro c/28 comp (2770)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS	0	53,0900	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	53,4900	2
123	Artico c/30 sache (2771)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	134,8000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	135,2000	2
124	Nausicalm B6 c/30 comp (2772)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIAO QUIMI	0	10,3000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	UNIAO QUIMI	0	10,4200	2
125	Insulina Humalog Mix 50mcg refil 3x2ml (2773)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ELY LILLI	0	197,3000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ELI LILLY	0	200,1500	2
126	Prolopa 200/50 mg (2657)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PROD ROCHE	0	63,5800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ROCHE	0	64,0300	2
127	Neovlar c/21 comp (2779)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	4,7600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	4,8100	2
128	Primera 30mg c/21 comp (2780)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	20,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 11/09/2012 Válido até: 11/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	20,2800	2
129	Tamisa 20mg c/21 comp (2781)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	17,8600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	17,9300	2
130	Elani Ciclo c/21 comp (2782)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	32,6200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	32,8100	2
131	Femina c/21 comp (2783)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	18,1700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	18,2400	2
132	Nordette c/21 comp (2784)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	WHYET	0	6,1700	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	WYETH	0	6,2300	2
133	Evanor c/21 comp (2785)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	WYETH	0	5,9600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	WHYET	0	6,0300	2
134	Secfar 1000 c/4 comp (2786)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ELOFAR	0	26,6700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**Número do Registro de Preços: 5/2012** **Data do Registro: 11/09/2012** **Válido até: 11/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ELOFAR	0	26,8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012

Número do Registro de Preços: 5/2012 **Data do Registro:** 11/09/2012 **Válido até:** 11/09/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2012

PROCESSO Nº 3/2012

(6014) - FARMACIA VALE AZUL LTDA

(6328) - MARLUS IVAN NAGEL

Braço do Trombudo, 11 de Setembro de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.560

DECRETO nº 5.560, de 17 de maio de 2013.

Nomeia Comissão Especial para análise de documentos e proposta do concurso de projeto 01/2013 FMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial para análise de documentos e proposta do concurso de projeto 01/2013 FMS, cujo objeto é a seleção de uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Civil de Interesse Público - OSCIP, que se interesse em realizar um projeto de apoio a Execução de Atividades Educativas e de Assistência em Saúde Sexual e Reprodutiva / Planejamento Familiar, por intermédio de Termo de Parceria, em estreita cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações técnicas, preço e a descrição das atividades estabelecidas no Projeto, Anexo II do Edital, nos termos da Lei Federal 9.790/99 e do Decreto Federal 3.100, de 30 de junho de 1999. Entrega dos Envelopes: 14:00 Horas do Dia 05/07/2013. Abertura dos Envelopes: 14:05 Horas do Dia 05/07/2013

I - Simone Dalbosco;

II - Priscila Michelin;

III - Erci Bohrer.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso Licitação PR 24-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 24/2013 - FMS
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINDES - KIT MANICURE, CANETA, MOCHILA E CAMISETA - PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM CAMPANHAS PREVENTIVAS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PRÉ QUALIFICAÇÃO DE MARCAS: no máximo até 17:00 horas do dia 24/06/2013.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 04/07/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 04/07/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 07 de junho de 2013.
LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Edital de Credenciamento de Empresas Nº 03/2013 - Prefeitura

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS Nº 03/2013

OBJETO: credenciamento tem por objeto o credenciamento/seleção de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), interessadas na construção de 125 (cento e vinte e cinco) unidades habitacionais, no Bairro Nossa Senhora Salete, neste Município, através do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com as especificações mínimas das unidades habitacionais, constantes no Anexo "III".

Informações: Na Prefeitura Municipal de Caçador junto a Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Avenida Santa Catarina, 195, (49) 3563-0322 ramal 210 no horário de expediente em vigor, email: licitacao@cacador.sc.gov.br ou no site www.cacador.sc.gov.br.

Prazo máximo para entrega da documentação necessária conforme edital: máximo até as 14h00min do dia 02 (dois) de julho de 2013 no Protocolo Central da Prefeitura Municipal.

Data de análise da documentação: 03 de julho de 2013 às 14h30min por Comissão especialmente designada.

Caçador/SC, 07 de Junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 47/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 47/2013 - Prefeitura - 3º aditamento ao Contrato Administrativo nº 92/2010, PRORROGA PRAZO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que tem por Objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA WIRELESS E PARA LINKS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS - PROJETO ESCOLA DIGITAL, Referente ao processo licitatório nº 90/2010 Pregão Presencial nº 49/2010, Empresa Contratada: CONECT INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.889.882/0001-52, com sede no Município de Caçador/SC; findando no dia 23 de junho de 2014

Contrato Administrativo Nº 48/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 48/2013 - Prefeitura - 3º aditamento ao Contrato Administrativo nº 67/2012, PRORROGA PRAZO DE EXECUÇÃO POR 60(Sessenta) dias, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (RESIDENCIAL MEU LAR). Referente ao processo licitatório nº 68/2012 Pregão Presencial nº 45/2012, Empresa Contratada: CELSO CURIONI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 15.005.174/0001-14, com sede na Rua Miguel Dzummann, 312, Centro, na cidade de Calmon/SC, findando no dia 12 de agosto de 2013.

Contrato Administrativo Nº 49/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 49/2013 - Prefeitura - AQUISIÇÃO DE DUAS MOTOCICLETAS ZERO QUILOMETRO PARA A GUARDA MUNICIPAL Referente ao processo licitatório nº 50/2013 Pregão Presencial nº 38/2013, Empresa VIDEACROSS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada

no CNPJ sob nº 75.460.907/0002-13, com sede na Rua 25 de Março, nº 253, na cidade de Caçador, SC. Validade 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	2	UNID	MOTOCICLETA, ZERO QUILOMETRO, ANO E MODELO 2013, NA COR PRETA ORIGINAL DE FABRICA NACIONAL ,Resumido.	HONDA NXR 150 BROS	10.000,00	20.000,00
TOTAL GERAL 20.000,00						

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Notificacao de Transito 1613 ao 1618/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1613/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWT1693	55700158D	5010/0	06/05/2013	162 * I
MGQ1301	55693030D	6599/2	27/04/2013	230 * V
MHY7220	55693029D	6599/2	26/04/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE JUNHO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1614/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALS5395	55481849C	5525/0	08/05/2013	181 * XV
ALS5395	55481850C	5452/1	08/05/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE JUNHO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1615/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACI9351	55696823D	6599/2	10/05/2013	230 * V
ACT3167	55692372D	6920/0	02/05/2013	233
AEB2702	55692191D	6599/2	12/05/2013	230 * V
AEB2702	55692192D	5010/0	12/05/2013	162 * I
AFV6454	55694422D	6599/2	09/05/2013	230 * V
AFZ4157	55699603D	5169/1	17/04/2013	165
BEX1982	55699606D	6912/0	24/04/2013	232
DBQ9634	55693834D	6920/0	15/04/2013	233
DED1489	55699615D	5010/0	13/05/2013	162 * I
DED1489	55699616D	5282/0	13/05/2013	176 * I
DED1489	55699617D	5304/0	13/05/2013	176 * III
ILH6033	55693809D	6920/0	04/04/2013	233
JER7777	55692376D	6920/0	06/05/2013	233
LOC2972	55700002D	5169/1	27/04/2013	165
LXL9116	55693957D	5010/0	13/05/2013	162 * I
LYK3449	55694163D	5010/0	13/04/2013	162 * I
LYL9142	55476579C	6599/2	20/04/2013	230 * V
LYL9142	55476580C	6726/1	20/04/2013	230 * XVIII
LYR8669	55693084D	6599/2	11/05/2013	230 * V
LYR8669	55693085D	6726/1	11/05/2013	230 * XVIII
MAH7994	55696815D	6599/2	01/05/2013	230 * V
MAI1951	55696762D	6610/2	14/04/2013	230 * VII
MAI1951	55696763D	5142/0	14/04/2013	164 c/c 162 * V
MAQ0621	55693821D	6920/0	08/04/2013	233
MAW0790	55693827D	6920/0	10/04/2013	233
MBW2423	54149073D	6610/2	05/05/2013	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDI9683	55693728D	6726/1	14/05/2013	230 * XVIII
MDI9683	55696824D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MEB8305	55480477C	5010/0	25/04/2013	162 * I
MEB8305	55694133D	6599/2	25/04/2013	230 * V
MEE9208	55692387D	6920/0	07/05/2013	233
MEH6628	54149557D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MEQ5714	55693525D	6912/0	12/04/2013	232
MFG0499	54147626D	6599/2	13/04/2013	230 * V
MGC0481	54149253D	5037/1	18/05/2013	162 * III
MIP4701	55693725D	6726/1	12/05/2013	230 * XVIII
MKD6089	55693889D	5010/0	06/05/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE JUNHO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1616/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHD2773	54149074D	5207/0	05/05/2013	169
AMW8250	55693077D	5347/0	01/05/2013	178
AMZ6928	54148396D	5185/1	07/04/2013	167
EFO0114	55692544D	5460/0	22/04/2013	181 * IX
EFO0114	55692547D	5746/1	22/04/2013	187 * I
EFO0114	55692548D	5185/1	22/04/2013	167
IJH1507	54149455D	5568/0	22/04/2013	181 * XIX
IJL5802	54149314D	5509/0	08/05/2013	181 * XIII
JTM8896	54149178D	6050/1	01/05/2013	208
KJR5810	55694149D	5193/0	12/05/2013	168
LYP5689	54149217D	5541/2	18/04/2013	181 * XVII
LZA1369	54148438D	7234/0	18/05/2013	250 * I * a
MBM5716	55700161D	5525/0	08/05/2013	181 * XV
MBU8945	55693685D	5541/1	08/04/2013	181 * XVII
MBW2423	54149072D	5185/1	05/05/2013	167
MBY2242	55692541D	5193/0	22/04/2013	168
MDJ3730	54148780D	5541/1	03/05/2013	181 * XVII
MEO5715	54148977D	5215/2	05/05/2013	170
MES5646	54149218D	5541/2	20/04/2013	181 * XVII
MFD1852	54147549D	5541/2	17/04/2013	181 * XVII
MHJ5448	55700152D	5452/1	08/05/2013	181 * VIII
MIH5283	54148432D	6980/0	04/05/2013	239
MIP6880	54149209D	5541/2	12/04/2013	181 * XVII
MJB5151	55696812D	6050/1	12/04/2013	208
MKV7647	55694129D	5720/0	22/04/2013	186 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE JUNHO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1617/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFP3250	55693307D	6920/0	29/01/2013	R\$ 127,69	233
ALI7757	55693020D	5169/1	24/02/2013	R\$ 1.915,38	165
BBZ0044	55693609D	5045/0	17/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
BBZ0044	55693610D	5142/0	17/03/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
BMH6495	54148738D	6599/2	10/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
BMH6495	54148739D	5010/0	10/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
BMH6495	54790187C	6599/2	20/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
BNP9325	55106211C	5169/1	20/02/2013	R\$ 1.915,38	165
CGS6964	55693937D	5010/0	23/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
CGS6964	55693938D	5118/0	23/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CYZ4471	55694330D	6920/0	13/12/2012	R\$ 127,69	233
DYD4652	55693132D	6610/2	17/02/2013	R\$ 127,69	230 * VII
EUO0025	55693331D	6920/0	19/02/2013	R\$ 127,69	233
LZM0117	55693330D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
MAH4933	55693137D	6599/2	23/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAH4933	55693138D	5045/0	23/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBR7168	55481138C	6599/2	24/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBT5682	55693299D	6920/0	23/01/2013	R\$ 127,69	233
MBU4747	55693946D	6599/2	07/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFH0476	55694109D	6599/2	28/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFJ6397	55693134D	6670/0	18/02/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MFP2682	55694397D	6610/2	23/02/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MGJ3508	55692523D	5169/1	24/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MGJ3508	55692524D	6599/2	24/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGJ3508	55692525D	5010/0	24/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGY4531	55693337D	6920/0	22/02/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJM0822	55693947D	5010/0	07/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJM0822	55693948D	5118/0	07/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJS4442	55692478D	5045/0	15/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJY0643	55693931D	6912/0	15/01/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE JUNHO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1618/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJT2615	55693939D	5525/0	28/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LXH1138	55693459D	5452/2	06/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LZW9817	55693452D	7366/2	22/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZY7673	55694074D	5371/0	12/02/2013	R\$ 85,12	180
MCY4979	55694398D	5509/0	23/02/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MDD4131	55693454D	6050/1	27/02/2013	R\$ 191,53	208
MDF9667	55693455D	6050/2	28/02/2013	R\$ 191,53	208
MHH1817	54149043D	5541/2	08/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL9735	55694400D	5878/0	24/02/2013	R\$ 85,12	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE JUNHO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 032, de 05 de Junho de 2013.**

PORTARIA nº 032, de 05 de junho de 2013.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DRIELI PEREIRA, para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento à vereadora Glaci Aparecida Cardoso dos Santos Pereira.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 05 de junho de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,
PRESIDENTEWILSON LUIZ BINOTTO,
VICE-PRESIDENTEFLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS
1º SECRETÁRIOCLEONY LOPES BARBOZA FIGUR
2ª SECRETÁRIA.**Camboriú****PREFEITURA****Lei Complementar N.º 055/2013**

LEI COMPLEMENTAR N.º 055/2013

Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Camboriú - PDDTC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Em atendimento às disposições do artigo 182 da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e da Lei Orgânica Municipal, fica aprovado, nos termos desta Lei Complementar, o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Camboriú.

TÍTULO I**CONCEITUAÇÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TERRITORIAL MUNICIPAL****CAPÍTULO I****DA CONCEITUAÇÃO**

Art. 2º O Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Camboriú - PDDTC é o instrumento da política de desenvolvimento urbano e territorial, voltado para orientação dos agentes públicos e privados na construção e utilização do espaço urbano de maneira coletiva e democrática, partindo de uma leitura real do Município, envolvendo aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais.

Parágrafo único. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento, deverão incorporar os princípios, objetivos e prioridades contidos nesta LEI.

Art. 3º É objetivo deste Plano Diretor, ser um instrumento de definição de estratégias de intervenção imediata e com base em seus princípios e ações, construir uma cidade para todos e para todas.

Art. 4º Este Plano Diretor é um instrumento de médio e longo prazo, que deve atravessar, necessariamente, várias administrações e sua abrangência compreende os problemas fundamentais da cidade, dentre eles, o transporte, saneamento, educação, saúde, habitação, poluição do ar e das águas, o desenvolvimento econômico e social do Município, dentre outros.

Parágrafo único. Todas as etapas de elaboração, revisão e adequação deste Plano Diretor terão que, obrigatoriamente, ser precedidas do amplo debate com a sociedade Camboriuense.

Art. 5º Este plano abrange todo o território do Município de Camboriú, observado os planos nacionais, estaduais e regionais de desenvolvimento territorial, adequando sua política de desenvolvimento urbano e ambiental à Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e define:

I - a política e as estratégias de desenvolvimento físico territorial do Município;

II - os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;

III - o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento territorial.

Parágrafo único. A interpretação da presente Lei e seus apêndices será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos os dispositivos nela contidos.

**CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS**

Art. 6º A política urbana deve se pautar pelos seguintes princípios:

I - gestão democrática e participativa;

II - sustentabilidade;

III - função social da cidade e da propriedade.

§ 1º A gestão da política urbana se fará de forma democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento.

§ 2º A Sustentabilidade é o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

§ 3º A função social do Município de Camboriú corresponde ao direito à cidade para todos, o que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer.

**CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS**

Art. 7º O modelo de política e desenvolvimento territorial tem como objetivos:

I - orientar o zoneamento urbano de forma a priorizar as necessidades da comunidade nos itens: moradia, saneamento, infraestrutura, transportes, serviços públicos e lazer, por intermédio da leitura da cidade analisando as potencialidades e deficiências;

II - gerar consciência coletiva na comunidade e poder público, na fiscalização e tomada decisões, bem como na transparência da gestão da informação técnica, para atingir o bem-estar social e o desenvolvimento ordenado do Município;

III - incentivar parcerias entre poder público e iniciativa privada buscando nessa cooperação o interesse da sociedade como um todo;

IV - garantir um Município no qual os conflitos de interesses entre aspectos econômicos e sociais sejam minimizados, visando o desenvolvimento sustentável;

V - garantir a equilibrada distribuição dos equipamentos e serviços públicos em todo território, adequando os investimentos para um maior acesso da população;

VI - planejar o Município objetivando a garantia da qualidade ambiental por meio do adequado uso e ocupação do solo e acessibilidade para todos;

VII - controlar o uso e ocupação do solo rural, fortalecendo suas relações com os usos urbanos, principalmente nos aspectos sócio-econômico e cultural, com foco na geração de renda e preservação dos recursos naturais;

VIII - promover a autonomia do Município na distribuição e acessibilidade dos bens e serviços e na expansão territorial conforme padrões legais (leis federais e estaduais) já existentes e elaborados posteriormente;

IX - planejar o Município buscando uma correta distribuição dos investimentos públicos de acordo com os objetivos do desenvolvimento urbano evitando conflitos e impactos sócio-econômicos;

X - adequar os instrumentos legais e os investimentos aos interesses do desenvolvimento do Município, promovendo justiça e bem estar social para coletividade;

XI - garantir para a sociedade a adequada distribuição dos ganhos imobiliários decorrentes dos investimentos públicos em ações voltadas ao benefício da coletividade;

XII - garantir o direito à proteção, preservação, recuperação e conservação do ambiente natural e construído bem como do patrimônio histórico, cultural, artístico, paisagístico e arqueológico, visando valorizar a identidade do Município;

XIII - assegurar a participação da comunidade frente às iniciativas de empreendimentos público/privado garantindo os interesses coletivos;

XIV - regularizar áreas ocupadas e promover sua urbanização respeitando a identidade dos atuais moradores, o acesso aos equipamentos públicos garantindo a qualidade de vida;

XV - facilitar a compreensão e aplicação da legislação existente pela população, garantindo o uso adequado dos recursos territoriais e investimentos públicos;

XVI - promover interação, entre poder público, iniciativa privada e população no processo de urbanização, promovendo o interesse social.

TÍTULO II DAS ESTRATÉGIAS

CAPÍTULO I DA ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Art. 8º Constitui objetivo da estratégia de qualificação ambiental manter o meio ambiente equilibrado, alcançando níveis crescentes de qualidade de vida, protegendo suas expressões materiais e imateriais.

Art. 9º A estratégia de qualificação ambiental inclui os seguintes temas:

I - recursos naturais;

II - patrimônio histórico cultural;

III - saneamento ambiental.

Parágrafo único. A estratégia de qualificação ambiental se apresenta especializada no Mapa da Estratégia de Qualificação Ambiental, Apêndice A desta Lei Complementar.

Seção I

Dos Recursos Naturais

Art. 10. Constituem objetivos da política de gestão dos recursos naturais conservar os recursos naturais para o desenvolvimento sustentável do Município, definindo ações para proteção, gerenciamento dos potenciais e a requalificação de locais degradados.

Art. 11. São diretrizes da política de gestão dos recursos naturais:

I - promoção da gestão participativa na utilização dos recursos naturais, visando o atendimento ao princípio da sustentabilidade;

II - regulação e interação dos instrumentos de controle ambiental, para fins de fiscalização e proteção dos recursos naturais do Município;

III - controle da emissão de poluentes resultantes da produção econômica do setor primário e secundário;

IV - utilização adequada dos recursos hídricos garantindo a sua proteção;

V - gerenciamento de áreas de risco reduzindo perdas humanas e econômicas;

VI - incentivo ao aproveitamento dos recursos naturais no sentido do desenvolvimento da atividade turística no Município;

VII - criação de unidades de conservação e áreas verdes e de um sistema voltado para o gerenciamento das mesmas, segundo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;

VIII - criar projetos de utilização do potencial das APA's existentes e projetadas no Município de Camboriú, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do turismo;

IX - melhoria e adequação da proporção de áreas verdes, caracterizando o patrimônio ambiental, valorizando a paisagem e estruturando os espaços públicos no Município;

X - implantação de políticas de Educação Ambiental junto às escolas do Município, visando à sensibilização da população e incentivando a fiscalização ativa pela comunidade.

Art. 12. São ações definidas quanto aos recursos naturais:

I - realizar audiências públicas para implantação de empreendimentos com efeitos potencialmente negativos ao ambiente e à coletividade;

II - criar políticas de reflorestamento para áreas degradadas, com a utilização de espécies nativas;

III - disciplinar a utilização de espécies exóticas nas áreas de reflorestamento;

IV - fiscalizar e controlar as atividades com emissão de poluentes, do setor primário e do setor secundário;

V - fortalecer as ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com o intuito de incrementar sua atuação;

VI - identificar, regulamentar e fiscalizar as pedreiras existentes no Município, conforme legislação vigente;

VII - promover a identificação, mapeamento e fiscalização dos pontos de saída de efluentes residenciais, industriais e agrícolas;

VIII - desassorear e despoluir o Rio Camboriú, com o objetivo de possibilitar sua navegabilidade como opção de acessibilidade, assim como prevenir enchentes;

IX - recuperar a fauna e a flora do Rio Camboriú, para permitir a restauração do equilíbrio natural;

X - preservar a mata ciliar e as nascentes, em respeito à legislação federal em vigor;

XI - incentivar a conservação dos Recursos Naturais no desenvolvimento de práticas de ecoturismo e turismo rural;

XII - criar o Parque Turístico do Pico da Pedra, privilegiando o

aproveitamento de seu potencial paisagístico, sua conservação e sua utilização no desenvolvimento econômico do Município;
XIII - criar parque linear no Rio Camboriú, com o objetivo do aproveitamento de suas margens para a reconstituição de sua mata ciliar e implantação de equipamentos de lazer;
XIV - implantar e conservar áreas verdes no Município, na área urbana e rural, proporcionando a permeabilidade do solo, o equilíbrio das condições climáticas, evitando a formação de ilhas de calor, bem como possibilitar seu aproveitamento para o lazer da população local;
XV - criar e configurar o sistema de áreas verdes no Município, possibilitando seu gerenciamento, adequação e manutenção;
XVI - recuperar e preservar a mata ciliar e proteger as áreas de mangue em conformidade à legislação em vigor;
XVII - incluir a educação ambiental no ensino fundamental com um tema transversal, para o fomento da consciência ambiental-ecológica entre crianças e jovens;
XVIII - criar consórcios municipais para sanar a problemática da falta de saneamento básico e sua fiscalização;
XIX - propor alternativas para a manutenção das estradas rurais como forma de evitar o assoreamento do rio Camboriú;
XX - determinar áreas para o futuro crescimento urbano, de forma que a relação ambiente construído e ambiente natural seja equilibrada e sustentável.

Seção II Do Patrimônio Histórico Cultural

Art. 13. Constitui objetivo do patrimônio histórico cultural preservar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, no sentido do fortalecimento da identidade do Município.

§ 1º Entende-se como patrimônio cultural material o conjunto de bens culturais classificados como arqueológicos, paisagísticos e etnográficos; históricos; belas artes; e das artes aplicadas, divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

§ 2º Entende-se por patrimônio cultural imaterial o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de sua cultura.

§ 3º Entende-se por identidade cultural do Município as características de um grupo social que partilha as mesmas atitudes, segundo um ideal coletivo projetado, fixando-se como uma construção social estabelecida, aproximando os indivíduos semelhantes.

Art. 14. São diretrizes do patrimônio histórico cultural:

- I - a gestão participativa do patrimônio histórico cultural do Município;
- II - a identificação e o mapeamento do patrimônio histórico cultural remanescente em Camboriú;
- III - a preservação do patrimônio histórico cultural remanescente no Município, visando a sua valorização e o desenvolvimento da consciência popular;
- IV - fortalecimento da identidade cultural do Município de Camboriú por meio do resgate de sua memória, costumes, fazeres, festas, entre outros;
- V - aproveitamento das características e do patrimônio histórico cultural no desenvolvimento da modalidade de turismo histórico cultural no Município;
- VI - conscientização coletiva sobre a história e os costumes do Município e de sua população, assim como da importância de sua preservação como testemunho às presentes e futuras gerações.

Art. 15. São ações definidas quanto ao patrimônio histórico

cultural:

- I - criar a Fundação Cultural no Município, com o objetivo de implantar e viabilizar projetos, bem como captar recursos;
- II - criar lei municipal para o tombamento de bens materiais e imateriais, possibilitando a implantação de outras ações legais no que diz respeito à sua preservação e manutenção;
- III - implantar o Arquivo Histórico do Município, reunindo documentos, mapas, fotografias e depoimentos diversos a respeito da história e cultura local;
- IV - buscar recursos por meio de projetos de captação nas esferas estadual e federal, voltados à implantação de ações de valorização e preservação do patrimônio;
- V - atribuir a gestão participativa do patrimônio histórico cultural do Município ao Conselho Municipal da Cidade;
- VI - realizar o inventário cultural existente no Município;
- VII - identificar e definir os imóveis de interesse histórico cultural no Município;
- VIII - criar a Área de Interesse Histórico e Cultural, abrangendo a região central do Município que concentra as edificações de interesse histórico cultural;
- IX - aplicar instrumentos urbanísticos e tributários com objetivo de valorização e incentivo à preservação do patrimônio histórico cultural do Município;
- X - implantar um centro cultural multieventos, que possibilite a realização de atividades de diversos segmentos da cultura local;
- XI - incentivar e valorizar a realização de manifestações culturais, de modo a fortalecer a identidade e pluralidade da população do Município;
- XII - criar roteiros culturais para o desenvolvimento e a diversificação das modalidades turísticas no Município;
- XIII - incentivar a realização das festas típicas existentes e a criação de novas, para valorização do patrimônio imaterial local;
- XIV - incluir a educação cultural no ensino fundamental com um tema transversal, para garantir a difusão da cultura no sentido de sua perpetuação;
- XV - prever incentivos por meio de isenção de tributos e taxas públicas dos imóveis a serem tombados.

Seção III Do Saneamento Ambiental

Art. 16. Constitui objetivo do saneamento ambiental melhorar os níveis de salubridade e sustentabilidade ambiental do Município, no sentido do incremento da qualidade de vida da população.

Art. 17. São diretrizes do saneamento ambiental:

- I - a implantação do sistema de gestão de resíduos sólidos, incluindo coleta seletiva, armazenamento, encaminhamento para reciclagem e destino final;
- II - promoção do monitoramento sanitário em todo o Município, para identificar áreas prioritárias para a aplicação de políticas de saneamento básico;
- III - ampliação das medidas de saneamento básico para áreas identificadas como deficitárias no município;
- IV - minimização da ocorrência de inundações, causadas pela insuficiência ou ausência da infraestrutura de redes de drenagem;
- V - promoção da auto-suficiência no abastecimento de água, no que tange a sua captação, tratamento e distribuição.

Art. 18. São ações definidas quanto ao saneamento ambiental:

- I - criar cooperativa e infraestrutura para viabilizar a realização de coleta seletiva domiciliar e industrial;
- II - criar alternativas de tratamento para resíduos sólidos na área rural, de maneira diferenciada, segundo suas características particulares;
- III - aumentar a frequência da realização da coleta de resíduos sólidos na área rural de Camboriú;
- IV - elaborar e instituir um programa para reutilização dos resíduos da construção civil, minimizando o volume de lixo e a consequente

sobrecarga dos aterros municipais;

V - construir aterro para a destinação dos resíduos da construção civil, no sentido do seu adequado reaproveitamento e destino final;

VI - implementar unidades de tratamento de esgoto por bairro ou região, segundo as características de relevo, solo e densidade populacional de cada área específica;

VII - instalar a rede de distribuição e de coleta e tratamento de esgoto e água, segundo as necessidades e características de cada bairro ou região, em conformidade com a legislação e os princípios de sustentabilidade ambiental definidos;

VIII - criar alternativas de tratamento de esgoto diferenciadas adequadas às peculiaridades da área rural;

IX - ampliar e adequar a rede de drenagem pluvial existente, prevenindo a ocorrência de inundações;

X - implantar mecanismos alternativos para a preservação dos mananciais de recursos hídricos, como cisternas para a captação da água da chuva, pequenas represas, diques, entre outros;

XI - estabelecer parceria pública entre o Município de Balneário Camboriú e o Município de Camboriú, no que se refere à água in natura e tratada, uma vez que ambos os Municípios se servem da mesma fonte de captação;

XII - municipalizar o tratamento de água, no sentido da autonomia do Município evitando o racionamento e possibilitando a diminuição dos custos.

CAPÍTULO II

DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Art. 19. Constituem objetivos da estratégia de desenvolvimento socioeconômico:

I - promover a dinamização da economia objetivando o aumento de emprego e renda;

II - implantar políticas de incentivos e ações junto aos setores produtivos e a comunidade para reduzir as desigualdades sociais.

Art. 20. São diretrizes da estratégia de desenvolvimento socioeconômico:

I - criação e implantação de políticas de geração de emprego e renda no Município, na busca da inclusão e equidade social;

II - estabelecimento de ações de estímulo ao associativismo e empreendedorismo como alternativa para a geração de trabalho e incremento de renda da população do Município;

III - implantação de iniciativas que visem atrair investimentos públicos e privados, como forma de dinamizar a economia e diversificar as atividades e cadeias produtivas;

IV - aproveitamento do potencial de áreas disponíveis de fácil acessibilidade para a localização e desenvolvimento das atividades econômicas do Município, no intuito de atrair investidores;

V - apoio ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, como instrumento de dinamização e diversificação em beneficiada economia local.

Art. 21. São ações definidas quanto a estratégia de desenvolvimento socioeconômico:

I - fomentar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico para gerenciar os recursos destinados ao pleno desenvolvimento das atividades turísticas e outras atividades econômicas;

II - aproveitar e valorizar a vocação do Município, tais como rural, ecológica e religiosa, para incentivar o desenvolvimento do turismo;

III - criar incentivos, identificar e mapear áreas para a implantação da agroindústria e agricultura familiar;

IV - criar incentivos fiscais para o desenvolvimento das atividades turísticas e implantação de novos equipamentos turísticos;

V - incentivar o empreendedorismo e a criação de cooperativas em todos os setores da economia, estimulando ainda a implantação e consolidação de micros e pequenas e empresas;

VI - ampliar a dotação orçamentária para a Secretaria Municipal de

Agricultura e Meio Ambiente, de modo a fortalecer o apoio técnico ao setor de produção primária;

VII - realizar ações para inserção econômica regional de Camboriú, visando seu desenvolvimento e integração junto aos demais Municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí Açu - AMFRI;

VIII - buscar a implementação, de forma descentralizada, de postos de serviços bancários no sentido do incremento da economia e da simplificação das operações financeiras da população do Município;

IX - criar acessos rápidos para escoamento da produção agrícola e industrial visando o desenvolvimento econômico, a autonomia do Município, a segurança e a melhoria da mobilidade urbana, preservando a sustentabilidade ambiental;

X - definir áreas adequadas à implantação de indústrias, segundo condições de infraestrutura instalada, acessibilidade, transporte público, entre outros;

XI - garantir apoio técnico aos agricultores na diversificação das culturas agrícolas com o objetivo da diversificação da produção primária do Município;

XII - capacitar e profissionalizar o cidadão camboriuense, firmando convênios com entidades de ensino, pesquisa e extensão, objetivando a qualificação destes para melhoria das técnicas de produção em todos os setores da economia e sua fixação no mercado de trabalho;

XIII - criar alternativas para a construção civil, comércio varejista e atacadista, serviços e indústrias, diversificando as atividades econômicas do Município.

Parágrafo único. A estratégia de desenvolvimento socioeconômico se apresenta espacializada no Mapa da Estratégia de Desenvolvimento Socioeconômico, Apêndice B desta Lei Complementar.

CAPÍTULO III

DA ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA

Art. 22. Constituem objetivos da estratégia de estruturação urbana:

I - integrar as áreas urbana e rural do Município de Camboriú;

II - promover a integração de Camboriú com os demais Municípios integrantes da região;

III - estruturar e distribuir de forma equilibrada os benefícios da urbanização entre toda a coletividade;

IV - estruturar centralidades urbanas e rurais de modo a organizar a distribuição de equipamentos e serviços públicos em todo o território municipal;

V - democratizar o acesso aos serviços públicos, garantindo sua disponibilidade, bem como sua distribuição e acesso físico de forma equitativa.

Art. 23. A estratégia de estruturação urbana inclui os seguintes temas:

I - inserção regional;

II - ordenamento do uso e ocupação do solo e estrutura fundiária;

III - equipamentos de ensino;

IV - equipamentos de saúde;

V - equipamentos de lazer e eventos;

VI - segurança pública;

VII - equipamentos funerários;

VIII - energia elétrica e comunicação.

Parágrafo único. A estratégia de estruturação urbana apresenta-se espacializada no Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana e de Habitação e Regularização Fundiária, Apêndice C desta Lei Complementar.

Seção I

Da Inserção Regional

Art. 24. Constituem objetivos da inserção regional:

I - reconhecer a importância do desenvolvimento regional equilibrado entre os Municípios da região;

II - promover o desenvolvimento e o fortalecimento igualitário na região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açú - AMFRI.

Art. 25.São diretrizes da inserção regional:

I - a promoção da efetiva integração regional por intermédio dos aspectos econômico, ambiental, cultural, turístico, além do acesso a equipamentos urbanos e comunitários, entre outros;

II - fortalecer a identidade do Município de Camboriú, reduzindo a dependência em relação aos outros Municípios da microrregião da foz do Rio Itajaí-Açú.

Art. 26.São ações definidas quanto à inserção regional:

I - incentivar atividades econômicas diversificadas visando criar maior centralidade e garantindo uma maior permanência da população no Município;

II - diversificar a produção agrícola regional e assim maximizar seus benefícios socioeconômicos, garantindo uma maior competitividade no mercado globalizado;

III - integrar e diversificar os produtos turísticos oferecidos pela região, possibilitando a maior abrangência e competitividade no referido mercado por meio da oferta de roteiros e modalidades mais especializadas;

IV - regularizar, propiciar e criar parcerias e consórcios intermunicipais para a utilização racional e sustentável dos recursos naturais em benefício ao desenvolvimento econômico regional.

Seção II

Do Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo e Estrutura Fundiária

Art. 27.Constituem objetivos do ordenamento do uso e ocupação do solo e estrutura fundiária:

I - diversificar e mesclar os usos compatíveis tomando como referência os níveis de incomodidade das atividades relacionadas;

II - reduzir os deslocamentos da população facilitando o acesso ao comércio e aos serviços locais;

III - equilibrar a distribuição da oferta de emprego e trabalho no Município, segundo a localização das atividades, privilegiando a proximidade ao local de residência;

IV - garantir tipologias de parcelamento do solo adequadas aos usos a serem implantados.

Art. 28.São diretrizes do ordenamento do uso e ocupação do solo e estrutura fundiária:

I - ordenamento do uso e ocupação do solo definido segundo o interesse e o benefício coletivo;

II - garantia da redução dos deslocamentos entre trabalho e moradia;

III - incentivo ao parcelamento do solo coerente com a infraestrutura implantada e a densidade populacional;

IV - eliminação da especulação imobiliária, reduzindo os vazios urbanos e garantido a função social da propriedade.

Art. 29.São ações definidas quanto ao ordenamento do uso e ocupação do solo e estrutura fundiária:

I - orientar o zoneamento urbano de forma a disciplinar os diferentes usos e ocupações do solo no Município;

II - disciplinar a atividade industrial segundo o porte e o nível de incomodidade de sua instalação e das atividades desempenhadas;

III - estimular as atividades de comércio e serviços nas diversas regiões do Município, criando novas centralidades com o intuito de melhorar o acesso ao comércio e serviços;

IV - adequar a legislação específica vigente para regulamentar o parcelamento, uso e ocupação do solo e mobilidade urbana no sentido de ordenar o crescimento do Município de acordo com o zoneamento;

V - coibir a construção e a ocupação de áreas irregulares, por meio

da exigência de projeto, da obediência às normas construtivas vigentes e a não utilização de áreas inadequadas como: Áreas de Proteção Permanente - APP's, áreas verdes, unidades de conservação, áreas com restrições geológicas, com declividade acentuada, faixas não edificantes ao longo de rodovias e cursos d'água, redes de alta tensão e dutos, galeria de drenagem, conforme definição de legislação vigente mais restritiva à ocupação;

VI - implantar instrumentos urbanísticos e tributários visando inibir a especulação imobiliária nos vazios urbanos existentes no Município, assegurando o cumprimento à função social da propriedade;

VII - criar um sistema eficaz de fiscalização coibindo o surgimento de assentamentos irregulares, clandestinos ou subnormais e assim garantindo a obediência à legislação vigente.

Seção III

Dos Equipamentos de Ensino

Art. 30.Constituem objetivos dos equipamentos de ensino:

I - ampliar o acesso à educação em todas as faixas etárias e níveis educacionais;

II - reduzir as distâncias entre os equipamentos de ensino e moradia;

III - incentivar a elaboração de programas para elevar os níveis de escolaridade da população do Município.

Art. 31.São diretrizes dos equipamentos de ensino:

I - distribuição equitativa dos equipamentos de ensino nos bairros, priorizando áreas deficitárias no panorama municipal;

II - melhoria nas condições de acesso aos equipamentos de ensino para toda a população do Município;

III - integração e parceria entre os Poderes Municipal, Estadual e Federal para qualificação do ensino no Município, possibilitando a inclusão dos diversos níveis de ensino.

Art. 32.São ações definidas quanto aos equipamentos de ensino:

I - melhorar o acesso à educação na área rural do Município, viabilizando a formação e a melhoria do nível de escolaridade e qualificação daquela população;

II - aumentar o número de vagas nos Centros de Educação Infantil - CEI, em todo o Município, criando condições de trabalho para a população adulta, em idade economicamente ativa;

III - construir escolas ou, ainda, ampliar a oferta de vagas a todos os níveis de ensino nos bairros, levando em consideração a densidade populacional, bem como as faixas etárias e níveis de escolaridade dos mesmos;

IV - articular e realizar convênios com o Governo Estadual e Federal para construção e abertura de vagas em escolas de ensino médio e profissionalizante, visando à qualificação profissional com ênfase à capacitação da mão de obra local;

V - incentivar a implantação de cursos e/ou equipamentos de ensino de nível superior, para atender a crescente demanda do Município;

VI - garantir a acessibilidade física aos equipamentos de ensino, por meio de sua proximidade com as áreas de moradia ou, ainda, do transporte escolar adequado;

VII - garantir o acesso aos equipamentos de ensino, as pessoas com necessidades especiais, segundo normas técnicas e legislação em vigor;

VIII - fiscalizar e coibir a evasão escolar.

Seção IV

Dos Equipamentos de Saúde

Art. 33.Constituem objetivos dos equipamentos de saúde:

I - assegurar e proporcionar a melhoria das condições de salubridade em todo o Município;

II - garantir o acesso aos serviços de saúde a toda a população residente;

III - reduzir as distâncias entre os equipamentos de saúde e moradia.

Art. 34. São diretrizes dos equipamentos de saúde:

- I - descentralização do atendimento de saúde, visando a abrangência e equidade destes serviços em todo o Município;
- II - ampliação das ações de controle epidemiológico, possibilitando a realização de iniciativas preventivas em saúde pública;
- III - garantia da gestão integrada no sistema de saúde, incluindo os sistemas municipal, estadual e federal, como forma de assegurar o pleno gozo dos direitos dos cidadãos;
- IV - incremento ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde em todas as regiões do Município;
- V - melhoria no atendimento hospitalar municipal no tocante aos serviços de urgências e emergências, consultas, exames, inclusive via Sistema Único de Saúde - SUS, consolidando e garantindo a inclusão social;
- VI - desenvolvimento de ações de saúde fundamentadas na territorialização, priorizando o atendimento às populações em risco, assim como, a hierarquização dos serviços e o planejamento das ações do setor.

Art. 35. São ações definidas quanto aos equipamentos de saúde:

- I - revisar e adequar os convênios entre a municipalidade e a administração da Fundação Hospitalar de Camboriú - FHC, visando o melhor atendimento a população local;
- II - ampliar os serviços hospitalares em relação à sua demanda potencial, reestruturando o atendimento, equilibrando a oferta de leitos utilizando como indicador o número de leitos por mil habitantes;
- III - distribuir os equipamentos de saúde de forma equilibrada, garantindo o seu fácil acesso a coletividade, oferecendo estrutura conforme as características construtivas determinadas pela legislação, contemplando as áreas urbana e rural;
- IV - implantar centro de zoonoses, assim como o serviço de recolhimento de animais de pequeno porte objetivando a redução dos agravos, riscos e danos à saúde;
- V - estabelecer convênios com as esferas estaduais e federais para melhoria nos serviços de saúde municipais a fim de garantir o pleno atendimento à coletividade;
- VI - garantir equidade no acesso aos equipamentos de saúde para pessoas com necessidades especiais, segundo normas técnicas e legislação em vigor.

Seção V

Dos Equipamentos de Lazer e Eventos

Art. 36. Constituem objetivos dos equipamentos de lazer e eventos:

- I - propiciar acesso ao lazer, esporte e recreação, no sentido da promoção de opções de entretenimento, difusão cultural e bem estar da população em geral, assim como dos turistas e visitantes;
- II - oferecer conforto e qualidade na realização de eventos, por meio da disponibilidade de centro de eventos e infraestrutura dimensionados adequadamente.

Art. 37. São diretrizes dos equipamentos de lazer e eventos:

- I - adequada gestão e manutenção das áreas e equipamentos de lazer e eventos, no sentido de sua apropriação pela população, além de proporcionar conforto na realização das referidas atividades no Município;
- II - descentralização dos equipamentos de esporte e lazer favorecendo seu acesso por toda a coletividade, incentivando a construção de relações sociais e cívicas entre os residentes do Município;
- III - criação e diversificação das opções de lazer, assim como a ampliação de seu acesso a toda população do Município, inclusive as pessoas com necessidades especiais;
- IV - inclusão social em todo o Município por meio de ações e atividades ligadas à cultura, esporte, recreação e lazer;
- V - qualificação da infraestrutura do Município para a realização de eventos de grande porte, possibilitando conforto e qualidade de logística e acesso adequado, privilegiando a captação e

consolidação dos mesmos.

Art. 38. São ações definidas quanto aos equipamentos de lazer e eventos:

- I - identificar e mapear áreas disponíveis para instalação de espaços públicos de lazer, recreação e parques urbanos;
- II - construir equipamentos de lazer nos bairros, inclusive para recreação infantil, descentralizando-os e assim configurando um sistema municipal de lazer e recreação, propiciando seu fácil acesso a toda a coletividade;
- III - recuperar os equipamentos de esporte e lazer já existentes no Município, potencializando a sua utilização pela população por meio da implantação de mobiliário urbano e esportivo adequados;
- IV - garantir o acesso as pessoas com necessidades especiais às áreas de lazer, no sentido do exercício de seus direitos e de sua inclusão social;
- V - implantar parques acompanhados de equipamentos junto ao Rio Camboriú, agregando a prática de esportes e lazer da população à estratégia de preservação, no que diz respeito à recuperação da mata ciliar do rio;
- VI - criar programas de esporte e lazer em todo o Município, visando o fortalecimento da noção de cidadania entre a população local;
- VII - incentivar a participação de atletas camboriuenses em competições estaduais e nacionais;
- VIII - permitir e incentivar a utilização das áreas de lazer e esportes existentes nas escolas municipais pela população local durante os finais de semana, bem como permitir que a rede de ensino utilize os equipamentos públicos de lazer, mediante regulamentação específica;
- IX - incentivar e organizar a realização de jogos e torneios em todo o Município objetivando o fortalecimento das relações e da integração social da população;
- X - identificar e mapear áreas adequadas à implantação de centro de eventos, de forma a possibilitar sua realização com menor nível de interferência no cotidiano do Município;
- XI - criar infraestrutura de centro de eventos, permitindo sua adequada utilização segundo porte e necessidades específicas.

Seção VI

Da Segurança Pública

Art. 39. Constituem objetivos da segurança pública:

- I - garantir a integridade física e psicológica do cidadão, bem como proteger os bens móveis e imóveis públicos e privados, proporcionando tranquilidade e bem-estar social;
- II - minimizar as taxas de violência no Município, por meio de ações preventivas e de integração social;
- III - incrementar os níveis de segurança no trânsito urbano e rural, por meio de ações de regulamentação, fiscalização e aplicação de sanções legais;
- IV - incentivar e colaborar para a integração dos sistemas de segurança, tanto nas esferas municipais, estaduais e federais, assim como entre os diversos setores municipais.

Art. 40. São diretrizes da segurança pública:

- I - integração das esferas governamentais na gestão da segurança no Município, possibilitando maior eficiência e abrangência na sua atuação;
- II - criação de planos de redução da violência com ações integradas entre a Polícia Militar, o Poder Público Municipal e a própria sociedade, contemplando iniciativas educacionais e de inclusão da população em situação de risco;
- III - incentivo ao órgão municipal de Defesa Civil visando a redução e gerenciamento de riscos;
- IV - implantação de mecanismos que assegurem a segurança no trânsito, inclusive a regulamentação das atividades de trilha, implantação de passeios e ciclovias, sinalização e hierarquização das vias, possibilitando o estabelecimento das velocidades permitidas

segundo suas categorias;

V - descentralização dos serviços de segurança, permitindo o incremento da vigilância, da eficiência no atendimento às ocorrências, assim como da proximidade à população local;
VI - diminuir os índices de criminalidade em todo o território do Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Art. 41. São ações definidas quanto à segurança pública:

I - fortalecer as ações do conselho de segurança pública, bem como garantir a participação popular quando da gestão da segurança no Município;

II - mapear e hierarquizar as áreas de risco e violência no Município, identificando as condições de vulnerabilidade;

III - criar e/ou incentivar programas de inclusão social e ensino profissionalizante;

IV - solicitar o aumento do efetivo policial junto ao governo estadual, possibilitando a descentralização das ações de segurança com a criação de postos em todo o Município;

V - garantir a segurança nos espaços públicos do Município, visando proporcionar tranquilidade e bem estar social no exercício do direito de ir e vir;

VI - fortalecer a presença de policiamento no entorno das escolas municipais atuando de forma integrada à comunidade local, para a proteção das crianças, jovens e adolescentes;

VII - criar a Guarda Municipal;

VIII - sediar no Município um posto para a Polícia Ambiental do Estado;

IX - implantar equipamentos de segurança como câmeras de vigilância em áreas públicas.

Seção VII

Dos Equipamentos Funerários

Art. 42. Constitui objetivo dos equipamentos funerários adequar e ampliar a capacidade dos equipamentos funerários segundo as exigências legais, em respeito à cultura local e contribuindo para a preservação do ambiente e nível de salubridade do Município.

Art. 43. São diretrizes dos equipamentos funerários:

I - ampliação da capacidade dos equipamentos funerários existentes no Município, segundo a necessidade da população projetada;

II - inclusão e incentivo à adoção de novas opções de sepultamento, de maneira a diminuir a pressão sobre os equipamentos funerários já existentes.

Art. 44. São ações definidas quanto aos equipamentos funerários:

I - levantar e mapear as áreas adequadas e propícias para construção e ampliação de cemitérios;

II - construir cemitérios e realizar sepultamentos em conformidade à legislação em vigor, ampliando a capacidade funerária também protegendo o meio natural e os mananciais de água;

III - implantar crematório e cemitério vertical como formas alternativas de sepultamento, aumentando a capacidade funerária do Município e diminuindo a pressão sobre equipamentos funerários disponíveis.

Seção VIII

Dos Equipamentos de Energia Elétrica e Comunicação

Art. 45. Constituem objetivos da energia elétrica e comunicação:

I - incentivar a utilização racional dos recursos energéticos no Município, propiciando sua utilização adequada segundo os níveis de sustentabilidade;

II - incentivar formas alternativas de geração de energia;

III - qualificar e ampliar os serviços de comunicação e acesso à informação para toda a população do Município, garantindo sua eficiência tanto na área urbana quanto na área rural;

IV - proporcionar conforto e segurança à população pela adequada

iluminação noturna dos logradouros públicos.

Art. 46. São diretrizes da energia elétrica e comunicação:

I - inclusão de mecanismos de gestão eficiente dos recursos energéticos possibilitando o melhor controle do uso destes recursos, segundo os interesses da população e os limites de sustentabilidade;

II - utilização sustentável dos recursos energéticos, possibilitada por ações de conscientização e do incentivo à adoção de formas alternativas de produção de energia;

III - melhoria dos serviços de iluminação pública, garantindo sua distribuição e manutenção adequada nos logradouros públicos, para o conforto e segurança da população;

IV - valorização dos espaços públicos por meio da implantação de iluminação especial, destacando edificações, monumentos e paisagens de interesse turístico-cultural;

V - ampliação dos serviços de comunicação e informação em todo o Município, incluindo telefonia fixa, pública e móvel, assim como de serviço de Correio, especialmente na área rural.

Art. 47. São ações definidas quanto à energia elétrica e comunicação:

I - incentivar a produção de energia por meio de fontes alternativas, de forma a resguardar os recursos energéticos oriundos de fontes não renováveis e permitindo a inclusão de novas possibilidades de abastecimento energético;

II - sensibilizar a população no que diz respeito à utilização racional dos recursos energéticos, diminuindo o desperdício e incentivando sua utilização sustentável e preservação;

III - criar programas de informação sobre a utilização racional da energia;

IV - aumentar a fiscalização no que diz respeito à manutenção da iluminação pública e à concessionária de energia elétrica local;

V - identificar os pontos deficitários em iluminação pública visando a sua melhoria;

VI - implantar, melhorar e manter a iluminação de vias, passeios e logradouros públicos, garantindo o conforto e a segurança da coletividade e do patrimônio;

VII - modernizar o sistema de iluminação pública em busca de sua maior eficiência, utilização racional e utilização de equipamentos e tecnologias adequadas;

VIII - implantar a iluminação pública especial em pontos turísticos, monumentos e edificações históricas, com a finalidade de valorizar e destacar os pontos de interesse existentes no Município;

IX - viabilizar a implantação do serviço de telefonia fixa, móvel e internet na área rural, bem como sua ampliação nas demais áreas do Município, proporcionando o atendimento da população por este serviço, facilitando sua inclusão e acesso à cidade;

X - viabilizar a implantação do serviço de telefonia pública na área rural, garantindo sua utilização equitativa por toda a sociedade;

XI - ampliar os serviços de Correios, implantando postos de atendimento que sirvam a uma maior porção do território do Município;

XII - viabilizar e implantar subestações de energia elétrica.

CAPÍTULO IV

DA ESTRATÉGIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 48. Constituem objetivos da estratégia de habitação e regularização fundiária:

I - garantir a inclusão social por meio de ações de regularização fundiária, segundo critérios eletivos por prioridades dos riscos associados;

II - minimizar o déficit habitacional no Município, assegurando moradia digna à população de baixa renda sem imóvel próprio;

III - promover o acesso à moradia provida de infraestrutura urbana, no sentido do incremento das condições de habitabilidade no Município, como forma de garantir o desempenho da função social da propriedade.

Art. 49. São diretrizes da estratégia de habitação e regularização fundiária:

I - promoção da requalificação urbana, garantindo a utilização de imóveis vazios, e da regularização fundiária no Município, atendendo áreas prioritárias, visando o desempenho da função social da propriedade;

II - desenvolvimento de projetos com o objetivo de facilitar e incrementar o acesso à moradia, adequados às peculiaridades do Município e sua população;

III - garantia de acesso à habitação de qualidade em todo Município.

Art. 50. São ações definidas quanto à estratégia de habitação e regularização fundiária:

I - realizar diagnóstico e mapeamento das condições atuais de moradia da população do Município de Camboriú, identificando as áreas deficitárias no concernente à habitação e condições de habitabilidade;

II - identificar áreas adequadas para a implantação de habitação popular, em áreas definidas como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;

III - incentivar programas de habitação popular, direcionados à população de baixa renda, sem imóvel próprio, visando à inclusão social;

IV - articular planos de habitação com as esferas governamentais estadual e federal, possibilitando sua aquisição por intermédio de financiamentos de longo prazo ou fundo perdido, de regime de construção em mutirão, entre outros;

V - oferecer apoio técnico às iniciativas individuais ou coletivas de construção de habitações de interesse social no Município, como forma de incremento às unidades habitacionais populares para famílias de baixa renda;

VI - impedir ocupações irregulares nas áreas de proteção ambiental e de risco em todo território municipal, objetivando a segurança da população e a preservação ambiental;

VII - classificar as áreas de moradia irregular identificando prioridades no atendimento quanto ao seu remanejamento ou regularização fundiária;

VIII - urbanizar, requalificar e regularizar os assentamentos sub-normais, desde que não estejam localizados em áreas de proteção ambiental e de risco, loteamentos irregulares e cortiços visando à justa distribuição da urbanização e sua integração no Município;

IX - exigir qualificação dos loteamentos, dotando-os com infraestrutura básica, conforme definição da Lei de Parcelamento do Solo;

X - utilizar instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e definidos na presente Lei Complementar para regularização fundiária e produção da habitação popular para famílias de baixa renda.

Parágrafo único. A estratégia de habitação e regularização fundiária apresenta-se espacializada no Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana e de Habitação e Regularização Fundiária, Apêndice C desta Lei Complementar.

CAPÍTULO V

DA ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA

Art. 51. Constituem objetivos da estratégia de mobilidade urbana:

I - garantir a acessibilidade e a mobilidade da população, sejam pedestres, motoristas, ciclistas, portadores de necessidades especiais e com mobilidade reduzida, por meio do planejamento do sistema viário e de transportes vinculados ao uso e ocupação do solo;

II - garantir a fluidez e segurança do trânsito e de seus usuários.

Art. 52. A estratégia de mobilidade urbana inclui os seguintes temas:

I - sistema viário;

II - transporte urbano público e de cargas.

Parágrafo único. A estratégia de mobilidade urbana apresenta-se espacializada no Mapa da Estratégia de Mobilidade Urbana, Apêndice D desta Lei Complementar.

Seção I

Do Sistema Viário

Art. 53. Constitui objetivo do sistema viário garantir a fluidez e segurança no trânsito considerando as questões de logística com vistas à articulação da mobilidade e acessibilidade no Município de Camboriú.

Art. 54. São diretrizes do sistema viário:

I - promoção da gestão e planejamento adequado da malha viária do Município, contemplando sua hierarquização, ampliação, adequação e manutenção, segundo as peculiaridades locais;

II - qualificação do sistema viário do Município, permitindo o fluxo contínuo e seguro de pessoas, produtos e informações por meio do território do Município;

III - inclusão de mobiliário urbano e infraestrutura de apoio, como a sinalização vertical e horizontal, no sistema viário em todo Município proporcionando melhor orientação, conforto e bem estar da população residente.

Art. 55. São ações definidas quanto ao sistema viário:

I - diversificar e qualificar as opções de acesso regional por meio de vias, pontes e outras formas de acesso, tais como a estrada de acesso aos Municípios de Itajaí, Brusque, Tijucas, Itapema e Balneário Camboriú possibilitando a intensificação do fluxo de pessoas, bens e serviços na região e dinamização da economia;

II - integrar as diversas regiões do Município por meio da ampliação e adequação do sistema viário, melhorando as condições de acesso para a sua população;

III - criar uma opção de acesso viário direto ao Município, a partir da BR-101, e implantar via marginal, garantindo a autonomia no que diz respeito à mobilidade regional, além da segurança dos municípios;

IV - estabelecer a hierarquização das vias do Município permitindo seu melhor planejamento e gestão, assim como sua adequada utilização pela população local;

V - aplicar a legislação municipal referente à nomenclatura das ruas do Município, possibilitando sua adequada identificação pelos diversos usuários do sistema viário local;

VI - implementar sinalização indicativa dos nomes de ruas em formato e local adequado, tanto na área urbana quanto rural, propiciando a melhor orientação dos usuários e residentes, assim como uma maior eficiência na prestação de serviços públicos;

VII - implementar sistema ciclovitário no Município, segundo as normas legais;

VIII - realizar um levantamento das condições de caminhabilidade na área urbana do Município, gerando subsídios para futura elaboração de legislação específica;

IX - implantar passeios públicos urbanizados, arborizados e equipados com mobiliário urbano, proporcionando o maior conforto da população do Município;

X - adequar os passeios públicos às pessoas com necessidades especiais, garantindo seu direito de ir e vir;

XI - implantar placas de sinalização turística, valorizando e identificando o patrimônio e os atrativos do Município, orientando assim, os residentes, turistas e visitantes;

XII - inserir placas de sinalização e regularização do trânsito, aumentando a segurança dos transeuntes;

XIII - regulamentar e estruturar corredores para o transporte de cargas.

Seção II

Do Transporte Urbano

Art. 56. Constituem objetivos do transporte urbano:

- I - atender as necessidades de deslocamentos, contemplando todas as localidades do território municipal de Camboriú;
- II - reduzir a utilização de veículos individuais minimizando os impactos ambientais decorrentes da emissão de gases poluentes;
- III - incrementar o acesso ao transporte público coletivo incentivando o uso pela coletividade, de maneira a promover o direito à cidade;
- IV - reduzir os conflitos entre o transporte de cargas e o local;
- V - garantir a qualidade do serviço de transporte público coletivo.

Art. 57. São diretrizes do transporte urbano:

- I - criação de projeto para a implantação de um sistema de transporte público integrado, local e regional, possibilitando a diminuição dos custos tarifários, além da maior eficiência do serviço;
- II - melhoria no sistema de transporte público coletivo, na disponibilização de horários e itinerários, objetivando seu amplo acesso por toda a população do Município;
- III - adequação da acessibilidade ao transporte coletivo e de cargas, garantindo o escoamento da produção.

Art. 58. São ações definidas quanto ao transporte urbano:

- I - disponibilizar maior variedade de horários e itinerários do transporte coletivo, segundo as necessidades da demanda da coletividade;
- II - criar um órgão municipal de planejamento e gestão do sistema de transporte coletivo;
- III - incentivar estudos e implantação de heliportos e marinas, em locais adequados para pista de pouso, respeitando as demais diretrizes deste Plano Diretor e legislação correlata;
- IV - exigir das empresas municipais e intermunicipais o cumprimento das normas legais quanto à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais para os veículos utilizados no transporte público coletivo;
- V - implantar o sistema de transporte público integrado, bem como o Terminal Urbano Integrado Intermunicipal, a fim de diminuir os custos tarifários e melhorar o atendimento às necessidades de acessibilidade de toda a população;
- VI - implantar rotas de acessos adequados que reduzam os conflitos entre o transporte de cargas e o local;
- VII - exigir pavimentação adequada nas rotas de transporte público e de cargas;
- VIII - incentivar a utilização de transportes públicos menos poluentes;
- IX - implantar o transporte hidroviário coletivo e de cargas;
- X - implantar o transporte ferroviário coletivo e de cargas;
- XI - implantar o transporte coletivo aéreo.

TÍTULO III

DO MACROZONEAMENTO

Art. 59. O macrozoneamento estabelece um referencial espacial para o uso e a ocupação do solo no Município, de acordo com as estratégias do Estatuto da Cidade e aquelas definidas por este Plano Diretor, bem como as características do ambiente natural e construído.

Art. 60. O território do Município de Camboriú divide-se em duas macrozonas:

- I - macrozona urbana;
- II - macrozona rural.

Art. 61. A macrozona urbana define o perímetro urbano do Município, conforme o Apêndice E desta Lei Complementar.

Art. 62. A macrozona rural compreende todas as demais áreas existentes no Município, conforme Apêndice E desta Lei Complementar.

CAPÍTULO I

DA MACROZONA URBANA

Art. 63. A macrozona urbana compreende a área urbanizada do Município, apresentando diferentes graus de consolidação e fica dividida, para orientar o desenvolvimento urbano, em dois setores:

- I - setor consolidado;
- II - setor em consolidação.

Art. 64. A macrozona urbana tem como objetivos:

- I - proporcionar a requalificação urbana;
- II - controlar e direcionar o adensamento urbano;
- III - proteger e preservar as áreas de fragilidade ambiental.

Seção I

Do Setor Consolidado

Art. 65. O Setor Consolidado caracteriza-se pela existência de equipamentos públicos e comunitários, malha viária e transporte coletivo, presença de áreas verdes e áreas de alta e média densidade, além da diversificação de usos.

Art. 66. O Setor Consolidado tem como principais objetivos:

- I - regularizar imóveis organizando e direcionando o crescimento da cidade;
- II - implantar e manter áreas verdes melhorando a qualidade de vida;
- III - garantir a manutenção e ampliação dos equipamentos públicos e comunitários para o adequado atendimento da população;
- IV - organizar e ampliar a malha viária e o sistema de transporte coletivo evitando congestionamento e facilitando a acessibilidade;
- V - ampliar e organizar a diversificação geral de usos visando aumentar a renda per capita da população, a melhoria da acessibilidade e da vitalidade urbana;
- VI - ampliar, delimitar e dar incentivo ao setor industrial;
- VII - ocupar os vazios urbanos existentes;
- VIII - aumentar a densidade urbana conforme a capacidade de suporte.

Seção II

Do Setor em Consolidação

Art. 67. O setor em consolidação caracteriza-se por apresentar áreas de densidade urbana reduzida, parcelamentos dispersos no solo, vazios urbanos, áreas livres de proteção ambiental e infraestrutura básica.

Art. 68. O setor em consolidação tem como objetivos:

- I - regularizar os parcelamentos existentes;
- II - garantir a conservação das áreas verdes melhorando a qualidade de vida;
- III - implantar equipamentos públicos e comunitários e manter a infraestrutura conforme a densidade populacional;
- IV - melhorar a acessibilidade e a mobilidade urbana;
- V - promover incentivo ao setor industrial;
- VI - evitar especulação imobiliária.

CAPÍTULO II

DA MACROZONA RURAL

Art. 69. A macrozona rural é caracterizada pelas áreas de proteção do ambiente natural, pelos núcleos de comunidades rurais e pelas atividades de produção agrícola.

Art. 70. Constituem-se objetivos da macrozona rural:

- I - garantir a preservação ambiental;
- II - garantir o uso adequado dos recursos naturais;
- III - promover o desenvolvimento econômico do setor primário;
- IV - incentivar o desenvolvimento do turismo ecológico e do rural.

Art. 71.A macrozona rural divide-se em dois setores:

- I - setor de proteção ambiental;
- II - setor de produção agrícola.

Seção I

Do Setor de Proteção Ambiental

Art. 72.O setor de proteção ambiental é caracterizado pela existência de cobertura vegetal nativa, de mananciais hídricos, de recursos minerais, de fauna e flora, de paisagens naturais com potencial para o turismo e de áreas de preservação permanente conforme legislação federal e estadual.

Art. 73.Constituem objetivos do setor de proteção ambiental:

- I - proteger a Mata Atlântica, fauna e espécies de flora, mananciais hídricos e recursos minerais;
- II - potencializar o turismo ecológico;
- III - organizar e determinar áreas para implantação de equipamentos e pontos turísticos;
- IV - recuperar ambientalmente as áreas degradadas.

Seção II

Do Setor de Produção Agrícola

Art. 74. O setor de produção agrícola é caracterizado pela existência de atividades econômicas do setor primário, pela baixa densidade populacional, presença de grandes lotes e turismo ecológico e rural.

Art. 75. Constituem objetivos do setor de produção agrícola:

- I - proteger os recursos naturais;
- II - determinar e regulamentar áreas de produção agrícola, pecuária, exploração mineral e reflorestamento;
- III - garantir a facilidade do escoamento da produção primária;
- IV - garantir ocupação de baixa densidade, com atividades econômicas que não causem impactos ambientais e degradação ambiental;
- V - buscar e ampliar a geração de emprego e renda com atividades de turismo rural e ecológico, respeitando os princípios de sustentabilidade;
- VI - promover o desenvolvimento do turismo por meio da preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA TERRITORIAL MUNICIPAL

Art. 76. Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano serão adotados, dentre outros, os seguintes instrumentos de política urbana:

I - Instrumentos de Planejamento Municipal:

- a) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- b) zoneamento ambiental;
- c) plano plurianual;
- d) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- e) planos, programas e projetos setoriais;
- f) planos de desenvolvimento econômico e social;
- g) programas e projetos especiais de urbanização.

II - Instrumentos Tributários e Financeiros:

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
- b) contribuição de melhoria;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- d) tributos municipais diversos;
- e) taxas e tarifas públicas específicas.

III - Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos:

- a) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) imposto territorial e predial (IPTU) progressivo no tempo;

- c) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
 - d) usucapião especial de imóvel urbano;
 - e) concessão de uso especial para fins de moradia;
 - f) direito de superfície;
 - g) direito de preempção;
 - h) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
 - i) operações urbanas consorciadas;
 - j) transferência do direito de construir;
 - k) estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV);
 - l) consórcio imobiliário.
- IV - Instrumentos Jurídicos e Políticos:
- a) desapropriação;
 - b) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
 - c) instituição de unidades de conservação;
 - d) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
 - e) licenciamento ambiental.

V - Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana:

- a) conselhos municipais;
- b) fundos municipais;
- c) gestão orçamentária participativa;
- d) audiências públicas;
- e) conferências municipais;
- f) referendo popular e plebiscito.

VI - Instrumentos Jurídico-Administrativos:

- a) servidão administrativa;
- b) limitações administrativas;
- c) concessão, permissão ou autorização de usos de bens públicos municipais;
- d) contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
- e) contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
- f) convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
- g) termo administrativo de ajustamento de conduta.

VII - Instrumentos de Regularização Fundiária:

- a) regularização fundiária;
- b) instituição de zonas especiais de interesse social;
- c) concessão de direito real de uso;
- d) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária;
- e) legitimação de posse.

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS

Seção I

Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios

Art. 77. São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal e dos artigos 5º e 6º do Estatuto da Cidade, os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados localizados no setor consolidado da macrozona urbana.

§ 1º Considera-se solo urbano não edificado os terrenos e glebas com área igual ou superior a 1.200,00 m² (um mil e duzentos metros quadrados) localizados no setor consolidado da macrozona urbana, quando o coeficiente de aproveitamento utilizado, definido na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, for igual a zero.

§ 2º Consideram-se solo urbano subutilizado os terrenos e glebas que não atingirem o coeficiente de aproveitamento mínimo estabelecido na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e localizados no setor consolidado da macrozona urbana.

§ 3º Ficam excluídos da obrigação estabelecida no caput deste artigo os imóveis:

- I - utilizados para instalação de atividades econômicas que não necessitem de edificações para exercer suas finalidades;
- II - os imóveis utilizados como postos de abastecimento de veículos;
- III - que exerçam função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;
- IV - os imóveis integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município;
- V - de interesse do patrimônio cultural ou ambiental;
- VI - ocupados por clubes ou associações de classe;
- VII - de propriedade de cooperativas habitacionais;
- VIII - que explorem a atividade de estacionamento, em área inferior a 600 m² (seiscentos metros quadrados);
- IX - os imóveis públicos;
- X - casos omissos serão deliberados pelo Conselho Municipal da Cidade.

§ 4º Considera-se solo urbano não utilizado todo tipo de edificação que esteja comprovadamente desocupada há mais de 02 (dois) anos, ressalvados os casos dos imóveis integrantes de massa falida.

Art. 78. Os imóveis nas condições a que se refere o artigo anterior serão identificados e seus proprietários notificados, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis e será feita:

- I - por funcionário do órgão competente do Poder Público Municipal, diretamente ao proprietário do imóvel, e em caso de o imóvel pertencer a pessoa jurídica ao representante legal desta;
- II - por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I deste artigo.

§ 1º Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 01 (um) ano, contado a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação.

§ 2º Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) anos a contar da aprovação do projeto, e deverão ser concluídos no prazo máximo de 03 (três) anos a contar da aprovação do projeto, ressalvados os projetos de grande complexidade, assim definidos por lei específica.

§ 3º Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, poderão ser apresentados até 02 (dois) pedidos de aprovação de projeto para a mesma área.

§ 4º As edificações enquadradas no § 4º do artigo 77 desta Lei Complementar deverão estar ocupadas no prazo máximo de 06 (seis) meses a partir do recebimento da notificação.

Seção II

Do IPTU Progressivo no Tempo e da Desapropriação com Pagamento em Títulos

Art. 79. Em caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos nos artigos 77 e 78 desta Lei Complementar, o Município aplicará alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§ 1º A alíquota progressiva do IPTU poderá atingir o percentual máximo de 15% (quinze por cento) do valor venal do imóvel, e não poderá ser superior a duas vezes a alíquota cobrada no ano anterior, nos termos do § 1º do artigo 7º da Lei Federal n.º

10.257/2001.

§ 2º Lei específica baseada no § 1º do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.257/2001, estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e a aplicação deste instituto.

§ 3º Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de 05 (cinco) anos o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a aplicação da medida prevista no artigo 80 desta Lei Complementar.

§ 4º É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 80. Decorridos os 05 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º O pagamento em títulos da dívida pública será exercido, nos termos do § 1º do artigo 8º da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

§ 2º O valor real da indenização:

- I - refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação prevista no artigo 78 desta Lei Complementar;
- II - não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 4º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§ 6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do § 5º deste artigo as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no artigo 77 desta Lei Complementar.

Seção III

Da Usucapião Especial de Imóvel Urbano

Art. 81. O direito da usucapião especial de imóvel urbano poderá ser exercido, nos termos dos artigos 9º, 10, 11, 12, 13 e 14 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Seção IV

Da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

Art. 82. Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de imóvel público municipal situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º A concessão de uso especial para fins de moradia será

conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

Art. 83. Nos imóveis de que trata o artigo anterior, com mais de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), que, até 30 de junho de 2001, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse a de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 2º Na concessão de uso especial de que trata este artigo, será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

§ 3º A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 84. É facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito da concessão especial para fins de moradia em outro local na hipótese de ocupação de imóvel:

- I - de uso comum do povo;
- II - destinado a projeto de urbanização;
- III - de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;
- IV - reservado à construção de represas e obras congêneres; ou
- V - situado em via de comunicação.

Art. 85. O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.

§ 1º A Administração Pública terá o prazo máximo de 12 (doze) meses para decidir o pedido, contados da data de seu protocolo.

§ 2º O título conferido por via administrativa ou por sentença judicial servirá para efeito de registro no cartório de registro de imóveis.

Art. 86. O direito de concessão de uso especial para fins de moradia é transferível por ato inter vivos ou causa mortis.

Art. 87. O direito à concessão de uso especial para fins de moradia extingue-se no caso de:

- I - o concessionário dar ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família; II - o concessionário adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único. A extinção de que trata este artigo será averbada no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração do Poder Público concedente.

Art. 88. É facultado ao Poder Público competente dar autorização de uso àquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu,

por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para fins comerciais.

§ 1º A autorização de uso de que trata este artigo será conferida de forma gratuita.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

Seção V Do Direito de Superfície

Art. 89. O proprietário de área urbana poderá conceder a outrem o direito de superfície de seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.

§ 4º O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos aos termos do contrato respectivo.

§ 5º Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros.

Art. 90. O direito de superfície poderá ser exercido, nos termos dos artigos 22, 23 e 24 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e deste Plano Diretor, em todas as macrozonas.

Art. 91. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

- I - exercer o direito de superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários;
- II - exercer o direito de superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durar as obras de urbanização.

Art. 92. O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

Art. 93. O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua administração direta ou indireta, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes desta Lei Complementar.

Seção VI Do Direito de Preempção

Art. 94. O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preferência, na aquisição de imóvel urbano que constitua objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I - regularização fundiária;
- II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III - constituição de reserva fundiária ou banco de terras;
- IV - ordenamento e direcionamento do desenvolvimento urbano;
- V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI - criação de espaços públicos e áreas verdes;
- VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural, turístico e paisagístico.

Art. 95. Todas as macrozonas são passíveis de aplicação do direito de preempção.

Art. 96. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do direito de preferência deverão ser necessariamente oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel no prazo de vigência do instrumento.

Art. 97. Lei específica municipal regulará a aplicação do instituto do direito de preempção, observando as disposições expressas neste Plano Diretor e prevendo, no mínimo:

- I - delimitação das áreas nas quais será exercido o direito de preferência;
- II - enquadramento de cada área em que incidirá o direito de preferência em uma ou mais das finalidades enumeradas nos incisos I a VIII do parágrafo único do artigo 94 desta Lei Complementar;
- III - prazo de vigência do instrumento, não podendo ser superior a 05 (cinco) anos, renovável a partir de 01 (um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência;
- IV - multas a serem aplicadas nos casos de descumprimento da lei específica;
- V - procedimentos para entrega da intenção de venda por parte do proprietário.

Art. 98. A Administração Pública Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do direito de preferência, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da vigência da lei a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. No caso de existência de terceiros interessados na compra do imóvel nas condições mencionadas no caput, o proprietário deverá comunicar imediatamente, ao Poder Público Municipal, sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.

Seção VII

Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 99. Considera-se outorga onerosa do direito de construir a concessão emitida pelo Município para edificar acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico definido pela Lei de Uso e Ocupação e Parcelamento do Solo, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

§ 1º O direito de construir adicional será exercido até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo.

§ 2º Para os fins desta Lei Complementar considera-se:

- I - coeficiente de aproveitamento básico o limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira;
- III - coeficiente de aproveitamento máximo o limite máximo de aproveitamento do lote, no qual para ser atingido haverá, obrigatoriamente, contrapartida financeira.

§ 3º Os coeficientes de aproveitamento básico e máximo serão definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 100. O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins de edificação em áreas delimitadas neste Plano Diretor, conforme disposições dos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste Plano Diretor.

Art. 101. São objetivos básicos da outorga onerosa do direito de construir:

- I - a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- II - propiciar uma contrapartida à sociedade pelo incremento na utilização da infraestrutura causado pelo adensamento construtivo;
- III - a geração de recursos para o atendimento da demanda de equipamentos urbanos e de serviços provocada pelo adensamento construtivo;
- IV - a geração de recursos para o incremento de políticas habitacionais.

Art. 102. Por ocasião da discussão e elaboração do orçamento do Município, que deverá ser realizada sempre observando as regras de gestão orçamentária participativa a que se refere a presente Lei Complementar e a Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), deverá ser priorizado o repasse ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de iguais valores aos auferidos com a venda dos estoques da outorga onerosa do direito de construir, que serão aplicados para a consecução das seguintes finalidades:

- I - execução de programas, projetos e obras habitacionais de interesse social;
- II - criação de áreas de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- III - implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários;
- IV - criação de espaços públicos e áreas verdes;
- V - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;
- VI - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- VII - obras de estruturação urbana;
- VIII - obras de infraestrutura viária;
- IX - regularização fundiária;
- X - constituição de reserva fundiária.

Art. 103. São passíveis de aplicação da outorga onerosa do direito de construir, obedecidos os coeficientes máximos estipulados na Lei de Zoneamento, os seguintes setores da macrozona urbana:

- I - setor consolidado;
- II - setor em consolidação.

Art. 104. O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado, nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, para os respectivos setores delineados no artigo anterior, salvo o imóvel que estiver inserido na lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

Art. 105. A outorga onerosa do direito de construir poderá ser aplicada na regularização de edificações, regulamentadas por legislação específica, desde que obedecidas as exigências quanto ao coeficiente de aproveitamento máximo.

Art. 106. As condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir, determinando a forma de cálculo para a cobrança, os casos de isenção do pagamento e a contrapartida do beneficiário, bem como a taxa relativa a serviços administrativos, serão estabelecidas por lei específica, que seguirá as diretrizes contidas neste Plano Diretor.

Seção VIII

Das Operações Urbanas Consorciadas

Art. 107. Operações urbanas consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliação dos espaços públicos e melhorias na infraestrutura e no sistema viário, num determinado perímetro contínuo ou descontinuo.

Parágrafo único. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

- I - a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;
- II - a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 108. As Operações urbanas consorciadas têm como finalidades:

- I - implantação de programas de habitação de interesse social;
- II - valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico;
- III - ampliação e melhoria da rede estrutural de transporte público coletivo;
- IV - implantação de espaços públicos;
- V - implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano.

Art. 109. Cada operação urbana consorciada será criada por lei específica que, em conformidade com as disposições dos artigos 32 a 34 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste Plano Diretor conterão, no mínimo:

- I - delimitação do perímetro da área de abrangência;
- II - finalidade da operação;
- III - comprovação da conformidade da operação com os objetivos e princípios deste Plano Diretor;
- IV - programa básico de ocupação da área e intervenções previstas;
- V - Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança;
- VI - programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
- VII - solução habitacional dentro de seu perímetro ou vizinhança próxima, no caso da necessidade de remover os moradores de favelas e cortiços;
- VIII - garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou lei;
- IX - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função dos benefícios recebidos;
- X - forma de controle e monitoramento da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação dos moradores, usuários permanentes e investidores privados;
- XI - conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

§ 1º Todas as operações urbanas deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho Municipal da Cidade.

§ 2º Os recursos obtidos pelo Poder Público na forma do inciso IX deste artigo serão aplicados exclusivamente no programa básico de ocupação da área e intervenções previstas, definido na lei de criação da operação urbana consorciada.

Art. 110. A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação.

§ 1º Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.

§ 2º Apresentado pedido de licença para construir, o certificado de potencial adicional será utilizado no pagamento da área de construção que supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

Seção IX

Da Transferência do Direito de Construir

Art. 111. Lei específica de iniciativa do Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, seja pessoa de direito público ou privado, a exercer seu direito de construir em outro local passível de receber o potencial construtivo, nos termos deste Plano Diretor, ou aliená-lo, mediante escritura pública, parcial ou totalmente, para fins de:

- I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- II - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- III - utilização em programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;
- IV - obras de estruturação urbana e de infraestrutura viária.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Município seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos neste artigo.

§ 2º A lei específica referida no caput deste artigo estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir, especificando a forma de cálculo do potencial construtivo a ser transferida ao imóvel receptor.

§ 3º A lei específica referida no caput deste artigo poderá determinar novas áreas para receber a transferência do potencial construtivo, desde que atenda as finalidades descritas nos incisos I a IV do caput deste artigo.

Art. 112. Todas as macrozonas são passíveis de aplicação do instituto da transferência do direito de construir.

Art. 113. São passíveis de receber o potencial construtivo transferido de outros imóveis os lotes e glebas de terras localizadas na Macrozona Urbana.

Seção X

Do Estudo de Impacto de Vizinhança

Art. 114. Os empreendimentos que causam grande impacto urbano e ambiental, sem prejuízo do cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), a ser apreciado pelos órgãos competentes da Administração Municipal, bem como pelo Conselho Municipal da Cidade, responsável pela política de desenvolvimento territorial do Município.

Art. 115. Os empreendimentos de impacto são aqueles usos ou atividades que podem causar impacto, alteração, ou ambos, no ambiente natural ou construído, bem como sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura, quer sejam construções públicas ou privadas, residenciais ou não residenciais.

Art. 116. Os empreendimentos e atividades que dependerão de elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, estão estabelecidos no Apêndice F desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os empreendimentos e atividades constantes do Apêndice F da presente Lei Complementar não são taxativos, podendo o Conselho Municipal da Cidade propor a inclusão de outros empreendimentos e atividades no Apêndice F, mediante proposta de alteração aprovada pelo Poder Legislativo.

Art. 117. O EIV deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento ou atividade sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

I - adensamento populacional;

II - uso e ocupação do solo;

III - valorização imobiliária;

IV - áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;

V - equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;

VI - equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;

VII - sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;

VIII - poluição sonora, atmosférica, hídrica e visual;

IX - vibração;

X - periculosidade;

XI - riscos ambientais;

XII - impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 118. O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar como condição para aprovação do projeto alterações e complementações no mesmo, bem como a execução de melhorias na infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

I - ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II - área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III - ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;

IV - proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;

V - cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros;

VI - percentual de habitação de interesse social no empreendimento;

VII - possibilidade de construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade;

VIII - manutenção de áreas verdes;

IX - compensação ambiental.

§ 1º As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo interessado, em que este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

§ 3º O Certificado de Conclusão da Obra ou o Alvará de Funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no parágrafo anterior.

Art. 119. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 120. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV/RIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

§ 1º O órgão público responsável pelo exame do EIV/RIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, na forma da lei, pelos moradores da área afetada.

§ 2º Quando o EIV/RIV, diagnosticar que o empreendimento causar grande impacto ambiental, a sua aprovação está sujeita a prévia aprovação dos moradores atingidos por meio de plebiscito, garantindo igualdade na divulgação das ideias a favor e contrário ao empreendimento.

§ 3º O interessado no empreendimento arcará com os custos de impressão de pelo menos uma cartilha para cada imóvel localizado na localidade de implantação do empreendimento.

§ 4º A obrigação de que trata o parágrafo anterior será somente em relação a uma entidade que defenda favoravelmente ao empreendimento e uma contrária ao empreendimento.

§ 5º A Prefeitura Municipal fará publicar edital dizendo que caso haja alguma entidade que queira o auxílio determinado no § 3º, que deverá entregar material diagramado em até duas cores, com no máximo 04 (quatro) páginas no formato A4, e prazo máximo de 10 (dez) dias, para que o empreendedor encaminhe a impressão do material, ou forneça os recursos necessários para tanto.

§ 6º Caso haja mais de uma entidade defendendo um posicionamento favorável ou contrário, a Prefeitura Municipal convidará ambos e sorteará qual delas receberá o auxílio disposto no § 3º, podendo a vencedora, caso haja concordância da parte perdedora, optar pela divisão dos custos, ou pela impressão do material da entidade perdedora.

§ 7º Somente após o cumprimento dos parágrafos anteriores é que poderá ser lançado edital convocando e disciplinando o plebiscito a que se refere o § 2º deste artigo.

Art. 121. Os casos não previstos nesta Lei Complementar, relacionados ao impacto de vizinhança, serão decididos pelo Conselho Municipal da Cidade, por meio de resolução.

Seção XI

Do Consórcio Imobiliário

Art. 122. O Poder Público Municipal poderá receber, por transferência, imóveis para fins de urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos, e que contenham imóveis subutilizados e/ou não utilizados, de forma a garantir o seu melhor aproveitamento.

§ 1º O consórcio imobiliário tem o objetivo de viabilizar a utilização do imóvel transferido, de forma a atender aos objetivos da política urbana e viabilizar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O proprietário que transferir seu imóvel para o Município, nos termos deste artigo, receberá como pagamento, após a realização das obras pelo Município, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 3º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será equivalente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observando a avaliação prévia a ser efetuada pelo Município, quando do estabelecimento do consórcio.

§ 4º O valor real desta indenização deverá:

I - refletir o valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, na área onde o mesmo se localiza;

II - excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar, quanto àqueles necessários à realização de intervenções urbanísticas previstas neste Plano Diretor.

TÍTULO V DA GESTÃO TERRITORIAL MUNICIPAL

CAPÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 123.O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão tem por objetivo:

I - garantir eficiência e eficácia à gestão, visando a melhoria da qualidade de vida;

II - instituir um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do Plano Diretor;

III - viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;

IV - promover um processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios relativos à política urbana;

V - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

VI - identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;

VII - implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;

VIII - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para política urbana do Município por intermédio da gestão democrática.

Art. 124. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão atua nos seguintes níveis:

I - nível de formulação de estratégias, das políticas e de atualização do plano diretor;

II - nível de gerenciamento do Plano Diretor, de formulação e aprovação dos programas e projetos para a sua implementação;

III - nível de monitoramento e controle dos instrumentos urbanísticos e dos programas e projetos aprovados.

Art. 125.O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão será composto por:

I - Conselho Municipal da Cidade;

II - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

III - Sistema de Informações Municipais.

Art. 126.Compete ao Poder Executivo Municipal:

I - Promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;

II - implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais proporcionando acesso amplo e gratuito a todos os interessados, indistintamente;

III - adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;

IV - formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor;

V - executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não governamentais, seja no âmbito estadual ou federal;

VI - promover a realização de audiências públicas;

VII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho Municipal da Cidade as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor.

Art. 127.A participação popular se dará por meio dos instrumentos de democratização da gestão urbana.

Seção I

Do Conselho Municipal da Cidade

Art. 128.O Conselho Municipal da Cidade, órgão consultivo e deliberativo em matéria de natureza urbanística e de política urbana, é composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Cidade será vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 129.O Conselho Municipal da Cidade será composto por 40 (quarenta) membros, nomeados por Decreto Municipal, de acordo com os seguintes critérios:

I - 16 (dezesesseis) representantes do Poder Executivo Municipal e respectivos suplentes, assim distribuídos:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Agricultura;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saneamento Básico;

h) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

i) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;

j) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

k) 01 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município;

l) 01 (um) representante da Controladoria Interna;

m) 01 (um) representante da Coordenadoria de Defesa Civil;

n) 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes;

o) 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente;

p) 01 (um) representante da Fundação de Cultura.

II - 11 (onze) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, assim distribuídos:

a) 01 (um) representante de organização de entidade ambiental ou do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú;

b) 02 (dois) representantes de categoria profissional relacionada a desenvolvimento urbano;

c) 02 (dois) representantes de instituições de ensino e pesquisa;

d) 03 (três) representantes do setor empresarial;

e) 03 (três) representantes dos trabalhadores e entidades de categoria profissional.

III - 13 (treze) representantes eleitos nas localidades de planejamento e seus respectivos suplentes, divididos na seguinte forma:

- a) 01 (um) representante do Bairro Várzea do Ranchinho;
- b) 01 (um) representante do Bairro Monte Alegre;
- c) 01 (um) representante do Bairro Taboleiro;
- d) 01 (um) representante do Bairro Centro;
- e) 01 (um) representante do Bairro São Francisco de Assis;
- f) 01 (um) representante do Bairro Rio Pequeno;
- g) 01 (um) representante do Bairro Santa Regina;
- h) 01 (um) representante do Bairro Areias;
- i) 01 (um) representante do Bairro Cedro;
- j) 01 (um) representante do Bairro Lídia Duarte;
- k) 01 (um) representante da Localidade do Rio do Meio e Nova Brasília;
- l) 01 (um) representante da Localidade do Braço, Limeira, Lajeado, Areia Vermelha, Louro, Encantada, Santa Luzia, Cerro e Alemães;
- m) 01 (um) representante da Localidade do Caetés, Vila Conceição, Macacos, Vila das Pedras, Rio Canoas e Morretes.

Art. 130. Os membros do Conselho Municipal da Cidade serão indicados e eleitos da seguinte forma:

I - os representantes e respectivos suplentes do Poder Executivo Municipal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - os representantes e suplentes da sociedade civil organizada serão indicados pelas respectivas entidades, e no caso de haver número superior de entidades ao número de vagas, será realizada eleição dentre tais entidades que escolherão seus representantes e suplentes;

III - os representantes das alíneas "a" até "m" do inciso III do artigo anterior serão eleitos durante o processo de realização da Conferência da Cidade que se realizará a cada 02 (dois) anos, conforme previsto em seção específica desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O mandato da primeira gestão terá validade até a realização da próxima Conferência Municipal da Cidade.

Art. 131. Poderão participar das reuniões do Conselho Municipal da Cidade, os membros do Conselho e convidados.

§ 1º Os membros efetivos do Conselho poderão participar com direito a voz e voto.

§ 2º Os convidados e os suplentes dos membros do Conselho não tem direito a voto e, caso seja aprovado no início da reunião pelos membros do Conselho, terão direito a voz.

Art. 132. As matérias de cunho consultivo poderão ser aprovadas pelo voto da maioria simples dos presentes a reunião do Conselho Municipal da Cidade.

Art. 133. As matérias de cunho deliberativo do Conselho Municipal da Cidade serão aprovadas pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 134. Compete ao Conselho Municipal da Cidade:

- I - acompanhar a execução de planos e projetos de interesse do desenvolvimento urbano, inclusive os planos setoriais;
- II - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política urbana, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;
- III - acompanhar a implementação dos demais instrumentos urbanísticos;
- IV - zelar pela integração das políticas setoriais;
- V - zelar pela integração regional, primando pela inserção na região metropolitana;
- VI - deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;
- VII - convocar, organizar e coordenar as conferências e assembleias territoriais;
- VIII - convocar audiências públicas;
- IX - acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao

planejamento e desenvolvimento urbano;

X - receber e discutir matérias urbanísticas que refluam no interesse coletivo, originadas de setores públicos e privados da sociedade;

XI - requerer ao Poder Público a elaboração de estudos sobre questões urbanísticas e ambientais que entender relevantes;

XII - propor, discutir, promover debates e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta Lei Complementar;

XIII - emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;

XIV - instalar comissões para assessoramento técnico, na forma da lei;

XV - promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento urbano, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessárias, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação;

XVI - aprovar os estoques construtivos do direito de construir adicional a serem oferecidos por intermédio de outorga onerosa;

XVII - definir as situações em que deverão ser aplicados os institutos do plebiscito, referendo ou audiência pública a que se refere a presente Lei Complementar;

XVIII - aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da outorga onerosa do direito de construir;

XIX - aprovar os planos de aplicação dos recursos da outorga onerosa do direito de construir, destinando-os para o desenvolvimento territorial, com prioridade para a política habitacional de interesse social e para a implantação de infraestrutura urbana de melhoria ambiental de assentamentos;

XX - fiscalizar junto ao Poder Executivo Municipal a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

XXI - acompanhar a elaboração do plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, observadas as regras de gestão orçamentária participativa;

XXII - propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações deste Plano Diretor;

XXIII - apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor;

XXIV - propor diretrizes e prioridades para a política de desenvolvimento urbano municipal;

XXV - cooperar com os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com a sociedade civil na formulação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano;

XXVI - instituir comitês técnicos de assessoramento em conformidade com o regimento interno, se julgar necessário;

XXVII - definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva;

XXVIII - dispor sobre a sua estrutura, a composição do seu Plenário e a designação dos membros e suplentes do Conselho e dos seus comitês técnicos;

XXIX - elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições dos comitês técnicos de assessoramento;

XXX - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;

XXXI - analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município;

XXXII - aprovar as operações urbanas consorciadas.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal, após estudo técnico e de viabilidade, poderá enviar ao Conselho Municipal da Cidade, proposta, visando integrar os demais Conselhos existentes no Município, ao Conselho Municipal da Cidade, que incorporará as

competências destes Conselhos, desde que não contrariem o ordenamento jurídico vigente.

Art. 135.O Poder Executivo Municipal é responsável pelo financiamento das atividades do Conselho, bem como os recursos do próprio Fundo, devendo tais recurso serem parte do orçamento anual do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal garantirá suporte técnico e operacional exclusivo ao Conselho Municipal da Cidade, necessário a seu pleno funcionamento.

Seção II

Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

Art. 136.O Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano é formado pelos seguintes recursos:

- I - recursos próprios do Município;
- II - transferências intergovernamentais;
- III - transferências de instituições privadas;
- IV - transferências do exterior;
- V - transferências de pessoa física;
- VI - receitas provenientes da concessão do direito real de uso de áreas públicas, exceto nas ZEIS;
- VII - receitas provenientes de outorga onerosa do direito de construir;
- VIII - receitas provenientes da concessão do direito de superfície;
- IX - rendas provenientes das multas decorrentes da infração ao Código de Posturas do Município de Camboriú;
- X - rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;
- XI - doações;
- XII - outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

§ 1º O Poder Executivo Municipal, mediante estudo técnico e de viabilidade, buscará integrar todos os fundos existentes no Município ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, desde que não contrariem o ordenamento jurídico vigente.

§ 2º A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano será fiscalizada pelo Conselho Municipal da Cidade.

Art. 137.Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano serão obrigatoriamente aplicados nos projetos e obras que visam a cumprir as estratégias definidas pelo Plano Diretor.

Seção III

Do Sistema de Informações Municipais

Art. 138. O Sistema de Informações Municipais tem como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política urbana, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo.

Art. 139. O Sistema de Informações Municipais deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, sobre o transporte coletivo, sobre o sistema viário, sobre os equipamentos comunitários, sobre os espaços públicos, sobre a infraestrutura, de uso e ocupação do solo, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município.

Art. 140.O Sistema de Informações Municipais atuará sobre os seguintes princípios:

- I - da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;
- II - democratização, publicidade e disponibilização das informações,

em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Art. 141.Fica assegurada a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política urbana, mediante as seguintes instâncias de participação:

- I - Conferência Municipal da Cidade;
- II - Assembleias territoriais de Política Urbana;
- III - audiências públicas;
- IV - iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- V - plebiscito e referendo popular;
- VI - gestão orçamentária participativa.

Seção I

Da Conferência Municipal

Art. 142.As Conferências Municipais da Cidade ocorrerão ordinariamente a cada 02 (dois) anos, extraordinariamente quando convocadas pelo Conselho Municipal da Cidade, e coincidirão com o calendário das Conferências Estaduais e Nacionais da Cidade.

§ 1º As Conferências serão abertas à participação de todos os cidadãos e cidadãs.

§ 2º A Conferência Municipal da Cidade será convocada com a publicação de Edital de Convocação em jornal de circulação na cidade, publicação nos murais dos órgãos públicos municipais e mediante circular a todas as entidades que integram o Conselho Municipal da Cidade, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência a sua realização.

Art. 143.A Conferência Municipal da Cidade deverá, dentre outras atribuições:

- I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;
- II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas no Município;
- III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;
- IV - avaliar a atividade do Conselho Municipal da Cidade, visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;
- V - definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana;
- VI - apreciar as diretrizes da política urbana do Município;
- VII - debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;
- VIII - deliberar sobre o plano de trabalho para o biênio seguinte;
- IX - sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Art. 144.A Conferência Municipal da Cidade deverá ser precedida da etapa preparatória a realizar-se nas 13 (treze) localidades de planejamento definidas nas alíneas "a" até "m" do inciso III do artigo que define os membros do Conselho Municipal da Cidade e deverá dentre outras atribuições:

- I - apreciar as diretrizes da política urbana do Município, com destaque para a sua localidade de planejamento;
- II - debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;
- III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas a implementação dos objetivos, diretrizes, planos

programas e projetos com destaque a sua localidade de planejamento;

IV - deliberar sobre o plano de trabalho para o biênio seguinte;

V - sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão com destaque a sua localidade de planejamento.

Seção II

Das Assembleias Territoriais

Art. 145. As Assembleias Territoriais serão realizadas ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, sempre que necessário, com o objetivo de prestar contas das atividades do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao desenvolvimento territorial e de consultar a população das localidades de planejamento sobre as questões urbanas relacionadas àquela territorialidade, de forma a ampliar o debate e dar suporte à tomada de decisões do Conselho Municipal da Cidade e do Poder Executivo Municipal.

Art. 146. As Assembleias Territoriais Ordinárias deverão conter, no mínimo, a seguinte ordem do dia:

I - prestação de contas das atividades, projetos e investimentos de todos os Conselhos Municipais relacionados ao desenvolvimento territorial do Município de Camboriú;

II - apresentação do plano de trabalho do próximo ano;

III - apresentação por parte do Poder Executivo sobre os investimentos a serem feitos na região, constantes da Lei Orçamentária.

Art. 147. As Assembleias Territoriais Extraordinárias serão realizadas sempre que o Conselho Municipal da Cidade assim convocar, com pauta pré-definida.

Seção III

Das Audiências Públicas

Art. 148. As audiências públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas nos termos do artigo 40, § 4º, inciso I, da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, com os seguintes objetivos:

I - a cooperação entre diversos atores sociais dos Poderes Executivo e Legislativo;

II - promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

a) organizações e movimentos populares;

b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;

c) associações de classe;

d) fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 149. As audiências públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implementação e revisão.

Parágrafo único. A falta da realização de audiências públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. 150. As audiências públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, buscando a

ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituído, como principal meio para divulgação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura no Município.

Art. 151. As audiências públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

Seção IV

Dos Projetos de Lei de Iniciativa Popular

Art. 152. Fica assegurado aos cidadãos, nos termos do artigo 43, inciso IV da Lei Federal 10.257/2001 e da Lei Orgânica do Município de Camboriú, o direito de apresentar diretamente ao Poder Legislativo Municipal, por meio da iniciativa popular, propostas de lei, programas, planos e projetos de interesse do Município, por meio da manifestação de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município distribuído por pelo menos 02 (dois) de seus bairros ou localidades.

Parágrafo único. Os projetos de lei de iniciativa popular serão submetidos à tramitação regimental, garantida a defesa em Plenário da proposição por um representante dos interessados.

Seção V

Do Plebiscito e do Referendo Popular

Art. 153. O plebiscito e o referendo previsto no artigo 4º, inciso V, alínea "s", da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como no artigo 6º da Lei Federal n.º 9.709/1998, são adotados como instrumentos de democratização da gestão urbana, constituindo-se enquanto mecanismos que permitem:

I - a democratização popular;

II - a participação direta dos cidadãos, de forma a proferir decisões relacionadas à política institucional que afete os interesses da sociedade.

Art. 154. O plebiscito terá por finalidade consultar a comunidade do Município de Camboriú sobre assuntos de seu interesse, em especial os que versem sobre a concessão de licenças para projetos urbanísticos ou empreendimentos imobiliários de grande impacto ambiental ou de impacto na vizinhança.

Art. 155. O referendo tem base no princípio constitucional da soberania popular, tendo o objetivo de ratificar ou regular atos relacionados a matérias urbanísticas que já foram inicialmente decididos pelo Poder Público, especialmente:

I - projetos de lei, visando confirmar ou rejeitar normas já aprovadas pelo Poder Legislativo;

II - decisões administrativas sobre operações urbanas consorciadas;

III - implantação de aterros sanitários e de usinas de compostagem de lixo.

Seção VI

Da Gestão Orçamentária Participativa

Art. 156. No âmbito do Município de Camboriú, será aplicada a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea "f" do inciso III do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), tendo por objetivos:

I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação

nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas;

III - definir a prioridade dos investimentos realizados pelo Poder Executivo, sempre em consonância com as estratégias deste Plano Diretor.

Art. 157.A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidores da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da lei do orçamento municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 158.Toda atividade que esteja em desacordo com este Plano Diretor será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:

I - atividade compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações registradas por parte dos moradores do entorno;

II - atividade incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.

§ 1º Fica permitida, a critério do Conselho Municipal da Cidade, a aprovação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde esta se encontra.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da capacidade de utilização das edificações, instalações ou equipamentos, ou da ocupação do solo a ela vinculada.

Art. 159. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, em até 01 (um) ano após a aprovação desta Lei Complementar:

I - projeto de lei do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Camboriú;

II - projeto de lei específica para aplicação do IPTU progressivo no tempo;

III - projeto de lei regulando o instrumento do Estudo de Impacto de Vizinhança, observado o que dispõe a presente Lei Complementar;

IV - projeto de lei de instituição do Sistema Municipal de Informações com acesso aos munícipes, nos termos da seção específica prevista na presente Lei Complementar;

V - lei de revisão do perímetro urbano de Camboriú - Sede e do Distrito do Monte Alegre e a divisão de bairros;

VI - lei de revisão do sistema viário;

VII - lei de revisão delimitando o zoneamento de uso e ocupação do solo de cada macrozona constante desta Lei Complementar;

VIII - lei de revisão e adequação do parcelamento do solo;

IX - lei de revisão que institua o Código de Obras e Edificações;

X - lei de revisão e adequação do Código de Posturas do Município de Camboriú;

XI - projeto de lei que cria e regulamenta diretrizes urbanísticas por meio de instrumento de política urbana denominada de Operação Urbana Consorciada.

Art. 160. Os projetos regularmente protocolados anteriormente à data de publicação desta Lei Complementar serão analisados de

acordo com a legislação vigente à época do seu protocolo.

Parágrafo único. Os projetos de que trata este artigo poderão, a pedido do interessado, serem examinados conforme as disposições desta Lei Complementar.

Art. 161.A revisão deste Plano Diretor deverá ser realizada, pelo menos, a cada 10 (dez) anos, conforme dispõe o § 3º do artigo 40 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 162.Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei Complementar, integram-na os seguintes Apêndices:

I - APÊNDICE A: Mapa da Estratégia de Qualificação Ambiental;

II - APÊNDICE B: Mapa Estratégia Desenvolvimento Sócio - Econômico;

III - APÊNDICE C: Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana e de Habitação e Regularização Fundiária;

IV - APÊNDICE D: Mapa da Estratégia de Mobilidade Urbana;

V - APÊNDICE E: Mapa de Macrozoneamento;

VI - APÊNDICE F: Tabela de atividades sujeitas a Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 163. Fica revogada a Lei Complementar Municipal n.º 10/2007.

Art. 164. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

Em, 07 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

APÊNDICES

Apêndice A - Mapa da Estratégia de Qualificação Ambiental;

Apêndice B - Mapa Estratégia Desenvolvimento Socioeconômico;

Apêndice C - Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana - Habitação e Regularização Fundiária;

Apêndice D - Mapa da Estratégia de Mobilidade Urbana;

Apêndice E - Mapa de Macrozoneamento;

Apêndice F - Atividades Sujeitas a Estudo de Impacto de Vizinhança para a sua Implantação:

1. cemitérios e crematórios;

2. autódromos, kartódromos, estádios, parques, áreas para instalação de circos e demais equipamentos urbanos especiais destinados ao esporte e lazer;

3. terminal rodoviário, aeroportos, heliportos, portos, terminais de passageiros e carga;

4. aterro sanitário;

5. hospitais;

6. casas noturnas com área superior a 200 m² (duzentos metros quadrados) de área computável;

7. shopping center e centros comerciais de grande porte;

8. centro cultural de grande porte;

9. estabelecimentos de distribuição de produtos inflamáveis ou perigosos;

10. estabelecimentos de ensino de grande porte;

11. clubes esportivos e associações recreativas;

12. depósitos ou postos de revenda de gás;

13. postos de abastecimento de álcool e derivados do refino de petróleo;

14. atividades de transporte de cargas, terminais de carga ou similares;
15. usinas de reciclagem e resíduos sólidos;
16. pesque-pagues, parques aquáticos ou similares, campos de golfe;
17. templos e locais de culto acima de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);
18. extração mineral;
19. estabelecimentos prisionais;
20. depósito de carvão mineral e derivados, e de quaisquer produtos perigosos (explosivos, inflamáveis, tóxicos, corrosivos ou radioativos);
21. antenas de telecomunicações;
22. olarias, usinas de asfalto e similares;
23. clínicas veterinárias;
24. loteamentos e desmembramentos acima de 10 (dez) glebas ou lotes;
25. condomínios de lotes independentemente do número de glebas, lotes e/ou frações.

Lei N.º 2.547/2013

LEI N.º 2.547/2013

Dispõe sobre o Programa Municipal de Assistência Médica Infantil, nas Creches do Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o "Programa Municipal de Assistência Médica Infantil", nas creches do Município de Camboriú.

Art. 2º O programa tem como objetivo, dar assistência médica, por meio de especialista pediátrico, às crianças, em dia e hora determinados, periódica e regularmente atendendo calendário a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Educação, por uma ou mais equipes específicas, sem prejuízo do atendimento regular nos postos de saúde.

Art. 3º Os profissionais de saúde poderão coletar informações sobre cada criança com, educador diretamente ligado a ela, visando detectar possível anormalidade que configurem problemas de saúde, e, durante o acompanhamento de caso específico, e, conforme a evolução da criança, encaminhar a especialista da Rede Municipal de Saúde.

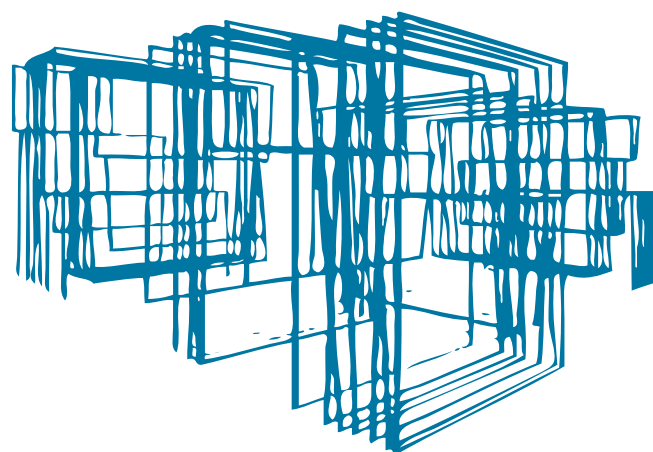
Parágrafo único. As medicações prescritas deverão ser adquiridas gratuitamente mediante a apresentação de receita médica em farmácias Municipais ou postos de Saúde do Município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 07 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

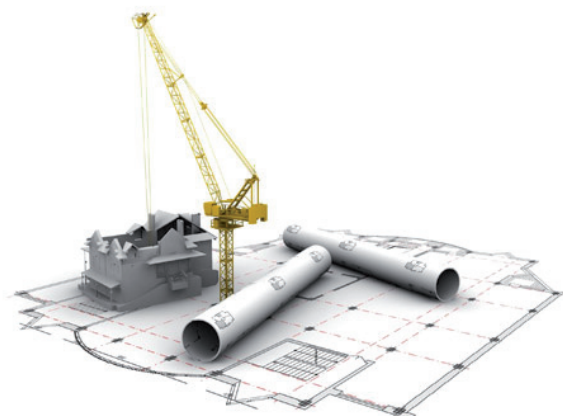
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 623 - 625 - 627 - 637/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 623/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
ABY7398	55370237C	6599/2	16/01/2010	230 * V
ACH0857	55371235C	6920/0	18/02/2010	233
AFQ9354	55959887B	5185/1	21/02/2010	167
AOO3100	55371243C	6920/0	24/02/2010	233
ATA2906	55370919C	5185/1	20/02/2010	167
CCA9419	55371245C	6920/0	24/02/2010	233
CFT8484	55371571C	6599/2	08/02/2010	230 * V
CRL5358	55370515C	5185/1	21/02/2010	167
DUG7346	55370509C	6700/2	21/02/2010	230 * XVI
IDT1808	55370614C	5568/0	26/01/2010	181 * XIX
JUR9153	55370920C	5185/1	20/02/2010	167
LWU1780	55371027C	5185/1	29/01/2010	167
LXI2363	55371593C	6602/0	28/02/2010	230 * VI
LXI2363	55371594C	7030/2	28/02/2010	244 * I
LXL7225	55370521C	5185/1	22/02/2010	167
LXM1893	55371637C	6599/2	19/02/2010	230 * V
LXX1757	55369527C	5169/1	28/02/2010	165
LYF4222	55371095C	5274/2	22/01/2010	175
LYN8778	55371135C	6599/2	17/02/2010	230 * V
LYN8778	55371136C	6556/1	17/02/2010	230 * I
LYT3004	55370644C	6068/1	02/02/2010	209
LYW5133	55369947C	5738/0	27/02/2010	186 * II
LZE5777	55955201B	6947/1	05/10/2008	235
LZJ0087	55371238C	6920/0	24/02/2010	233
LZM8552	55370518C	6599/2	21/02/2010	230 * V
MAI0266	55370501C	5010/0	20/02/2010	162 * I

MAN9167	55371905C	6599/2	02/03/2010	
MAZ3701	55371852C	5819/2	13/02/2010	
MBN8381	55370989C	6599/2	19/02/2010	
MBN8381	55370990C	6912/0	19/02/2010	193
MBR1771	55370632C	5738/0	02/02/2010	230 * V
MCG5383	55371370C	5010/0	21/02/2010	232
MCJ4053	55955186B	5576/0	18/02/2010	186 * II
MCR7056	55370510C	6599/2	21/02/2010	162 * I
MCR7056	55370511C	5010/0	21/02/2010	182 * I
MCR7056	55370512C	6912/0	21/02/2010	230 * V
MCS0001	55370477C	5452/1	02/02/2010	162 * I
MCV0599	55371275C	6599/2	15/02/2010	232
MCV0599	55371276C	5045/0	15/02/2010	181 * VIII
MDI3383	55370448C	5819/2	05/02/2010	230 * V
MDI7022	55371505C	5010/0	13/02/2010	162 * V
MDI7022	55371506C	5061/0	13/02/2010	193
MDL3806	55371465C	5045/0	12/02/2010	162 * I
MDL4173	55959886B	5169/1	20/02/2010	163 c/c 162 * I
MDR3673	55959889B	6912/0	21/02/2010	162 * V
MDS2729	55370988C	5010/0	19/02/2010	165
MDT7928	55370505C	5010/0	20/02/2010	232
MDT8913	55369842C	7340/0	27/12/2009	162 * I
MDZ9515	55369944C	5045/0	27/02/2010	162 * I
MDZ9515	55369945C	6912/0	27/02/2010	252 * IV
MDZ9677	55371626C	6912/0	12/02/2010	162 * V
MEB2615	55370613C	5541/5	26/01/2010	232
MEC1091	55371365C	6912/0	21/02/2010	232
MEC1091	55371368C	5010/0	21/02/2010	181 * XVII
MED9523	55370487C	5541/1	05/02/2010	232
MEH5692	55371366C	6912/0	21/02/2010	162 * I
MEH5692	55371367C	6556/1	21/02/2010	181 * XVII
MEN7576	55960030B	5959/1	28/01/2010	232
MEQ5318	55371710C	6599/2	19/02/2010	230 * I
MEQ5318	55371711C	5010/0	19/02/2010	203 * IV
MEQ5318	55371712C	5061/0	19/02/2010	230 * V
MEX5762	55371592C	5738/0	28/02/2010	162 * I
MEY0814	55370926C	6599/2	25/02/2010	163 c/c 162 * I
				186 * II
				230 * V

MEY0814	55370929C	5045/0	25/02/2010	162 * V
MFA5015	55370492C	5541/5	05/02/2010	181 * XVII
MFD5424	55370819C	5738/0	27/01/2010	186 * II
MFL4873	55371272C	6912/0	15/02/2010	232
MFL4953	55370552C	5010/0	24/02/2010	162 * I
MFN1619	55370769C	6912/0	23/02/2010	232
MFN4765	55371635C	6700/1	19/02/2010	230 * XVI
MFO2520	55371355C	5010/0	22/01/2010	162 * I
MFO2520	55371356C	6599/2	22/01/2010	230 * V
MFO2520	55371357C	5118/0	22/01/2010	164 c/c 162 * I
MFS2254	55371715C	5010/0	22/02/2010	162 * I
MFS2254	55371716C	5061/0	22/02/2010	163 c/c 162 * I
MGA1912	55370445C	5207/0	02/02/2010	169
MGA1912	55370446C	5835/0	02/02/2010	195
MGB5858	55370245C	6610/2	21/01/2010	230 * VII
MGC9269	55371006C	7366/2	27/01/2010	252 * VI
MGH9466	55371854C	5037/2	20/02/2010	162 * III
MGJ0313	55371624C	6556/1	11/02/2010	230 * I
MGZ5271	55960029B	5959/1	28/01/2010	203 * IV
MHI2653	55371859C	6726/1	28/02/2010	230 * XVIII
MHL7150	55371215C	6920/0	26/01/2010	233
MII0620	55370664C	6599/2	05/02/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 625/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
ACE4058	55370894C	5185/1	29/01/2010	167
AMQ0568	55960028B	6599/2	28/01/2010	230 * V
CVB6622	55959757B	6700/1	11/01/2010	230 * XVI
DFF9675	55371322C	5185/1	29/01/2010	167
IDJ6405	55371328C	6599/2	01/02/2010	230 * V
IDJ6405	55371329C	6912/0	01/02/2010	232
KNQ1219	55371223C	6920/0	09/02/2010	233
LWS9222	55370663C	6599/2	31/01/2010	230 * V
LWV5283	55370897C	5185/1	31/01/2010	167
LWY9619	55369771C	5525/0	08/02/2010	181 * XV
LYN8410	55371218C	6920/0	09/02/2010	233
LZW8205	55371613C	6599/2	04/02/2010	230 * V
LZY1688	55960009B	5185/1	12/12/2009	167
MAN6485	55370916C	6912/0	19/02/2010	232
MAZ6786	55371050C	6050/1	05/02/2010	208
MBQ1037	55370889C	5185/1	29/01/2010	167
MBQ5905	55371662C	5185/1	06/02/2010	167
MBT9846	55959759B	7340/0	29/01/2010	252 * IV
MBZ9045	55370974C	5185/1	21/01/2010	167
MCO4848	55370887C	5185/1	29/01/2010	167
MCR9713	55370742C	7072/2	07/02/2010	244 * V
MDM3386	55371098C	6122/0	26/01/2010	214 * I
MDR5392	55371068C	6912/0	11/01/2010	232
MEG8881	55370473C	5452/1	29/01/2010	181 * VIII
MFH5051	55371217C	6920/0	09/02/2010	233
MFK0336	55960038B	5207/0	07/02/2010	169

MFL5087	55370256C	5819/2	04/01/2010	193
MGG0209	55370476C	5185/1	02/02/2010	167
MHG1280	55369751C	5010/0	22/12/2009	162 * I
MHG1280	55369752C	5061/0	22/12/2009	163 c/c 162 * I
MHS4890	55371614C	6599/2	07/02/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 28 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 627/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
MAH6845	55370964C	5185/1	13/01/2010	167
MAZ1702	55371100C	5819/2	27/01/2010	193
MBZ9045	55959348B	5185/1	20/12/2009	167
MEP1188	55369913C	5819/2	21/12/2009	193
MHA6745	55371778C	6050/1	21/02/2010	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 637/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARB4737	55370950C	6912/0	18/03/2010	232
ICV8648	55371785C	6599/2	04/03/2010	230 * V
LYV5505	55371877C	7366/2	01/04/2010	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.702 de 08 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.702 DE 08 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. VANDERLÉIA BUTHEVITZ, para exercer o cargo de Professor I - Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955236; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.880,49 (um mil, oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos) mensais, pelo período de 08 de abril de 2013 a 19 de dezembro de 2013.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 013/2012, em 36º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 08 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 08/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.799 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.799 DE 10 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreto:

Art.1º) Exonerar a Srª. MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ, Matrícula funcional nº 335, Registro no Sistema Sob o nº. 124240, do Cargo de Diretora Executiva do IPRECAL, Código 07 do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão - Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.800 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.800 DE 10 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal a Srª. MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 335, Registro no Sistema sob nº 124240, para exercer a função de Confiança; Chefe do Serviço de Suprimentos, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, percebendo o valor pecuniário de 1.197,68 (um mil, cento e noventa e sete reais e oito centavos) mensal, Código nº 03, Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 10 de junho de 2013.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração da Servidora e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.801 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.801 DE 10 DE JUNHO DE 2013

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 7.793 DE 05 DE JUNH DE 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 7.793 de 05 de junho de 2013, a partir da data de sua emissão.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de junho de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.802 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.802 DE 10 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 71 Inciso VII da Lei Municipal Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990; e § 4º do Art. 78 da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 3.490 de 14 de julho de 2009; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, Registro no Sistema Sob nº 352110, para exercer o cargo de provimento em Comissão - Diretor Executivo do IPRECAL, Código 07, dedicação em tempo integral, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único: Por opção o servidor fará jus ao recebimento dos vencimentos, do cargo de Fiscal, acrescido da gratificação de 50% (cinquenta por cento), do cargo de Diretor, nos termos do Artigo 124 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006, sobre o vencimento originário conforme estabelece o Artigo 11 parágrafo 1º Inciso II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.803 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.803 DE 10 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal a Srª. DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000448, Registro no Sistema sob nº 954393, para exercer a função de Confiança, Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.197,68 (um mil, cento e noventa e sete reais, sessenta e oito centavos) mensal, Código nº 13, Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 10 de junho de 2013.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração da Servidora e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.022 de 07 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.022 DE 07 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal Srª. VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, Matrícula Funcional nº 000540, Registro no Sistema Sob nº 954646, ocupante do cargo público na função de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 5.136 de 02 de abril de 2008, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 07 de junho de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.023 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.023 DE 10 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 193, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Nível Médio, para exercer Cargo de Provimento em Comissão - Diretor Executivo do IPRECAL, ao Servidor Público JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, Registro no Sistema Sob nº 352110, a partir de 10 de Junho de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 42/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 75/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 42/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/06/2013, às 14h05min, abertura de propostas para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 27/06/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 43/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 77/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 43/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/06/2013, às 10h05min, abertura de propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE CARGAS DE TONER, CARGAS DE TINTA PARA CARTUCHOS DE IMPRESSÃO E CILINDROS FOTORRECEPTORES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELAS SECRETARIAS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 10h00min do dia 25/06/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMS 14/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 14/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 15/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 14/2013. Data de assinatura: 17/05/2013., Contratante: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ: 83.192.096/0001-64. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Valor: R\$ 111.720,00 (cento e onze mil setecentos e vinte reais). Prazo de vigência: A vigência deste contrato será até 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMS 15/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 15/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 17/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 03/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 15/2013. Data de assinatura: 21/05/2013., Contratante: COLETIVO SANTA CRUZ LTDA, CNPJ: 83.189.308/0001-54. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE PASSAGENS URBANAS MUNICIPAIS. Valor: R\$ 15.048,00 (quinze mil e quarenta e oito reais). Prazo de vigência: 21/05/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º FMS 1-13/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 1-13/2013
ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMS 01/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-13/2013 referente ao contrato n.º FMS 13/2013. Data do Aditivo: 03/06/2013. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA E OU CORRETORA DE SEGUROS. Contratada: BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ: 01.356.570/0001-81. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A vigência do presente Contrato vai até 18/05/2014. Fica o valor do contrato aumentado em R\$ 853,93 (oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º FMS 1-24/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 1-24/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 38/2012
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º FMS 05/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-24/2012 referente ao contrato n.º FMS 24/2012. Data do Aditivo: 27/03/2013. Objeto Contratado: CONTRATO DE LOCAÇÃO. Contratada: ADRIANA MAYER. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A vigência do presente Contrato que era até 31/03/2013, passará a ser até 30/04/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º FMS 3-23/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 3-23/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 27/2012
TOMADA DE PREÇO N.º FMS 07/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 3-23/2012 referente ao contrato n.º FMS 23/2012. Data do Aditivo: 21/05/2013. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CENTRO. Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 05.279.711/0001-60. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A vigência do presente Contrato que era até 21/05/2013, passará a ser até 22/07/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Edital Nº. 027/2013

EDITAL Nº. 027/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 05 de junho de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 027/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE

ROSILDA WENDT GOMES DE CAMARGO

CARGO: SERVENTE - CASA LAR DO IDOSO

LEILA ADRIANA RODRIGUES FERREIRA



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Lançamento Nº01/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Antônio Bertão

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 01/2013 - RUA ANTÔNIO BERTÃO									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA: ANTÔNIO BERTÃO - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011									
EXTENSÃO: 170,25 m									
VALOR DA OBRA: R\$59.668,07									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante do imóvel	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Diocese de Caçador	Antonio Bertão	Direita	01.05.049.1316	230.745,47	59.668,07	274.587,11	43.841,64	20,23%	12.071,35
PMC (R. Loacir Muniz)	Antonio Bertão	Direita		9.600,00	59.668,07	11.424,00	1.824,00	0,84%	502,22
PMC (R. Cassimiro Kwicien)	Antonio Bertão	Direita		9.600,00	59.668,07	11.424,00	1.824,00	0,84%	502,22
Prefeitura do Município de Canoinhas	Antonio Bertão	Direita	01.05.043.0059	51.057,60	59.668,07	60.758,54	9.700,94	4,48%	2.671,06
Fernanda Isfair da Cunha Pinto	Antonio Bertão	Direita	01.05.043.0077	64.839,48	59.668,07	77.158,98	12.319,50	5,68%	3.392,05
Jovino Dranka e Eva Silvana de Paula M. Dranka	Antonio Bertão	Direita	01.05.043.0090	62.968,80	59.668,07	74.932,87	11.964,07	5,52%	3.294,19
Alaor Henrique de Melo	Antonio Bertão	Direita	01.05.043.0160	66.683,14	59.668,07	79.352,94	12.669,80	5,85%	3.488,50
Garoslava Melechenko	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0019	32.692,61	59.668,07	38.904,21	6.211,60	2,87%	1.710,30
Iliaria Melnechenko Czarnik	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0040	45.960,00	59.668,07	54.692,40	8.732,40	4,03%	2.404,38
Djalma Sebastião Souza Rocha	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0060	104.593,08	59.668,07	124.465,77	19.872,69	9,17%	5.471,74
Alaines Soares e Outros	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0070	31.880,80	59.668,07	37.938,15	6.057,35	2,80%	1.667,83
Adelina Soares	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0080	39.837,68	59.668,07	47.406,84	7.569,16	3,49%	2.084,09
Aroldo Schultz	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0116	43.909,96	59.668,07	52.252,85	8.342,89	3,85%	2.297,13
PMC (R. Irma M. Carolina Gross)	Antonio Bertão	Esquerda		9.600,00	59.668,07	11.424,00	1.824,00	0,84%	502,22
Juarez Guimarães	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.045.0015	77.041,00	59.668,07	91.678,79	14.637,79	6,75%	4.030,37
Deise Jeane Magalhães	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.045.0030	89.579,00	59.668,07	106.599,01	17.020,01	7,85%	4.686,29
Lucia Litz	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.045.0046	76.814,00	59.668,07	91.408,66	14.594,66	6,73%	4.018,49
Célia Litz	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.045.0092	93.160,75	59.668,07	110.861,29	17.700,54	8,17%	4.873,66
TOTAL				1.140.563,37		1.357.270,41	216.707,04	100,00%	59.668,07

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 01/2013
RUA ANTÔNIO BERTÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº. 4.891/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.891, de 01/12/2011, localizados na Rua Antônio Bertão, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 170,25 metros, (Anexo VI – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 10/2011 – Pavimentação da Rua Antônio Bertão (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 17/01/2012, edição nº. 910).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 59.668,07 (cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sete centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Antônio Bertão, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 60 (sessenta) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretario de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei nº 4.891/2011, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº02/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Cassimiro Kwiecien

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 02/2013 - RUA CASSIMIRO KWIECIEN									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA CASSIMIRO KWIECIEN- Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011									
EXTENSÃO: 136,70 metros									
VALOR DA OBRA: R\$49.477,95									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Prefeitura do Município de Canoinhas	Cassimiro Kwiecien	Direita	01.05.043.0059	46.416,00	49.477,95	55.235,04	8.819,04	5,24%	2.594,95
Fernanda Isfair da Cunha Pinto	Cassimiro Kwiecien	Direita	01.05.043.0077	67.946,33	49.477,95	80.856,13	12.909,80	7,68%	3.798,63
Jovino Dranka e Eva Silvana de Paula M. Dranka	Cassimiro Kwiecien	Direita	01.05.043.0090	62.968,80	49.477,95	74.932,87	11.964,07	7,11%	3.520,35
Sebastião de Castro	Cassimiro Kwiecien	Direita	01.05.043.0123	63.913,95	49.477,95	76.057,60	12.143,65	7,22%	3.573,19
Pedro Heuke	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0342	65.680,00	49.477,95	78.159,20	12.479,20	7,42%	3.671,92
Celi Maria Salamori	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0306	68.550,00	49.477,95	81.574,50	13.024,50	7,75%	3.832,37
José Karpyn e Lucia de Lima Karpyn	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0295	64.296,00	49.477,95	76.512,24	12.216,24	7,26%	3.594,55
Antonio Linkowski	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0283	66.976,00	49.477,95	79.701,44	12.725,44	7,57%	3.744,38
Camila Knupel e Cleyton Knuppel	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0271	53.216,00	49.477,95	63.327,04	10.111,04	6,01%	2.975,11
Artemio W. Poltronieri e Eunice	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0259	67.781,00	49.477,95	80.659,39	12.878,39	7,66%	3.789,38
Paulo Moises Polak	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0247	66.386,00	49.477,95	78.999,34	12.613,34	7,50%	3.711,39
Joaquim da Silva	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0235	64.662,00	49.477,95	76.947,78	12.285,78	7,31%	3.615,01
Nivea Viviane Damasio e Outra	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0223	52.570,00	49.477,95	62.558,30	9.988,30	5,94%	2.938,99
Marcelo Antonio Sakr	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0211	73.654,00	49.477,95	87.648,26	13.994,26	8,32%	4.117,72
TOTAL				885.016,08		1.053.169,14	168.153,06	100,00%	49.477,95

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therezio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanze
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 02/2013
RUA CASSIMIRO KWIECIEN

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº. 4.891/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.891, de 01/12/2011, localizados na Rua Cassimiro Kwiecien, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 136,70 metros, (Anexo V – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 11/2011 – Pavimentação da Rua Cassimiro Kwiecien (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 17/01/2012, edição nº. 910).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 49.477,95 (quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Cassimiro Kwiecien, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 60 (sessenta) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretario de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei nº 4.891/2011, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº03/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Donato de Souza

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 03/2013 - RUA DONATO DE SOUZA									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA DONATO DE SOUZA - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011									
EXTENSÃO: 148,90 metros									
VALOR DA OBRA: R\$50.968,72									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Vitor Correa	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0024	68.300,00	50.968,72	81.277,00	12.977,00	5,89%	3.004,28
Nivaldo Soares Boeno	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0035	70.215,00	50.968,72	83.555,85	13.340,85	6,06%	3.088,52
Antonio Yarenhuk	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0047	47.360,00	50.968,72	56.358,40	8.998,40	4,09%	2.083,20
Augusto Tomczik	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0058	55.000,00	50.968,72	65.450,00	10.450,00	4,75%	2.419,26
Ana Lucia Moreschi	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0070	64.456,00	50.968,72	76.702,64	12.246,64	5,56%	2.835,20
Juventino Santos Sobrinho	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0082	57.405,00	50.968,72	68.311,95	10.906,95	4,95%	2.525,05
Elivir Morantt	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0093	68.556,00	50.968,72	81.581,64	13.025,64	5,92%	3.015,54
Aurelio Carlos	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0105	45.285,00	50.968,72	53.889,15	8.604,15	3,91%	1.991,93
Walmir Sandro dos Santos	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0117	55.607,00	50.968,72	66.172,33	10.565,33	4,80%	2.445,96
Julio Schindler Filho	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0152	56.055,00	50.968,72	66.705,45	10.650,45	4,84%	2.465,67
Dario José Felipe	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0340	37.138,00	50.968,72	44.194,22	7.056,22	3,21%	1.633,57
Roseli de Fátima Granza	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0305	69.936,00	50.968,72	83.223,84	13.287,84	6,04%	3.076,24
Sandra Francisca Araújo Pedrosa	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0293	73.920,00	50.968,72	87.964,80	14.044,80	6,38%	3.251,49
Maristela de Cassia de Oliveira	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0281	60.220,00	50.968,72	71.661,80	11.441,80	5,20%	2.648,87
Euni Muller da Silva Gruber	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0269	60.889,00	50.968,72	72.457,91	11.568,91	5,25%	2.678,30
Eneldo Grosskopf	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0257	63.500,00	50.968,72	75.565,00	12.065,00	5,48%	2.793,15
Sara Elis Cardoso e Israel Y. Cardoso	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0245	51.000,00	50.968,72	60.690,00	9.690,00	4,40%	2.243,31
Osmar dos Santos Lima	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0233	58.072,00	50.968,72	69.105,68	11.033,68	5,01%	2.554,39
Nagi Paulo Nader	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0221	49.215,00	50.968,72	58.565,85	9.350,85	4,25%	2.164,80
Beleli Bafille Takahashi	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0210	46.605,00	50.968,72	55.459,95	8.854,95	4,02%	2.049,99
TOTAL				1.158.734,00		1.378.893,46	220.159,46	100,00%	50.968,72

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzler
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 03/2013
RUA DONATO DE SOUZA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº. 4.891/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.891, de 01/12/2011, localizados na Rua Donato de Souza, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e a Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 148,90 metros, (Anexo III – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 12/2011 – Pavimentação da Rua Donato de Souza (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 17/01/2012, edição nº. 910).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 50.968,72 (cinquenta mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Donato de Souza, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 60 (sessenta) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretario de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei nº 4.891/2011, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 03 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº04/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Irineu Bornhausen

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 04/2013 - RUA IRINEU BORNHAUSEN									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA: IRINEU BORNHAUSEN - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011									
EXTENSÃO: 148,90 metros									
VALOR DA OBRA: R\$51.497,35									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Edison Roque Simm	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0024	43.207,00	51.497,35	51.416,33	8.209,33	3,76%	1.934,94
Zeno Lukachinski	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0036	60.130,00	51.497,35	71.554,70	11.424,70	5,23%	2.692,81
Sebastião Celeste Hack	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0047	59.920,00	51.497,35	71.304,80	11.384,80	5,21%	2.683,40
Jair Niedzwiski	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0059	52.400,00	51.497,35	62.356,00	9.956,00	4,56%	2.346,63
Luiz Cesar de Barros	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0070	57.440,00	51.497,35	68.353,60	10.913,60	5,00%	2.572,34
Arilda Maria Martins	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0081	54.000,00	51.497,35	64.260,00	10.260,00	4,70%	2.418,29
Zorilda de Jesus Munhoz C. Pere	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0093	49.100,00	51.497,35	58.429,00	9.329,00	4,27%	2.198,85
Elmo Keiser	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0105	66.500,00	51.497,35	79.135,00	12.635,00	5,78%	2.978,08
Antonio Mauricio Martinhuk	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0116	62.000,00	51.497,35	73.780,00	11.780,00	5,39%	2.776,55
Moacir Ramos de Paula e Maria Elza Ferreira	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0151	63.010,00	51.497,35	74.981,90	11.971,90	5,48%	2.821,78
Valderez de Paula Budant e Outros	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0337	54.230,00	51.497,35	64.533,70	10.303,70	4,72%	2.428,59
Célio Miguel de Lima	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0303	66.800,00	51.497,35	79.492,00	12.692,00	5,81%	2.991,51
José Roberto Francisco	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0291	53.850,00	51.497,35	64.081,50	10.231,50	4,68%	2.411,57
Joaquim Rogério Bonete	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0280	57.050,00	51.497,35	67.889,50	10.839,50	4,96%	2.554,88
Juarez José Schwed	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0269	69.520,00	51.497,35	82.728,80	13.208,80	6,05%	3.113,32
Jair Meneguizzo e Elisângela Ana Felícia Castro	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0257	50.615,00	51.497,35	60.231,85	9.616,85	4,40%	2.266,70
Maria Loni Tinfel Follador	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0246	60.270,00	51.497,35	71.721,30	11.451,30	5,24%	2.699,08
Alinor Ribeiro da Silva	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0234	52.650,00	51.497,35	62.653,50	10.003,50	4,58%	2.357,83
Oswaldo Carlos Artner	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0222	55.115,00	51.497,35	65.586,85	10.471,85	4,79%	2.468,22
José Roberto Kauva	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0210	62.121,00	51.497,35	73.923,99	11.802,99	5,40%	2.781,97
TOTAL				1.149.928,00		1.368.414,32	218.486,32	100,00%	51.497,35

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanze
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 04/2013
RUA IRINEU BORNHAUSEN

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº. 4.891/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.891, de 01/12/2011, localizados na Rua Irineu Bornhausen, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 148,90 metros, (Anexo II – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 13/2011 – Pavimentação da Rua Irineu Bornhausen (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 17/01/2012, edição nº. 910).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 51.497,35 (cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Irineu Bornhausen, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 60 (sessenta) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretario de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei nº 4.891/2011, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº05/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Irineu Gonzaga

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 05/2013 - RUA IRINEU GONZAGA									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA: IRINEU GONZAGA - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011									
EXTENSÃO: 148,89 metros									
VALOR DA OBRA: R\$51.218,48									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Sandra Mara Dal Bo	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0024	57.338,00	51.218,48	68.232,22	10.894,22	5,04%	2.579,27
Maria Salete Simm Colaço	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0036	50.270,00	51.218,48	59.821,30	9.551,30	4,42%	2.261,32
Jorge Heuko	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0048	62.600,00	51.218,48	74.494,00	11.894,00	5,50%	2.815,97
Dinora Oppitz de França	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0060	53.770,00	51.218,48	63.986,30	10.216,30	4,72%	2.418,77
Amauri de Brito	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0071	59.235,00	51.218,48	70.489,65	11.254,65	5,20%	2.664,60
Ana Marli Wurzer Bilescki	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0083	63.925,00	51.218,48	76.070,75	12.145,75	5,61%	2.875,58
Willi Baukat	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0095	60.500,00	51.218,48	71.995,00	11.495,00	5,31%	2.721,51
Charles Roberto Novak Rosa	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0107	52.187,00	51.218,48	62.102,53	9.915,53	4,58%	2.347,56
Doris Stela da Silva	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0118	55.088,00	51.218,48	65.554,72	10.466,72	4,84%	2.478,06
Tufti Miquel Isfair	Irineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0153	50.105,00	51.218,48	59.624,95	9.519,95	4,40%	2.253,90
Terezinha de Jesus Lino	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0338	52.180,00	51.218,48	62.094,20	9.914,20	4,58%	2.347,24
Argemiro Godoy	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0304	45.900,00	51.218,48	54.621,00	8.721,00	4,03%	2.064,75
Felipe Pflanzner	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0292	57.440,00	51.218,48	68.353,60	10.913,60	5,04%	2.583,86
Pedro Lucio Nisponginski	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0281	83.820,00	51.218,48	99.745,80	15.925,80	7,36%	3.770,52
Leonel Rodrigues	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0269	63.600,00	51.218,48	75.684,00	12.084,00	5,59%	2.860,96
Edgar Hruschka	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0258	56.420,00	51.218,48	67.139,80	10.719,80	4,96%	2.537,97
Marcos Alberto Steklain e Marli de Brito	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0246	52.700,00	51.218,48	62.713,00	10.013,00	4,63%	2.370,63
Silvana Regina Fritche Hoepers	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0234	61.858,00	51.218,48	73.611,02	11.753,02	5,43%	2.782,59
Walmor Krauss	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0222	52.688,00	51.218,48	62.698,72	10.010,72	4,63%	2.370,09
Leonides de Freitas Neves	Irineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0210	46.980,00	51.218,48	55.906,20	8.926,20	4,13%	2.113,33
TOTAL				1.138.604,00		1.354.938,76	216.334,76	100,00%	51.218,48

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Thérézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 05/2013
RUA IRINEU GONZAGA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº. 4.891/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.891, de 01/12/2011, localizados na Rua Irineu Gonzaga, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 148,89 metros, (Anexo IV – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 14/2011 – Pavimentação da Rua Irineu Gonzaga (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 17/01/2012, edição nº. 910).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 51.218,48 (cinquenta e um mil, duzentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Irineu Gonzaga, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 60 (sessenta) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretario de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei nº 4.891/2011, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº06/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Loacir Muniz Ribas

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 06/2013 - RUA LOACIR MUNIZ RIBAS									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA LOACIR MUNIZ RIBAS - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011									
EXTENSÃO: 244,28 metros									
VALOR DA OBRA: R\$89.596,10									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Prefeitura do Município de Canoinhas	Loacir Muniz	Direita	01.05.049.1105	128.165,00	89.596,10	152.516,35	24.351,35	7,56%	6.773,35
Prefeitura do Município de Canoinhas	Loacir Muniz	Direita	01.05.049.1189	294.545,00	89.596,10	350.508,55	55.963,55	17,37%	15.566,32
Diocese de Caçador	Loacir Muniz	Direita	01.05.049.1316	307.120,00	89.596,10	365.472,80	58.352,80	18,12%	16.230,89
Leopoldo Maiester	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.039.0023	105.205,00	89.596,10	125.193,95	19.988,95	6,21%	5.559,95
Maria Dranka Tromm	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.039.0362	55.928,00	89.596,10	66.554,32	10.626,32	3,30%	2.955,72
Joel Ignaszewski	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.039.0350	64.860,00	89.596,10	77.183,40	12.323,40	3,83%	3.427,77
Valderez de Paula	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.039.0337	54.240,00	89.596,10	64.545,60	10.305,60	3,20%	2.866,51
Prefeitura de Canoinhas (R. Irineu Bornhausen)	Loacir Muniz			6.912,00	89.596,10	8.225,28	1.313,28	0,41%	365,29
Edison Roque Simm	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.040.0024	42.180,00	89.596,10	50.194,20	8.014,20	2,49%	2.229,16
Dorival Bitencurt	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.040.0364	44.625,00	89.596,10	53.103,75	8.478,75	2,63%	2.358,37
Adilson de Barros	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.040.0352	66.068,00	89.596,10	78.620,92	12.552,92	3,90%	3.491,61
Dario José Felipe	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.040.0340	42.880,00	89.596,10	51.027,20	8.147,20	2,53%	2.266,15
Prefeitura de Canoinhas (R. Donato de Souza)	Loacir Muniz	Esquerda		6.912,00	89.596,10	8.225,28	1.313,28	0,41%	365,29
Vitor Correa	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.041.0024	74.055,00	89.596,10	88.125,45	14.070,45	4,37%	3.913,71
João Altino Bergamo	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.041.0362	53.415,00	89.596,10	63.563,85	10.148,85	3,15%	2.822,91
Lucia Helena Bittencourt	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.041.0350	48.870,00	89.596,10	58.155,30	9.285,30	2,88%	2.582,72
Terezinha de Jesus Lino	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.041.0338	52.180,00	89.596,10	62.094,20	9.914,20	3,08%	2.757,65
Prefeitura de Canoinhas (R. Irineu Gonzaga)	Loacir Muniz			6.912,00	89.596,10	8.225,28	1.313,28	0,41%	365,29
Sandra Mara Dal Bo	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.042.0024	57.338,00	89.596,10	68.232,22	10.894,22	3,38%	3.030,24
Iolanda Wichineski Simm	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.042.0367	48.400,00	89.596,10	57.596,00	9.196,00	2,85%	2.557,88
José Fernandes	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.042.0354	59.050,00	89.596,10	70.269,50	11.219,50	3,48%	3.120,72
Pedro Heuke	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.042.0342	68.560,00	89.596,10	81.586,40	13.026,40	4,04%	3.623,31
Prefeitura de Canoinhas (R. Casimiro Kwiclen)	Loacir Muniz			6.912,00	89.596,10	8.225,28	1.313,28	0,41%	365,29
TOTAL				1.695.332,00		2.017.445,08	322.113,08	100,00%	89.596,10

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 06/2013
RUA LOACIR MUNIZ RIBAS

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);**
LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan
LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);
LEI MUNICIPAL nº. 4.891/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.891, de 01/12/2011, localizados na Rua Loacir Muniz Ribas, no trecho entre a Rua Antônio Bertão e SC 477, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 244,28 metros, (Anexo I – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 15/2011 – Pavimentação da Rua Loacir Muniz Ribas (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 17/01/2012, edição nº. 910).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 89.596,10 (oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e dez centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Loacir Muniz Ribas, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 60 (sessenta) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretario de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei nº 4.891/2011, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº07/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Wiegando Wiese

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 07/2013 - RUA WIEGANDO WIESE									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA WIEGANDO WIESE - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011									
EXTENSÃO: 300,37 metros									
VALOR DA OBRA: R\$147.670,38									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Dirce Braz da Silveira	Wiegando Wiese	Direita	01.05.039.0152	78.403,00	147.670,38	93.299,57	14.896,57	1,49%	2.194,91
Silene Maria de Amorim	Wiegando Wiese	Direita	01.05.039.0164	63.581,00	147.670,38	75.661,39	12.080,39	1,21%	1.779,97
Wilson Alves Pereira	Wiegando Wiese	Direita	01.05.039.0176	50.607,00	147.670,38	60.222,33	9.615,33	0,96%	1.416,76
José Roberto Kauva	Wiegando Wiese	Direita	01.05.039.0210	62.121,00	147.670,38	73.923,99	11.802,99	1,18%	1.739,09
PMC (R. Irineu Bornhausen)	Wiegando Wiese			6.912,00	147.670,38	8.225,28	1.313,28	0,13%	193,50
Moacir Ramos de Paula e Maria Elza Ferreira	Wiegando Wiese	Direita	01.05.040.0151	63.010,00	147.670,38	74.981,90	11.971,90	1,19%	1.763,98
Derli Luiz dos Santos	Wiegando Wiese	Direita	01.05.040.0164	56.816,00	147.670,38	67.611,04	10.795,04	1,08%	1.590,58
Aderbal Ludka	Wiegando Wiese	Direita	01.05.040.0176	60.200,00	147.670,38	71.638,00	11.438,00	1,14%	1.685,31
Beleli Bifille Takahashi	Wiegando Wiese	Direita	01.05.040.0210	52.367,00	147.670,38	62.316,73	9.949,73	0,99%	1.466,03
PMC (R. Donato de Souza)	Wiegando Wiese			6.912,00	147.670,38	8.225,28	1.313,28	0,13%	193,50
Julio Schindler Filho	Wiegando Wiese	Direita	01.05.041.0152	61.816,00	147.670,38	73.561,04	11.745,04	1,17%	1.730,56
Aurélio Carlos	Wiegando Wiese	Direita	01.05.041.0165	58.662,00	147.670,38	69.807,78	11.145,78	1,11%	1.642,26
José Eduardo Nascimento	Wiegando Wiese	Direita	01.05.041.0177	52.280,00	147.670,38	62.213,20	9.933,20	0,99%	1.463,59
Leonides de Freitas Neves	Wiegando Wiese	Direita	01.05.041.0210	46.976,00	147.670,38	55.901,44	8.925,44	0,89%	1.315,11
PMC (R. Irineu Gonzaga)	Wiegando Wiese			6.912,00	147.670,38	8.225,28	1.313,28	0,13%	193,50
Tufi Miguel Sphaier	Wiegando Wiese	Direita	01.05.042.0153	50.107,00	147.670,38	59.627,33	9.520,33	0,95%	1.402,76
Carlos Henrique Wendt	Wiegando Wiese	Direita	01.05.042.0165	52.330,00	147.670,38	62.272,70	9.942,70	0,99%	1.464,99
Jeferson Soares Fragoso	Wiegando Wiese	Direita	01.05.042.0177	60.800,00	147.670,38	72.352,00	11.552,00	1,15%	1.702,11
Marcelo Antonio Sakr	Wiegando Wiese	Direita	01.05.042.0211	73.654,00	147.670,38	87.648,26	13.994,26	1,40%	2.061,96
PMC (R. Cassimiro Kwiczen)	Wiegando Wiese			6.912,00	147.670,38	8.225,28	1.313,28	0,13%	193,50
Sebastião de Castro	Wiegando Wiese	Direita	01.05.043.0123	63.923,95	147.670,38	76.069,50	12.145,55	1,21%	1.789,57
Alaor Henrique de Melo	Wiegando Wiese	Direita	01.05.043.0160	66.734,14	147.670,38	79.413,63	12.679,49	1,27%	1.868,24
Indústria Erveteira Bonetes	Wiegando Wiese	Esquerda	01.05.038.0393	4.172.798,22	147.670,38	4.965.629,88	792.831,66	79,11%	116.818,59
TOTAL				5.274.834,31		6.277.052,83	1.002.218,52	100,00%	147.670,38

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 07/2013
RUA WIEGANDO WIESE

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);**

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº. 4.891/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.891, de 01/12/2011, localizados na Rua Wiegando Wiese, no trecho entre a SC 477 e a Rua Antônio Bertão, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 300,37 metros, (Anexo VII – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 16/2011 – Pavimentação da Rua Wiegando Wiese (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 17/01/2012, edição nº. 910).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 147.670,38 (cento e quarenta e sete mil, seiscentos setenta reais e trinta e oito centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Wiegando Wiese, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 60 (sessenta) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretario de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei nº 4.891/2011, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº08/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Feres João Sphair

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 08/2013 - RUA FERES JOÃO SPHAIR									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA FERES JOÃO SPHAIR - Lei nº: 4.616/2010, de 21/10/2010, alterada pela Lei Municipal nº 4.766, de 06/07/2011									
EXTENSÃO: 844,38 metros									
VALOR TOTAL: R\$769.945,13									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Helena Muller Bueno de Siqueira	Feres João Sphair	Direita	01.07.108.0320	22.326,48	769.945,13	26.568,51	4.242,03	0,39%	2.988,46
Monica Scultetus Kraus	Feres João Sphair	Direita	01.07.108.0277	26.489,40	769.945,13	31.522,39	5.032,99	0,46%	3.545,67
Anni Scultetus Tokarski	Feres João Sphair	Direita	01.07.108.0263	24.771,60	769.945,13	29.478,20	4.706,60	0,43%	3.315,74
Anni Scultetus Tokarski	Feres João Sphair	Direita	01.07.108.0250	29.573,28	769.945,13	35.192,20	5.618,92	0,51%	3.958,46
Prefeitura Municipal (R. Ataliba Adur)	Feres João Sphair			16.200,00	769.945,13	19.278,00	3.078,00	0,28%	2.168,41
A. Scultetus Engenharia Civil Ltda.	Feres João Sphair	Direita	01.07.060.0327	29.700,00	769.945,13	35.343,00	5.643,00	0,52%	3.975,42
A. Scultetus Engenharia Civil Ltda.	Feres João Sphair	Direita	01.07.060.0282	27.000,00	769.945,13	32.130,00	5.130,00	0,47%	3.614,02
Anni Scultetus Tokarski	Feres João Sphair	Direita	01.07.060.0267	27.000,00	769.945,13	32.130,00	5.130,00	0,47%	3.614,02
Anni Scultetus Tokarski	Feres João Sphair	Direita	01.07.060.0252	29.700,00	769.945,13	35.343,00	5.643,00	0,52%	3.975,42
Ana Lucelia Pazda	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.045.0017	43.029,56	769.945,13	51.205,18	8.175,62	0,75%	5.759,62
Ingo Voigt Noernberg	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.045.0046	89.301,60	769.945,13	106.268,90	16.967,30	1,55%	11.953,25
Paulo Sergio P. Modos e Lucia	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.045.0061	64.962,80	769.945,13	77.305,73	12.342,93	1,13%	8.695,44
Rudolpho Schimldberger	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.045.0076	53.107,60	769.945,13	63.198,04	10.090,44	0,92%	7.108,59
Edson Luiz de Souza e Josiane de Fátima Figueira	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.045.0091	58.546,60	769.945,13	69.670,45	11.123,85	1,02%	7.836,61
Aildo Ribeiro de Lima Junior	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.045.0138	56.361,63	769.945,13	67.070,34	10.708,71	0,98%	7.544,15
Prefeitura Municipal (R. Victor S. de Carvalho)	Feres João Sphair			32.400,00	769.945,13	38.556,00	6.156,00	0,56%	4.336,82
Azenilda S. Fragoso e Arnoldo S.	Feres João Sphair	Direita	01.07.059.0363	56.673,54	769.945,13	67.441,51	10.767,97	0,99%	7.585,90
Dionizio Dreher	Feres João Sphair	Direita	01.07.059.0317	55.864,80	769.945,13	66.479,11	10.614,31	0,97%	7.477,65
Guilhermina Schermack	Feres João Sphair	Direita	01.07.059.0301	59.053,63	769.945,13	70.273,82	11.220,19	1,03%	7.904,48
Franciele Gonçalves Padilha e Cleverson Gonçalves Padilha	Feres João Sphair	Direita	01.07.059.0285	44.927,58	769.945,13	53.463,82	8.536,24	0,78%	6.013,67
Antonio João Ludwig	Feres João Sphair	Direita	01.07.059.0269	62.854,82	769.945,13	74.797,24	11.942,42	1,09%	8.413,28
Anordo Camargo	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.055.0014	76.606,60	769.945,13	91.161,85	14.555,25	1,33%	10.253,99
Edvino Drosdek	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.055.0027	35.517,68	769.945,13	42.266,04	6.748,36	0,62%	4.754,13
Serli Terrezinha Bueno	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.055.0040	35.658,10	769.945,13	42.433,14	6.775,04	0,62%	4.772,93
Aroldo Pires de Lima	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.055.0053	49.223,74	769.945,13	58.576,25	9.352,51	0,86%	6.588,72
Solimara G. de A. Terres e José	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.055.0066	45.027,66	769.945,13	53.582,92	8.555,26	0,78%	6.027,07
José Klepacki	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.055.0108	43.635,02	769.945,13	51.925,67	8.290,65	0,76%	5.840,66
Prefeitura Municipal (R. Erna Schumacher)	Feres João Sphair			37.800,00	769.945,13	44.982,00	7.182,00	0,66%	5.059,63
Silvio Kotelak	Feres João Sphair	Direita	01.07.058.0366	67.352,00	769.945,13	80.148,88	12.796,88	1,17%	9.015,24
João Maria Boneta e Ingrid Morsch Boneta	Feres João Sphair	Direita	01.07.058.0320	62.814,50	769.945,13	74.749,26	11.934,76	1,09%	8.407,88
Jairo Ari Wiese e Luciane Kulka	Feres João Sphair	Direita	01.07.058.0304	80.141,98	769.945,13	95.368,96	15.226,98	1,39%	10.727,21
Clevertton Luiz Pickisius	Feres João Sphair	Direita	01.07.058.0288	56.711,57	769.945,13	67.486,77	10.775,20	0,99%	7.590,99
Aldevino Brocardo	Feres João Sphair	Direita	01.07.058.0272	71.208,24	769.945,13	84.737,81	13.529,57	1,24%	9.531,41
Catia Regina de Britto Jubanski	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.056.0016	47.853,24	769.945,13	56.945,36	9.092,12	0,83%	6.405,28
Jair Bileski e Helio Bileski	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.056.0031	41.302,16	769.945,13	49.149,57	7.847,41	0,72%	5.528,40
Maria Elizabeth e Correa e Wll	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.056.0047	82.371,83	769.945,13	98.022,48	15.650,65	1,43%	11.025,68
Adina Damaso da Silveira Pereira de Oliveira	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.056.0063	70.561,29	769.945,13	83.967,94	13.406,65	1,23%	9.444,81
Jocemari Aparecida Bonette	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.056.0107	39.600,00	769.945,13	47.124,00	7.524,00	0,69%	5.300,56
Prefeitura Municipal (R. Walmor Ivo Gallotti)	Feres João Sphair			40.500,00	769.945,13	48.195,00	7.695,00	0,70%	5.421,03
Luiz Sergio de Lima	Feres João Sphair	Direita	01.07.057.0365	68.838,53	769.945,13	81.917,85	13.079,32	1,20%	9.214,21
Mauro Konig e Arleia Braatz Konig	Feres João Sphair	Direita	01.07.057.0319	54.908,00	769.945,13	65.340,52	10.432,52	0,95%	7.349,58
Antonio Jair Soares	Feres João Sphair	Direita	01.07.057.0303	71.855,10	769.945,13	85.507,57	13.652,47	1,25%	9.617,99
Ester Marilu Benda Thiem	Feres João Sphair	Direita	01.07.057.0287	54.863,84	769.945,13	65.287,97	10.424,13	0,95%	7.343,67
Saul Leandro de Souza	Feres João Sphair	Direita	01.07.057.0271	72.080,76	769.945,13	85.776,10	13.695,34	1,25%	9.648,19
Dionisio Dreher	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.109.0016	54.093,21	769.945,13	64.370,92	10.277,71	0,94%	7.240,51
Leonar Benda	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.109.0032	41.156,72	769.945,13	48.976,50	7.819,78	0,72%	5.508,93
Vitor Nielsen	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.109.0048	65.509,88	769.945,13	77.956,76	12.446,88	1,14%	8.768,67
Vitor Nielsen	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.109.0064	44.596,41	769.945,13	53.069,73	8.473,32	0,78%	5.969,34
José Ferreira de Souza	Feres João Sphair	Esquerda	01.07.109.0110	60.715,94	769.945,13	72.251,97	11.536,03	1,06%	8.126,98
Prefeitura Municipal (R. Saulo de Carvalho)	Feres João Sphair			43.200,00	769.945,13	51.408,00	8.208,00	0,75%	5.782,43

Maria Aparecida Szenszack	Feres João Sphair	Direita	01.02.009.0371	67.169,55	769.945,13	79.931,76	12.762,21	1,17%	8.990,82
Clemente Carlos	Feres João Sphair	Direita	01.02.009.0325	74.993,60	769.945,13	89.242,38	14.248,78	1,30%	10.038,09
Leonardo Kohler	Feres João Sphair	Direita	01.02.009.0309	60.728,90	769.945,13	72.267,39	11.538,49	1,06%	8.128,72
Silvio Leal de Barros	Feres João Sphair	Direita	01.02.009.0293	69.739,11	769.945,13	82.989,54	13.250,43	1,21%	9.334,76
Adriano Joel Rocha Me	Feres João Sphair	Direita	01.02.009.0277	91.235,50	769.945,13	108.570,25	17.334,75	1,59%	12.212,11
Prefeitura do Município de Canoinhas	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.008.0144	819.223,46	769.945,13	974.875,92	155.652,46	14,24%	109.655,16
Prefeitura Municipal (R. Alfredo Bach)	Feres João Sphair			45.900,00	769.945,13	54.621,00	8.721,00	0,80%	6.143,83
Valdemir Muller	Feres João Sphair	Direita	01.02.010.0362	94.598,57	769.945,13	112.572,30	17.973,73	1,64%	12.662,26
Valdemir Muller	Feres João Sphair	Direita	01.02.010.0317	40.500,00	769.945,13	48.195,00	7.695,00	0,70%	5.421,03
Valdemir Muller	Feres João Sphair	Direita	01.02.010.0302	45.000,00	769.945,13	53.550,00	8.550,00	0,78%	6.023,37
Mario Cezar B. Karoleski e Eli	Feres João Sphair	Direita	01.02.010.0286	103.772,50	769.945,13	123.489,28	19.716,78	1,80%	13.890,22
Silvano Nepomuceno Pinto	Feres João Sphair	Direita	01.02.010.0270	92.359,14	769.945,13	109.907,38	17.548,24	1,61%	12.362,51
Paulo Sergio Lucas	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.011.0040	108.965,61	769.945,13	129.669,08	20.703,47	1,89%	14.585,33
Beatriz Alice Voigt	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.011.0060	26.556,97	769.945,13	31.602,79	5.045,82	0,46%	3.554,72
Orlando Turkot e Nereida Silveira Padilha	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.011.0092	51.314,31	769.945,13	61.064,02	9.749,72	0,89%	6.868,55
Prefeitura Municipal (R. Willbaldo A. Hoffmann)	Feres João Sphair			48.600,00	769.945,13	57.834,00	9.234,00	0,84%	6.505,23
Alcir Klutckowski	Feres João Sphair	Direita	01.02.027.0381	65.607,64	769.945,13	78.073,09	12.465,45	1,14%	8.781,75
Anderson José Casaril e Outros	Feres João Sphair	Direita	01.02.027.0334	74.627,56	769.945,13	88.806,80	14.179,24	1,30%	9.989,09
Marqarida B. Klutckowski	Feres João Sphair	Direita	01.02.027.0317	60.332,04	769.945,13	71.795,13	11.463,09	1,05%	8.075,60
Orlando Schwitzki	Feres João Sphair	Direita	01.02.027.0300	74.094,35	769.945,13	88.172,28	14.077,93	1,29%	9.917,72
Aldoni Agripino de Aguiar	Feres João Sphair	Direita	01.02.027.0283	73.984,75	769.945,13	88.041,85	14.057,10	1,29%	9.903,05
Nilceia Cristina Trisnoski Todt	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.026.0030	74.984,08	769.945,13	89.231,06	14.246,98	1,30%	10.036,81
Amilton Marchinhaki	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.026.0043	65.554,54	769.945,13	78.009,91	12.455,36	1,14%	8.774,64
Carlos Alberto Pontes	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.026.0056	88.996,59	769.945,13	105.905,94	16.909,35	1,55%	11.912,42
Argeu Correia e Tereza Correia	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.026.0101	47.137,59	769.945,13	56.093,73	8.956,14	0,82%	6.309,49
Prefeitura Municipal (R. Basilio Humenhuk)	Feres João Sphair			51.300,00	769.945,13	61.047,00	9.747,00	0,89%	6.866,64
Maria da Luz e Guilherme A. Cordeiro	Feres João Sphair	Direita	01.02.028.0357	62.913,84	769.945,13	74.867,47	11.953,63	1,09%	8.421,18
Romualdo Buaszczysz	Feres João Sphair	Direita	01.02.028.0326	55.900,36	769.945,13	66.521,43	10.621,07	0,97%	7.482,41
Julio Martins	Feres João Sphair	Direita	01.02.028.0310	61.950,23	769.945,13	73.720,77	11.770,54	1,08%	8.292,20
Julio Martins	Feres João Sphair	Direita	01.02.028.0294	60.134,42	769.945,13	71.559,96	11.425,54	1,05%	8.049,15
Edna Aparecida Mazureki Momot	Feres João Sphair	Direita	01.02.028.0278	63.488,75	769.945,13	75.551,61	12.062,86	1,10%	8.498,13
Amazonas de Oliveira e Outros	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.029.0017	30.061,90	769.945,13	35.773,66	5.711,76	0,52%	4.023,86
Thomas Barankiewicz	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.029.0032	69.181,81	769.945,13	82.326,35	13.144,54	1,20%	9.260,16
Ovidio Cordeiro	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.029.0048	105.095,10	769.945,13	125.063,17	19.968,07	1,83%	14.067,25
Augusto Lechinesi e Outro	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.029.0064	88.252,28	769.945,13	105.020,21	16.767,93	1,53%	11.812,79
Fabiano Zorek	Feres João Sphair	Esquerda	01.02.029.0110	112.384,11	769.945,13	133.737,09	21.352,98	1,95%	15.042,90
TOTAL				5.752.188,07		6.845.103,81	1.092.915,73	100,00%	769.945,13

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 08/2013
RUA FERES JOÃO SPHAIR

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº. 4.616/2010, alterada pela Lei Municipal nº. 4.766/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.616, de 21/10/2010, alterada pela Lei Municipal nº. 4.766, de 06/07/2011, localizados na Rua Feres João Sphair, no trecho entre a Rua Henrique Sorg e a Rua Otto Friedrich, localizada, no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 844,38 metros, (Anexo I – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 05/2011 – Pavimentação da Rua Feres João Sphair (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 21/09/2011, edição nº. 829).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 769.945,13 (setecentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais e treze centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Feres João Sphair, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta **Lei Municipal nº. 4.616, de 21/10/2010, alterada pela Lei Municipal nº. 4.766, de 06/07/2011**, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº09/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua João Muller

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 09/2013 - RUA JOÃO MULLER									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA: JOÃO MULLER - Lei nº: 4.714/2011									
EXTENSÃO: 458,82 metros									
VALOR TOTAL: R\$365.882,31									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Teruo Nagano	João Muller	Direita	01.06.172.0485	206.204,40	365.882,31	245.383,24	39.178,84	5,73%	20.956,86
Alceu Paulo Fuck Junior	João Muller	Direita	01.06.172.0381	335.257,20	365.882,31	398.956,07	63.698,87	9,31%	34.072,70
Jorge Luis Fontana	João Muller	Esquerda	01.06.038.0402	115.608,93	365.882,31	137.574,63	21.965,70	3,21%	11.749,51
Claudio Metzger	João Muller	Esquerda	01.06.038.0423	66.474,52	365.882,31	79.104,68	12.630,16	1,85%	6.755,91
Daniel Dobrichiap	João Muller	Esquerda	01.06.038.0442	66.108,99	365.882,31	78.669,70	12.560,71	1,84%	6.718,76
Prefeitura Municipal (Esq. R. Ernesto Koch com R. Marechal Rondon)	João Muller			65.000,00	365.882,31	77.350,00	12.350,00	1,81%	6.606,05
Erhardt Koch	João Muller	Direita	01.06.048.0114	58.615,70	365.882,31	69.752,68	11.136,98	1,63%	5.957,20
Elvira Koch	João Muller	Direita	01.06.048.0064	84.392,28	365.882,31	100.426,81	16.034,53	2,34%	8.576,91
Francisco Rudczyk	João Muller	Direita	01.06.048.0050	51.637,00	365.882,31	61.448,03	9.811,03	1,43%	5.247,95
Egon Ruppel	João Muller	Direita	01.06.048.0035	97.871,00	365.882,31	116.466,49	18.595,49	2,72%	9.946,78
Ilse Elfrida Koch da Costa	João Muller	Direita	01.06.048.0020	73.260,00	365.882,31	87.179,40	13.919,40	2,03%	7.445,52
Prefeitura Municipal (R. Estanislau Schivinski)	João Muller	Direita		30.000,00	365.882,31	35.700,00	5.700,00	0,83%	3.048,95
Gelson Donizetti de Moraes	João Muller	Direita	01.06.047.0110	60.921,74	365.882,31	72.496,87	11.575,13	1,69%	6.191,57
Nilvo João Schvan	João Muller	Direita	01.06.047.0064	88.991,26	365.882,31	105.899,60	16.908,34	2,47%	9.044,32
Eloyr Waldmann	João Muller	Direita	01.06.047.0049	96.983,52	365.882,31	115.410,39	18.426,87	2,69%	9.856,58
Alfredo Kohler Junior	João Muller	Direita	01.06.047.0034	49.799,49	365.882,31	59.261,39	9.461,90	1,38%	5.061,20
Sayonara Bittencourt Pinto e Denis Silveira Netto	João Muller	Direita	01.06.047.0019	113.804,95	365.882,31	135.427,89	21.622,94	3,16%	11.566,17
Mendina	João Muller	Direita		30.000,00	365.882,31	35.700,00	5.700,00	0,83%	3.048,95
Prefeitura Municipal (R. João B. Pontarolo)	João Muller	Direita		30.000,00	365.882,31	35.700,00	5.700,00	0,83%	3.048,95
Zanei Seleme	João Muller	Direita	01.06.046.0175	85.642,70	365.882,31	101.914,81	16.272,11	2,38%	8.704,00
Zanei Seleme	João Muller	Direita	01.06.046.0116	77.858,00	365.882,31	92.651,02	14.793,02	2,16%	7.912,83
Zanei Seleme	João Muller	Direita	01.06.046.0097	77.860,00	365.882,31	92.653,40	14.793,40	2,16%	7.913,03
Guilherme Wachtel	João Muller	Direita	01.06.046.0078	77.857,00	365.882,31	92.649,83	14.792,83	2,16%	7.912,72
Gerson Wachtel	João Muller	Direita	01.06.046.0059	109.846,94	365.882,31	130.717,86	20.870,92	3,05%	11.163,91
Waldemar Wachtel e Outros	João Muller	Direita	01.06.046.0040	110.399,86	365.882,31	131.375,83	20.975,97	3,07%	11.220,10
Alvacir Pereira	João Muller	Esquerda	01.06.039.0399	98.919,72	365.882,31	117.714,47	18.794,75	2,75%	10.053,36
Adinan Pereira	João Muller	Esquerda	01.06.039.0416	91.334,07	365.882,31	108.687,54	17.353,47	2,54%	9.282,42
Salete de Fátima Martins Ferreira	João Muller	Esquerda	01.06.039.0432	67.539,12	365.882,31	80.490,55	12.851,43	1,88%	6.874,27
Ana Doroty Correa	João Muller	Esquerda	01.06.039.0450	80.559,83	365.882,31	95.866,20	15.306,37	2,24%	8.187,42
Euclydes Francisco de Salles	João Muller	Esquerda	01.06.039.0465	99.834,90	365.882,31	118.803,53	18.968,63	2,77%	10.146,37
Edmilson Luiz Werka	João Muller	Esquerda	01.06.039.0481	59.458,76	365.882,31	70.755,92	11.297,16	1,65%	6.042,88
Claudio Cesar Wachinski	João Muller	Esquerda	01.06.039.0244	231.774,63	365.882,31	275.811,81	44.037,18	6,44%	23.555,61
Giancarlo d' Aquino Fonseca	João Muller	Esquerda	01.06.039.0518	91.480,99	365.882,31	108.862,38	17.381,39	2,54%	9.297,35
Lucides Bueno Theodorovicz	João Muller	Esquerda	01.06.039.0536	92.851,30	365.882,31	110.493,05	17.641,75	2,58%	9.436,62
Silvestre Teodorovicz	João Muller	Esquerda	01.06.039.0556	68.607,26	365.882,31	81.642,64	13.035,38	1,91%	6.972,66
Antonio Vicente de Souza	João Muller	Esquerda	01.06.039.0056	252.623,94	365.882,31	300.622,49	47.998,55	7,02%	25.674,55
Hortz Bolman	João Muller	Esquerda	01.06.171.0571	76.207,16	365.882,31	90.686,52	14.479,36	2,12%	7.745,05
Hortz Bolman	João Muller	Esquerda	01.06.171.0018	58.400,10	365.882,31	69.496,12	11.096,02	1,62%	5.935,29
TOTAL				3.600.087,26		4.284.103,84	684.016,58	100,00%	365.882,31

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mary Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzer
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 09/2013
RUA JOÃO MULLER

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº. 4.714/2011, (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.714, de 30/03/2011, localizados na Rua João Muller, no trecho entre a BR 280 e a Rua Cidade de Jaú, localizada no Bairro Alto das Palmeiras, com extensão de 458,82 metros, (Anexo I – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 07/2011 – Pavimentação da Rua João Muller (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 21/09/2011, edição nº. 829).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 365.882,31 (trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e um centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua João Muller, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta **Lei Municipal nº. 4.714, de 30/03/2011**, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Edital de Lançamento Nº10/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Jornalista Albino Raul Budant

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 10/2013 - RUA JORNALISTA ALBINO RAUL BUDANT									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AValiação DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA: JORNALISTA ALBINO RAUL BUDANT - Lei nº: 4.713/2011									
EXTENSÃO: 152,77 metros									
VALOR TOTAL: R\$105.632,03									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Wanderley Wzoreck	Jornalista Albino Budant	Esquerda	01.01.101.0661	198.784,40	105.632,03	236.553,44	37.769,04	5,92%	6.249,86
Vitor Ferraz de Deus	Jornalista Albino Budant	Esquerda	01.01.101.0676	154.380,00	105.632,03	183.712,20	29.332,20	4,59%	4.853,77
Alexandre Erzinger	Jornalista Albino Budant	Esquerda	01.01.101.0695	206.109,80	105.632,03	245.270,66	39.160,86	6,13%	6.480,17
Danilo José Soares Kahil	Jornalista Albino Budant	Esquerda	01.01.101.0709	138.195,00	105.632,03	164.452,05	26.257,05	4,11%	4.344,91
Danilo José Soares Kahil	Jornalista Albino Budant	Esquerda	01.01.101.0827	1.224.897,80	105.632,03	1.457.628,38	232.730,58	36,46%	38.511,28
José Pangratz Filho	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0167	153.247,00	105.632,03	182.363,93	29.116,93	4,56%	4.818,15
Silvio Alfredo Steilein	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0128	205.956,80	105.632,03	245.088,59	39.131,79	6,13%	6.475,36
Alexandre Erzinger	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0115	144.580,60	105.632,03	172.050,91	27.470,31	4,30%	4.545,67
Valdir de Oliveira	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0102	158.568,40	105.632,03	188.696,40	30.128,00	4,72%	4.985,45
Gilberto dos Anjos	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0091	146.972,00	105.632,03	174.896,68	27.924,68	4,37%	4.620,86
Barbara Calistro Borchardt	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0076	106.341,20	105.632,03	126.546,03	20.204,83	3,17%	3.343,41
Íracema Marschalk Erzinger	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0073	211.303,80	105.632,03	251.451,52	40.147,72	6,29%	6.643,48
Cidnor Pascassio dos Santos	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0055	69.167,00	105.632,03	82.308,73	13.141,73	2,06%	2.174,64
Adão Alves de França	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0043	99.413,00	105.632,03	118.301,47	18.888,47	2,96%	3.125,58
Tadeu Massaneiro	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0030	69.338,00	105.632,03	82.512,22	13.174,22	2,06%	2.180,01
Andreia C. S. F. Kauva	Jornalista Albino Budant	Direita	01.01.092.0017	72.500,00	105.632,03	86.275,00	13.775,00	2,16%	2.279,43
TOTAL				3.359.754,80		3.998.108,21	638.353,41	100,00%	105.632,03

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 10/2013
RUA JORNALISTA ALBINO RAUL BUDANT

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº. 4.713/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.713, de 30/03/2011, localizados na Rua Jornalista Albino Raul Budant, no trecho entre a Rua Bernardo Olsen e a Rua 3 de Maio, localizada no Bairro Centro, com extensão de 152.77 metros, (Anexo I – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 03/2011 – Pavimentação da Rua Jornalista Albino Raul Budant (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 21/09/2011, edição nº. 829).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 105.632,03 (cento e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e três centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Jornalista Albino Raul Budant, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta **Lei Municipal nº. 4.713, de 30/03/2011**, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Edital de Lançamento Nº11/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Mário João Mayer

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 11/2013 - RUA MÁRIO JOÃO MAYER									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA: MÁRIO JOÃO MAYER - Lei nº: 4.757, de 17/06/2011									
EXTENSÃO: 697,88 metros									
VALOR TOTAL: R\$556.311,94									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Osmar A. Negosek	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1654	70.249,20	556.311,94	83.596,55	13.347,35	1,13%	6.264,31
Neusa F. C. do Prado	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1613	78.639,84	556.311,94	93.581,41	14.941,57	1,26%	7.012,53
Ismael Simões Lourena	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1594	50.015,90	556.311,94	59.518,92	9.503,02	0,80%	4.460,06
João Hoppe	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1574	103.788,72	556.311,94	123.508,58	19.719,86	1,66%	9.255,13
João Carlos Hoppe	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1535	73.986,13	556.311,94	88.043,49	14.057,36	1,19%	6.597,55
Jackson Hoppe	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1519	72.967,18	556.311,94	86.830,94	13.863,76	1,17%	6.506,68
Edwiges Posonski Hoppe	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1503	569.327,08	556.311,94	677.499,23	108.172,15	9,13%	50.768,47
Vilso José Andretta	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1489	229.627,93	556.311,94	273.257,24	43.629,31	3,68%	20.476,56
Francisco Martins	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1460	30.881,25	556.311,94	36.748,69	5.867,44	0,50%	2.753,77
Francisco Martins	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1445	24.029,81	556.311,94	28.595,47	4.565,66	0,39%	2.142,80
Francisco Martins	João Mário Mayer	Direita	01.05.058.1438	45.846,03	556.311,94	54.556,78	8.710,75	0,73%	4.088,22
Prefeitura Municipal (R. Licínio A. Cornelsen)	João Mário Mayer			29.120,00	556.311,94	34.652,80	5.532,80	0,47%	2.596,71
Ivete Gonçalves Ferreira Bail	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.058.1679	40.296,32	556.311,94	47.952,62	7.656,30	0,65%	3.593,33
Ovidio Carvalho do Prado	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.058.1689	39.607,54	556.311,94	47.132,97	7.525,43	0,63%	3.531,91
Gilcélio Gonçalves Ferreira	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.058.1749	78.437,70	556.311,94	93.340,86	14.903,16	1,26%	6.994,51
Prefeitura Municipal (R. Emilio Massaneiro)	João Mário Mayer			14.560,00	556.311,94	17.326,40	2.766,40	0,23%	1.298,36
Alzira Novaes Roscamp	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0285	81.237,52	556.311,94	96.672,65	15.435,13	1,30%	7.244,17
Eduardo de Barros	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0305	61.559,08	556.311,94	73.255,31	11.696,23	0,99%	5.489,39
Adolfo Lopes de Magalhães	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0325	85.730,60	556.311,94	102.019,41	16.288,81	1,37%	7.644,83
Aldemiro Velsi Deitos	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0345	67.321,19	556.311,94	80.112,22	12.791,03	1,08%	6.003,22
Osmar A. Negosek	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0365	56.000,00	556.311,94	66.640,00	10.640,00	0,90%	4.993,67
Lourival Bueno	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0385	93.911,50	556.311,94	111.754,69	17.843,19	1,51%	8.374,35
Osmar A. Negosek	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0405	65.241,67	556.311,94	77.637,59	12.395,92	1,05%	5.817,78
Gilson Antonio Milbratz e Outros	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0425	67.258,21	556.311,94	80.037,27	12.779,06	1,08%	5.997,60
Rolf Dietrich Siems	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.051.0485	78.870,27	556.311,94	93.855,62	14.985,35	1,26%	7.033,08
Valmir Dal Comune	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0202	50.529,09	556.311,94	60.129,62	9.600,53	0,81%	4.505,82
Abigail Regina Blaka	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0161	98.086,57	556.311,94	116.723,02	18.636,45	1,57%	8.746,65
Eliane Maria Vieira de Moraes	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0146	72.986,72	556.311,94	86.854,20	13.867,48	1,17%	6.508,43
Edgar Wilson Stange	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0131	111.450,83	556.311,94	132.626,49	21.175,66	1,79%	9.938,38
Marcos Gapski	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0118	139.569,14	556.311,94	166.087,28	26.518,14	2,24%	12.445,77
Izaías Fernandes	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0086	88.393,60	556.311,94	105.188,38	16.794,78	1,42%	7.882,30
Maria Cristina dos Anjos Schultz	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0064	85.723,09	556.311,94	102.010,48	16.287,39	1,37%	7.644,16
Waldemar de Oliveira	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0049	138.701,22	556.311,94	165.054,45	26.353,23	2,22%	12.368,37
Sandro Szabileski	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0034	54.432,09	556.311,94	64.774,19	10.342,10	0,87%	4.853,86
Maciel Fernandes Herbst	João Mário Mayer	Direita	01.05.057.0015	57.781,88	556.311,94	68.760,44	10.978,56	0,93%	5.152,57
Prefeitura Municipal (R. Jacob Fuck)	João Mário Mayer			29.120,00	556.311,94	34.652,80	5.532,80	0,47%	2.596,71
Prefeitura do Município de Canoinhas	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.052.0280	96.530,01	556.311,94	114.870,71	18.340,70	1,55%	8.607,85
Prefeitura do Município de Canoinhas	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.052.0300	55.101,20	556.311,94	65.570,43	10.469,23	0,88%	4.913,53
Prefeitura do Município de Canoinhas	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.052.0320	55.916,70	556.311,94	66.540,87	10.624,17	0,90%	4.986,25
Congregação das Irmãs Catequistas	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.052.0120	730.927,57	556.311,94	869.803,81	138.876,24	11,72%	65.178,83
Ane Lore Kosziol e Arno G. Kosziol	João Mário Mayer	Direita	01.05.056.0410	392.589,68	556.311,94	467.181,72	74.592,04	6,29%	35.008,30
Andrieli Liller	João Mário Mayer	Direita	01.05.056.0171	51.146,69	556.311,94	60.864,56	9.717,87	0,82%	4.560,89
Elizete Regina Roberto Witt e Outros	João Mário Mayer	Direita	01.05.056.0155	86.260,28	556.311,94	102.649,73	16.389,45	1,38%	7.692,07
Macon André Gurzinski	João Mário Mayer	Direita	01.05.056.0133	65.369,38	556.311,94	77.789,56	12.420,18	1,05%	5.829,17

Nery Krailing	João Mário Mayer	Direita	01.05.056.0111	86.835,74	556.311,94	103.334,53	16.498,79	1,39%	7.743,38
Alvino Bonete de Oliveira	João Mário Mayer	Direita	01.05.056.0093	133.829,12	556.311,94	159.256,65	25.427,53	2,15%	11.933,91
Dirce Klopas	João Mário Mayer	Direita	01.05.056.0063	106.589,54	556.311,94	126.841,55	20.252,01	1,71%	9.504,88
Luciano Espindola	João Mário Mayer	Direita	01.05.056.0040	174.898,19	556.311,94	208.128,85	33.230,66	2,80%	15.596,15
Prefeitura Municipal (R. Otávio X. Rauen)	João Mário Mayer			29.120,00	556.311,94	34.652,80	5.532,80	0,47%	2.596,71
Acacio Gapski	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0370	127.116,10	556.311,94	151.268,16	24.152,06	2,04%	11.335,29
Vera Lucia Correa de Loureiro	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0390	63.307,74	556.311,94	75.336,21	12.028,47	1,01%	5.645,33
Marli Terezinha Fernandes Kryczyk	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0410	87.460,88	556.311,94	104.078,45	16.617,57	1,40%	7.799,13
Esther Soares de Carvalho	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0430	103.725,37	556.311,94	123.433,19	19.707,82	1,66%	9.249,48
Jonas Morvan	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0450	104.574,59	556.311,94	124.443,76	19.869,17	1,68%	9.325,20
Juvenal Morvan	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0470	85.201,37	556.311,94	101.389,63	16.188,26	1,37%	7.597,64
Catarina de Jesus Gonçalves	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0480	57.691,29	556.311,94	68.652,64	10.961,35	0,92%	5.144,49
Rogério dos Santos Piechontkoski	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0490	63.311,52	556.311,94	75.340,71	12.029,19	1,01%	5.645,66
Ricardo Kondras	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0500	50.749,07	556.311,94	60.391,39	9.642,32	0,81%	4.525,43
Marcos Cesar Ferreira de Melo	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0510	46.450,20	556.311,94	55.275,74	8.825,54	0,74%	4.142,09
Mitra Diocesana de Caçador	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0530	57.641,25	556.311,94	68.593,09	10.951,84	0,92%	5.140,03
Mitra Diocesana de Lages	João Mário Mayer	Esquerda	01.05.053.0043	190.957,81	556.311,94	227.239,79	36.281,98	3,06%	17.028,23
TOTAL				6.238.586,19		7.423.917,57	1.185.331,38	100,00%	556.311,94

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 11/2013
RUA MÁRIO JOÃO MAYER

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº. 4.757/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.757, de 17/06/2011, localizados na Rua Mário João Mayer, no trecho entre a Rua Otávio Xavier Rauen e o imóvel de propriedade de Osmar Ângelo Negosek, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 697,88 metros, (Anexo I – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 04/2011 – Pavimentação da Rua Mário João Mayer (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 21/09/2011, edição nº. 829).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 556.311,94 (quinhentos e cinquenta e seis mil, trezentos e onze reais e noventa e quatro centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Jornalista Mário João Mayer, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta **Lei Municipal nº. 4.757, de 17/06/2011**, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Edital de Lançamento Nº12/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Otto Friedrich

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 12/2013 - RUA OTTO FRIEDRICH									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA: OTTO FRIEDRICH - Lei nº: 4.616, de 21/10/2010, alterada pela Lei Municipal nº 4.766, de 06/07/2011									
EXTENSÃO: 613,36 metros									
VALOR TOTAL: R\$506.916,75									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Luiz Carlos Wagner	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0359	243.710,05	506.916,75	290.014,96	46.304,91	3,44%	17.460,73
Alexandre Pokriwieski e Fabiana Hauth	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0379	86.869,50	506.916,75	103.374,71	16.505,21	1,23%	6.223,81
Adolfo Goestemeier	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0393	69.600,00	506.916,75	82.824,00	13.224,00	0,98%	4.986,53
Guilherme Goestemeier Sobrinho	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0407	78.110,20	506.916,75	92.951,14	14.840,94	1,10%	5.596,25
Marcia Maria Mussi e Outros	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0447	480.750,95	506.916,75	572.093,63	91.342,68	6,79%	34.443,65
Jacson Marcelo Steilein e Outra	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0467	120.523,00	506.916,75	143.422,37	22.899,37	1,70%	8.634,93
Antonio Medeiros	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0487	165.593,20	506.916,75	197.055,91	31.462,71	2,34%	11.864,01
Afonso Kohler	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0507	129.729,95	506.916,75	154.378,64	24.648,69	1,83%	9.294,57
Afonso Carvalho Kohler	Otto Friedrich	Direita	01.02.046.0039	180.367,80	506.916,75	214.637,68	34.269,88	2,55%	12.922,54
Dirceu Paulo Barbieri	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0286	179.171,48	506.916,75	213.214,06	34.042,58	2,53%	12.836,83
Dorothea Polomanei	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0243	76.975,50	506.916,75	91.600,85	14.625,35	1,09%	5.514,95
Arlete Soares e Andrea Soares	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0230	120.277,95	506.916,75	143.130,76	22.852,81	1,70%	8.617,38
Altair José Soares e Arnaldo Soares	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0215	159.539,95	506.916,75	189.852,54	30.312,59	2,25%	11.430,32
Gisele Konig	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0200	137.564,00	506.916,75	163.701,16	26.137,16	1,94%	9.855,84
Marcilio Mario Kuroli	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0185	151.758,17	506.916,75	180.592,22	28.834,05	2,14%	10.872,79
Stela Schipitoski Ferreira e Outros	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0170	125.168,11	506.916,75	148.950,05	23.781,94	1,77%	8.967,73
Jorge Lacowicz	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0155	171.178,60	506.916,75	203.702,53	32.523,93	2,42%	12.264,18
Sergio Zella	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0135	174.883,50	506.916,75	208.111,37	33.227,86	2,47%	12.529,62
Sebastião Carlos Ferreira	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0115	146.466,24	506.916,75	174.294,83	27.828,59	2,07%	10.493,65
Luiz Antonio Riske	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.031.0100	75.170,15	506.916,75	89.452,48	14.282,33	1,06%	5.385,60
Prefeitura Municipal (R. Vergilio Trevisani)	Otto Friedrich			81.000,00	506.916,75	96.390,00	15.390,00	1,14%	5.803,29
Hugo Marchalk	Otto Friedrich	Direita	01.02.101.0252	156.397,26	506.916,75	186.112,74	29.715,48	2,21%	11.205,16
Elisa Artner Leandro	Otto Friedrich	Direita	01.02.101.0272	145.978,34	506.916,75	173.714,22	27.735,88	2,06%	10.458,69
Jaimes Wiese e Marilza Grossko	Otto Friedrich	Direita	01.02.101.0292	164.428,03	506.916,75	195.669,36	31.241,33	2,32%	11.780,53
Osvaldo Herbst	Otto Friedrich	Direita	01.02.101.0020	78.457,50	506.916,75	93.364,43	14.906,93	1,11%	5.621,13
Prefeitura Municipal (R. Hilda Ostroski)	Otto Friedrich			36.180,00	506.916,75	43.054,20	6.874,20	0,51%	2.592,13
Maria das G. Roehrbacher Mello	Otto Friedrich	Direita	01.02.047.0248	110.910,72	506.916,75	131.983,76	21.073,04	1,57%	7.946,26
Paulo Rohrbacher	Otto Friedrich	Direita	01.02.047.0267	112.594,53	506.916,75	133.987,49	21.392,96	1,59%	8.066,89
Brasil Telecom S/A	Otto Friedrich	Direita	01.02.047.0037	235.446,84	506.916,75	280.181,74	44.734,90	3,33%	16.868,71
Vilmar Wosgrau	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0278	88.440,00	506.916,75	105.243,60	16.803,60	1,25%	6.336,33
Vilmar Adair Pereira	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0229	113.665,85	506.916,75	135.262,36	21.596,51	1,61%	8.143,65
Igreja do Evangelho Quadrangular	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0214	142.763,00	506.916,75	169.887,97	27.124,97	2,02%	10.228,33
Roberto Carlos Rinaldi	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0199	89.647,15	506.916,75	106.680,11	17.032,96	1,27%	6.422,82
Ana Dirceu Lutz e Estanislau Lutz	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0184	114.232,05	506.916,75	135.936,14	21.704,09	1,61%	8.184,21
Henry Baukat	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0170	117.493,80	506.916,75	139.817,62	22.323,82	1,66%	8.417,90
Goreti Aparecida Krachinski Ribeiro	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0155	102.808,94	506.916,75	122.342,64	19.533,70	1,45%	7.365,80
Goretti Aparecida Krachinski	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0140	111.310,75	506.916,75	132.459,79	21.149,04	1,57%	7.974,92
Jomar Ribeiro	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0125	84.318,83	506.916,75	100.339,41	16.020,58	1,19%	6.041,07
Jomar Ribeiro	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.030.0110	141.847,55	506.916,75	168.798,58	26.951,03	2,00%	10.162,74
Prefeitura Municipal (R. Rodolfo Scheide)	Otto Friedrich			72.360,00	506.916,75	86.108,40	13.748,40	1,02%	5.184,27
Francisco Muller Filho	Otto Friedrich	Direita	01.02.048.0332	51.414,22	506.916,75	61.182,92	9.768,70	0,73%	3.683,60
Rosana Henning	Otto Friedrich	Direita	01.02.048.0344	24.872,40	506.916,75	29.598,16	4.725,76	0,35%	1.782,00
Evandro Joaquim Ribeiro	Otto Friedrich	Direita	01.02.048.0373	110.363,58	506.916,75	131.332,66	20.969,08	1,56%	7.907,06
Valdir Cunha Ramos	Otto Friedrich	Direita	01.02.048.0414	147.961,30	506.916,75	176.073,95	28.112,65	2,09%	10.600,76

Odone Bertoncini	Otto Friedrich	Direita	01.02.048.0435	59.020,68	506.916,75	70.234,61	11.213,93	0,83%	4.228,57
Juliana Kriginski	Otto Friedrich	Direita	01.02.048.0451	96.936,89	506.916,75	115.354,90	18.418,01	1,37%	6.945,09
Ana Paula Zamboski	Otto Friedrich	Direita	01.02.048.0463	86.188,80	506.916,75	102.564,67	16.375,87	1,22%	6.175,04
Prefeitura do Município de Canoinhas	Otto Friedrich	Direita	01.02.048.0040	153.631,12	506.916,75	182.821,03	29.189,91	2,17%	11.006,98
Ana Rita Ferreira	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0279	49.553,03	506.916,75	58.968,11	9.415,08	0,70%	3.550,25
Alinor Woitcoski	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0244	43.270,50	506.916,75	51.491,90	8.221,40	0,61%	3.100,14
Lauro Oliva	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0229	73.363,98	506.916,75	87.303,14	13.939,16	1,04%	5.256,20
Orvindir Quadros	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0214	89.929,55	506.916,75	107.016,16	17.086,61	1,27%	6.443,05
Maria Tereza Gonçalves	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0199	71.489,50	506.916,75	85.072,51	13.583,01	1,01%	5.121,90
Herculano Benancio	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0192	36.000,00	506.916,75	42.840,00	6.840,00	0,51%	2.579,24
Lourival Boge	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0184	85.121,85	506.916,75	101.295,00	16.173,15	1,20%	6.098,60
José Gilnei Vieira do Nascimento e Outro	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0169	72.000,00	506.916,75	85.680,00	13.680,00	1,02%	5.158,48
Jones Osmar Alves	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0154	94.605,67	506.916,75	112.580,75	17.975,08	1,34%	6.778,07
Nicanor Soares	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0139	85.457,32	506.916,75	101.694,21	16.236,89	1,21%	6.122,63
Ludovico Zacaluzne	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0124	82.995,60	506.916,75	98.764,76	15.769,16	1,17%	5.946,26
Fabiano Zorek	Otto Friedrich	Esquerda	01.02.029.0110	122.679,44	506.916,75	145.988,53	23.309,09	1,73%	8.789,43
Prefeitura Municipal (R. Feres João Sphair)	Otto Friedrich			64.800,00	506.916,75	77.112,00	12.312,00	0,92%	4.642,63
TOTAL				7.075.344,87		8.419.660,39	1.344.315,52	100,00%	506.916,75

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 12/2013
RUA OTTO FRIEDRICH

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº. 4.616/2010, alterada pela Lei Municipal nº. 4.766/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.616, de 21/10/2010, alterada pela Lei Municipal nº. 4.766, de 06/07/2011, localizados na Rua Otto Friedrich, no trecho entre a Rua Feres João Sphair e a Rua Roberto Ehlke, localizada no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 613,36 metros, (Anexo II – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 06/2011 – Pavimentação da Rua Otto Friedrich (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 21/09/2011, edição nº. 829).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 506.916,75 (quinhentos e seis mil, novecentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Feres Otto Friedrich, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta **Lei Municipal nº. 4.616, de 21/10/2010, alterada pela Lei Municipal nº. 4.766, de 06/07/2011**, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

Edital de Lançamento Nº13/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Rui Barbosa

ANEXO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 13/2013 - RUA RUI BARBOSA									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS									
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO									
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica									
LOCAL: RUA RUI BARBOSA - Lei nº: 4.715, de 30/03/2011									
EXTENSÃO: 1.024,71 metros									
VALOR TOTAL: R\$805.980,08									
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total do Imóvel	Valor da Obra	Valor Total do Imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação individual proporcional a valorização total	Valor Contribuição de Melhoria
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)
Margarida Ostroski d' Aquino	Rui Barbosa	Direita	01.01.015.0391	148.180,99	805.980,08	176.335,38	28.154,39	0,74%	5.974,79
Norton Bauer	Rui Barbosa	Direita	01.01.015.0410	250.531,07	805.980,08	298.131,97	47.600,90	1,25%	10.101,64
Edenilson Andreoli	Rui Barbosa	Direita	01.01.015.0430	256.995,25	805.980,08	305.824,35	48.829,10	1,29%	10.362,28
Eurico Damaso da Silveira	Rui Barbosa	Direita	01.01.015.0450	220.202,58	805.980,08	262.041,07	41.838,49	1,10%	8.878,77
Sandra Machado Zanotto	Rui Barbosa	Direita	01.01.015.0040	339.198,12	805.980,08	403.645,76	64.447,64	1,70%	13.676,78
18ª Coordenadoria Regional de Educação	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.014.0225	511.370,62	805.980,08	608.531,04	97.160,42	2,56%	20.618,93
Grupo Escolar J.J.S. Cabral	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.014.0422	2.029.506,11	805.980,08	2.415.112,27	385.606,16	10,15%	81.831,53
Prefeitura Municipal (R. Lazaro Bastos)	Rui Barbosa	Esquerda		138.000,00	805.980,08	164.220,00	26.220,00	0,69%	5.564,29
José de Oliveira Bras	Rui Barbosa	Direita	01.01.049.0391	170.061,41	805.980,08	202.373,08	32.311,67	0,85%	6.857,03
Judite Kohler Zaleski	Rui Barbosa	Direita	01.01.049.0407	141.150,99	805.980,08	167.969,68	26.818,69	0,71%	5.691,34
Secretaria de Segurança Inform.	Rui Barbosa	Direita	01.01.049.0035	454.614,93	805.980,08	540.991,77	86.376,84	2,27%	18.330,49
José Anselmo de Souza	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.050.0249	109.449,13	805.980,08	130.244,46	20.795,33	0,55%	4.413,09
Sindicato dos Empregados no Comércio de Canoinhas	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.050.0210	154.546,18	805.980,08	183.909,95	29.363,77	0,77%	6.231,44
Virgílio Bechel	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.050.0191	168.748,77	805.980,08	200.811,04	32.062,27	0,84%	6.804,10
Otilio de Oliveira	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.050.0171	167.371,15	805.980,08	199.171,67	31.800,52	0,84%	6.748,56
Prefeitura Municipal (R. João Allage)	Rui Barbosa	Esquerda		132.000,00	805.980,08	157.080,00	25.080,00	0,66%	5.322,36
Francisco Cesar Pereira e Elenita M. Pereira	Rui Barbosa	Direita	01.01.052.0412	198.000,00	805.980,08	235.620,00	37.620,00	0,99%	7.983,54
Sindicato Trab. Ind. Const. Imob.	Rui Barbosa	Direita	01.01.052.0038	403.045,08	805.980,08	479.623,65	76.578,57	2,02%	16.251,14
Ivo João Suchek	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.051.0302	125.400,00	805.980,08	149.226,00	23.826,00	0,63%	5.056,24
Edson Marciel Lanke e Edwilcem Lanke	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.051.0246	107.614,90	805.980,08	128.061,73	20.446,83	0,54%	4.339,13
Dimas José Scheuer	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.051.0234	91.756,94	805.980,08	109.190,76	17.433,82	0,46%	3.699,72
Amarildo Pereira (2)	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.051.0222	99.849,27	805.980,08	118.820,63	18.971,36	0,50%	4.026,01
João Marques dos Santos	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.051.0210	116.243,43	805.980,08	138.329,68	22.086,25	0,58%	4.687,04
Ivan Floresvaldo Silva	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.051.0190	141.487,72	805.980,08	168.370,39	26.882,67	0,71%	5.704,91
Prefeitura Municipal (R. Rolando L. Malucelli)	Rui Barbosa	Esquerda		120.000,00	805.980,08	142.800,00	22.800,00	0,60%	4.838,51
Incorporadora e Adm. Arvoredo Ltda.	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0770	1.169.076,00	805.980,08	1.391.200,44	222.124,44	5,85%	47.138,21
Beno Fredolin Fuck	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0781	631.605,67	805.980,08	751.610,75	120.005,08	3,16%	25.466,92
Cleide R. Fuck Rudolf e Outros	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0796	139.657,08	805.980,08	166.191,93	26.534,85	0,70%	5.631,10
Rejane Mara Fuck	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0806	106.627,02	805.980,08	126.886,15	20.259,13	0,53%	4.299,30
Darlene Lucia Fuck	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0823	167.852,99	805.980,08	199.745,06	31.892,07	0,84%	6.767,99
Waldemar Reese	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0843	181.756,05	805.980,08	216.289,70	34.533,65	0,91%	7.328,57
Lauro Steklain	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0863	149.112,57	805.980,08	177.443,96	28.331,39	0,75%	6.012,35
Francisco Cesar Pereira e Elenita M. Pereira	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0882	203.120,37	805.980,08	241.713,24	38.592,87	1,02%	8.190,00
Alex Michel	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0903	147.766,00	805.980,08	175.841,54	28.075,54	0,74%	5.958,06
Supermercado Bom Dia Um Ltda.	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0929	107.572,00	805.980,08	128.010,68	20.438,68	0,54%	4.337,40
Supermercado Bom Dia Um Ltda.	Rui Barbosa	Direita	01.01.055.0020	89.480,60	805.980,08	106.481,91	17.001,31	0,45%	3.607,94
Prefeitura Municipal (R. Getulio Vargas)	Rui Barbosa	Direita		60.000,00	805.980,08	71.400,00	11.400,00	0,30%	2.419,25
Benedito Silva	Rui Barbosa	Direita	01.01.089.0064	142.627,46	805.980,08	169.726,68	27.099,22	0,71%	5.750,87
Kaneharu Kuroiwa	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0511	330.144,51	805.980,08	392.871,97	62.727,46	1,65%	13.311,73
Incorporadora e Adm. Arvoredo Ltda.	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0444	1.870.684,80	805.980,08	2.226.114,91	355.430,11	9,36%	75.427,71
Angelino Hass de Souza	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0297	80.000,00	805.980,08	95.200,00	15.200,00	0,40%	3.225,67
Lucimara de Fátima Zimmer	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0287	315.598,50	805.980,08	375.562,22	59.963,72	1,58%	12.725,22
Sandro José Schupel	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0263	148.085,00	805.980,08	176.221,15	28.136,15	0,74%	5.970,92
Marilza Leon Celevi	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0259	262.502,40	805.980,08	312.377,86	49.875,46	1,31%	10.584,34

Vicente Oleskovicz	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0243	279.329,28	805.980,08	332.401,84	53.072,56	1,40%	11.262,81
José Ademir Pereira	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0225	450.731,28	805.980,08	536.370,22	85.638,94	2,25%	18.173,90
Liomar Diones Viertel	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.054.0200	706.446,48	805.980,08	840.671,31	134.224,83	3,53%	28.484,56
Prefeitura Municipal (R. Roberto Ehlke)	Rui Barbosa	Esquerda		120.000,00	805.980,08	142.800,00	22.800,00	0,60%	4.838,51
Supermercado Bom Dia Um Ltda.	Rui Barbosa	Direita	01.01.091.0378	116.661,64	805.980,08	138.827,35	22.165,71	0,58%	4.703,90
Edith Voigt Vichinevski	Rui Barbosa	Direita	01.01.091.0397	108.931,01	805.980,08	129.627,90	20.696,89	0,54%	4.392,20
Laercio Pereira	Rui Barbosa	Direita	01.01.091.0417	222.707,80	805.980,08	265.022,28	42.314,48	1,11%	8.979,78
Bom Dia Atacado Ltda.	Rui Barbosa	Direita	01.01.091.0433	387.568,34	805.980,08	461.206,32	73.637,98	1,94%	15.627,11
Erasm Jacob Fuck	Rui Barbosa	Direita	01.01.091.0026	400.381,21	805.980,08	476.453,64	76.072,43	2,00%	16.143,73
Antonio Pereira Filho	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.090.0271	464.902,23	805.980,08	553.233,65	88.331,42	2,33%	18.745,28
Antonio Pereira Filho	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.090.0203	236.712,32	805.980,08	281.687,66	44.975,34	1,18%	9.544,46
Luci Aparecida Sarda e Outros	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.090.0181	131.533,55	805.980,08	156.524,92	24.991,37	0,66%	5.303,55
Luiz Carlos Dolisznyy	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.090.0161	119.244,21	805.980,08	141.900,61	22.656,40	0,60%	4.808,04
Prefeitura Municipal (R. Zelina Zila S. Garcindo)	Rui Barbosa	Esquerda		132.000,00	805.980,08	157.080,00	25.080,00	0,66%	5.322,36
João Silverio Antocheski	Rui Barbosa	Direita	01.01.102.0307	202.469,72	805.980,08	240.938,97	38.469,25	1,01%	8.163,76
Cintia Mikus Ribas	Rui Barbosa	Direita	01.01.102.0323	158.168,97	805.980,08	188.221,07	30.052,10	0,79%	6.377,52
Siuzimara Simões de Oliveira	Rui Barbosa	Direita	01.01.102.0337	165.701,05	805.980,08	197.184,25	31.483,20	0,83%	6.681,22
Cezar Jandir Piechontcoski	Rui Barbosa	Direita	01.01.102.0354	187.244,29	805.980,08	222.820,71	35.576,42	0,94%	7.549,86
Isis Neli Borges Pintado	Rui Barbosa	Direita	01.01.102.0020	265.175,75	805.980,08	315.559,14	50.383,39	1,33%	10.692,13
Luiz Carlos Brehmer	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.103.0268	328.189,32	805.980,08	390.545,29	62.355,97	1,64%	13.232,89
Mario Muller	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.103.0198	284.427,66	805.980,08	338.468,92	54.041,26	1,42%	11.468,38
Eneida Muller	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.103.0173	201.731,63	805.980,08	240.060,64	38.329,01	1,01%	8.134,00
Albino de Jesus Rincon	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.103.0153	166.562,00	805.980,08	198.208,78	31.646,78	0,83%	6.715,93
Prefeitura Municipal (R. Vergilio Trevisani)	Rui Barbosa	Esquerda		120.000,00	805.980,08	142.800,00	22.800,00	0,60%	4.838,51
Pelagia Kot	Rui Barbosa	Direita	01.01.105.0225	146.715,75	805.980,08	174.591,74	27.875,99	0,73%	5.915,71
Ivone de Lourdes Adur de Oliveira	Rui Barbosa	Direita	01.01.105.0247	167.009,34	805.980,08	198.741,11	31.731,77	0,84%	6.733,97
Ines Maria Trela	Rui Barbosa	Direita	01.01.105.0009	158.984,22	805.980,08	189.191,22	30.207,00	0,80%	6.410,39
Evaldo Sebastião Antocheski	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.104.0239	234.453,70	805.980,08	278.999,90	44.546,20	1,17%	9.453,39
Karin Noerberg Holler	Rui Barbosa	Esquerda	01.01.104.0179	226.557,73	805.980,08	269.603,70	43.045,97	1,13%	9.135,01
TOTAL				19.989.134,14		23.787.069,63	3.797.935,49	100,00%	805.980,08

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas SC, 16 de maio de 2013.

Comissão de Avaliação:

Benedito Thérzio de Carvalho
Engenheiro Civil

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Dalson Luis Salomon
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 13/2013
RUA RUI BARBOSA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal da Administração e Finanças **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº. 4.715/2011 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 4.715, de 30/03/2011, localizados na Rua Rui Barbosa, no trecho entre a Rua Barão do Rio Branco e a Rua Hilda Ostrovski, localizada no Bairro Centro, com extensão de 1.024,71 metros, (Anexo I – área de influência direta) neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

1 – APRESENTAÇÃO

Este edital tem por objetivo estabelecer as bases fundamentais para o lançamento da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria 08/2011 – Pavimentação da Rua Rui Barbosa (publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 21/09/2011, edição nº. 829).

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de R\$ 805.980,08 (oitocentos e cinco mil, novecentos e oitenta reais e oito centavos) equivalente a 100% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros à Rua Rui Barbosa, que sofreram valorização imobiliária conforme Laudo de Avaliação anexo.

5 – DO SISTEMA DE RATEIO

A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, considerando área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, abaixo identificados e discriminados na planilha em anexo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fórmula de Cálculo:

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá recolher o valor do débito, uma só vez ou parceladamente. O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento. Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso.

O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado o valor mínimo de cada parcela, não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta **Lei Municipal nº. 4.715, de 30/03/2011**, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais: 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias; 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias; 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os contribuintes relacionados tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação e/ou gozar dos benefícios previstos em Lei.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Planilha contendo Laudo de Avaliação e sistema de rateio

Demais informações para esclarecimentos dos contribuintes, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 10 de Junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 067/2013

DECRETO Nº 067, DE 6 DE JUNHO DE 2013.

Anula o item 03 do Anexo I do Edital nº 012/2013 de abertura de inscrições do Processo Seletivo para admissão de pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público (ACT).

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 58, V e 72, I, "a", da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 0188/2013;

CONSIDERANDO o erro na descrição da carga horária de aproveitamento do item 03 do Anexo I do Edital nº 012/2013 de abertura de inscrições do Processo Seletivo para admissão do cargo de odontólogo;

CONSIDERANDO a impossibilidade para que os classificados cumpram a carga horária de 40 horas e não de 20 horas, conforme consta no Edital nº 012/2013;

CONSIDERANDO o lançamento de novo processo seletivo para contratação temporária de odontólogo, com carga horária de 40h, para atendimento no Estratégia de Estratégia da Família - ESF;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o item 03 do Anexo I do Edital nº 012/2013 de abertura de inscrições do Processo Seletivo para admissão do cargo de odontólogo, com carga horária de 20 horas.

Art. 2º Os candidatos inscritos para o cargo de odontólogo serão reembolsados pelo valor de suas inscrições, mediante solicitação por escrito, por mensagem eletrônica ou por telefone, a critério do candidato.

§ 1º A solicitação por escrito será feita mediante preenchimento do formulário constante no Anexo Único.

§ 2º A solicitação por mensagem eletrônica deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico rh@capinzal.sc.gov.br, com o assunto "Restituição da Taxa do Edital 12/2013 - Cargo odontólogo", em qual deverá constar os dados do candidato (nome, endereço, CPF e telefone para contato), bem como indicação de banco e conta-corrente para depósito da restituição.

§ 3º A solicitação por telefone será efetuada mediante contato no número (49)3555-8721, em qual deverá o candidato identificar-se e informar banco e conta-corrente para depósito da restituição.

§ 4º A conta-corrente informada para depósito deverá ser de titularidade do candidato.

§ 5º Não possuindo conta-corrente bancária de sua titularidade, ou não desejando receber o crédito em conta-corrente, o candidato poderá optar por receber a restituição diretamente no Departamento Financeiro do Município.

Art. 3º As restituições a que referem este Decreto serão concedidas, após as conferências pelo Departamento de Recursos Humanos, em lotes a serem processados nos dias dez (10) e vinte (20) de cada mês, até que todas estejam processadas.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 6 de junho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

SOLICITAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL Nº 12/2013 - PROCESSO SELETIVO

Ilmo. Sr.

Prefeito Municipal de Capinzal

Nome:

Endereço:

CPF:

Telefone:

Vem pelo presente requerer que lhe seja restituído o valor pago correspondente à taxa de inscrição ao Edital nº 12/2013 (cargo odontólogo), cancelado através do Decreto nº 067/2013.

Informa, para fins de restituição, que receberá o valor:

() por depósito bancário: Banco:

Conta:

() no Departamento Financeiro do Município, em data a ser agendada.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura:

Portarias

PORTARIA Nº. 584, DE 02 DE MAIO DE 2013

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º. Fica prorrogado o contrato, a contar de 01 de maio de 2013, da servidora Tailini Greici do Nascimento, brasileira, solteira, nascida em 28 de março de 1991, inscrita no CPF sob o nº. 086.530.419-07.

Art. 2º. A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº.146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira, em substituição a servidora Rosemary Almeida Vidi Campioni, servidora cedida pelo Estado, conforme Termo de Convênio nº. 16558/11-1 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Capinzal, e que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data supra, produzindo seus efeitos a contar de 01 de maio de 2013.

Capinzal - SC, em 02 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PMC = Processo Nº 93/2013 - Inexigibilidade de Licitação Nº 6/2013.

PROCESSO Nº 93/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2013

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

O objeto trata de Contratação da empresa Social Brasil para ministrar uma palestra/show artístico com o tema "Educar para a arte é educar para a vida", com Saulo Laranjeira, que se realizará no dia 14 de junho de 2013, às 21 horas, no Centro Educacional Celso Farina, através do procedimento licitatório, modalidade Inexigibilidade de Licitação, previsto no inciso III do artigo 25, da Lei nº 8666/93.

FORNECEDOR(ES)

40327.0 - SOCIAL BRASIL

Item/Sub	Descrição	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
00001	Palestra/Shou com o tema "EDUCAR PARA A ARTE É EDUCAR PARA A VIDA" e Espetáculo "Assunta Brasil", com SAULO LARANJEIRA, a ser realizado no dia 14 de junho de 2013 com início às 21 hs, no Centro Educacional Celso Farina, quando acontecerá a III Semana Pedagógica "Protagonizando a Educação e o Cuidado".	1,000	UN	11.200,00	11.200,00

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada

Código Dotação	Descrição
96	REDUZIDO
5	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
1	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12	EDUCACAO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
65	ENSINO FUNDAMENTAL
2047	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3390392200	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS
1010000	Rec. de Impostos e Transf. - Educação

Publique-se e Registre-se na forma da LEI.

Capinzal, 06 de junho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO DE CAPINZAL

Termo de Homologação

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 021/2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella homologa o resultado final da Chamada Pública originada pelo Edital nº 021/2013, para preenchimento de vagas para o cargo de Técnico de Atividades Desportivas - Xadrez Treinamento, da Fundação Municipal de Esportes, cuja lista dos aprovados encontra-se afixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Capinzal e publicada no DOM/SC edição nº 1255, de 10 de junho de 2013.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 10 de junho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

MARCO ANTONIO HACHMAN

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvás**PREFEITURA****Lei Nº 2.401 de 10 de Junho de 2013**

LEI Nº 2.401 de 10 de junho de 2013

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a proceder a ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, no Orçamento vigente, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na seguinte Unidade Orçamentária:

ORGÃO	01	Câmara Municipal de Vereadores	
UNID. ORÇ.	0101	Câmara Municipal	
FUNÇÃO	01	Legislativa	
SUBFUNÇÃO	031	Ação Legislativa	
PROGRAMA	0001	Processo Legislativo	
PROJ. ATIV.	2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal	
33000000	Outras Despesas Correntes		
33930000	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00

Art. 2º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO	01	Câmara Municipal de Vereadores	
UNID. ORÇ.	0101	Câmara Municipal	
FUNÇÃO	01	Legislativa	

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

SUBFUNÇÃO	031	Ação Legislativa	
PROGRAMA	0001	Processo Legislativo	
PROJ. ATIV.	2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal	
33000000	Despesas Correntes		
33900000	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 10 de junho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0050/2013 - Pregão Nº 0033/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013
PREGÃO Nº 0033/2013

Objeto: Constitui o objeto da presente licitação a seleção de propostas para "aquisição de gêneros alimentícios para o Hospital Municipal e ESFs municipais, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social".

Abertura das Propostas: às 09h00min do dia 20 de junho de 2013.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 07 de junho de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 07 de junho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato FMAS Nº 0022/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0022/2013
Processo Licitatório nº 0028/2013
Pregão nº 0017/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados para informatização da Administração Pública Municipal, através de locação de sistemas específicos para gestão pública municipal, com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem observadas as especificações técnicas e a descrição das atividades.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.
CONTRATADO: GOVERNANÇABR S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM

SERVIÇOS

Valor do Contrato: R\$ 1.000,00 (hum mil reais).
Prazo de vigência: de 27 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 27 de maio de 2013.
ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0023/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0023/2013
Processo Licitatório nº 0042/2013
Pregão nº 0028/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços de seguros para veículos oficiais do Município de Catanduvas, que são utilizados pelas Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, de Infraestrutura, de Administração e Finanças (Conselho Tutelar) e pelos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.
CONTRATADO: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).
Prazo de vigência: de 29 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 29 de maio de 2013.
ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0058/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0058/2013
Processo Licitatório nº 0028/2013
Pregão nº 0017/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados para informatização da Administração Pública Municipal, através de locação de sistemas específicos para gestão pública municipal, com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem observadas as especificações técnicas e a descrição das atividades.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: GOVERNANÇABR S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

Valor do Contrato: R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais).
Prazo de vigência: de 27 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 27 de maio de 2013.
ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0059/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0059/2013

Processo Licitatório nº 0042/2013

Pregão nº 0028/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços de seguros para veículos oficiais do Município de Catanduvas, que são utilizados pelas Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, de Infraestrutura, de Administração e Finanças (Conselho Tutelar) e pelos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: de 29 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 29 de maio de 2013.
ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FUNREBOM Nº 0002/2013

EXTRATO DE CONTRATO FUNREBOM N.º 0002/2013

Processo Licitatório nº 0028/2013

Pregão nº 0017/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados para informatização da Administração Pública Municipal, através de locação de sistemas específicos para gestão pública municipal, com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem observadas as especificações técnicas e a descrição das atividades.

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM.
CONTRATADO: GOVERNANÇABR S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

Valor do Contrato: R\$ 1.160,00 (hum mil cento e sessenta reais).
Prazo de vigência: de 27 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 27 de maio de 2013.
CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças, Gestor do FUNREBOM.

Extrato de Contrato PMC Nº 0075/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0075/2013

Processo Licitatório nº 0028/2013

Pregão nº 0017/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados para informatização da Administração Pública Municipal, através de locação de sistemas específicos para gestão pública municipal, com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem observadas as especificações técnicas e a descrição das atividades.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

CONTRATADO: GOVERNANÇABR S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

Valor do Contrato: R\$ 64.390,00 (sessenta e quatro mil trezentos e noventa reais).

Prazo de vigência: de 27 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 27 de maio de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato PMC Nº 0076/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0076/2013

Processo Licitatório nº 0046/2013

Tomada de Preço nº 0005/2013

Objeto: Termo de Contratação de Empresa para construção de muro de contenção em alvenaria de blocos, para creche, visando o desenvolvimento das Atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.
CONTRATADO: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Valor do Contrato: R\$ 57.066,00 (cinquenta e sete mil reais e sessenta e seis centavos).

Prazo de vigência: de 28 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 28 de maio de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato PMC Nº 0077/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0077/2013

Processo Licitatório nº 0046/2013

Tomada de Preço nº 0005/2013

Objeto: Termo de Contratação de serviços especializados de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

Valor do Contrato: R\$ 25.020,00 (vinte cinco mil e vinte reais).
Prazo de vigência: de 28 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 28 de maio de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato PMC Nº 0078/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0078/2013

Processo Licitatório nº 0042/2013

Pregão nº 0028/2013

Objeto: Termo de Contratação de empresa para prestação de serviços de seguros dos veículos oficiais do município de Catanduvas, utilizados pelas Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, de Infraestrutura, de Administração e Finanças (Conselho Tutelar) e pelos Fundos municipais de Saúde e de Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.
CONTRATADO: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais).
Prazo de vigência: de 29 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 29 de maio de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato PMC Nº 0079/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0079/2013
Processo Licitatório nº 0042/2013
Pregão nº 0028/2013

Objeto: Termo de Contratação de empresa para prestação de serviços de seguros dos veículos oficiais do município de Catanduvas, utilizados pelas Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, de Infraestrutura, de Administração e Finanças (Conselho Tutelar) e pelos Fundos municipais de Saúde e de Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A

Valor do Contrato: R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).
Prazo de vigência: de 29 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 29 de maio de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Errata da Portaria 208/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 1253 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 06.06.2013, p.91, Portaria nº. 208/2013,

Onde se lê:

Art.2º O Agente Municipal de Desenvolvimento e parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre esse município a APRECE e SEBRAE/CE, que tem com objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar Nº123-06, resultado da parceria entre a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE, a Confederação Nacional dos Municípios - CNM e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Leia-se:

Art.2º O Agente Municipal de Desenvolvimento e parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO

DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre esse município a APRECE e SEBRAE/CE, que tem com objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar Nº123-06, resultado da parceria entre a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado de Santa Catarina - APRECE, a Confederação Nacional dos Municípios - CNM e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Em decorrência do exposto republica-se o texto integral da referida Portaria.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 10 DE JUNHO DE 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 208/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 208/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar Nº 123/2006 no seu Art. 85-A, e a Lei Municipal da Micro e Pequena Empresa nº 0454 de 08.12.2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal NEUSA FRANCISCO LUCKMANN, ocupante do cargo efetivo de Administradora, matrícula nº 253/06 como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município de Chapadão do Lageado/SC.

Art.2º O Agente Municipal de Desenvolvimento e parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre esse município a APRECE e SEBRAE/CE, que tem com objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar Nº123-06, resultado da parceria entre a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado de Santa Catarina - APRECE, a Confederação Nacional dos Municípios - CNM e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Art. 3º Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

I - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

II - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

III - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

IV - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;

V - Manter registro organizado de todas as suas atividades; e

VI - Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de junho de

2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 494/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 494/2013, DE 16 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora TE-REZINHA CONTE SOLIGO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, à servidora TE-REZINHA CONTE SOLIGO, ocupante do cargo de Coordenadora, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de maio de 2008 a 1º de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 16 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 495/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 495/2013, DE 16 DE MAIO DE 2013.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ROSANE CARDOSO MASSON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.582 dias, ou seja: 4 (quatro) anos, 4 (quatro) meses e 2 (dois) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ROSANE CARDOSO MASSON, ocupante do cargo de Escrevente, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 7 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 16 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 496/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 496/2013, DE 16 DE MAIO DE 2013.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora MARIA EVA CLIMACO VARELA FREITAG.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARIA EVA CLIMACO VARELA FREITAG, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 92347-00 e 92347-01, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos, com dedicação exclusiva, enquanto perdurar o afastamento da titular, em gozo de licença-maternidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 10 de maio de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 16 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 497/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 497/2013, DE 16 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de

2011 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.
DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "4" (quatro) o número de vagas para o cargo de Operador de Equipamentos - Retroescavadeira, disponibilizadas no Edital nº 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 16 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 498/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 498/2013, DE 17 DE MAIO DE 2013.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre os respectivos vencimentos, pelo exercício de função de chefia, com dedicação exclusiva:

I - ANTONIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Capataz, pelo exercício da função de chefia do Setor de Limpeza de Praças, Parques Infantis e Vias Públicas;

II - OSEIAS GANSSAVA, ocupante do cargo de Servente Braçal, pelo exercício da função de chefia do Setor de Eletricistas, Trânsito e Semáforos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de maio de 2013.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 474/2013, de 3 de maio de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 17 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 499/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 499/2013, DE 20 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LILIAN CECCHET.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora LILIAN CECCHET, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 95176-01 o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 1998 a 1º de fevereiro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 20 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 500/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 500/2013, DE 20 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora INES BELLINI CARNIEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora INES BELLINI CARNIEL, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91588-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 20 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 501/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 501/2013, DE 20 DE MAIO DE 2013.

Concede licença remunerada para cursar mestrado à servidora FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, no período de 20 de maio de 2013 a 5 de agosto de 2014, à servidora FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 39063-08, licença remunerada para cursar mestrado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 20 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 502/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 502/2013, DE 21 DE MAIO DE 2013.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de viabilizar os procedimentos necessários à realização da Conferência Municipal de Educação - Etapa da Conferência Nacional de Educação - CONAE.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as pessoas abaixo relacionadas:

I - coordenadora: ELISETE MARIA PEDOTT;

II - vice-coordenadora: MARCIA DE BONA LAZZARI;

III - secretária: SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO;

IV - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) CASSIA BORTOLI RONCAGLIO;

b) CIRLEI GIOMBELLI;

c) CLADIR PADOAN ROSSI;

d) LOURDES SGARBOSSA;

e) MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS;

f) NATALIA SILVEIRA LIMA;

g) ROSE ANTONIETTI GOMES DE ALMEIDA;

h) VANESSA FRIZON;

V - representante do ensino superior: CLAUDIA CRISTINE MORO;

VI - representante da Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica: LIANE VIZZOTTO;

VII - representantes da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR Concórdia:

a) LEONITA COUSSEAU;

b) MIRIAN BOLSI;

c) MYRIAN LASKE;

VIII - representante do Conselho Municipal de Educação: SANDRA PIEROZAN;

IX - representante da Associação Empresarial de Concórdia - ACIC: MARIA LUISA LASARIM;

X - representantes dos Gestores Escolares:

a) MARISA PASINATO PICHETTI;

b) ROSICLER GONÇALVES SCHIAVINI;

XI - representantes dos professores e especialistas:

a) LUCIANA RITA BELLINCANTA SALVI;

b) NEUZA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES;

XII - representantes dos pais:

a) ADÃO PEDRO BUGANÇA;

b) IVANDA MARCHIORO SANTHIER;

XIII - representantes dos alunos:

a) ANA JULIA SANTHIER;

b) MARIA EDUARDA GRUHLKE SCHMIDT.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 21 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 503/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 503/2013, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 31 de maio de 2013, com exceção dos serviços considerados essenciais, prestados pelas Unidades abaixo relacionadas:

I - Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II - Terminal Rodoviário;

III - vigilância;

IV - Agentes da Autoridade de Trânsito.

Parágrafo único. O atendimento das Unidades Escolares será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 504/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 504/2013, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor JOÃO MARCIO HENGEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, ao servidor JOÃO MARCIO HENGEN, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de maio de 2008 a 4 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

DIÓGENES MARCHESAN

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 505/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 505/2013, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor EDGAR GERMANO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, ao servidor EDGAR GERMANO, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 506/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 506/2013, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Acresce alíneas "k" e "l" ao inciso III do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 290/2013, de 4 de março de 2013, que constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Ficam acrescidas alíneas "k" e "l" ao inciso III do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 290/2013, de 4 de março de 2013, que constitui e designa comissão especial, com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

k) CESAR PELLIZZARO;

l) CRISTIANO TROMBETTA." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 507/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 507/2013, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARCIA CASAGRANDE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora MARCIA CASAGRANDE, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 1995 a 31 de janeiro de 2000, matrícula 68640-00;

II - 1 (um) mês pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de março de 2005 a 1º de março de 2010, matrícula 68640-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 508/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 508/2013, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora FRANCIELE JUSTI LOPES GROSS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora FRANCIELE JUSTI LOPES GROSS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 17469-04, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 23 de maio de 2013.
CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 509/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 509/2013, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ALMIR CAVALLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, ao servidor ALMIR CAVALLI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de novembro de 2003 a 2 de novembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 23 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Portaria Fmc Nº 21/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA FMC Nº 21/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 16/2013, de 2 de janeiro de 2013, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 2 de maio de 2013, horário especial de trabalho ao servidor EDIEE LUIZ RIGOTTI JÚNIOR, ocupante do cargo de Técnico Artístico I, da seguinte forma:

I - segunda-feira, das 7h às 12h e das 13h às 15h e das 19h às 22h;

II - terça-feira, das 7h às 12h e das 13h às 17h e das 18h às 19h;

III - quarta-feira, das 7h às 12h;

IV - quinta-feira, das 7h às 12h e das 13h às 17h e das 18h às 19h;

V - sexta-feira, das 7h às 12h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de maio de 2013.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 2 de maio de 2013, a Portaria nº 5/2011, de 1º de fevereiro de 2011.

Fundação Municipal de Cultura.

SANDRA MARA ROMAN

Diretora Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Portaria Nº 22/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 22/2013, DE 6 DE JUNHO DE 2013.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 16/2013, de 2 de janeiro de 2013, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar horário especial de trabalho ao servidor TIAGO ROBERTO D'ÁVILA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnico Artístico II, a partir do dia 6 de junho de 2013, na forma abaixo:

I - segundas-feiras, das 8h às 12h e das 13h30 às 19h30;

II - terças-feiras, das 8h às 12h, das 13h30 às 16h30 e das 18h15 às 21h15;

III - quartas-feiras, das 8h às 12h e das 13h30 às 19h30;

IV - quintas-feiras, das 8h às 12h, das 13h30 às 17h e das 18h45 às 21h15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 6 de junho de 2013, a Portaria nº 15/2013, de 14 de fevereiro de 2013.

Fundação Municipal de Cultura.

SANDRA MARA ROMAN

Diretora Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Portaria Nº 23/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 23/2013, DE 7 DE JUNHO DE 2013.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 16/2013, de 2 de janeiro de 2013, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;

- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar horário especial de trabalho a servidora KELLEN CRISTINA ROGGIA SILVEIRA CASADO, ocupante do cargo de Responsável de Setor, a partir do dia 10 de junho de 2013, na forma abaixo:

I - segundas-feiras, das 13h às 17h e das 19h às 22h;

II - terças-feiras, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h;

III - quartas-feiras, das 13h às 17h e das 18h às 21h;

IV - quintas-feiras, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h;

V - sextas-feiras, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 7 de junho de 2013, a Portaria nº 16/2013, de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 4º Fica concedido horário especial, de 7 de junho a 31 de dezembro de 2013.

Fundação Municipal de Cultura.

SANDRA MARA ROMAN

Diretora Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 4/2013 - Cdl

CAMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS DE CONCORDIA - CDL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2013 - CDL

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de limpeza geral (interna e externa), com fornecimento de material e equipamentos, no Parque Municipal de Exposições Atilio Fontana, durante a realização da Expo Concórdia 2013, de 20 a 29 de julho de 2013, de acordo com as especificações descritas na relação de itens e nos Termos de Referências constantes do Anexo "C" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 13:45h do dia 24/06/2013.

Abertura: dia 24/06/2013, às 14h00min.

Informações complementares: O edital em inteiro teor e anexos, encontram-se disponíveis na Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, situada Rua Anita Garibaldi, 104, nesta cidade. Os mesmos podem ser solicitados através do telefone (49) 3441-2160 ou e-mail: rutineia.rossi@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 06 de junho de 2013.

RUTINEIA ROSSI

Coordenadora de Licitações da EXPO 2013

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 67/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2013- PMC

Objeto: Aquisição de cadeiras novas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/06/2013. Abertura: dia 26/06/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 10 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 69/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2013- PMC

Objeto: Aquisição de peças para conserto de transmissão série 5FM01020 de motoniveladora Caterpillar 120H - PMC 148 - ano 1998, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 26/06/2013.

Abertura: dia 27/06/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 10 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 6/2013 FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013 FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social, por intermédio de sua gestora a Senhora Cristiane Fernanda Werlang, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Locação de software e serviços de manutenção, suporte técnico, conversão de dados, migração, implantação e treinamento para sistema Web de Gestão Social, com recursos do Fundo a Fundo IGD/SUAS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do, foi alterado.

Os prazos para protocolo dos envelopes de propostas de preços e de habilitação fica alterado para dia 04 de julho de 2013, até as 16:00 horas. Sendo que a sessão de abertura da licitação, fica marcada para o dia 05 de julho de 2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 10 de junho de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMAS

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 23/2013 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2013 - PMC

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato do Senhor Carlos Fernando Comassetto, Diretor de Administração, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do Artigo 25, I da Lei nº 8.666/1993, e posteriores alterações, homologada em 07 de junho de 2013, para contratação de serviços de horas técnicas para suporte técnico ao sistema IPM WEB e Serviço de horas técnicas para customização de software dos sistemas integrados IPM, no valor total estimado de R\$ 17.325,00 (dezessete mil, trezentos e vinte e cinco reais).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação - Sst/Feas/FMAS/Alta Complexidade - Custeio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo/ SST/FEAS/FMAS/Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 14.520,00 (catorze mil quinhentos e vinte reais).

Concórdia SC, 06 de junho de 2013.
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação - Sst/Feas/FMAS/Alta Complexidade - Investimento

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo/ SST/FEAS/FMAS/Alta Complexidade - Investimento, no valor de R\$ 29.040,00 (vinte e nove mil quarenta reais).

Concórdia SC, 06 de junho de 2013.
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato: Nº 013/2013 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO: Nº 013/2013 - CVC
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
CONTRATADA: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Cessão de 12 impressoras a laser, impressão em preto, com fornecimento de suprimentos, exceto papel.
VALOR TOTAL: R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais)
CÓDIGO DO RECURSO FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.339912
DATA ASSINATURA: 10.06.2013
DATA VENCIMENTO: 09.06.2017

FORO: Comarca de Concórdia - SC

Contrato: Nº 014/2013 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO: Nº 014/2013 - CVC
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
CONTRATADA: ARTE DIGITAL FÁBRICA DE SITES LTDA

OBJETO: Contratação de serviços para criação e desenvolvimento do novo website da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, manutenção mensal e hospedagem.
VALOR TOTAL: R\$ 18.561,00 (dezoito mil, quinhentos e sessenta e um reais)
CÓDIGO DO RECURSO FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.339908
DATA ASSINATURA: 10.06.2013
DATA VENCIMENTO: 09.06.2017
FORO: Comarca de Concórdia - SC

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 405/2013

DECRETO Nº 405/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA ART. 2º DO DECRETO 41/2013 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso IV do art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Art. 2º do Decreto Nº 41/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo ocupado, à servidora Srª ADRIANA DE CEZARO MORESCO ocupante do cargo Fiscal de Tributos Obras e Vigilância Sanitária para responder pelas atividades do setor de compras, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta SC, 04 de Junho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 - FONE: (49) 3358-9100
- CORDILHEIRA ALTA - SC
www.pmcordi.sc.gov.br

Decreto N. 406/2013

DECRETO Nº 406/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 179/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 179/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. ANDRÉ LUIZ NAS-SINGER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pelo serviço de controle de abertura e fechamento do Parque de Máquinas Municipal, a partir do mês de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 407/2013

DECRETO Nº 407/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 70/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto Nº 70/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. ANDREIA REGINA DI DOMENICO ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, para responder cumulativamente com suas funções, pelas atividades inerentes ao setor de protocolo e controle de prazos nos documentos recebidos e expedidos da Prefeitura Municipal, a partir de janeiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 408/2013

DECRETO Nº 408/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA PORTARIA Nº 33/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Portaria Nº 33/2009 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. CLAUDIR ANTONINHO POSSA ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, para responder cumulativamente com suas funções, estar à disposição da Secretaria de Saúde para o plantão de atendimentos de sobreavisos, sem direito a percepção de horas extras.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 409/2013

DECRETO Nº 409/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 186/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto Nº 186/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. Diva Correa Figueiró, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo secretário, a partir do mês de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 410/2013

DECRETO Nº 410/ 2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 266/2013 E ART. 1º DO DECRETO Nº 344/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Art. 1º do Decreto Nº 344/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. EDER PIZZATTO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pelo serviço de controle e manutenção dos veículos da Secretaria da Educação, a partir do mês de abril do corrente ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 266/2013.

Art. 4º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 411/2013

DECRETO Nº 411/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA DECRETO Nº 178/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal ,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 178/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. EDILEIA VILANI ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC,04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 412/2013

DECRETO Nº412/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA DECRETO Nº 52/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 52/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. HELVICO JOSE SABBÍ ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pelo plantão do Sistema de abastecimento de água do município, a iniciar a partir de janeiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 413/2013

DECRETO Nº 413/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA DECRETO Nº 180/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal ,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 180/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. JAIR BORSOI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para responder cumulativamente com suas funções, pelo serviço de controle e manutenção dos veículos da Secretaria da Saúde e Assistência Social, a partir do mês de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC,04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 414/2013

DECRETO Nº 414/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA PORTARIA Nº 277/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal ,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado a Portaria Nº 277/2012 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. JOÃO BASEGIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura , para responder cumulativamente com suas funções, pela chefia dos serviços de abastecimento de água no Município

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC,04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 415/2013

DECRETO Nº 415/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA DECRETO Nº 66/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 66/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento

do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. JOSIANE MATOS CARNEIRO ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para responder cumulativamente com suas funções, as atividades de coordenação e chefia, Departamento de Saúde, a partir de janeiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 416/2013

DECRETO Nº 416/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

“REVOGA DECRETO Nº 57/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar Nº 93/2013,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 57/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. KELY CRISTINA RANZAN ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para responder cumulativamente com suas funções, pelas atividades do Departamento de Recursos Humanos, a partir de janeiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 417/2013

DECRETO Nº 417/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

“REVOGA DECRETO Nº 185/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 185/2013, que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. Lourdes Maria Lanzarin Fávero, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo secretário, a partir do mês de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 418/2013

DECRETO Nº 418/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

“REVOGA DECRETO N 94/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 94/2013 que atribui adicional de responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. MARCIA DALAGASPERINA BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir de janeiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 419/2013

DECRETO Nº 419/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

“REVOGA DECRETOS Nºs 182 e 251/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Nº 93/2013

DECRETA

Art. 1º Fica revogado Decretos Nºs 182/2013 e 251/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. MARIA TERESINHA LUSA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para responder cumulativamente com suas funções, pelo serviço de triagem na Unidade de Saúde da Sede do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 420/2013

DECRETO Nº 420/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

“REVOGA DECRETO Nº 181/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 181/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. OLIVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pelo serviço de controle e organização da equipe na limpeza das vias públicas do Município, a partir do mês de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 421/2013

DECRETO Nº 421/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA PORTARIA Nº 447/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal, e lei Complementar N° 93/2013,
DECRETA

Art. 1º Fica revogado a Portaria Nº 447/2012 que restabelece os efeitos da Portaria Nº 244/2011 que atribui adicional de responsabilidade na ordem de 40 %, sobre o vencimento do cargo ocupado, ao servidor municipal, Sr. OSCAR BORSOI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo para responder cumulativamente com suas funções, pela Vigilância Sanitária do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 422/2013

DECRETO Nº422/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA O ART. 3º DO DECRETO Nº 71/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 - IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Art. 3º do Decreto Nº 71/2013 , que atribui adicional de responsabilidade, na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao servidor municipal , Sr. OSNI COLPANI, para responder cumulativamente com suas funções, pela chefia da garagem de máquinas do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 423/2013

DECRETO Nº423/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA DECRETO Nº 110/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto do Art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 110/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade, na ordem de 15% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal, Sr. RAFAEL BOTEGGA, ocupante do cargo de Clínico Geral, lotado na Secretaria da Saúde e Assistência Social, para além das suas funções específicas, desempenhar as atividades de Responsável Técnico de Saúde.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 424/2013

DECRETO Nº424/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA DECRETO Nº 67/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Nº. 93/2013,
DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto Nº 67/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. SYDIANE MARIA DEBASTIANE ZAMIANI ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para responder cumulativamente com suas funções, pela Coordenação do Programa da Dengue.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 425/2013

DECRETO Nº425/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 58/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga o Decreto Nº 58/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. SILVANA MAGIONI FÁVERO ocupante do cargo de Técnico em Controle Interno, lotada no Gabinete do Prefeito, para responder cumulativamente com suas funções, pelo serviço de controle do Patrimônio Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 426/2013

DECRETO Nº426/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 59/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Nº. 93/2013,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto Nº 59/2013 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Cultura e Esporte, para responder cumulativamente com suas funções, pela elaboração e publicação dos Atos Administrativos do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 427/2013

DECRETO Nº427/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 149/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 149/2013 que atribuí, Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. VALDIR PERIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria

Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para responder cumulativamente com suas funções, pelo serviço de controle de abertura e fechamento do Centro Administrativo Municipal e do C.I.E. " Ludovico J. Tozzo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 428/2013

DECRETO Nº428/2013, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. FERNANDO MORELATTO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 429/2013

DECRETO Nº429/2013, DE 06 DE JUNHO DE 2013

"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data a Sra. KARINE LETICIA TRESSOLDI, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 92/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 430/2013

DECRETO Nº430 /2013, DE 06 DE JUNHO DE 2013

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE PROFESSORA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 11, I da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida, a pedido,a partir desta data, a Sra. Luana Rufatto Detogni,ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, no Centro de Educação Mediação , com carga horária de 20 (vinte)horas semanal, no turno Matutino, e Professora do Pré Escolar I, no Centro de Educação Mediação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanal, no turno vespertino, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 431/2013

DECRETO Nº431/2013, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde,à Servidora Municipal, Sra. DIVA CORREA FIGUEIRÓ GOSCH, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 432/2013

DECRETO Nº 432/2013, DE 06 DE JUNHO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família, à Servidora Municipal, Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Extrato Contrato Adm. Nº 08/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: NILLO TOZZO E CIA LTDA

LICITAÇÃO: Convite n. 11/2013.

OBJETO: aquisição de óleo lubrificante e filtros para manutenção das atividades da frota de veículos do fundo municipal de saúde.

VALOR: R\$ 960,39.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:

ALCEU MAZZIONI

NELOIR ANTONIO TOZZO.

Cordilheira Alta, SC, em 10/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 09/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECÓ LTDA.

LICITAÇÃO: Convite n. 11/2013.

OBJETO: aquisição de óleo lubrificante e filtros para manutenção das atividades da frota de veículos do fundo municipal de saúde.

VALOR: R\$ 4.591,04.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:

ALCEU MAZZIONI
PAULO RICARDO CORDOVA.
Cordilheira Alta, SC, em 10/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 10/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2013 - FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: DENTAL OESTE EIRELI EPP.
LICITAÇÃO: Convite n. 13/2013.

OBJETO: aquisição de material de enfermagem e material permanente para manutenção das atividades dos profissionais de enfermagem das Unidades de Saúde do município de Cordilheira Alta sc.

VALOR: R\$ 1.731,65.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;
Modalidade de Aplicação n. 339000, 449000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
ROGÉRIO ANTONIO BERTI.
Cordilheira Alta, SC, em 20/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 11/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2013 - FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: ODONTOESTE LTDA ME.
LICITAÇÃO: Convite n. 13/2013.

OBJETO: aquisição de material de enfermagem e material permanente para manutenção das atividades dos profissionais de enfermagem das Unidades de Saúde do município de Cordilheira Alta sc.

VALOR: R\$ 27.569,68.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;
Modalidade de Aplicação n. 339000, 449000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
GELSON TADEU MOHR.
Cordilheira Alta, SC, em 20/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 12/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2013 - FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: VANUSA DIAS EIRELI EPP.
LICITAÇÃO: Convite n. 13/2013.

OBJETO: aquisição de material de enfermagem e material permanente para manutenção das atividades dos profissionais de enfermagem das Unidades de Saúde do município de Cordilheira Alta sc.

VALOR: R\$ 11.242,90.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;
Modalidade de Aplicação n. 339000, 449000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
VANUSA DIAS EIRELI.
Cordilheira Alta, SC, em 20/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 13/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2013 - FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: VANUSA DIAS EIRELI EPP.
LICITAÇÃO: Convite n. 14/2013.

OBJETO: aquisição de material de enfermagem e material permanente para manutenção das atividades dos profissionais de enfermagem das unidades de saúde do município de Cordilheira Alta SC.

VALOR: R\$ 2.840,60.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;
Modalidade de Aplicação n. 339000, 449000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
VANUSA DIAS EIRELI.
Cordilheira Alta, SC, em 20/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 14/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2013 - FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: ODONTOESTE LTDA ME.
LICITAÇÃO: Convite n. 14/2013.

OBJETO: aquisição de material de enfermagem e material permanente para manutenção das atividades dos profissionais de enfermagem das unidades de saúde do município de Cordilheira Alta SC.

VALOR: R\$ 44.153,76 .

VIGÊNCIA: 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;
Modalidade de Aplicação n. 339000, 449000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
GELSON TADEU MOHR.
Cordilheira Alta, SC, em 20/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 15/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2013 - FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: DISTRIBIOMED DIST. DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA ME.
LICITAÇÃO: Convite n. 14/2013.

OBJETO: aquisição de material de enfermagem e material permanente para manutenção das atividades dos profissionais de enfermagem das unidades de saúde do município de Cordilheira Alta

SC.

VALOR: R\$ 1.998,80 .

VIGÊNCIA: 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;
Modalidade de Aplicação n. 339000, 449000;

SIGNATÁRIOS:

ALCEU MAZZIONI

RICARDO FORTES BERTAZI.

Cordilheira Alta, SC, em 20/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 16/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA
ALTA

CONTRATADA: LSW SERVIÇOS LTDA.

LICITAÇÃO: Tomada de Preço n. 03/2013.

OBJETO: Execução das obras e serviços de engenharia para ampliação da unidade de sanitária do centro do município de cordilheira alta com área total de intervenção de 100 m² com recursos oriundos do Ministério da Saúde transferidos para o Fundo municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 75.000,00 .

VIGÊNCIA: 27/07/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n1.012;
Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS:

ALCEU MAZZIONI

LIANI STOFFEL WILBERT.

Cordilheira Alta, SC, em 27/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 17/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA
ALTA

CONTRATADA: LSW SERVIÇOS LTDA.

LICITAÇÃO: Tomada de Preço n. 03/2013.

OBJETO: execução das obras e serviços de engenharia para reforma e ampliação do posto de saúde - Linha Fernando Machado, com área total de intervenção de 198,65 m² com recursos oriundos do Ministério da Saúde, transferidos para o Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 86.480,87.

VIGÊNCIA: 27/07/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n1.012;
Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS:

ALCEU MAZZIONI

LIANI STOFFEL WILBERT.

Cordilheira Alta, SC, em 27/05/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 54/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 54/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: CLARO S.A.

OBJETO: empresa para prestação de serviço móvel pessoal -SMP e

fornecimento de 35 acessos móveis com aparelhos comodatados.

VALOR: R\$ 12.064,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 04.122.2502.2.002;
Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS:

ALCEU MAZZIONI

ALEXANDRE DE MELLO SILVA

MATHEUS PEREIRA.

Cordilheira Alta, SC, em 29 de abril de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 55/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 55/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: FRANCISMAR MARTINS ME.

OBJETO: Serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

VALOR: R\$ 72.000,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 04.122.2503.2.020;
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:

ALCEU MAZZIONI

FRANCISMAR MARTINS.

Cordilheira Alta, SC, em 08 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 56/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 56/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, à seguir denominado simplesmente de APLICATIVO.

VALOR: R\$ 520,00.

VIGÊNCIA 01/07/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 04.122.2503.2.020;
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:

ALCEU MAZZIONI

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.

Cordilheira Alta, SC, em 10 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 57/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 57/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: NILLO TOZZO E CIA LTDA.

OBJETO: aquisição de óleo lubrificante e filtros para manutenção das atividades da frota de veículos e máquinas da prefeitura municipal.

VALOR: R\$ 51.004,91.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 122.2502.2.002, 12.368.2506.2.041, 20.606.2510.2.009, 13.392.2507.2.005, 04.122.2503.2.020, 15.451.2511.2.;
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
NELOIR ANTONIO TOZZO.
Cordilheira Alta, SC, em 10 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº58/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 58/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: LUBRICAP LUBRIFICANTES CHAPECÓ LTDA.

OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante e filtros para manutenção das atividades da frota de veículos e máquinas da prefeitura municipal.

VALOR: R\$7.981,01.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 122.2502.2.002, 12.368.2506.2.041, 20.606.2510.2.009, 13.392.2507.2.005, 04.122.2503.2.020, 15.451.2511.2.;
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
NELOIR ANTONIO TOZZO.
Cordilheira Alta, SC, em 10 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº59/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 59/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: OLEOMIX LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante e filtros para manutenção das atividades da frota de veículos e máquinas da prefeitura municipal.

VALOR: R\$155,36.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 122.2502.2.002, 12.368.2506.2.041, 20.606.2510.2.009, 13.392.2507.2.005, 04.122.2503.2.020, 15.451.2511.2.;
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
PAULO RICARDO CORDOVA.
Cordilheira Alta, SC, em 10 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº60/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 60/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME.

OBJETO: Serviços de locação de 04 (quatro) equipamentos reprográficos, destinados ao Centro Administrativo Municipal- Secretaria de Educação e Escolas da rede municipal de ensino, conforme as configurações: Equipamento HP officejet Pro 8600, velocidade de 20 páginas por minuto, interface placa de rede/USB, opções frente e verso, tipo de impressão jato de tinta (colorida).

VALOR: R\$150,00 estimado.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 12.368.2506.2039.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
DAINE HACK PIOVEZAN.
Cordilheira Alta, SC, em 15 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº61/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 61/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: PIAZZA COMERCIO DE TRATORES E MAQUINAS LTDA.

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para reforma do sistema de freios, sistema elétrico, embreagem, direção, diferencial tra-seiro e substituição do óleo e filtros do trator de pneus TL75 para manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura.

VALOR: R\$17.314,00.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 20.606.2510.2.009.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
JOÃO PIAZZA.
Cordilheira Alta, SC, em 15 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº62/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 62/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: CILAS BOSCHETTI.

OBJETO: Prestação de serviço de aulas de atividade esportiva - Karatê, para alunos do Município de Cordilheira Alta, carga horária semanal de 10 horas semanal, para o exercício de 2013, sob a responsabilidade do professor André Nassinger.
VALOR: R\$5.600,00.
VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 27.812.2508.2.021.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
CILAS BOSCHETTI.
Cordilheira Alta, SC, em 03 de junho de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº63/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 63/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de botijões para armazenamento de sêmen, aplicadores, pinças de aço inox 18cm e outros materiais para manutenção do programa de inseminação artificial em bovinos para manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura.
VALOR: R\$7.579,60.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 27.812.2508.2.021.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
GILBERTO TERRIBILE.
Cordilheira Alta, SC, em 23 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 64/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 64/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: COMERCIAL DE MOVEIS PERETTI LTDA.

OBJETO: aquisição de materiais permanentes para manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Secretaria de Administração.
VALOR: R\$8.995,00.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 27.812.2508.2.021.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
JULIANO LORENSETTI.
Cordilheira Alta, SC, em 23 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 65/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 65/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR.

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante o primeiro semestre do exercício de 2013.

VALOR: R\$2.147,20.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 30625062017.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
SANDRA BERGAMIN.
Cordilheira Alta, SC, em 24 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 66/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 66/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: ESPAÇO TRONIC COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENIS PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO.

VALOR: R\$11.102,00.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 30625062017.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
VALDIR RUDIGER.
Cordilheira Alta, SC, em 28 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 67/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 67/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: CARGAOESTE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RETIFICA DO MOTOR, BOMBA INJETORA E BICOS, REFORMA DA CAÇAMBA COM ENDIREITAMENTO DO CHASSI E CONserto DO PISTÃO DO CAMINHAO MERCEDES BENZ 1720, PLACA S MBN 6051 PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR: R\$6.950,00.
VIGÊNCIA 30/06/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n.2.011.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
ANDRÉ RICARDO SIGNOR Malfatti.
Cordilheira Alta, SC, em 28 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 68/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 68/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: RETIOESTE RETIFICA DE MOTORES LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RETIFICA DO MOTOR, BOMBA INJETORA E BICOS, REFORMA DA CAÇAMBA COM ENDIREITAMENTO DO CHASSI E CONserto DO PISTÃO DO CAMINHAO MERCEDES BENZ 1720, PLACA S MBN 6051 PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR: R\$13.905,00.
VIGÊNCIA 30/06/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.011.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
NATALINO DE SÁ.
Cordilheira Alta, SC, em 28 de maio de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 69/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 69/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de locação e assessoria técnica dos sistemas.

VALOR: R\$2.800,00.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 15.451.2511.2.011.
Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS:
ALCEU MAZZIONI
IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA.
Cordilheira Alta, SC, em 03 de junho de 2013.

LRF - Anexo 1 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.320.000,00	14.320.000,00	2.594.492,67	18,12	4.933.527,71	34,45	9.386.472,29
RECEITAS CORRENTES	14.262.500,00	14.262.500,00	2.584.408,48	18,12	4.915.040,90	34,46	9.347.459,10
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.069.752,12	1.069.752,12	571.197,61	53,40	717.056,09	67,03	352.696,03
IMPOSTOS	850.215,64	850.215,64	501.241,86	58,95	599.075,31	70,46	251.140,33
TAXAS	212.332,48	212.332,48	63.568,29	29,94	96.068,42	45,24	116.264,06
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.204,00	7.204,00	6.387,46	88,67	21.912,36	304,17	-14.708,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	143.230,00	143.230,00	41.343,44	28,87	61.676,32	43,06	81.553,68
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	143.230,00	143.230,00	41.343,44	28,87	61.676,32	43,06	81.553,68
RECEITA PATRIMONIAL	79.342,39	79.342,39	12.573,05	15,85	18.292,18	23,05	61.050,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	79.342,39	79.342,39	12.573,05	15,85	18.292,18	23,05	61.050,21
RECEITA DE SERVIÇOS	320.832,99	320.832,99	40.701,17	12,69	76.191,75	23,75	244.641,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.520.150,27	12.520.150,27	1.903.329,97	15,20	4.007.237,08	32,01	8.512.913,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.377.540,27	12.377.540,27	1.863.451,97	15,06	3.967.359,08	32,05	8.410.181,19
Transf. de Conv.	142.610,00	142.610,00	39.878,00	27,96	39.878,00	27,96	102.732,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	129.192,23	129.192,23	15.263,24	11,81	34.587,48	26,77	94.604,75
Multas e Juros de Mora	19.816,15	19.816,15	4.650,62	23,47	11.881,44	59,96	7.934,71
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	38.582,46	38.582,46	9.596,47	24,87	21.362,57	55,37	17.219,89
RECEITAS DIVERSAS	70.793,62	70.793,62	1.016,15	1,44	1.343,47	1,90	69.450,15
RECEITAS DE CAPITAL	57.500,00	57.500,00	10.084,19	17,54	18.486,81	32,15	39.013,19
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	57.500,00	57.500,00	10.084,19	17,54	18.486,81	32,15	39.013,19
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.320.000,00	14.320.000,00	2.594.492,67	18,12	4.933.527,71	34,45	9.386.472,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.320.000,00	14.320.000,00	2.594.492,67	18,12	4.933.527,71	34,45	9.386.472,29
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.320.000,00	14.320.000,00	2.594.492,67	18,12	4.933.527,71	34,45	9.386.472,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	310.963,93	—	—	65.102,45	—	—
Superávit Financeiro	—	310.963,93	—	—	65.102,45	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.320.000,00	464.463,93	14.784.463,93	2.924.210,63	5.378.702,89	2.186.963,60	3.513.876,36	23,77	11.270.587,57
DESPESAS CORRENTES	13.078.390,80	164.663,93	13.243.054,73	2.637.470,15	4.959.650,15	2.039.065,10	3.235.749,60	24,43	10.007.305,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.131.396,27	163,93	6.131.560,20	885.136,27	1.668.053,93	878.405,25	1.644.272,91	26,82	4.487.287,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	180.000,00	0,00	180.000,00	22.183,24	41.670,00	16.601,39	36.088,15	20,05	143.911,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.766.994,53	164.500,00	6.931.494,53	1.730.150,64	3.249.926,22	1.144.058,46	1.555.388,54	22,44	5.376.105,99
DESPESAS DE CAPITAL	1.241.609,20	299.800,00	1.541.409,20	286.740,48	419.052,74	147.898,50	278.126,76	18,04	1.263.282,44
INVESTIMENTOS	471.609,20	299.800,00	771.409,20	160.130,48	179.104,48	32.192,00	49.082,00	6,36	722.327,20
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	750.000,00	0,00	750.000,00	126.610,00	239.948,26	115.706,50	229.044,76	30,54	520.955,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.320.000,00	464.463,93	14.784.463,93	2.924.210,63	5.378.702,89	2.186.963,60	3.513.876,36	23,77	11.270.587,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.320.000,00	464.463,93	14.784.463,93	2.924.210,63	5.378.702,89	2.186.963,60	3.513.876,36	23,77	11.270.587,57
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.419.651,35	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.320.000,00	464.463,93	14.784.463,93	2.924.210,63	5.378.702,89	2.186.963,60	4.933.527,71	23,77	11.270.587,57

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 11 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 12 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	874.362,48	874.362,48	610.691,31	69,84
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	210.116,64	210.116,64	198.520,33	94,48
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	98.730,00	98.730,00	253.420,00	256,68
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	407.165,00	407.165,00	119.278,11	29,29
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	134.204,00	134.204,00	27.856,87	20,76
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.887,12	2.887,12	4.983,99	172,63
Dívida Ativa dos Impostos	18.897,53	18.897,53	5.198,64	27,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.362,19	2.362,19	1.433,37	60,68
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.719.511,23	12.719.511,23	4.099.535,47	32,23
Cota-Parte FPM	5.700.000,00	5.700.000,00	1.814.612,27	31,84
Cota-Parte ITR	1.574,79	1.574,79	146,21	9,28
Cota-Parte IPVA	498.684,82	498.684,82	153.276,82	30,74
Cota-Parte ICMS	6.384.540,00	6.384.540,00	2.089.051,08	32,72
Cota-Parte IPI-Exportação	102.361,62	102.361,62	29.734,61	29,05
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	32.350,00	32.350,00	12.714,48	39,30
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.350,00	32.350,00	12.714,48	39,30
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.593.873,71	13.593.873,71	4.710.226,78	34,65

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.996.783,62	2.996.783,62	1.169.367,69	39,02	879.528,62	29,35
Pessoal e Encargos Sociais	1.701.900,00	1.701.900,00	466.561,78	27,41	466.561,78	27,41
Outras Despesas Correntes	1.294.883,62	1.294.883,62	702.805,91	54,28	412.966,84	31,89
DESPESAS DE CAPITAL	91.111,33	103.111,33	6.412,00	6,22	1.832,00	1,78
Investimentos	91.111,33	103.111,33	6.412,00	6,22	1.832,00	1,78

Continua 1/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	91.111,33	103.111,33	6.412,00	6,22	1.832,00	1,78
Investimentos	91.111,33	103.111,33	6.412,00	6,22	1.832,00	1,78
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.087.894,95	3.099.894,95	1.175.779,69	37,93	881.360,62	28,43
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	535.284,95	535.284,95	15.042,50	1,28	12.021,35	1,36
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	535.284,95	535.284,95	15.042,50	1,28	12.021,35	1,36
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	535.284,95	535.284,95	15.042,50	1,28	12.021,35	1,36
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.552.610,00	2.564.610,00	1.160.737,19	36,65	869.339,27	27,07
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						24,64
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						454.065,86

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.012.664,95	3.024.664,95	1.174.439,22	99,89	880.020,15	99,85
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	42.500,00	42.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	24.724,00	24.724,00	1.320,00	0,11	1.320,00	0,15
Vigilância Epidemiológica	8.006,00	8.006,00	20,47	0,00	20,47	0,00
TOTAL	3.087.894,95	3.099.894,95	1.175.779,69	100,00	881.360,62	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 13 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

 ALCEU MAZZIONI
 PREFEITO MUNICIPAL

 SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
 CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

 SILVANA MAGIONI FAVERO
 TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 14 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	14.320.000,00
Previsão Atualizada			—	14.320.000,00
Receitas Realizadas			2.594.492,67	4.933.527,71
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	65.102,45
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	14.320.000,00
Créditos Adicionais			—	464.463,93
Dotação Atualizada			—	14.784.463,93
Despesas Empenhadas			2.924.210,63	5.378.702,89
Despesas Liquidadas			2.186.963,60	3.513.876,36
Superavit Orçamentário			—	1.419.651,35
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			2.924.210,63	5.378.702,89
Despesas Liquidadas			2.186.963,60	3.513.876,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				13.420.893,14
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.979.595,75	0,00
Resultado Primário		0,00	1.648.005,27	0,00
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		601.239,02	25%	12,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			278.126,76	1.263.282,44
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.160.737,19	15,00	24,64

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 2 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.320.000,00	14.784.463,93	2.924.210,63	5.378.702,89	2.186.963,60	3.513.876,36	100,00	23,77	11.270.587,57
Legislativa	580.000,02	580.000,02	82.139,93	232.445,15	85.198,67	176.790,53	5,03	30,48	403.209,49
Ação Legislativa	580.000,02	580.000,02	82.139,93	232.445,15	85.198,67	176.790,53	5,03	30,48	403.209,49
Administração	2.066.917,37	2.076.817,37	321.299,45	758.826,88	251.472,87	440.015,71	12,52	21,19	1.636.801,66
Administração Geral	2.066.917,37	2.076.817,37	321.299,45	758.826,88	251.472,87	440.015,71	12,52	21,19	1.636.801,66
Segurança Pública	24.013,33	24.013,33	1.976,35	3.154,45	2.578,45	3.154,45	0,09	13,14	20.858,88
Policiamento	24.013,33	24.013,33	1.976,35	3.154,45	2.578,45	3.154,45	0,09	13,14	20.858,88
Assistência Social	515.475,67	515.475,67	37.238,23	63.685,75	36.932,03	60.619,41	1,73	11,76	454.856,26
Assistência Comunitária	515.475,67	515.475,67	37.238,23	63.685,75	36.932,03	60.619,41	1,73	11,76	454.856,26
Saúde	3.087.894,95	3.249.894,95	713.911,72	1.175.779,69	549.216,04	881.360,62	25,08	27,12	2.368.534,33
Atenção Básica	3.012.664,95	3.174.664,95	712.571,25	1.174.439,22	547.875,57	880.020,15	25,04	27,72	2.294.644,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	42.500,00	42.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.500,00
Vigilância Sanitária	24.724,00	24.724,00	1.320,00	1.320,00	1.320,00	1.320,00	0,04	5,34	23.404,00
Vigilância Epidemiológica	8.006,00	8.006,00	20,47	20,47	20,47	20,47	0,00	0,26	7.985,53
Educação	2.753.080,99	2.836.644,92	884.769,34	1.338.636,16	494.477,20	686.117,94	19,53	24,19	2.150.526,98
Alimentação e Nutrição	98.730,00	98.730,00	0,00	38.651,55	19.549,78	21.277,48	0,61	21,55	77.452,52
Ensino Médio	190.735,61	214.735,61	45.865,65	190.024,29	46.443,21	46.443,21	1,32	21,63	168.292,40
Ensino Superior	82.275,00	82.275,00	82.275,00	82.275,00	19.800,00	19.800,00	0,56	24,07	62.475,00
Educação Especial	33.618,66	33.618,66	28.440,00	28.440,00	2.844,00	2.844,00	0,08	8,46	30.774,66
Educação Básica	2.347.721,72	2.407.285,65	728.188,69	999.245,32	405.840,21	595.753,25	16,95	24,75	1.811.532,40
Cultura	342.052,99	342.052,99	39.795,02	55.596,53	34.977,62	50.137,40	1,43	14,66	291.915,59
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	27.006,66	27.006,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.006,66
Difusão Cultural	315.046,33	315.046,33	39.795,02	55.596,53	34.977,62	50.137,40	1,43	15,91	264.908,93
Direitos da Cidadania	12.000,00	12.000,00	0,00	501,41	0,00	501,41	0,01	4,18	11.498,59
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	12.000,00	12.000,00	0,00	501,41	0,00	501,41	0,01	4,18	11.498,59
Urbanismo	1.650.299,68	1.650.299,68	232.206,76	358.563,78	231.993,15	342.590,47	9,75	20,76	1.307.709,21
Infra-Estrutura Urbana	1.650.299,68	1.650.299,68	232.206,76	358.563,78	231.993,15	342.590,47	9,75	20,76	1.307.709,21
Habituação	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
Habituação Rural	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Habituação Urbana	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.320.000,00	14.784.463,93	2.924.210,63	5.378.702,89	2.186.963,60	3.513.876,36	100,00	23,77	11.270.587,57
Saneamento	444.285,00	444.285,00	107.659,49	336.263,87	105.816,79	171.624,57	4,88	38,63	272.660,43
Saneamento Básico Urbano	444.285,00	444.285,00	107.659,49	336.263,87	105.816,79	171.624,57	4,88	38,63	272.660,43
Agricultura	1.330.140,00	1.539.140,00	334.742,61	504.800,21	214.713,11	342.544,42	9,75	22,26	1.196.595,58
Extensão Rural	1.330.140,00	1.539.140,00	334.742,61	504.800,21	214.713,11	342.544,42	9,75	22,26	1.196.595,58
Energia	143.230,00	143.230,00	7.472,00	82.472,00	18.190,14	29.353,18	0,84	20,49	113.876,82
Energia Elétrica	143.230,00	143.230,00	7.472,00	82.472,00	18.190,14	29.353,18	0,84	20,49	113.876,82
Desporto e Lazer	60.238,00	60.238,00	10.862,23	12.822,23	9.178,23	9.178,23	0,26	15,24	51.059,77
Desporto Comunitário	60.238,00	60.238,00	10.862,23	12.822,23	9.178,23	9.178,23	0,26	15,24	51.059,77
Encargos Especiais	1.209.372,00	1.209.372,00	150.137,50	455.154,78	152.219,30	319.888,02	9,10	26,45	889.483,98
Serviço da Dívida Interna	930.000,00	930.000,00	148.793,24	281.618,26	132.307,89	265.132,91	7,55	28,51	664.867,09
Outros Encargos Especiais	279.372,00	279.372,00	1.344,26	173.536,52	19.911,41	54.755,11	1,56	19,60	224.616,89
TOTAL (III) = (I + II)	14.320.000,00	14.784.463,93	2.924.210,63	5.378.702,89	2.186.963,60	3.513.876,36	100,00	23,77	11.270.587,57

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI I
CONTADORA - CRC/SC 028483/O

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

LRF - Anexo 3 - Maio /2012 a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Maio/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.257.376,98	1.205.952,80	1.089.672,40	1.083.087,90	1.101.589,00	1.150.578,54	1.254.730,68	1.531.376,12	1.317.876,95	1.381.581,23	1.541.512,35	1.329.188,25	15.244.523,20	16.277.699,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	63.481,80	42.122,57	76.971,94	39.782,87	30.831,13	71.593,59	33.636,24	87.571,87	82.791,05	63.067,43	488.741,08	82.456,53	1.182.828,10	1.089.752,12
I.R.T.U.	7.679,69	10.050,02	18.177,11	1.887,66	1.466,97	1.849,21	298,10	12.639,16	0,00	13.228,04	169.841,61	15.852,68	250.366,25	210.118,84
I.R.U.F.	10.142,48	0,00	19.638,84	0,00	0,00	31.030,83	10.546,95	26.301,05	8.818,80	539,69	8.559,64	10.138,74	125.517,02	134.204,00
I.S.S.	31.810,10	24.491,94	32.952,61	22.623,54	22.863,60	33.632,69	26.022,83	28.168,38	31.371,90	27.137,02	29.714,63	31.054,56	341.843,80	407.165,00
I.T.B.I.	5.600,00	3.626,24	1.783,42	10.276,04	2.000,00	1.884,80	-6.455,54	14.649,72	15.120,00	1.820,00	224.660,00	11.820,00	286.784,68	98.730,00
Outras Receitas Tributárias	8.249,53	3.954,37	6.419,96	5.175,63	4.300,56	3.216,06	3.225,90	5.813,56	27.680,35	20.344,68	56.165,20	13.790,55	158.336,35	219.536,48
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.192,67	11.388,86	10.539,74	9.447,56	10.205,63	9.312,81	9.395,37	13.116,23	9.586,46	10.746,42	29.862,88	11.480,56	145.275,19	143.230,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.723,05	5.781,93	5.171,10	4.453,25	2.803,56	2.714,03	2.509,93	6.813,77	1.848,88	3.423,77	5.051,31	5.931,21	54.005,77	72.760,39
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	21.492,85	21.887,96	20.990,58	19.275,17	17.093,33	20.966,14	20.958,84	30.715,90	18.066,96	17.423,62	19.269,60	21.431,57	249.572,52	320.832,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.150.757,12	1.121.022,02	972.968,18	1.004.819,71	1.037.258,94	1.043.466,53	1.186.132,55	1.382.411,09	1.192.625,94	1.280.753,43	991.352,71	1.199.859,91	13.563.230,13	14.541.931,56
Cota-Parte do F.R.M.	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	498.044,23	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	4.980.383,07	5.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	456.407,53	471.600,45	456.755,86	457.205,36	530.807,19	497.646,72	538.002,48	520.117,15	571.784,25	486.549,95	470.399,23	580.337,65	6.017.393,82	6.384.540,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	40.963,94	41.192,58	49.038,27	49.790,82	42.567,47	54.218,01	24.315,25	10.621,78	18.518,12	34.176,12	39.825,43	60.757,15	465.974,94	498.684,82
Cota-Parte do ITR	196,33	24,18	52,59	26,77	823,20	3.382,32	21,79	26,45	0,00	97,87	48,34	0,00	4.699,84	1.574,79
Outras Transferências Correntes	47.875,97	78.702,28	53.044,51	46.589,98	47.531,96	55.342,58	72.285,77	251.509,96	23.268,90	31.634,18	28.020,07	75.008,15	810.594,27	635.420,33
Transferências da LC 61/1989	8.981,97	8.024,12	7.482,80	8.270,85	8.364,36	8.084,25	8.184,33	9.397,64	9.694,40	7.443,67	6.571,16	6.025,38	96.524,93	102.361,62
Transferências da LC 87/1996	2.518,85	2.518,85	2.518,85	2.518,85	0,00	5.037,70	2.518,85	0,00	2.518,85	0,00	0,00	10.195,63	30.346,43	32.350,00
Transferências do FUNDEB	94.922,82	93.053,37	86.022,78	89.252,81	100.276,17	93.788,56	100.197,22	92.693,88	107.855,68	103.039,42	90.674,52	105.755,60	1.157.312,83	1.187.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.729,49	3.789,48	3.030,86	5.529,34	3.596,41	2.523,44	2.097,75	10.747,26	13.157,68	8.166,56	7.234,77	8.028,47	69.811,49	129.192,23
DEDUÇÕES (II)	201.631,45	189.853,09	166.779,97	173.755,11	177.889,97	178.871,26	202.733,71	207.641,27	212.340,10	229.215,80	174.531,43	203.819,01	2.319.062,17	2.543.902,24
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	201.631,45	189.853,09	166.779,97	173.755,11	177.889,97	178.871,26	202.733,71	207.641,27	212.340,10	229.215,80	174.531,43	203.819,01	2.319.062,17	2.543.902,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.055.745,53	1.016.099,71	922.892,43	909.332,79	923.699,03	971.707,28	1.051.996,97	1.323.734,85	1.105.536,85	1.152.365,43	1.366.980,92	1.125.369,24	12.925.461,03	13.733.797,05

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/08/2013

ALCEL MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 4 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 5 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	984.864,56	871.526,30	755.819,80
DEDUÇÕES (II)	934.050,76	2.179.730,95	2.684.601,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	934.050,76	2.179.000,44	2.683.873,24
Demais Haveres Financeiros	0,00	730,51	728,51
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	50.813,80	-1.308.204,65	-1.928.781,95
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	50.813,80	-1.308.204,65	-1.928.781,95

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2013 (C - A)
VALOR	-620.577,30	-1.979.595,75

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 6 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.183.157,61	2.571.835,43	4.896.748,72	4.403.310,34
Receita Tributária	1.069.752,12	571.197,61	717.056,09	452.240,53
I.P.T.U.	210.116,64	185.294,29	198.520,33	157.888,77
I.S.S.	407.165,00	60.769,19	119.278,11	132.721,25
I.T.B.I.	98.730,00	236.480,00	253.420,00	10.306,00
I.R.R.F.	134.204,00	18.698,38	27.856,87	37.747,82
Outras Receitas Tributárias	219.536,48	69.955,75	117.980,78	113.576,69
Receita de Contribuição	143.230,00	41.343,44	61.676,32	45.964,40
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	143.230,00	41.343,44	61.676,32	45.964,40
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	79.342,39	12.573,05	18.292,18	47.622,86
(-) Aplicações Financeiras	79.342,39	12.573,05	18.292,18	47.622,86
Transferências Correntes	12.520.150,27	1.903.329,97	4.007.237,08	3.789.950,07
F.P.M.	4.560.000,00	590.075,49	1.451.689,92	1.402.123,39
I.C.M.S.	5.107.632,00	824.589,72	1.671.241,24	1.564.106,59
Convênios	142.610,00	39.878,00	39.878,00	26.903,00
Outras Transferências Correntes	2.709.908,27	448.786,76	844.427,92	796.817,09
Demais Receitas Correntes	450.025,22	55.964,41	110.779,23	115.155,34
Dívida Ativa	38.582,46	9.596,47	21.362,57	18.396,00
Diversas Receitas Correntes	411.442,76	46.367,94	89.416,66	96.759,34
RECEITAS DE CAPITAL (II)	57.500,00	10.084,19	18.486,81	18.839,17
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	57.500,00	10.084,19	18.486,81	18.839,17
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.183.157,61	2.571.835,43	4.896.748,72	4.403.310,34

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.243.054,73	2.039.065,10	3.235.749,60	3.793.051,44
Pessoal e Encargos Sociais	6.131.560,20	878.405,25	1.644.272,91	1.601.753,11
Juros e Encargos da Dívida (IX)	180.000,00	16.601,39	36.088,15	58.915,59
Outras Despesas Correntes	6.931.494,53	1.144.058,46	1.555.388,54	2.132.382,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.063.054,73	2.022.463,71	3.199.661,45	3.734.135,85
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.541.409,20	147.898,50	278.126,76	1.243.806,60
Investimentos	771.409,20	32.192,00	49.082,00	1.103.391,32
Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	750.000,00	115.706,50	229.044,76	140.415,28

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.541.409,20	147.898,50	278.126,76	1.243.806,60
Amortização da Dívida (XIV)	750.000,00	115.706,50	229.044,76	140.415,28
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	791.409,20	32.192,00	49.082,00	1.103.391,32
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.854.463,93	2.054.655,71	3.248.743,45	4.837.527,17
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	328.693,68	517.179,72	1.648.005,27	-434.216,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	65.102,45	0,00
Superávit Financeiro	-	-	65.102,45	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00	

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

LRF - Anexo 7 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LAI	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNC

LRF - Anexo 8 - Jan a Abril/2013

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	874.362,48	874.362,48	506.285,36	610.691,31	69,84
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	228.751,70	228.751,70	189.170,77	203.478,11	88,95
1.1.1- IPTU	210.116,64	210.116,64	185.294,29	198.520,33	94,48
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.574,79	1.574,79	355,00	355,00	22,54
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	15.747,94	15.747,94	2.928,67	3.778,67	23,99
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.312,33	1.312,33	592,81	824,11	62,80
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	98.730,00	98.730,00	236.480,00	253.420,00	256,68
1.2.1- ITBI	98.730,00	98.730,00	236.480,00	253.420,00	256,68
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	412.676,78	412.676,78	61.936,21	125.936,33	30,52
1.3.1- ISS	407.165,00	407.165,00	60.769,19	119.278,11	29,29
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.312,33	1.312,33	774,53	4.628,99	352,73
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.149,59	3.149,59	335,59	1.419,97	45,08
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.049,86	1.049,86	56,90	609,26	58,03
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	134.204,00	134.204,00	18.698,38	27.856,87	20,76
1.4.1- IRRF	134.204,00	134.204,00	18.698,38	27.856,87	20,76
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.719.511,23	12.719.511,23	1.891.754,28	4.099.535,47	32,23
2.1- Cota-Parte FPM	5.700.000,00	5.700.000,00	737.594,31	1.814.612,27	31,84
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.700.000,00	5.700.000,00	737.594,31	1.814.612,27	31,84
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.384.540,00	6.384.540,00	1.030.736,88	2.089.051,08	32,72
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	32.350,00	32.350,00	10.195,63	12.714,48	39,30
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	102.361,62	102.361,62	12.596,54	29.734,61	29,05
2.5- Cota-Parte ITR	1.574,79	1.574,79	48,34	146,21	9,28
2.6- Cota-Parte IPVA	498.684,82	498.684,82	100.582,58	153.276,82	30,74
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.593.873,71	13.593.873,71	2.398.039,64	4.710.226,78	34,65
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	230.116,00	230.116,00	35.152,95	62.271,73	27,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	123.506,00	123.506,00	20.739,00	47.857,78	38,75
5.2- Outras Transferências do FNDE	106.610,00	106.610,00	14.413,95	14.413,95	13,52
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	142.610,00	142.610,00	39.878,00	39.878,00	27,96
6.1- Transferências de Convênios	142.610,00	142.610,00	39.878,00	39.878,00	27,96
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	22.834,52	22.834,52	7.566,07	18.819,45	82,42
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	395.560,52	395.560,52	82.597,02	120.969,18	30,58

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.543.902,24	2.543.902,24	378.350,44	819.906,34	32,23
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.140.000,00	1.140.000,00	147.518,82	362.922,35	31,84
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.276.908,00	1.276.908,00	206.147,16	417.809,84	32,72
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.470,00	6.470,00	2.039,12	2.542,89	39,30
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	20.472,32	20.472,32	2.519,32	5.946,95	29,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	314,96	314,96	9,66	29,23	9,28
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	99.736,96	99.736,96	20.116,36	30.655,08	30,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.187.000,00	1.187.000,00	196.430,12	407.125,22	34,30
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.187.000,00	1.187.000,00	196.430,12	407.125,22	34,30
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.356.902,24	-1.356.902,24	-181.920,32	-412.781,12	30,42
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					0,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	3.398.468,43	3.398.468,43	599.509,91	1.177.556,70	34,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	954.390,00	1.010.390,00	143.657,81	188.457,90	18,65
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	954.390,00	1.010.390,00	143.657,81	188.457,90	18,65
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	954.390,00	1.010.390,00	143.657,81	188.457,90	18,65
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-412.781,12
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-412.781,12
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					601.239,02
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					12,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	123.506,00	123.506,00	2.254,00	2.254,00	1,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	419.963,66	443.963,66	72.211,74	72.211,74	16,27
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	543.469,66	567.469,66	74.465,74	74.465,74	13,12
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.497.859,66	1.577.859,66	218.123,55	262.923,64	16,86
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	3.563,93	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	407.125,22	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	345.832,18	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	64.856,97	0,00

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

LRF - Anexo 9 - Jan a Abril/2013

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.541.409,20	278.126,76	0,00	1.263.282,44
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.541.409,20	278.126,76	0,00	1.263.282,44
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.541.409,20	-278.126,76		-1.263.282,44

FONTE:

Cordilheira Alta, 05/06/2013

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO



Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 02/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.655,89
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	1.500,68
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.500,68
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmaceutica Basica	1.500,68
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.155,21
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.155,21
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.155,21

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 03/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.236,24
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	10.957,95
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	10.957,95
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.456,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.501,95
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.278,29
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.278,29
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.278,29

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 06/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.691,16
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	2.230,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.230,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.461,16
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.461,16
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.461,16

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 07/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		746,15
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	746,15
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	746,15
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	746,15

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 08/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		782,60
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	782,60
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	782,60
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	782,60

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 09/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.023,44
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.023,44
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.023,44
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.023,44

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina**

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 10/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		312.210,60
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	367.399,51
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	365.069,80
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	365.023,50
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	365.023,50
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	54.753,53
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	91.255,88
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	219.014,09
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	46,30
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	11,58
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	27,77
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6,95
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	642,21
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	642,21
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	1.687,50
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	17.825,04
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	17.825,04
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	17.825,04
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-73.013,95
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-73.013,95
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-73.004,69
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-73.004,69
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-9,26

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 13/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.400,59
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	12.484,74
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.319,75
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	7.319,75
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	5.164,99
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD SUAS	664,99
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.915,85
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.915,85
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.915,85

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 14/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.673,31
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	16.673,31
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.673,31
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.673,31

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 15/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		24.985,82
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	24.985,82
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	24.985,82
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	24.985,82

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 16/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.376,25
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.376,25
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.376,25
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.376,25

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 17/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.513,17
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.513,17
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.513,17
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.513,17

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 20/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		50.535,15
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	57.745,84
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	56.245,16
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	56.245,16
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	56.245,16
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	8.436,77
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	14.061,29
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	33.747,10
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.500,68
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	1.500,68
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.038,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.038,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.038,34
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-11.249,03
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-11.249,03
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-11.249,03
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-11.249,03

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 21/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.654,86
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	10.218,78
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	10.218,78
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	10.218,78
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.436,08
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.436,08
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.436,08

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 22/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.519,32
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	6.650,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.650,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.650,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.869,32
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.869,32
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.869,32

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 23/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		20.405,55
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	8.122,16
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	5.892,16
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.892,16
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.230,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.283,39
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.283,39
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.283,39

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 24/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.064,15
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.064,15
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.064,15
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.064,15

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 27/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.030,62
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	7.130,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.130,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	7.130,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.900,62
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.900,62
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.900,62

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 28/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.134,82
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.134,82
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.134,82
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.134,82

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 29/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		109.214,97
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	127.297,81
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	127.297,81
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	127.297,81
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	127.297,81
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	19.094,67
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	31.824,45
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	76.378,69
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.376,71
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.376,71
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.376,71
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-25.459,55
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-25.459,55
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-25.459,55
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-25.459,55

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Maio/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 31/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.725,06
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	2.548,91
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.548,91
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	637,23
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.529,34
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	382,34
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.685,93
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.685,93
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.685,93
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-509,78
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-509,78

Coronel Freitas

PREFEITURA

Cancelamento de Pregão Presencial Nº 13/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013

FICA CANCELADA A LICITAÇÃO Nº 13/2013 PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO DE MÍDIA PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO EM EMISSORA DE RÁDIO AM . A REFERIDA LICITAÇÃO TERIA SUA ABERTURA NO DIA 11/06/2013 ÀS 09:00 HORAS

Coronel Freitas - SC, 10 de JUNHO 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº 126 de 22 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 126 DE 22 DE MAIO DE 2013.

ESTABELECE VALOR DE FOTOCOPIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município pelo Decreto 125 de 22/05/2013, e com base nas disposições da Lei Federal Nº 12.527/2011, de 18 de Novembro de 2011 - Acesso a Informação Pública pelo Cidadão, resolve:

ESTABELECE:

Art. 1º - Fica estabelecido o valor de R\$ 0,25(vinte e cinco centavos) por fotocopia, para serviços referentes a reprodução de documentos, em conformidade com o Decreto Nº 125 de 22 de Maio de 2013, e com base nas disposições da Lei Federal Nº 12.527/2011, de 18 de Novembro de 2011 - Acesso a Informação Pública pelo Cidadão, prestados pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins.

Art. 2º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC., em 22 de Maio de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 128 de 24 de Maio de 2013.

DECRETO Nº. 128 DE 24 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTERIO PUBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar 026 de 21/012/2009 e pela Lei Orgânica do Município:

- Considerando o disposto no Art. 41 §3º, que estabelece a progressão por tempo de serviço, concedida a cada 03 (três) anos de efetivo exercício, equivalente a 1,0% (um por cento) sobre a referência em que estava enquadrado;

- Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, progressão por tempo de serviço aos membros do magistério Público no Valor de 1% (um por cento), sobre a referencia que estavam enquadrados os membros efetivos, de acordo com o disposto no Art. 41 §3º da Lei Complementar Municipal nº. 026 de 21 de dezembro de 2009, a partir do mês de maio de 2013 conforme abaixo.

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Claudete Conte	09-G	09-H
Maria Nilce M. Somavilla	04-I	04-J
Vilma Giroto Pertussatti	08-G	08-H
Lucimara Bolzan May	08-H	08-I
Marines Bento	08-H	08-I
Marines Luzia Basso	08-G	08-H
Maria Lucia Picetti	08-C	08-D
Fátima Aparecida T. Basso	07-J	08-A
Marcos Antonio Marmellini	04-G	04-H
Raquel A. Souza	07-E	07-F
Rute de Jesus	07-D	07-E
Neiva Terezinha Ghidini	07-F	07-G

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 24 de maio de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 129, de 03 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 129, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

CONTRATA FUNCIONÁRIA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, Lei Complementar nº 026 de 21/12/2009 e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando Edital de Teste Seletivo nº. 001, de 08/01/2013, que Dispõe sobre o, ingresso nos quadros de vagas em Caráter Temporário para a rede Municipal de Ensino do Município de Coronel Martins- SC e o decreto nº 033 de 28/01/2013 que dispõe sobre o resultado final, resolve:

CONTRATAR:

Art. 1º A Pessoa abaixo relacionada para exercer o cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a partir do dia 03 de Junho de 2013 à 31 de dezembro de 2013, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessite, ou até realização de concurso público.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Sheila Cristina Cassol Faccio	Educação Especial	20:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 03 de junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 130 de 05 de Junho de 2013.

DECRETO Nº. 130 DE 05 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 02/04/2011 que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, resolve:

PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato da servidora pública municipal abaixo relacionada para continuar a exercer o seu devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descrito, junto a Secretaria Municipal de Saúde, até 30 de junho de 2013, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Rozelaine Turmina	Psicóloga	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 05 de junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº.131 de 07 de Junho de 2013

DECRETO Nº.131 DE 07 DE JUNHO DE 2013

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 08/03/2012 que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, resolve:

PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato dos servidores públicos municipais abaixo relacionados para continuar a exercerem os seus devidos cargos conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos até 30 de junho de 2013, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Sandro Campana	Operador de Maquina II	40:00 horas semanais
Loreni A.Castro dos Santos	Servente Geral	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 07 de junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 092 de 05 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 092 DE 05 DE JUNHO DE 2013.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDORA QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITAR:

Art. 1º O retorno ao serviço da Servidora, Senhorita, Dinaura Dall Acqua ocupante do Cargo de Assistente Social, no dia 06 de junho de 2013 pela parte da manhã, em vista das necessidades junto a Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de Férias, em data posterior a ser determinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 05 de junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA C.PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 093 de 07 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 093 DE 07 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS ÀO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 10/06/2013 à 09/07/2013.

Nome	Cargo	Referência
Ilso Antônio Mores	Mecânico Auxiliar	01/04/2012 à 31/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 07 de junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 094, de 10 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 094, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDOR QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITAR:

Art. 1º O retorno ao serviço do Servidor, Sr. Anderson Marcos Pinheiro, ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, a partir do dia 10 à 24 de junho de 2013, em virtude da falta de profissional na área, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias, em data posterior a ser determinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 10 de junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 598/13

DECRETO Nº 598/13

AUTORIZA A INTERDIÇÃO PARCIAL DA RUA NEREU RAMOS, PARA A REALIZAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL CONTRA A POLIOME-LITE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO que, nos dias 08 de junho de 2013, das 08 às 17 horas, na Unidade Básica de Saúde será realizado a Campanha Nacional Contra a Poliomielite.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a interdição parcial do trânsito de veículos, em frente ao imóvel nº 401, localizado na Rua Nereu Ramos, no dia 08 de junho de 2013, das 08 às 17 horas para a realização da Campanha Nacional Contra a Poliomielite.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 04 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Chamamento Público Para a Seleção de Projetos

Chamamento Público para a seleção de projetos nas áreas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

O presente chamamento público tem por objetivo a constituição de parcerias para o desenvolvimento de projetos nas áreas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, realizando assim cessão de uso do Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner, situado na Rua José Pasqualini, 190, Bairro João Tozini, neste Município de Corupá-SC. Além disto, visa suprir a carência de políticas públicas e sociais, atendendo ao aumento significativo de demandas da população no que se refere ao esporte recreativo e de lazer, principalmente nas regiões de maior vulnerabilidade social e econômica. Constituído como instrumento de promoção da transparência e da

democratização do acesso aos recursos destinados à Política de Esporte, Cultura local, Turismo e Lazer, o presente processo seletivo tem por meta a execução da Ação DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS DE ESPORTE EDUCACIONAL, TURISMO, CULTURA E DE ESPORTE E LAZER, conforme Lei nº 2.104, de 27 de Maio de 2013, com fulcro nos termos da legislação e normas vigentes.
Corupá, 11 de Junho de 2.013.

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 111/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2013

Processo de licitação nº 060/13

Pregão Presencial no 030/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.876.873/0001-62 e inscrição Estadual nº 253.164.168, estabelecida na Rua Engelberto Stuber nº 365 - Lençol, município de São Bento do Sul, CEP 89290-000, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas Tubos e Carneiras em concreto, para uso da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 68.400,00 (Sessenta e Oito e Mil Quatrocentos Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 112/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2013

Processo de licitação nº 060/13

Pregão Presencial no 030/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MR ARTEFATOS DE CIMENTO E PRODUTOS DESCARTAVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 80.434.020/0001-00 e inscrição Estadual nº 251.589.846, estabelecida na Rua Afonso Alberto Mahnke nº 60 - João Tozini, município de Corupá, CEP 89278-000, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas Tubos e Carneiras em concreto, para uso da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 255.050,00 (Duzentos e Cinquenta e Cinco Mil e Cinquenta Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 113/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2013

Processo de licitação nº 060/13

Pregão Presencial no 030/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.434.020/0001-00 e inscrição Estadual nº 251.589.846, estabelecida na Rua Serv. S 245 - Lat. Carlos Oeschler, 95 - Ilha da Figueira - CEP 89.258-820, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas Tubos e Carneiras em concreto, para uso da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 64.550,00 (Sessenta e Quatro Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 114/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2013

Processo de licitação nº 060/13

Pregão Presencial no 030/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SÓLIDOS INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRÉ-ABRICADOS EM CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.957.836/0001-65 e inscrição Estadual nº 254.832.946, estabelecida na Rua Carlos Oeschler, 1364 - Ilha da Figueira - CEP 89.258-820, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas Tubos e Carneiras em concreto, para uso da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 30.060,00 (Trinta Mil e Sessenta Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 115/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2013

Processo de licitação nº 061/13

Pregão Presencial no 031/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 88.197.330/0001-60 e inscrição Estadual nº 138/0018576, estabelecida na Av. 7 de Setembro nº 236, CEP 99.950-000, município de Tapejara, Estado de Rio Grande do Sul.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de pneus, câmaras e protetores novos de acordo com o estipulado no Anexo I do presente edital.

Valor do Contrato: R\$ 28.590,00 (Vinte e Oito Mil e Quinhentos e Noventa Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 116/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2013

Processo de licitação nº 061/13

Pregão Presencial no 031/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.262.218/0001-63 e inscrição Estadual nº 116.996.750-112, estabelecida na Rua Ernesto de Castro nº 225, CEP 03042-010 - Mooca município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de pneus, câmaras e protetores novos de acordo com o estipulado no Anexo I do presente edital.

Valor do Contrato: R\$ 122.700,00 (Cento e Vinte e Dois Mil e Setecentos Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 117/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2013

Processo de licitação nº 061/13

Pregão Presencial no 031/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: JK PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.653.946/0005-78 e inscrição Estadual nº 252.489.420, estabelecida na Rua Dr. João Colin nº 1300, CEP 89204-000 - Centro, município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de pneus, câmaras e protetores novos de acordo com o estipulado no Anexo I do presente edital.

Valor do Contrato: R\$ 52.808,00 (Cinquenta e Dois Mil e Oitocentos e Oito Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 118/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2013

Processo de licitação nº 061/13

Pregão Presencial no 031/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MODELO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 94.510.682/0001-26 e inscrição Estadual nº 010/0061907, estabelecida na Rua Mal. Humberto Castelo Branco nº 56, CEP 95700-000 - Planalto, município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de pneus, câmaras e protetores novos de acordo com o estipulado no Anexo I do presente edital.

Valor do Contrato: R\$ 27.944,00 (Vinte e Sete Mil e Novecentos e Quarenta e Quatro Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 119/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2013

Processo de licitação nº 061/13

Pregão Presencial no 031/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.889.977/0001-98 e inscrição Estadual nº 254.830.943, estabelecida na Rua Tancredo de Almeida Neves nº 5056, CEP 89700-000 - São Cristovão, município de Concórdia, Estado do Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de pneus, câmaras e protetores novos de acordo com o estipulado no Anexo I do presente edital.

Valor do Contrato: R\$ 110.787,00 (Cento e Dez Mil e Setecentos e Oitenta e Sete Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 120/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2013

Processo de licitação nº 061/13

Pregão Presencial no 031/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.104.642/0001-01 e inscrição Estadual nº 253229251, estabelecida na Rod. BR 470 Km 140, Sala 02 e 04, nº 5350, Itoupava município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de pneus, câmaras e protetores novos de acordo com o estipulado no Anexo I do presente edital.

Valor do Contrato: R\$ 355,50 (Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 04/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 121/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2013

Processo de licitação nº 050/13

Pregão Presencial no 025/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1 de Maio S/N, Centro - CEP 89.278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE ARTESANATO PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NOS PROGRAMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 60,70 (Sessenta Reais e Setenta Centavos).

Data da Assinatura: 05/06/2013

Data da Vigência: 05/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 122/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2013

Processo de licitação nº 050/13

Pregão Presencial no 025/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INFANTUS BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA, inscrita

no CNPJ sob o nº 02.720.401/0001-41 e inscrição Estadual nº 255.355.726, estabelecida na Rua Senador Nereu Ramos nº 261, Centro - CEP 89.295-000, Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE ARTESANATO PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NOS PROGRAMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 3.601,40 (Três Mil e Trezentos e Um Reais e Quarenta Centavos).

Data da Assinatura: 05/06/2013

Data da Vigência: 05/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 123/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2013

Processo de licitação nº 049/13

Pregão Presencial no 024/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INFANTUS BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.720.401/0001-41 e inscrição Estadual nº 255.355.726, estabelecida na Rua Senador Nereu Ramos nº 261, Centro - CEP 89.295-000, Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE ARTESANATO(TECIDOS), PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NOS PROGRAMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 2.656,77 (Dois Mil Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais e Setenta e Sete Centavos).

Data da Assinatura: 05/06/2013

Data da Vigência: 05/06/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 124/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2013

Processo de licitação nº 063/13

Pregão Presencial no 033/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INFANTUS BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.720.401/0001-41 e inscrição Estadual nº 255.355.726, estabelecida na Rua Senador Nereu Ramos nº 261, Centro - CEP 89.295-000, Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 19.650,00 (Dezenove Mil Seiscentos e Cinquenta Reais).

Data da Assinatura: 06/06/2013

Data da Vigência: 06/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 125/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2013

Processo de licitação nº 063/13

Pregão Presencial no 033/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.586.694/0001-41 e inscrição Estadual nº 254.261.744, estabelecida na Rua Doraci Galloti Kehrig nº 56, Fundos, CEP 88.140-000 município de Santa Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 8.420,00 (Oito Mil Quatrocentos e Vinte Reais).

Data da Assinatura: 06/06/2013

Data da Vigência: 06/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 126/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2013

Processo de licitação nº 063/13

Pregão Presencial no 033/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 85.260.164/0001-00 e inscrição Estadual nº 252.426.240, estabelecida na Rua Adolfo Konder nº 279, Ceramarte, CEP 89295-000, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 8.934,02 (Oito Mil Novecentos e Trinta e Quatro Reais e Dois Centavos).

Data da Assinatura: 06/06/2013

Data da Vigência: 06/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 127/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2013

Processo de licitação nº 063/13

Pregão Presencial no 033/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: OLIVIA SKREPECZ MUELLER EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 16.678.508/0002-64 e inscrição Estadual nº 256.966.214, estabelecida na Rua Luiz Schlz nº 250, Centro, CEP 89295-000, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 2.257,50 (Dois Mil Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

Data da Assinatura: 06/06/2013

Data da Vigência: 06/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 128/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2013

Processo de licitação nº 063/13

Pregão Presencial no 033/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16 e inscrição Estadual nº 255.067.070, estabelecida na Rua Cruzeiro nº 386, Cruzeiro, CEP 89.290-000, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 8.230,17 (Oito Mil Duzentos e Trinta Reais e Dezessete Centavos).

Data da Assinatura: 06/06/2013

Data da Vigência: 06/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 129/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2013

Processo de licitação nº 062/13

Pregão Presencial no 032/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: JP DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DELIMPEZA

LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.785.417/0001-20 e inscrição Estadual nº 254.612.903, estabelecida na Rua Treze de Maio nº 400, Czerniewicz, CEP 89.255-400, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 32.336,75 (Trinta e Dois Mil Trezentos e Trinta e Seis Reais e Setenta e Cinco Centavos).

Data da Assinatura: 06/06/2013

Data da Vigência: 06/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 130/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2013

Processo de licitação nº 062/13

Pregão Presencial no 032/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 85.260.164/0001-00 e inscrição Estadual nº 252.426.240, estabelecida na Rua Adolfo Konder nº 279, Ceramarte, CEP 89295-000, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 28.680,80 (Vinte e Oito Mil Seiscentos e Oitenta Reais e Oitenta Centavos).

Data da Assinatura: 06/06/2013

Data da Vigência: 06/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 131/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2013

Processo de licitação nº 062/13

Pregão Presencial no 032/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16 e inscrição Estadual nº 255.067.070, estabelecida na Rua Cruzeiro nº 386, Cruzeiro, CEP 89.290-000, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 17.306,90 (Dezessete Mil Trezentos e Seis

Reais e Noventa Centavos).

Data da Assinatura: 06/06/2013

Data da Vigência: 06/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº 138/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de peças para manutenção das roçadeiras, modelo Sthil, de uso do Setor de Limpeza Pública da Secretaria de Transporte e Obras, conforme Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 27/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 17:00 horas do dia 27/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 05 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 143/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 143/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o município de Curitibanos e a empresa Auto Elite Ltda com o valor total de R\$ 471,52 (Quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO DO VEÍCULO KOMBI, PLACA MDL-9723, QUE ESTÁ COM 41.565 KM, NA FORMA DO ART. 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original

desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação. Curitiba, 07 de Junho de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 07 de Junho de 2013.
CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 07 de Junho de 2013.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 140/2013

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 140/2013

Referente: Termo de Contrato Nº. 385/2013, firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e Camillo Produções Artísticas Ltda.

Objeto: Inexigibilidade de licitação para contratação de empresa detentora de Exclusividade do artista Daniel, para realização de show no dia 11 de Julho de 2013, na Expocentro/2013, que se realizará durante os dias 10 a 14 de Julho de 2013, conforme parecer jurídico e Contrato, com o valor de R\$ 160.000,00, a ser pago de forma parcelada conforme contrato.

Fundamento da Justificativa:

I - A Expocentro Feira da Indústria, Comércio e do gado em Geral, destina-se a divulgação de produtos do município e proporciona diversão e entretenimento a população.

II - Com o objetivo de proporcionar aos munícipes e visitantes, entretenimento e diversão, o município contrata Camillo Produções Artísticas Ltda, para apresentação de Daniel, no Parque de Exposições, durante a realização da EXPOCENTRO, edição 2013, por tratar-se de profissionais do setor artístico considerados pela crítica especializada, opinião pública e contratado através de empresário exclusivo.

III - A inexigibilidade de licitação prende-se ao fato de que esta administração, tem interesse, na contratação da prestação de serviços mencionada, e por tratar-se de Profissional do Setor Artístico,

contratados, através de empresário exclusivo, conforme determina o Art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações:

"Art. 25 - É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde consagrada pela crítica especializada ou pela opinião pública."

REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2012.

Pelo Exposto: Atendidos os preceitos do Art. 25 inciso III da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, conforme contrato e documentação em anexo, encaminhamos ao Prefeito Municipal, para os devidos fins e decisão final.

Curitiba, 06 de Junho de 2013.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELLO MENEGOTTO PEREIRA
Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado. Curitiba, 06 de Junho de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

Autorização

Diante do que foi fundamentado, autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais e pertinentes.

Curitiba, 06 de Junho de 2013.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 107/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de equipamentos de informática para manutenção da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, e, Assessoria de Imprensa. Conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 28/06/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 28/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.gov.br.

Curitiba, 07 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº. 089, de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 089, de 03 de junho de 2013.

Nomeia Servidor em Caráter Temporário (ACT).

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o afastamento por motivos de saúde do Servidor Elói Orides Machado, conforme Comunicado de Benefício junto ao INSS;

Considerando a necessidade na continuidade dos serviços que desenvolvia e não havendo servidor disponível para substituí-lo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o Senhor ÉDIO DELLA VECHIA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de CHEFE DE GARAGEM E ALMOXARIFADO, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, III da Lei Municipal nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001, em substituição ao servidor Elói Orides Machado.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 03 de junho de 2013 encerrando-se em 31 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 03 de junho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.874, de 07 de Junho de 2013.

LEI Nº 1.874, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

DENOMINA "RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS" O LOTEAMENTO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Passa a denominar-se "Residencial Jardim dos Ipês" o Loteamento Popular Cidade Alta, registrado no R-2. 5.826 - 12/01/2011, da Matrícula nº 5.826 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de junho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 94/PMF/2013;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo de passeio, 0 km, motor mínimo 1.6 100CV, sendo entregue 01 (um) veículo usado pertencente à frota municipal como parte do pagamento, conforme determinações do edital de chamamento, para atendimento a Secretaria Municipal de Administração de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de junho de 2013 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 10 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato Fma Nº. 16/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 16/2013

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

CONTRADADO - ALEXANDRE LOCH

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a execução de serviços especializados em topografia, destinados à realização de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, das rodovias municipais do interior, com uma extensão aproximada de 25 km, destinados ao suporte técnico para a elaboração de projeto técnico

da rede de abastecimento de água, abrangendo as localidades de Santa Rosa, Sanga do Café, Santa Terezinha, Sanga do Engenho, Linha Eyng e Morro Comprido, por meio do Fundo Municipal de A. e Meio Ambiente de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 11/FMA/2013.

DATA DA ASSINATURA - 05 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 127/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 127/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANCS DISTRIBUIDORA LTDA. EPP.

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso nº. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.219,00 (três mil duzentos e dezenove reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia).

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (62).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 68/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 129/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 129/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECMOLD IND. E COMÉRCIL LTDA.

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de forma parcelada de "galerias de concreto pré-moldado", para uso em diversos locais do Município de Forquilha/SC, conforme ABNT NBR 15.396/2006, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 167.400,00 (cento e sessenta e sete mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (86), 0702.1033.4490 (102).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 78/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 131/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 131/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA.

OBJETO - O presente contrato tem por objeto, a execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, para transporte de máquinas no Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 75/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 135/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 135/2013

LOCADOR - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCATÁRIO - OLIVIO CANDIOTTO

OBJETO - Locação de uma sala comercial medindo 90,00 m² (noventa metros quadrados), localizada na Alameda Felipe Arns, nº 33, Centro, Forquilha/SC, para servir como instalações do Conselho Tutelar durante o exercício corrente.

VALOR - O preço da locação é de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) mensais, perfazendo um valor global de R\$ 4.746,00 (quatro mil setecentos e quarenta e sete reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1301.2047.3390 (188).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 87/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 05 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Errata

AVISO DE ERRATA

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 19/PMF/2013

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Contrato PMF Nº. 19/PMF/2013 publicado em 19 de fevereiro de 2013 neste veículo de comunicação. Em virtude da digitação equivocada do preço unitário do item 05 (carne suína moída), Segue retificação:

Onde se lê: VALOR - R\$ 28.164,60 (vinte e oito mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

Leia-se: VALOR - R\$ 29.964,60 (vinte e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 07 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Gerente de Contratos e Convênios

Aviso de Licitação**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Leilão Nº. 93/PMF/2013

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC torna público, para o conhecimento de todos os interessados, conforme preceitua as Leis nº. 8.666/93, 8.883/94 e alterações posteriores, que fará realizar a abertura de Licitação na modalidade de Leilão Público do tipo Maior Preço, no dia 04 de julho de 2013, às 10:00 horas, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, na sede do Município, situada na Av. 25 de julho, 3400, "Paço Municipal 26 de abril", Forquilha/SC. Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

As propostas e devidos credenciamentos serão recebidos até as 09:30 horas do dia 04 de julho de 2013, no endereço acima mencionado.

Forquilha, 10 de junho de 2013.

KEND BERNARDO TROMBIN RAMPINELLI

Presidente da comissão de licitações

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Fraiburgo**PREFEITURA****Decreto Nº 0200/2013**

Estado de Santa Catarina

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneafrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT Nº 0008 DE 29 DE MAIO DE 2013****Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**Código: **1** Área de Atuação: **Geral**Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
2	MARILIA WELER DALAGNOL		Não preenche requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneafrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0008 DE 29 DE MAIO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

CrITÉRIOS de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	TACIANE MITTANCK	4	0
2	1	RUDINEI GERLACH	2	0

Especial.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	4	1	NÃO	25/1/1987
0	2	2	NÃO	22/9/1979

DECRETO Nº 0200, 10 DE JUNHO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0008, DE 29 DE MAIO DE 2013, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0003, de 14 de janeiro de 2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Fica convocado o candidato classificado para realização da prova prática, nos termos do Edital n. 0003/2013, nos seguintes dias, locais e horários:

I – CÓDIGO 1 – FARMACEUTICO-BIOQUÍMICO :

Data: 12 de junho (Quarta -Feira)

Horário: 8:30h

Local:ETA Estação de Tratamento de Água da Sanefrai – Rua Juscelino Kubitschek, n. 170, Santo Antonio, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 10 DE JUNHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1614/2013

PORTARIA N.º 1.614, DE 10 DE JUNHO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0803/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOSIANA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.875.949-92, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1615/2013

PORTARIA N.º 1.615, DE 10 DE JUNHO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0804/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, EDIMARA PEREIRA BORBA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 082.299.899-82, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1616/2013

PORTARIA N.º 1.616, DE 10 DE JUNHO DE 2013.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme comunicação interna n.º 0802/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 13 horas semanais a professora efetiva FABIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, que se encontra afastada em Licença Maternidade;

Considerando que, está substituindo por 06 horas semanais a professora efetiva JUCELES LUZIA PEGORARO, que fez redução de carga horária;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 26 (vinte e seis) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora EMANOELI DE FÁTIMA GOMES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.614.259-60, contratada em caráter temporário a função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA INGLESA, pelo período de 11 de junho de 2013 até 18 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1617/2013

PORTARIA N.º 1.617, DE 10 DE JUNHO DE 2013.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme comunicação interna n.º 0805/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 18 (dezoito) para 13 (treze) horas semanais a carga horária da servidora JUCELES LUZIA PEGORARO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 987.270.879-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, pelo período de 11 de junho de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1618/2013

PORTARIA N.º 1.618, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0801/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a Agente de Serviços Gerais MÁRCIA DE FATIMA BORGES, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZETE DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 025.026.269-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de junho de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1619/2013

PORTARIA N.º 1.619, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0800/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a Agente de Serviços Gerais IZOLDA CONTE VALER, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.361.939-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 08/2013**

DESIGNA VEREADORES PARA REPRESENTAR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE FRAIBURGO - CMDR.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 34, inciso IV, do Regimento Interno, com base no Ofício datado de 04/06/2013, do Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente - Sr. Joaquim Tadeu Borges, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam indicados os Vereadores JOSIEL DA SILVA e ORACIR FERREIRA DE DEUS, respectivamente, como representante efetivo e suplente desta Casa Legislativa para composição do Conselho de Desenvolvimento Rural de Fraiburgo - CMDR.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 07 de junho de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Garopaba**PREFEITURA****Decreto Nº. 072/2013.**

DECRETO Nº. 072, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a execução de serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderiu.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2013, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ

Secretária de Administração

Aviso de Licitação Pe045/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de gêneros alimentícios para suprir necessidades da Secretaria de Saúde no fornecimento de refeições para os pacientes do Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 16h00min do dia 24/06/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 24/06/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 06 de junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em exercício

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 15/2013 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 15/2013

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a execução de serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderiu.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário e formação de Cadastro de Reserva, para compor a Rede Municipal de Saúde, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário e para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 11/06/2013 à 26/06/2013, das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

MÉDICO - ESF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
PSICÓLOGO - NASF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade - Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
-----------------------------	---

3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
MÉDICO - ESF	Habilitação profissional: Graduação em Medicina e Registro na entidade de Classe. Atribuições: Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência à Saúde; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental etc.; realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade o tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; indicar internação hospitalar; solicitar exames complementares; verificar e atestar óbito; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	40 horas	6.837,26	CR

PSICÓLOGO - NASF	Habilitação profissional: Graduação em Psicologia e Registro na entidade de Classe. Atribuições: Realizar atividades clínicas pertinentes a responsabilidade profissional de psicologia e terapia ocupacional; realização de capacitações para apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar; realizar encontros para discussão com as ESF dos casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas. Realizar eventos que fomentem ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura. Realizar reunião com os conselhos tutelares, associações de bairros, grupos de auto-ajuda para desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando construir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial. Realizar atividades de psicoterapia para grupos específicos, priorizando as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade. Realizar visitas domiciliares para ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.	20 horas	796,59	CR
------------------	--	----------	--------	----

<p>AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE</p> <p>ÁREA 03 (AMBRÓSIO)</p> <p>Micro Área 06</p>	<p>Habilitação profissional: ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar. Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	716,02	CR
---	--	----------	--------	----

* Atribuições comuns a todos os Profissionais das Equipes ESF: Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde do

nível de atenção básica; garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma contínua e racionalista; coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersectoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos bancos de dados.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. Entrevista.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho na atenção à saúde.

6. DA ENTREVISTA

6.1. A entrevista será realizada com os(as) candidatos(as) selecionados(as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do(a) candidato(a);

6.3. A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba (www.garopaba.sc.gov.br).

7. DO DESEMPATE:

7.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

8. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1. Os(as) candidatos(as) classificados(as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

8.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2012, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.3. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. Classificação no processo seletivo simplificado;

b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. Cédula de Identidade;

d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g. Carteira de Trabalho;

h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;

- i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- n. Comprovante de residência;
- o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- p. Uma foto 3X4, de frente e recente;
- q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- r. Declaração de bens;
- s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

9. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

9.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a. pelo término do prazo contratual;
- b. por iniciativa do contratado;
- c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2. Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) pela Secretaria Municipal de Saúde em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. DOS RECURSOS

10.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
 - b. Cargo a que concorre;
 - c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
 - d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
 - e. Identificação do candidato.
- 10.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

10.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 06 de Junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

MEDICO - ESF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

PSICÓLOGO - NASF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	3 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

* O quesito "residência na micro área de atuação" será considerado na pontuação final para os cargos a ACS.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL N. 15/2013

Formulário de inscrição nº:

Cargo:

Nome do Candidato:

Endereço:

Telefone para contato:

E-mail:

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, ____/____/2013

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação FMS Nº 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo FMS nº 005/2013

Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem para uso das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento, em caráter emergencial.

Empresas contratadas:

Cointer Material Médico Hospitalar Ltda
CNPJ: 03.800.317/0001-09
R\$ 12.861,25 (doze mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos)

Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
CNPJ: 94.516.671/0001-53
R\$ 517,40 (quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos)

Promefarma representações Comerciais Ltda
CNPJ: 81.706.251/0001-98
R\$ 6.006,21 (seis mil e seis reais e vinte e um centavos)

Garuva, 10 de junho de 2013.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.502, de 07 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 5.502, DE 07 DE JUNHO DE 2013.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a área de terra matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 9.396, de propriedade de Indústria de Malhas Isensee LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.107714/0001-20, situada nesta cidade, contendo as seguintes características: um terreno situado na cidade de Gaspar, localizado na Rodovia BR-470, Bairro Lagoa, contendo uma área total de 122.110,00 m², correspondendo à área a ser declarada de utilidade em 25.000,00 m², esta confrontando aos fundos com a área remanescente, à frente com a BR-470, ao lado direito com terras de propriedade de Martinho Hostins e ao lado esquerdo com terras de propriedade do Município de Gaspar.

Parágrafo único: A área descrita neste artigo é destinada à formação de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas e nominadas pelas respectivas leis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso de Alteração Pregão Presencial Nº 89/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2013

O Município de Gaspar torna público, e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto a Registro de Preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens) e correlatos - Repete., que foram efetivadas ALTERAÇÕES no Edital. ALTEROU-SE também a data e o horário, de recebimento e abertura dos envelopes, para o dia 21/06/2013 às 9h. O ADITIVO está disponível no Depto. de Compras da Prefeitura, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro, Gaspar/SC, ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 06 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Aviso do Pregão Presencial Nº 22/2013- SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão nº.22/2013

OBJETO: Aquisição de bombas dosadoras e inversor de frequência para o SAMAE.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 25/06/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 25/06/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 6 de junho de 2013.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 23/2013 - SAMAE**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão nº.23/2013

OBJETO: Aquisição de motocicletas novas para a Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 27/06/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 27/06/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 6 de junho de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.23/2013

OBJETO: Aquisição de motocicletas novas para a Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 27/06/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 27/06/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 6 de junho de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim**PREFEITURA****Extrato do 4º Termo Aditivo 91/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO 91/2010-PMG

Processo de Licitação: 52/2010 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de iluminação pública de diversas ruas, neste município.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Serrana Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ

83.073.536/0001-64, com sede na rua Ottokar Doerffel n.º 841, Atiradores no município de Joinville- SC.

Resumo do aditivo: Constitui objeto do Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por mais 06 (seis) meses do Contrato 91/20010, referente ao Serviço de manutenção de Iluminação pública.

Data da Assinatura: 24/05/2013 Vigência: 24/11/2013.

GUARAMIRIM (SC), 24/05/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****Decreto PMI Nº 068.2013**

DECRETO PMI Nº 068, de 06 de junho de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e das outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

29 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Manutenção da Procuradoria Geral

02.062.0005-2.039

4.4.90.00.00.00.00.0080 (0124) Aplicações Diretas 35.000,00

Total 35.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato de Publicação de Concorrência 02/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 63/2013

CONCORRÊNCIA Nº 02/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 11 de julho de 2013, licitação na modalidade de Concorrência, tipo maior oferta, regido pelo disposto na lei nº 8.666/93 e suas alterações, para concessão de direito real de uso para exploração industrial, comercial e publicitária de seis tanques de armazenamento e de parte do espaço físico do imóvel cedido à prefeitura municipal de Imbituba pela empresa Gaspetro,

antiga ICC - Indústria Carboquímica Catarinense. A íntegra do edital poderá ser retirada somente no departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 11 de junho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 301/2013 de 10 de Junho de 2.013.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar 001/2002 de 27 de Setembro de 2002.

CONCEDE

Art. 1º - Conceder à DEISE CRISTINE SINHORATI, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, nomeada pela portaria 432/2010, gratificação de função correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o piso salarial do município, passara a atuar como responsável técnica perante a FATMA para a liberação e corte de madeiras. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 01 de Junho de 2013.

Ipumirim - SC, 10 de Junho de 2.013.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito em Exercício.

Portaria Nº. 300/2013 de 06 de Junho de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO PARA ATENDER A NECESIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Volnei Antonio Schmidt, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Sem processo seletivo, pois se encerrou a relação de inscritos.

CONTRATA

ALAN TREMEA, sob a Matrícula 2169-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.584.636 e do CPF 073.744.129-16, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor para o projeto Bom na Escola Bom de Bola, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Departamento de

Esportes, para o período de 06/06/2013 a 15/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 06/06/2013.

Ipumirim - SC, 06 de junho de 2013.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito em Exercício

Portaria Nº. 302/2013 de 10 de Junho de 2013.

INTERROMPE PELO PRAZO DE 3 (TRES) DIAS A PORTARIA 292/2013 QUE CONCEDEU FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

INTERROMPE:

Fica interrompida por 3 dias a portaria nº.292/2013 que concedeu férias a MIRELE ANDREIA FRIGERI, matrícula 2015-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 22/05/2012 a 21/05/2013 e gozo de 03/06/2013 a 02/07/2013

O período de férias não gozadas será concedido em épocas posteriores conforme interesse da administração publica municipal.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10/06/2013.

Ipumirim - SC, 10 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 303/2013 de 10 de Junho de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JANETE CLERICE BERNARDI LOCATELLI, matrícula 66-3, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/04/2012 a 01/04/2013 e gozo de 10/06/2013 a 09/07/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10/06/2013.

Ipumirim - SC, 10 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 304/2013 de 10 de Junho de 2013.

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE MOTORISTA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e

Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 008/2012.

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 2170-9, ITAMAR DAL BELLO, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 39582698 e do CPF 051.449.809-96, para o cargo de provimento efetivo de Motorista, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 40, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10/06/2013.

Ipumirim - SC, 10 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 15/2013, Dispensa de Licitação Nº 3/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2013

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de medicamentos destinado ao atendimento à população. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 07/06/2013

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo de Licitação Nº 16/2013, Dispensa de Licitação Nº 4/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2013

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é aquisição de medicamentos destinado ao atendimento à população. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 07/06/2013

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Irineópolis

PREFEITURA

Homologação Processo N.º 06/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Reunidas Turismo S.A.

Irineópolis, 06 de junho de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contrato N.º 13/2013 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 13/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada: Reunidas Turismo S.A.

Objeto: Aquisição de passagens de ônibus destinadas aos pacientes do SUS do Município de Irineópolis que necessitem de tratamento de saúde especializado (Tratamento Fora de Domicílio - TFD) abrangendo as localidades que são referência para o Sistema de Saúde de Irineópolis, sendo: Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Canoinhas e Curitiba PR.

Valor: R\$ 120.668,08 (cento e vinte mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oito centavos).

Vigência - 07.06.2013 a 06.06.2014

Base Legal - Processo Licitatório n.º 006/2013 - Pregão Presencial n.º 003/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

Giseli Kempinski

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial com Registro de Preços nº 108/2013, cujo objeto é a contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas nas estações de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 15:00 horas do dia 21 de junho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou

por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 10 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 109/2013, cujo objeto é aquisição de materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 21 de junho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 10 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 08/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 10/06/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, VALERIO PACHECO, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, juntamente com o apoio da Dra. SYBELLE LEICHSE-RING para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 08/2013, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 2 (DUAS) RETROESCAVADEIRA, COM APROXIMADAMENTE 2000 HORAS, E 01(UMA) ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM APROXIMADAMENTE 1500 HORAS, PARA ABERTURA E LIMPEZA DE VALAS, LIMPEZA DE RUAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME
LMC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA EPP
TERPY PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA ME
CONSTRUBRAZ CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA-ME
SUL TERRA COMERCIO E LOCAÇÃO TERRAPLENAGEM LTDA EPP
LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA
NILSON CINSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA -ME

Representantes (Credenciados)
OILSON ZAGONEL
CRISTIANO GOLL
WILSON MARTINS JUNIOR
MARCOS LEANDRO RIZZI
JACKSON JOSE BORGES
HENRIQUE MANOEL BORGES FILHO
VALDINEI JAIR DA SILVA

Analisados os documentos de credenciamento foi desclassificada a empresa: Extratora de Irmãos Hattenhauer Ltda, CNPJ/MF: 08.661.516/0001-99, por deixar de cumprir as exigências da cláusula nº 5.3 do edital (Contrato social sem autenticação), e os demais licitantes foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s): Extratora de Irmãos Hattenhauer Ltda, CNPJ/MF: 08.661.516/0001-99.

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme, somente a empresa CONSTRUBRAZ CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA-ME foi desclassificada por não constar a marca do objeto que estava ofertando como exigia o edital. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos e prestação dos serviços, que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	59,0000	0,0000
2	LMC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO	95,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	118.000,0000
LMC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO	142.500,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites

estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 10/06/2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO VALERIO PACHECO

Presentes na Sessão
SYBELLE LEICHSERING

Assinantes
Representantes Assinatura
OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME
LMC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO
TERPY PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA ME
SUL TERRA COMERCIO E LOCAÇÃO TERRAPLENAG
LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM L
NILSON CINSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA

**Despacho de Remessa de Processo Pregão Presencial
Nº 08/2013 - Registro de Preços Nº 08/2013 -
Processo Nº 26/2013**
DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013 - REGISTRO DE PREÇOS
Nº 08/2013 - PROCESSO Nº 26/2013 - OBJETO: Contratação de
empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas)
retroescavadeira, com aproximadamente 2000 horas, e 01 (uma)
escavadeira hidráulica com aproximadamente 1500 horas, para
abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos,
conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR,
Prefeito Municipal

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de
V.Sas. no que se refere ao recurso apresentado pela Empresa:
LMC TRANSPORTES, TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO LTDA EPP,
com sede à Rua: Amambai, nº 119, Bairro: Palmeiras, na cidade
de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.11.817.052/0001-71,
representada pelo sócio Sr. Cristiano Gol, portador do CNPF/MF
nº 032.931.529-37 e do CI.RG nº 4.113.410 SSP/SC e Inscrição
Estadual n.º 255.229-828, conforme folhas nº262 a 292.

Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido
encontra-se detalhada na análise e resposta na C.I nº 179/06/2013
SOSP sob fls. Nº 295, no Parecer Jurídico nº 72/2013 sob folhas
nº 296 à 298, bem assim que considerado improcedente as razões
apresentadas pela Empresa: LMC TRANSPORTES, TERRAPLANA-
GEM E LOCAÇÃO LTDA EPP, portanto nesta concepção fica PREJU-
DICADO o recurso impetrado.

Itapoá, 07 de junho de 2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013 - REGISTRO DE PREÇOS
Nº 08/2013 - PROCESSO Nº 26/2013 - OBJETO: Contratação de
empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas)
retroescavadeira, com aproximadamente 2000 horas, e 01 (uma)

escavadeira hidráulica com aproximadamente 1500 horas, para
abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos,
conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a
espécie adoto as razões apresentadas pela Pregoeira Oficial do
Município conforme C.I nº 121/2013 fls. 293 a 294, e pelo Secre-
tário de Obras e Serviços Públicos do Município, conforme C.I nº
179/06/2013 SOSP sob fls. Nº 295, e conforme Parecer jurídico
nº 72/2013 sob folhas nº296 a 298, como se minhas fossem e
as considerando integradas a este, julgo IMPROVIDO o recurso
apresentado pela empresa LMC TRANSPORTES, TERRAPLANAGEM
E LOCAÇÃO LTDA EPP, com sede à Rua: Amambai, nº 119, Bair-
ro: Palmeiras, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o
nº.11.817.052/0001-71, representada pelo sócio Sr. Cristiano Gol,
portador do CNPF/MF nº 032.931.529-37 e do CI.RG nº 4.113.410
SSP/SC e Inscrição Estadual n.º 255.229-828, para que seja dado
seqüência ao processo licitatório e tomada as medidas cabíveis
para o andamento do interesse público.

Itapoá, 07 de junho de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.343 de 07 de Junho de 2013.

LEI Nº 4.343 DE 07 DE JUNHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMEN-
TAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE
JOAÇABA - SC.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara
de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Joaçaba, autorizado a
Anular a dotação orçamentária do Orçamento vigente conforme
abaixo:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba
Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba
Proj/Ativ: 1.001 Construção do Prédio do Poder Legislativo
1. 4.4.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas: 300.000,00
Total: 300.000,00

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba
Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba
Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo
3. 3.3.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas: 100.000,00
4. 4.4.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas: 200.000,00
Total: 300.000,00

Art. 2º - O valor anulado de que trata o artigo 1º no valor total de
R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) deste Projeto de Lei, servirá
para suplementar dotação orçamentária do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 07 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Portaria N.º 1079

PORTARIA Nº 1.079 DE 03 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) PAULA SALETE BITTENCOURT DE CARVALHO, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 128.833 de 11 de março de 2013, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias) e 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 03 de junho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 03 de junho de 2013
RAFAEL LASKE**Portaria N.º 1080**

PORTARIA Nº 1.080 DE 03 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) RUTH SPECHT, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 128.8830 de 11 de março de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 03 de junho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 03 de junho de 2013
RAFAEL LASKE**Portaria N.º 1081**

PORTARIA Nº 1.081 DE 03 DE JUNHO DE 2013

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO o(a) Senhor(a) SIRLEI MARIA CARNIEL, para exercer as funções de Técnico de Enfermagem, durante o período de 03 de junho de 2013 a 02 de dezembro de 2013 com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação no teste seletivo edital nº 001/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08

de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de junho de 2013
RAFAEL LASKE**Portaria N.º 1082**

PORTARIA Nº 1.082 DE 03 DE JUNHO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) LOIVA OTTO GRISNER, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando a portaria n.º 919/2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 03 de junho de 2013
RAFAEL LASKE**Portaria N.º 1083**

PORTARIA Nº 1.083 DE 04 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CHRISTINE MATZENAUER, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 128.828 de 11 de março de 2013, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 04 de junho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de junho de 2013
RAFAEL LASKE**Portaria N.º 1084**

PORTARIA Nº 1.084 DE 04 DE JUNHO DE 2013

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 25 de março de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de março de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1085

PORTARIA Nº 1.085 DE 04 DE JUNHO DE 2013
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. SIMONE MARTINS DE JESUS NISSOLA para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 54/2013/PMJ de 03 de abril de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 26/2013/PMJ - Pregão Presencial n.º 16/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de abril de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1086

PORTARIA Nº 1.086 DE 05 DE JUNHO DE 2013
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. MARCOS ANTONIO MATINAZZO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente a ata n.º 05/2013/FMS de 04 de junho de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 22/2013/FMS - Pregão Presencial n.º 19/2013/FMS - Registro de Preços, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1087

PORTARIA Nº 1.087 DE 05 DE JUNHO DE 2013
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) GUSTAVO RIBEIRO PEREIRA, Odontólogo PSF, lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF

e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificado em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 05 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1088

PORTARIA Nº 1.088 DE 05 DE JUNHO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ALANA DALACOSTA FANTIN, Psicologa, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através de memorando deferido pela Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 02 de maio de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de maio de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Extrato Revogação PP 30/2013/PMJ - PL 52/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
NOTA DE REVOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2013/PMJ
EDITAL PP Nº30/2013/PMJ

OBJETO: Contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para o fornecimento de material pétreo, com volume total estimado de 12.972 m³ (doze mil novecentos e setenta e dois metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

MOTIVO: Considerando o teor do Memorando nº 46/2013, datado de 06/06/2013, expedido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, que solicitou alterações no teor do edital PP 30/2013/PMJ, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

REVOGAR o presente processo licitatório e determinar a abertura de um novo processo para a efetivação da contratação.

Joaçaba (SC), 06 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato TP 10/2013/PMJ - PL 57/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2013/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 10/2013/PMJ

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

Objeto: Contratação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos, visando a alienação de ativos inservíveis do Município de Joaçaba, inclusive no que se refere à divulgação e/ou promoção desses leilões através de seu site específico da rede internet. Tipo: Técnica e Preço. Data da abertura: Dia 16/07/2013, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 16/07/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 07 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aditivo 985/2012 TA 01

CONTRATO Nº 985/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, com sede administrativa na Rua Doze De Maio, 152 na cidade de Luzerna- SC., inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada pelo Sr. Aurélio Brustolin, portador da C.I. nº 11/R 741.558 e CPF nº 250.963.899-87, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 985/2012/PMJ, firmado em 16/10/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 56/2012/PMJ - Edital TP nº 09/2012/PMJ, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção da iluminação pública do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor global do contrato fica acrescido em R\$ 30.699,75 (trinta mil seiscentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para

todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 07 de junho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

AURÉLIO BRUSTOLIN

CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Ordem de Paralisação

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA, a paralisação dos serviços relativos à elaboração e execução do projeto de trabalho técnico social para a construção de 74 unidades habitacionais no Loteamento Habitacional Armindo de Medeiros Haro, Bairro São Braz, no Município de Joaçaba, objeto do Contrato nº 888/2012, oriundo do Processo de Licitação nº 1/2012/PMJ - Edital PP nº 1/2012/PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 27/03/2012, haja vista a paralisação da obra de construção das unidades habitacionais, que impossibilitou a continuidade dos trabalhos, os quais estão a ela vinculados. A paralisação acontecerá a contar de 10/03/2013 e perdurará pelo período de 120 (cento e vinte) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 06 de maio de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA

RAFAEL BENDER

Lauro Muller**PREFEITURA****Decreto Nº 038/2013**

DECRETO Nº 038/2013.

SUBSTITUI MEMBROS DO CAE - CONSELHO

MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.659/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos os membros do CAE - Conselho Municipal de Alimentação Escolar, os membros das entidades representantes, conforme abaixo:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular: Eliandro Giongo Bett

Suplente: Ricardo Folchini

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Titular: Raquel Nunes Mariot
Vanderléia Batista Velho
Suplente: Carla de Fatima Bez Batti Carboni
Rosane Buss

REPRESENTANTES DE PAIS E ALUNOS
Titular: Franciane da Silveira Paranaguá
Janielle Domingos
Suplente: Mariselma Madeira
Rosana Martinho

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Titular: Anderson da Rosa
Yara Maria Jung Crocetta
Suplente: Agostinho Croceta
Ângelo Pescador

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 7 DE JUNHO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Inexigibilidade de Licitação Nº 14/2013 Pmlm EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 14/2013 PROCESSO Nº049/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, com sede na rua Walter Vetterli 239, Centro, Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.558.909/0001-24, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando inexigibilidade, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, CAPUT:

OBJETO: AQUISIÇÃO DO LIVRO INFANTIL "A MENINA QUE PROCURAVA A FELICIDADE" DE AUTORIA DO ESCRITOR MARCIAL DAVID NURARA INEXIBILIDADE PÚBLICA Nº 14/2013
CONTRATADO: Marcial David Murara, inscrito no CPF nº 496.890.709-59
VALOR GLOBAL: R\$ 12.002,00 (Doze mil e dois centavos)
VIGÊNCIA: até 31/12/2013

Lauro Müller, 11 de junho de 2013.
FÁBIO LEAL
Presidente da Comissão de Licitação

Contrato Nº 53/2013 Hmhl

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2013 - HMHL

Objeto: CONTRATO DE MUTIRÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS CIRURGIAS ELETIVAS
Contratado: Jab Serviços Medicos Ltda ME
Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Prazo de Vigência: 10/05/2013 à 10/06/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 71/2013 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº 71/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor: 33.145,00 (trinta e três mil cento e quarenta e cinco reais)
Vigência: Início: 07/06/2013 Término: 31/12/2013

Objeto: Locação de sistemas de gestão pública, compreendendo: contabilidade pública; planejamento; tesouraria; compras e licitações; patrimônio; folha de pagamento; recursos humanos e tributos.

Lebon Régis, 10 de Junho de 2013

Homologação de Inexigibilidade de Licitação Nº 03/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/13
HOMOLOGAÇÃO: 07/06/13
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Locação de sistemas de gestão pública, compreendendo: contabilidade pública; planejamento; tesouraria; compras e licitações; patrimônio; folha de pagamento; recursos humanos e tributos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.145,00 (trinta e três mil cento e quarenta e cinco reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

DATA: 10/06/13 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 012/2013 Pregão Presencial Nº 011/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2013

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 011/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze

horas), do dia 21 de junho de 2013. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 10/06/2013.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde.

Processo Licitatório Nº 044/2013 Pregão Presencial Nº 036/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2013

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 036/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 21 de junho de 2013. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 10/06/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 2.449/2013 de 03 de Junho de 2013

DECRETO Nº 2.449/2013, DE 03 DE JUNHO DE 2013

DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica designada Comissão Organizadora do Concurso Público nº 1/2013, conforme Edital de Concurso Público nº 1/2013, composta pelos seguintes membros:

I - Nedoir José Moretto - Presidente

II - Ari Zanella

III - Leonardo Junior Cavallier

IV - Sandra Regina Zuanazzi

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 03 de Junho de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.450/2013, de 04 de Junho de 2013

DECRETO Nº 2.450/2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA DIRETOR MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2004, de 02 de fevereiro de 2009,

DECRETA

Art. 1º - Nomear FABIO FRANZON, para exercer o cargo de Diretor Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 04 de Junho de 2013, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Publica-se e Registra-se

Em, 04 de Junho de 2013.

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Analista Administrativo

Responsável pelo Recursos Humanos

Luzerna

PREFEITURA

PML.066.13- Arp - PML - Cascalho - Fornecedor 1 -

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 066.13

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 30/2013

PREGÃO PML Nº 023/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 20 (vinte) dias do mês de março do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 ANTONIO IVO CRUBER, pessoa física, situada na Linha do Salto, Interior, na cidade de Luzerna(SC), CEP 89609-000, inscrita no CPF sob o nº 518.307.799-15, doravante denominado FORNECEDOR 1;

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material pétreo, destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Luzerna/SC, conforme descrição abaixo:

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QUANTI- DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	M³	MATERIAL PÉTREO(CASCALHO)	20.000,000	2,60	52.000,00

1.2. O item, objeto deste contrato, será explorado pelo Município de forma parcelada, de acordo com a demanda e necessidade do setor municipal competente;

1.3. Os serviços de extração do material pétreo serão executados em área de propriedade e/ou responsabilidade do FORNECEDOR;

1.3. A CONTRATANTE será responsável pela extração e transporte do material, bem como, por todas as despesas provenientes da execução do objeto, tais como: maquinário, combustível, mão de obra, e quaisquer outras que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma;

1.4. A extração do material será realizada na propriedade do FORNECEDOR, que deverá obrigatoriamente estar localizada dentro do perímetro do Município de Luzerna/SC;

1.5. O FORNECEDOR não se oporá ao uso do imóvel (independente de aviso), a fim de que nele possa a CONTRATANTE executar as ações necessárias ao cumprimento do objeto deste contrato;

1.6. O FORNECEDOR não poderá transferir o contrato proveniente do Edital, sem prévio e expresso consentimento do Município, bem como, fica vedada a alteração da sua finalidade;

1.7. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente;

1.8. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O valor será reajustado pela variação do INPC, depois de decorrido 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao vencido, de acordo com a aferição da Secretaria de Obras e Serviços, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.4. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700);

3.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Atender ao disposto nesta Ata, no Edital e seus anexos;

4.1.2. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.3. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.1.6. Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.3. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b"

e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	0	133/2013	Manutenção conservação das estradas vicinais do Município
2.060.3390.00	16	134/2013	Manutenção conservação das estradas vicinais do Município

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 3 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANTONIO IVO CRUBER
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PML.067.13 - Arp - PML - Material Construção - Fornecedor 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 67.13

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 031/2013

PREGÃO PML Nº 024/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 4 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML.031/2013, Pregão PML nº 024/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 - BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frei João, 06 sala, centro, na cidade de Luzerna (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 11.743.603/0001-08, neste ato representada por seu sócio administrador EDUARDO BELEGANTE, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.883.734 e inscrito no CPF/MF sob o nº 590.402.629-34, residente e domiciliado na Rua Guilherme Zamoner, LD 77, Centro, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominado FORNECEDOR 1.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção, destinados à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversas, de competência das Secretarias Municipais de Luzerna, em conformidade com as especificações no anexo, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	Abraçadeira 200 x 4,8	UN	10,00	11,00	110,00
6	Adaptador int. Polietileno 3/4	UN	10,00	0,87	8,70
8	Adaptador soldável 25 x 3/4	UN	20,00	0,50	10,00
11	Adesivo cascola 730gr	UN	15,00	19,90	298,50

13	Aquecedor de água elétrico, 220V, potência de 6000W, pressão de funcionamento: 2mca(água) min. 60mca (água) max., comando de temperaturas manual.	UN	20,00	127,00	2.540,00
15	Arame galvanizado nº 14	KG	30,00	11,00	330,00
17	Arame recozido nº 18	KG	30,00	7,30	219,00
19	Assento sanitário	UN	15,00	15,70	235,50
21	Bocal e-40	UN	120,00	5,90	708,00
24	Broca para concreto 6,00mm	UN	15,00	5,49	82,35
25	Broca santardt 725/1	UN	15,00	5,08	76,20
26	Bucha nº 06	UN	60,00	0,06	3,60
29	Bucha redução soldável curta 25x20 mm	UN	50,00	0,49	24,50
31	Cabo PP 0,6/1kv 2 x 2,5 mm	MT	250,00	2,45	612,50
32	Cabo PP 0,6/1KV 2x1,5 mm	MT	250,00	1,55	387,50
34	Cabo PP V 4 x 6,0 mm	MT	1.000,00	9,85	9.850,00
40	Caixa de descarga controlada 9lt	UN	30,00	19,20	576,00
41	Caixa distribuição 1 disjuntor sobrepor	UN	10,00	5,90	59,00
43	Cal para pintura com 8kg	UN	100,00	5,98	598,00
49	Chapa de madeirite 10mm - 1,10x2,20 m	UN	20,00	25,00	500,00
51	Chapa de madeirite 14mm - 1,10x2,20 m	UN	30,00	35,00	1.050,00
52	Chapa de madeirite 15mm - 1,10x2,20 m	UN	20,00	41,00	820,00
54	Chave liga/desliga	UN	10,00	4,50	45,00
55	Cimento saco com 50kg	SC	300,00	23,00	6.900,00
59	Curva eletroduto 180 mm 1	UN	10,00	2,94	29,40
61	Disjuntor trifásico 60w	UN	5,00	59,90	299,50
64	Engate flexível 30 cm	UN	100,00	2,82	282,00
67	Engate rápido 1/2	UN	30,00	3,85	115,50
69	Ferro de construção 1/2 (12mm)- 12 metros	BR	50,00	49,90	2.495,00
71	Ferro de construção 3/8 (10mm) - 12 metros	BR	50,00	33,90	1.695,00
73	Ferro de construção 5/16 (8mm) - 12 metros	BR	100,00	24,20	2.420,00
75	Ferro de construção 5mm	BR	80,00	8,50	680,00
76	Fio flexível 4,0 mm	MT	250,00	1,45	362,50
78	Fio flexível 2,5mm	MT	600,00	0,84	504,00
82	Fio paralelo 2x2,5mm diversas cores	MT	1,50	1,59	2,39
85	Fita isolante 19 x 20 mt	UN	70,00	4,27	298,90
86	Fita multi-uso	UN	100,00	6,90	690,00
91	Globofix fixador p/ pintura em cal	UN	50,00	1,19	59,50
95	Joelho esgoto 100mm 90°	UN	30,00	3,80	114,00
97	Joelho esgoto 200mm 90°	UN	20,00	41,25	825,00

101	Joelho LXR 20 x 1/2	UN	20,00	2,59	51,80
103	Joelho LXR 25 x 1/2"	UN	20,00	3,65	73,00
104	Joelho soldável 20 mm 45°	UN	20,00	0,59	11,80
105	Joelho soldável 20 mm 90°	UN	20,00	0,40	8,00
106	Joelho soldável 20 x 1/2	UN	5,00	1,10	5,50
107	Joelho soldável 32 mm 90°	UN	10,00	1,24	12,40
108	Junção simples 50 x 50 mm	UN	10,00	3,60	36,00
109	Junção simples esgoto 100x75cm	UN	40,00	13,37	534,80
118	Lâmpada 150w	UN	20,00	3,90	78,00
121	Lâmpada econômica 25w	UN	50,00	9,78	489,00
123	Lâmpada econômica espiral 15w	UN	50,00	9,90	495,00
126	Lâmpada fluorescente 40w / 220v	UN	400,00	4,69	1.876,00
128	Lixa de ferro 60	UN	300,00	1,90	570,00
129	Lona preta 4x1	MT	30,00	0,78	23,40
131	Luva de correr soldável 20mm	UN	50,00	5,57	278,50
134	Luva esgoto 50 mm	UN	10,00	1,90	19,00
139	Luva LRX 25 x 1/2	UN	10,00	2,90	29,00
141	Luva simples esgoto 75mm	UN	10,00	3,04	30,40
142	Luva soldável 20mm	UN	100,00	0,38	38,00
143	Luva soldável 250mm	UN	10,00	0,43	4,30
144	Luva soldável 32mm	UN	5,00	0,98	4,90
145	Luva soldável 50mm	UN	30,00	2,75	82,50
147	Mangueira p/ jardim 1/2	UN	20,00	1,70	34,00
149	Parafuso 3,2 x 30 madeira	UN	300,00	0,10	30,00
150	Parafuso para vaso sanitário	UN	50,00	2,00	100,00
151	Pino 2 x 20	UN	10,00	2,50	25,00
154	Plugue 2 pino 10ª	UN	30,00	2,50	75,00
157	Plugue fêmea 2p t	UN	100,00	3,87	387,00
158	Plugue macho 10ª.	UN	100,00	2,50	250,00
160	Porta lâmpada fluorescente	UN	50,00	1,90	95,00
161	Porta lâmpada fluorescente porta start	UN	50,00	1,99	99,50
163	Prego 18x30 - duas cabeças	KG	30,00	8,99	269,70
166	Prego 25x54.	KG.	30,00	7,90	237,00
167	Prego 25x72.	KG	30,00	7,20	216,00
169	Prego p/ caibro.	KG	20,00	9,90	198,00
173	Prolongador p/ torneira 4mm	UN	20,00	7,00	140,00
174	Reator eletrônico 1x40w	UN	20,00	15,50	310,00
177	Recptáculo p/ lâmpada fluorescente cjto REF.27	UN	50,00	1,80	90,00
179	Redução 100x75 mm	UN	100,00	4,39	439,00
181	Redução esgoto 200 x 150mm	UN	5,00	33,90	169,50
182	Regador 10 litros	UN	10,00	16,90	169,00
185	Relê foto célula	UN	30,00	17,00	510,00
190	Silicone 280gr	UN	50,00	10,99	549,50

191	Silicone 50gr - incolor	UN	15,00	2,80	42,00
194	Tee adaptador	UN	150,00	4,80	720,00
195	Tee esgoto 100x100mm	UN	150,00	8,40	1.260,00
196	Tee esgoto 150x100mm	UN	100,00	26,50	2.650,00
197	Tee esgoto 200x200mm	UN	30,00	58,00	1.740,00
198	Tee lxr 25 x3/4	UN	100,00	3,59	359,00
199	Tee soldável 20mm	UN	20,00	0,59	11,80
201	Telha ondulada 2,13x1,10x 6mm	UN	20,00	38,00	760,00
205	Telha plástica 2,44x1,10	UN	10,00	44,00	440,00
206	Thinner 5 lt	UN	50,00	39,90	1.995,00
207	Thinner c/ 900 ml	UN	50,00	7,90	395,00
208	Tijolo 6 furos 14 x 9 x 24 cm	UN	3.000,00	0,52	1.560,00
211	Tinta esmalte 3,6 lt - cores diversas	UN	50,00	51,90	2.595,00
212	Tinta esmalte 900 ml - cores diversas	UN	50,00	16,90	845,00
215	Tinta xadrez pó c/500 gr	UN	300,00	9,99	2.997,00
217	Tomada de porcelana 2x20	UN	10,00	7,50	75,00
221	Tomada rede RJ45 8V c/p	UN	70,00	21,40	1.498,00
223	Torneira elétrica de parede	UN	10,00	48,50	485,00
225	Torneira plástica - preta	UN	30,00	2,00	60,00
227	Trincha 2	UN	5,00	3,31	16,55
230	Tubo de esgoto 100 mm	MT	300,00	5,45	1.635,00
232	Tubo de esgoto 200 mm	MT	300,00	28,50	8.550,00
236	Tubo esgoto 50 mm	MT	300,00	4,15	1.245,00
237	Tubo soldável 50 mm	MT	300,00	6,30	1.890,00
240	Veda calha alumínio 285 gr	UN	20,00	10,00	200,00

O FORNECEDOR 1 BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP -, responsável pelo fornecimento dos, receberá o valor global total de R\$ 80.085,89(oitenta mil e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3.. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.7. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.8. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.9. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.10. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do Município de Luzerna.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificados posteriormente.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo no Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os

registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garanti-
da a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do
recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital
ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contra-
to decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato
decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados
no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações
posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superio-
res aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas,
na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e
alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escri-
to, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do
instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a
ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final
deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECE-
DOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escri-
to, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra
forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que
são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, conside-
rando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º
(quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para
cancelamento do registro de preço não o desobriga do forneci-
mento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão
final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo
máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação
das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não
aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas
novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços
constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço
registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60
(sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das pena-
lidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, asse-
gurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por
despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu re-
gistro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha
comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso
fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguin-
tes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado
que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de
cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro
de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as
contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito,
comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as
exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços,
mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da pre-
sente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias,

consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Pre-
feitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da
presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.037.3390.00	0	79/2013	Resgate da Memória Cultural
2.002.3390.00	0	2/2013	Funcionamento E Ma- nutenção do Gabinete do Prefeito
2.030.3390.00	0	56/2013	Manutenção da Educação Básica - Fundamental
2.060.3390.00	0	133/2013	Manutenção Conser- vação das Estradas Vicinais do Município
2.011.3390.00	0	23/2013	Manutenção do Convênio do Corpo De Bombeiros
2.012.3390.00	54	25/2013	Manutenção do Con- vênio FUNPOM
2.052.3390.00	0	113/2013	Manutenção dos Serviços Urbanos
1.054.3390.00	0	110/2013	Manutenção e Obras Em Praças E Jardins
2.028.3390.00	0	75/2013	Manutenção da Edu- cação Básica - Infantil
2.006.3390.00	0	17/2013	Manutenção do Departamento De Administração
2.076.3390.00	0	126/2013	Manutenção das Ins- talações Do Terminal Rodoviário
2.081.3390.00	0	37/2013	Manutenção do Con- selho Tutelar
2.030.3390.00	1	57/2013	Manutenção da Educação Básica - Fundamental
2.051.3390.00	0	104/2013	Manutenção da Incu- badora Tecnológica Luzerna
2.038.3390.00	0	83/2013	Apoio para Difusão Cultural
2.034.3390.00	0	69/2013	Manutenção das Atividades do Ensino Profissional
2.042.3390.00	0	95/2013	Manutenção Secreta- ria Agricultura e Meio Ambiente
2.055.3390.00	0	116/2013	Manutenção Capela Mortuária e do Cemi- tério Público Municipal
2.040.3390.00	0	87/2013	Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

CLÁUSULA NONA

DAS VIGÊNCIAS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12
(doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura
pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os
fornecimentos que dele poderão advir independentemente da

estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05. (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 04 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EDUARDO BELEGANTE
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PML.068.13 - Arp - PML - Material Construção - Fornecedor 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 68.13

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 031/2013

PREGÃO PML Nº 024/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 4 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML.031/2013, Pregão PML nº 024/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

2 BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de Novembro, na cidade de

Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 07.102.402/0001-46, neste ato representada por seu sócio administrador OSVALDINO POZZEBON, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 11/C 1300.363/SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 481.324.469-68, residente e domiciliado na Rua Pará, 97, Apto 502, Bairro Santa Tereza, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominado FORNECEDOR 2.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção, destinados à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversas, de competência das Secretarias Municipais de Luzerna, em conformidade com as especificações no anexo, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qdade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Abracadeira 16x19 (5/8x3/4)	UN	15,00	0,63	9,45
4	Abracadeira RSF 13x16	UN	15,00	1,40	21,00
5	Abracadeira tipo "u" 3/4	UN	40,00	0,19	7,60
10	Adesivo 75gr	UN	10,00	4,10	14,00
12	Adesivo cascorez extra c/ 1kg	UN	50,00	11,99	599,50
18	Argamassa c/ 20 kg	SC	20,00	7,80	156,00
23	Broca aço rápido ref. 2510 - 4,50	UN	15,00	2,95	44,25
28	Bucha redução rosc. 3/4 x 1/2	UN	10,00	0,51	5,10
30	Cabo lan rede 8x24 AWG	MT	1.000,00	1,26	1.260,00
35	Cadeado 30 mm	UN	15,00	11,86	177,90
36	Cadeado 35mm	UN	15,00	10,65	159,75
37	Cadeado 40mm	UN	15,00	11,62	174,30
38	Cadeado 45 mm	UN	15,00	12,83	192,45
45	Canaleta 20x1022200 c/ divisória	UN	80,00	3,50	280,00
46	Canaleta com divisória sistema x	UN	80,00	3,50	280,00
47	Canaleta sem divisória sistema X 20mm x 2,00mt	UN	80,00	3,50	280,00
57	Conexão sistema x	UN	50,00	0,97	48,50
62	Disjuntor unipolar 50ª	UN	10,00	12,12	121,20
68	Espátula de aço 12cm	UN	10,00	4,50	45,00
77	Fio flexível 10mm	MT	250,00	3,92	980,00
79	Fio flexível 6 mm	MT	800,00	2,04	1.632,00
80	Fio fone par	MT	300,00	0,26	78,00
83	Fita dupla face 12mm x 2 m	UN	100,00	4,26	426,00
87	Fita veda rosca 18x25mt	UN	50,00	3,60	180,00
88	Fita veda rosca 18x50mt	UN	50,00	5,92	296,00
90	Garfo p/ rolo de lâ 23cm	UN	30,00	3,70	111,00
93	Interruptor simples com placa	UN	30,00	3,75	112,50
99	Joelho esgoto 50mm 90º	UN	20,00	1,55	31,00

110	Kit acionamento completo 1.1/2	UN	10,00	21,50	215,00
117	Lâmpada 100w	UN	20,00	1,90	38,00
120	Lâmpada econômica 15w	UN	40,00	7,54	301,60
124	Lâmpada econômica espiral 25w	UN	50,00	11,04	552,00
132	Luva de correr soldável 50mm	UN	5,00	16,98	84,90
136	Luva esgoto 150mm	UN	20,00	17,00	340,00
138	Luva látex	UN	50,00	4,20	210,00
148	Martelo 27mm	UN	10,00	21,00	210,00
152	Pino adaptador 2p t universal	UN	10,00	5,49	54,90
159	Plugue roscável 3/4	UN	100,00	0,60	60,00
162	Prego 12 x 12	KG	9,17	8,23	75,47
170	Prego. 16x24	KG.	30,00	6,62	198,60
171	Prego. 17x27	KG	30,00	6,25	187,50
176	Reator eletrônico 2x40w	UN	100,00	21,00	2.100,00
183	Registro pressão 20mm	UN	50,00	9,10	455,00
184	Rejunte c/ 01 kg	UN	10,00	1,90	19,00
186	Rolo de lâ 23 cm	UN	50,00	11,54	577,00
188	Sifão	UN	5,00	4,69	23,45
189	Sifão p/ lavatório	UN	30,00	4,69	140,70
193	Star fs4 - 40w	UN	150,00	0,50	75,00
203	Telha ondulada 2,44x1,10x6mm	UN	50,00	42,00	2.100,00
213	Tinta para demarcação viária amarela c/ 18 lt	UN	40,00	257,60	10.304,00
214	Tinta para demarcação viária branca c/ 18 lt	UN	20,00	244,00	4.880,00
216	Tomada de embutir 2p t	UN	50,00	4,15	207,50
218	Tomada de sobrepor 2p	UN	30,00	3,10	93,00
219	Tomada de telefone universal	UN	50,00	3,26	163,00
220	Tomada fone	UN	15,00	3,26	48,90
224	Torneira p/ jardim	UN	30,00	3,00	90,00
226	Trincha 1 ½	UN	5,00	2,30	11,50
228	Trincha 2.1/2"	UN	5,00	4,00	20,00
229	Trincha 395 3	UN	5,00	6,48	32,40
233	Tubo de esgoto 40 mm	MT	300,00	2,20	660,00
235	Tubo de soldável 20 mm	MT	800,00	0,98	784,00
238	União ½ polietileno	UN	10,00	0,60	6,00
239	Válvula p/ lavatório	UN	20,00	5,45	109,00
241	Veda rosca	UN	20,00	1,00	20,00

O FORNECEDOR 2 BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, -, responsável pelo fornecimento dos, receberá o valor global total de R\$ 33.196,92 (trinta e três mil cento e noventa e seis reais e noventa e dois centavos);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3.. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações

do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.7. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.8. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.9. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.10. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do Município de Luzerna.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificados posteriormente.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo no Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR .

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes

casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.037.3390.00	0	79/2013	Resgate da Memória Cultural
2.002.3390.00	0	2/2013	Funcionamento E Manutenção do Gabinete do Prefeito
2.030.3390.00	0	56/2013	Manutenção da Educação Básica - Fundamental
2.060.3390.00	0	133/2013	Manutenção Conservação das Estradas Vicinais do Município
2.011.3390.00	0	23/2013	Manutenção do Convênio do Corpo De Bombeiros
2.012.3390.00	54	25/2013	Manutenção do Convênio FUNPOM
2.052.3390.00	0	113/2013	Manutenção dos Serviços Urbanos
1.054.3390.00	0	110/2013	Manutenção e Obras Em Praças E Jardins
2.028.3390.00	0	75/2013	Manutenção da Educação Básica - Infantil
2.006.3390.00	0	17/2013	Manutenção do Departamento De Administração
2.076.3390.00	0	126/2013	Manutenção das Instalações Do Terminal Rodoviário
2.081.3390.00	0	37/2013	Manutenção do Conselho Tutelar
2.030.3390.00	1	57/2013	Manutenção da Educação Básica - Fundamental
2.051.3390.00	0	104/2013	Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna
2.038.3390.00	0	83/2013	Apoio para Difusão Cultural
2.034.3390.00	0	69/2013	Manutenção das Atividades do Ensino Profissional
2.042.3390.00	0	95/2013	Manutenção Secretaria Agricultura e Meio Ambiente
2.055.3390.00	0	116/2013	Manutenção Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal

2.040.3390.00	0	87/2013	Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
---------------	---	---------	---

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05. (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 04 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

OSVALDINO POZZEBON
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,
TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PML.069.13 - Arp - PML - Material Construção - Fornecedor 3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 69.13
 PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 031/2013
 PREGÃO PML Nº 024/2013
 VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 4 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML.031/2013, Pregão PML nº 024/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

3 GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Getulio Vargas. 540, na cidade de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 07.355.138/0001-52, neste ato representada por seu sócio administrador LUIZ CARLOS GHIGGI, brasileiro, separado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C 545.810-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 294.775.229-53, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Lottermann, 321, Apto 302, Bairro Cruzeiro do Sul, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominado FORNECEDOR 3.

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção, destinados à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversas, de competência das Secretarias Municipais de Luzerna, em conformidade com as especificações no anexo, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qdade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	Abraçadeira rosca sem fim 1.1/4 x 1.3/4	UN	10,00	1,78	17,80
7	Adaptador soldável 20 x 1/2	UN	20,00	0,40	8,00
9	Adesivo 17 gr	UN	10,00	1,79	17,90
14	Arame galvanizado nº 12	KG	30,00	10,99	329,70
16	Arame galvanizado nº 16	KG	30,00	10,99	329,70
20	Bandeja p/ pintura, 2,7 lt	UN	10,00	6,25	62,50
22	Bocal pendente c/ rabicho	UN	40,00	2,88	115,20
27	Bucha nº 10	UN	60,00	0,09	5,40
33	Cabo PP 2 x4	MT	100,00	3,75	375,00
39	Cadeado 50mm	UN	15,00	23,00	345,00
42	Cal hidratado 20 kg	SC	50,00	8,29	414,50
44	Cal virgem 20 kg	SC	50,00	9,00	450,00
48	Caps soldável 50mm	UN	5,00	3,00	15,00

50	Chapa de madeirite 12mm - 1,10x2,20 m	UN	20,00	29,80	596,00
53	Chapa de madeirite 5mm - 1,10x2,20 m	UN	20,00	18,80	376,00
56	Cola plástica	UN	20,00	16,50	330,00
58	Corante líquido	UN	300,00	2,30	690,00
60	Curva soldável 20 mm 90°	UN	100,00	1,09	109,00
63	Durepoxi 100gr	UN	15,00	4,45	66,75
65	Engate flexível 50 cm	UN	100,00	4,00	400,00
66	Engate flexível 50mm	UN	10,00	4,00	40,00
70	Ferro de construção 1/4 (6mm) - 12 metros	BR	150,00	16,85	2.527,50
72	Ferro de construção 4.2 mm - 12 metros	BR	100,00	5,85	585,00
74	Ferro de construção 5/8 - 12 metros	BR	20,00	89,00	1.780,00
81	Fio paralelo 2 x 4 mm.	MT	300,00	2,97	891,00
84	Fita isolante 10mt	UN	20,00	2,35	47,00
89	Fita zebra s/ adesivo 70mm	UN	30,00	9,20	276,00
92	Grampo fixa fio c/ prego	KG	15,00	1,38	20,70
94	Isolador roldana 72x72	UN	15,00	3,40	51,00
96	Joelho esgoto 150mm 90°	UN	20,00	26,0	520,00
98	Joelho esgoto 40mm 90°	UN	10,00	1,10	11,00
100	Joelho esgoto 75mm 90°	UN	20,00	3,75	75,00
102	Joelho LXR 25 x 3/4	UN	5,00	3,39	16,95
111	Lajota p/ passeio padrão 2 cores 45x45	UN	1.000,00	25,50	25.500,00
112	Lajota pei-ver concreto 20x10x04	UN	200,00	34,80	6.960,00
113	Lajota pei-ver concreto 20x10x06	UN	200,00	44,70	8.940,00
119	Lâmpada 60w	UN	20,00	1,88	37,60
122	Lâmpada econômica 30w	UN	50,00	17,60	880,00
125	Lâmpada fluorescente 20w / 220v	UN	150,00	4,68	702,00
127	Lâmpada mista 250 w	UN	50,00	16,85	842,50
130	Lona preta 6x1	MT	30,00	0,79	23,70
133	Luva eletroduto pesado 1	UN	10,00	0,88	8,80
135	Luva esgoto 100mm	UN	20,00	3,97	79,40
137	Luva esgoto 20 mm	UN	20,00	2,10	42,00

140	Luva LXR 20 x 1/2"	UN	10,00	2,52	25,20
146	Mangueira corrugada 3/4.	MT	250,00	0,68	170,00
153	Pino de porcelana 3 x30	UN	10,00	11,89	118,90
155	Plugue engate rápido	UN	100,00	4,97	497,00
156	Plugue Femea 2P 10ª	UN	100,00	2,99	299,00
164	Prego 20x42.	KG	30,00	6,89	206,70
165	Prego 22x48.	KG	30,00	7,54	226,20
168	Prego de aço 12x9.	KG	100,00	12,90	1.290,00
172	Prego.18x30	KG	30,00	6,00	180,00
175	Reator eletrônico 2x20w	UN	20,00	17,40	348,0
178	Redução 50x40 mm	UN	5,00	1,40	7,00
180	Redução esgoto 150x100mm	UN	5,00	13,99	69,95
187	Serra aço rápido	UN	50,00	2,69	134,50
192	Solvente 5 litros	UN	50,00	37,00	1.850,00
200	Tee soldável 50mm	UN	5,00	5,80	29,00
202	Telha ondulada 2,44x0,50x4mm	UN	10,00	11,00	110,00
204	Telha plástica 2,44x0,50	UN	10,00	19,0	190,00
209	Tijolo maciço 10x6x22cm	UN	5.000,00	0,43	2.150,00
210	Tinta acrílica 3,600 litros - cores diversas	UN	50,00	48,90	2.445,00
222	Torneira elétrica de bancada	UN	5,00	165,00	825,00
231	Tubo de esgoto 150 mm	MT	300,00	15,50	4.650,00
234	Tubo de esgoto 75 mm	MT	300,00	5,50	1.650,00

O FORNECEDOR 3 GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, -, responsável pelo fornecimento dos, receberá o valor global total de R\$ 73.382,05 (setenta e três mil trezentos e oitenta e dois reais e cinco centavos);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3.. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.7. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.8. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua

empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.9. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.10. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do Município de Luzerna.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificados posteriormente.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo no Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR .

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registros na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da

presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.037.3390.00	0	79/2013	Resgate da Memória Cultural
2.002.3390.00	0	2/2013	Funcionamento E Manutenção do Gabinete do Prefeito
2.030.3390.00	0	56/2013	Manutenção da Educação Básica - Fundamental
2.060.3390.00	0	133/2013	Manutenção Conservação das Estradas Vicinais do Município
2.011.3390.00	0	23/2013	Manutenção do Convênio do Corpo De Bombeiros
2.012.3390.00	54	25/2013	Manutenção do Convênio FUNPOM
2.052.3390.00	0	113/2013	Manutenção dos Serviços Urbanos
1.054.3390.00	0	110/2013	Manutenção e Obras Em Praças E Jardins
2.028.3390.00	0	75/2013	Manutenção da Educação Básica - Infantil
2.006.3390.00	0	17/2013	Manutenção do Departamento De Administração
2.076.3390.00	0	126/2013	Manutenção das Instalações Do Terminal Rodoviário
2.081.3390.00	0	37/2013	Manutenção do Conselho Tutelar
2.030.3390.00	1	57/2013	Manutenção da Educação Básica - Fundamental
2.051.3390.00	0	104/2013	Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna
2.038.3390.00	0	83/2013	Apoio para Difusão Cultural
2.034.3390.00	0	69/2013	Manutenção das Atividades do Ensino Profissional
2.042.3390.00	0	95/2013	Manutenção Secretaria Agricultura e Meio Ambiente
2.055.3390.00	0	116/2013	Manutenção Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal
2.040.3390.00	0	87/2013	Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura

pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05. (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 04 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LUIZ CARLOS GHIGGI

GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,
TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PML.070.13 - Arp - PML - Recapagem - Fornecedor 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº70 13
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0032/2013
PREGÃO PML Nº 0025/2013
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 6 (seis) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - BORILLI PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na ROD RS 463, s/n, KM, Industrial na cidade de Tapejara (RS), inscrita no CNPJ sob o nº 88.644.877/0001-66, neste ato representada por seu administrador ARLINDO BORILLI, inscrito no CPF/MF sob o nº 273.356.740-34, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nºpml.0032/2013, Pregão nº pml.0025/2013,

observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões de propriedade da Prefeitura de Luzerna, em conformidade com as especificações do edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
4	Recapagem a frio de pneu 900 x 20 - liso	UN	8,00	396,00	3.168,00
11	Recapagem a quente de pneu 1400 x24	UN	8,00	1.165,00	9.320,00

O FORNECEDOR 1 BORILLI PNEUS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 12.488,00 (doze mil quatrocentos e oitenta e oito reais);

1.2. Os serviços deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços, objeto da licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Anexo do Edital.

1.4. O FORNECEDOR deverá retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro - Fundos, sem custos adicionais.

1.5. As carcaças deverão ser retiradas em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

1.6. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 05 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos serviços prestados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.8. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.

1.10. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.12. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou

apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço

registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	0	133/2013	MANUT. CONSERVACAO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO
2.052.3390.00	0	113/2013	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS
2.042.3390.00	0	95/2013	MANUTENCAO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município,

nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 6. de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ARLINDO BORILLI
BORILLI PNEUS LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PML.071.13 - Arp - PML - Recapagem - Fornecedor 2 -

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº71 13

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0032/2013

PREGÃO PML Nº 0025/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 6 (seis) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - F. VACHILESKI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Dr. João Caruso, nº 426, Bairro Área Industrial na cidade de Erechim (RS), CEP 99.700-000, inscrita no CNPJ sob o nº 93.388.031/0001-42, neste ato representada por seu Representante Legal GILSON RICARDO KOLBA, brasileiro, casado, sócio empresário, portador da cédula de identidade nº 2081515187 SJS/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.186.280-05, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 229, apto. 63, Bairro Centro, Erechim (RS), doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nºpml.0032/2013, Pregão nº pml.0025/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões de propriedade da Prefeitura de Luzerna, em conformidade com as especificações do edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und.	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
12	Recapagem a quente de pneu 17,5x25	UN	10,00	1.470,00	14,700,00

O FORNECEDOR 3 FM PNEUS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais);

1.2. Os serviços deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços, objeto da licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Anexo do Edital.

1.4. O FORNECEDOR deverá retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro - Fundos, sem custos adicionais.

1.5. As carcaças deverão ser retiradas em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

1.6. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 05 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos serviços prestados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.8. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.

1.10. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.12. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;
- 3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);
- 3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou

apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço

registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	0	133/2013	MANUT. CONSERVACAO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO
2.052.3390.00	0	113/2013	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS
2.042.3390.00	0	95/2013	MANUNTENCAO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município,

nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 6. de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GILSON RICARDO KOLBA

F. VACHILESKI & CIA LTDA

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PML.072.13 - Arp - PML - Recapagem - Fornecedor 3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº72 13

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0032/2013

PREGÃO PML Nº 0025/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 6 (seis) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - FM PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.374.845/0004-91, com endereço na Rua Rodovia SC-453, em Videira(SC), representada por seu procurador, MÁRCIO VITOR MARCON, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 106.054.822-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 746.745.790-15, residente e domiciliado na Rua Albina Titon, 151, na cidade de Videira(SC), doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nºpml.0032/2013, Pregão nº pml.0025/2013,

observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões de propriedade da Prefeitura de Luzerna, em conformidade com as especificações do edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	Recapagem a frio de pneu 1000x20 - bor-rachudo	UN	6,00	445,00	2.670,00
6	Recapagem a frio pneu 1000 x 20 - liso	UN	4,00	417,00	1.668,00
8	Recapagem a quente 12/16.5	UN	2,00	549,00	1.098,00
9	Recapagem a quente 16,9x 24	UN	2,00	1.465,00	2.930,00

O FORNECEDOR 3 FM PNEUS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 8.366,00 (oito mil e trezentos e sessenta e seis reais); 1.2. Os serviços deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços, objeto da licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Anexo do Edital.

1.4. O FORNECEDOR deverá retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro - Fundos, sem custos adicionais.

1.5. As carcaças deverão ser retiradas em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

1.6. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 05 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos serviços prestados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.8. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.

1.10. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.12. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas

ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não

aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA**DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

3.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	0	133/2013	MANUT. CONSERVACAO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO
2.052.3390.00	0	113/2013	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS
2.042.3390.00	0	95/2013	MANUTENCAO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA NONA**DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às

empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 6. de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MÁRCIO VITOR MARCON
FM PNEUS LTDA
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PML.073.13 - Arp - PML - Recapagem - Fornecedor 4
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº73 13
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0032/2013
PREGÃO PML Nº 0025/2013
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 6 (seis) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.989.096/0001-27, com endereço na Rua Duque de Caxias, nº 314, Fundos, Bloco A, Centro, em Rio dos Cedros(SC), representada por seu sócio administrador, MICHAEL FABRICIO NICLODELLI, brasileiro, casado,

empresário, portador da cédula de identidade nº 3.064.943-9 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 921.293.749-72, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº pml.0032/2013, Pregão nº pml.0025/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões de propriedade da Prefeitura de Luzerna, em conformidade com as especificações do edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und.	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
7	Recapagem a quente 12.5/80 R18	UN	6,00	610,00	3.660,00
10	Recapagem a quente 19.5Lx 24	UN	4,00	1.480,00	5.920,00

O FORNECEDOR 4 RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 9.580,00 (nove mil e quinhentos e oitenta reais);

1.2. Os serviços deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços, objeto da licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Anexo do Edital.

1.4. O FORNECEDOR deverá retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro - Fundos, sem custos adicionais.

1.5. As carcaças deverão ser retiradas em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

1.6. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 05 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos serviços prestados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.8. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.

1.10. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.12. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;
- 3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);
- 3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.
- 5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
 - 7.1.1. Pela Administração, quando:
 - a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
 - b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
 - c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
 - d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
 - e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
 - 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação

das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	0	133/2013	MANUT. CONSERVACAO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO
2.052.3390.00	0	113/2013	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS
2.042.3390.00	0	95/2013	MANUTENCAO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida,

sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 6. de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MICHAEL FABRICIO NICLODELLI

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PML.074.13 - Arp - PML - Recapagem - Fornecedor 5
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº74 13
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0032/2013
PREGÃO PML Nº 0025/2013
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 6 (seis) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 - RECAUCHUTADORA RODA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.512.624/0001-15, com endereço na Rua Rod. Joaçaba-Capinzal Trevo BR-282, em Joaçaba(SC), representada pelo Senhor MARCOS NEUHAUSER, brasileiro, casado, sócio-administrador,

portador da cédula de identidade nº 11/R-1.309.817 e inscrito no CPF/MF sob nº 461.469.899-91, residente e domiciliado na Rua Antonio Carlos Konder Reis, 164, em Treze Tílias(SC), doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº pml.0032/2013, Pregão nº pml.0025/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões de propriedade da Prefeitura de Luzerna, em conformidade com as especificações do edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und.	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Recapagem a frio 2.75/80 - borra-chudo	UN	12,00	468,00	5.616,00
2	Recapagem a frio 2.75/80 - liso	UN	8,00	450,00	3.600,00
5	Recapagem a frio de pneu 900x 20 - borrachudo	UN	12,00	405,00	4.860,00

O FORNECEDOR 5 RECAUCHUTADORA RODA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 14.076,00 (quatorze mil e setenta e seis reais);

1.2. Os serviços deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços, objeto da licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Anexo do Edital.

1.4. O FORNECEDOR deverá retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro - Fundos, sem custos adicionais.

1.5. As carcaças deverão ser retiradas em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

1.6. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 05 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos serviços prestados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.8. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.

1.10. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.12. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de

gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º

(quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	0	133/2013	MANUT. CONSERVACAO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO
2.052.3390.00	0	113/2013	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS
2.042.3390.00	0	95/2013	MANUTENCAO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação,

desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 6. de junho de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MARCOS NEUHAUSER
RECAUCHUTADORA RODA LTDA,
FORNECEDOR 5

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Macieira

PREFEITURA

Decreto Chamamento Conferência

DECRETO Nº 1298/2013, de 10 de junho de 2013.

Convoca a Conferência Municipal da Cidade de MACIEIRA - SC, e dá outras providências.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere,

DECRETA:

Art. 1º: Fica convocada a Conferência Municipal da Cidade de Macieira - SC, como etapa preparatória municipal da 5ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se a partir das 13:00h do dia 11 de julho de 2013, no Centro de Convivência da Terceira Idade, situado na Rua Rodolfo Nickel, s/n, Centro, na cidade de Macieira - SC, sob a Coordenação da Prefeitura Municipal .

Art. 2º: A Conferência Municipal da Cidade desenvolverá os seus trabalhos a partir do Tema: "Quem muda a Cidade somos nós: Reforma Urbana Já" envolvendo aspectos das políticas nacional, estadual e municipal.

Art. 3º: A Conferência Municipal das Cidades terá as seguintes finalidades:

I - propor diretrizes para as Políticas e Sistemas Nacional, Estadual e Municipal de Desenvolvimento Urbano;

II - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia para a formulação de proposições para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

III - discutir e deliberar com relação às diretrizes da Política Nacional, Estadual e Municipal de Desenvolvimento Urbano;

Art. 4º: A Conferência Municipal das Cidades de Macieira - SC será presidida pelo Prefeito Municipal Sr. Emerson Zanella ou, na sua ausência ou impedimento, pelo representante da Comissão Preparatória Municipal, Sr. Ronivon Luiz Bridi.

Art. 5º: As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal da Cidade de Macieira, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento Municipal para o corrente exercício.

Art. 6º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º: Revogam-se as disposições em contrário.

Macieira - SC, 10 de junho de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

SILVANA GORETTE MAFFIOLETTI
Secretária Municipal de Administração,
Finanças e Planejamento.

Publicado o presente Decreto em 11/06/2013, no Diário Oficial dos Municípios e no Mural da Prefeitura.

Aviso de Licitação - Registro de Preço Para Generos Alimentícios

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2013

REGISTRO DE PREÇO Nº. 0001/2013

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, representado pela Sra. Cassiane Farinon, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0002/2013, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0002/2013, Registro de Preço nº. 0001/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 24 de junho de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de gêneros alimentícios destinados à alimentação das crianças cadastradas no programa PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), durante o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2013, conforme especificações do anexo I do edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 24/06/2013, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Macieira - SC, 06 de junho de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Publicação Resumida - Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0027/2013.

Pregão Presencial nº 0020/2013.

Contrato Administrativo nº 0042/2013.

Contratada: MARCIEL MAFFIOLETTI.

Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de hora máquina (com máquina e operador qualificado) a serem realizados com trator agrícola, 4X4, potência mínima de 60 cvs, com ensiladeira equipada acoplada, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, destinado ao atendimento dos produtores rurais do município, conforme descrições da máquina e demais especificações contidas no anexo I do edital.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a prestação dos serviços e a emissão da nota fiscal.

Vigência do Contrato: 60 dias. (ou até o término da prestação dos serviços das horas totais contratadas).

Valor estimado do contrato: R\$ 17.334,00 (dezesete mil e trezentos e trinta e quatro reais).

Macieira - SC, 06 de junho de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Meleiro**PREFEITURA****Portaria N.º 237/2013**

PORTARIA n.º 237/2013

TRATA DA REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 170/2013 QUE DÁ NOVA REDAÇÃO À PORTARIA Nº 098/2013.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

REVOGAR

Art. 1.º A Portaria nº 170/2013 que Dá Nova Redação à Portaria nº 098/2013 de contratação da Senhorita FLÁVIA VENSON BÚRIGO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini e 10 (dez) horas no Peti.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/06/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 170/2013.

Meleiro, 10 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 238/2013

PORTARIA n.º 238/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MONITORA PARA O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita NATHIELLI DELLA SCARPARI, para ocupar o cargo de Monitora de Projetos ACT para o PETI, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, até o término das aulas, vinculada à Secretaria de Educação.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Junho de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 239/2013

PORTARIA n.º 239/2013
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, e Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JOÃO NILCEU PAZINI, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 08/06/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Junho de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Notificação NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAMOS o Senhor ANDREI VISENTIN MAFIOLETTI, Servidor Público da Prefeitura Municipal de Meleiro, portador da Carteira de Identidade n.º 3831211 e do CPF n.º 041.090.789-89, residente e domiciliado na Estrada Geral de Boca do Pique, S/N, neste Município, ocupante do cargo de Motorista, para que se apresente ao serviço, sendo que o mesmo desde a data de 01/06/2013 não comparece ao trabalho. Caso contrário, o não comparecimento pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, configurará abandono de emprego, conforme Art. 136 e Art. 139, da Lei nº 809/2000, que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Meleiro, 07 de Junho de 2013.
TADEU ROGÉRIO BONFANTE
Departamento Pessoal

Recebi a presente notificação.

DATA: ____/____/____.

ANDREI VISENTIN MAFIOLETTI
CPF nº 041.090.789-89

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Errata do Pregão Presencial Nº 045/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA- SC ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2013 ALTERA-SE PARA PREGÃO PRESENCIAL 043/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, conforme ANEXO I - DATA 26/06/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Pregão Presencial Nº 013/2013

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MORRO FUMAÇA- SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A OFICINA DE MULHERES E PRÓ-JOVEM COM ENTREGA DIÁRIA, conforme ANEXO I - DATA 20/06/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Pregão Presencial Nº 014/2013

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MORRO FUMAÇA- SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA TERCEIRA IDADE E PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS, conforme ANEXO I - DATA 26/06/2013 - 11:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Navegantes

PREFEITURA

Operação de Crédito com a Caixa Econômica Federal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2735 DE 7 DE JUNHO DE 2013
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:
Art 1º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar

com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, doravante denominada CAIXA, a operação de crédito até o limite de R\$ 9.250.000,00 (nove milhões, duzentos e cinquenta mil reais) para a proposta PAC 2 Nº 000664.02.84/2012-63 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas -, atendendo a aproximadamente (32) trinta e duas ruas do Bairro Nossa Senhora das Graças.

§ 1º O valor da operação de crédito está condicionado à obtenção, pela municipalidade, de autorização para a sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao endividamento público através de Resolução, emanados do Senado Federal e da Lei Complementar nº101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

§ 2º Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na pavimentação e qualificação de vias do Bairro Nossa Senhora das Graças, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 PRO TRANSPORTE ETAPA 2, nos termos da Resolução nº 3.688 de 19 de fevereiro de 2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimentos e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pela autoridades monetárias federais e notadamente ao que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como às normas específicas da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas não relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 5º Em garantia das operações de crédito, fica, o Chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a ceder à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL parcelas da cota parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e ou parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 6º Para garantir o pagamento do principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes das operações referidas desta Lei, o Chefe do Poder Executivo poderá outorgar à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL dar quitação das referidas obrigações financeiras, com poderes para substabelecer.

Art. 7º O prazo e a forma definitiva de pagamento do principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras obedecidos os limites deste lei, serão estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo com a entidade financiadora.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 7 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria Adimite

PORTARIA Nº. 2312 DE 03 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ADRIANA DAMBROS, para exercer a função de Professora Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Língua Portuguesa, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Elsir Bernarde- te Gaya Muller, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2311 DE 03 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. PAULO ROBERTO KUSTER, para exercer a função de Professor Ensino Fundamental, MAG 02-01, Anos Finais, na disciplina de Artes, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Elsir Bernardete Gaya Muller, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2313 DE 03 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROBERTA RONCALIO ALVES DA SILVA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 18 de abril de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de abril, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2314 DE 03 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANA PAULA VIEIRA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria da Silva Santos, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de abril de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de abril, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2315 DE 03 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. RAFAELA ALINE CRUZ DE SOUZA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria das Neves Emilio, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 30 de abril de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 30 de abril, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2316 DE 03 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CAMILA DE SOUZA NUNES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria das Neves Emilio, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito retroativo a partir de 02 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2320 DE 06 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, MAG 01-01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.ª. Idilia Machado Ferreira, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2323 DE 06 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CARLA GOMES DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 03 de maio, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2357 DE 07 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, MAG 01-01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.ª. Neusa Maria Rebello, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2363 DE 08 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JANAINA IRENE PATRICIO DA ROCHA, para exercer a função de Monitora de Educação

Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.^a. Rosa Maria Xavier de Araujo, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 08 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 08 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2367 DE 08 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. ARIANE CAROLINA DA CRUZ, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.^a. Ilka Muller de Mello, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2368 DE 08 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. CAROLINA MAMBRINI MONTEIRO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.^a. Giovana Soares da Cunha, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2369 DE 08 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. CHARLENE OLIVEIRA BRAZ, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.^a. Bernadete Maria Sedrez, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 08 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 08 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2369 DE 08 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:
I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CHARLENE OLIVEIRA BRAZ, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.ª. Bernadete Maria Sedrez, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 08 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 08 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2371 DE 09 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:
I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUCILENE CARDOSO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.ª. Alcireia Conceição Couto, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 30 de abril de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 30 de abril, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2371 DE 09 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUCILENE CARDOSO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.ª. Alcireia Conceição Couto, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 30 de abril de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 30 de abril, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2373 DE 09 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARILIA MARIA DE SOUZA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.ª. Rosa Maria Xaxier de Araujo, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2378 DE 10 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ADRIANA CRISTINI DE SOUZA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2398 DE 14 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARCIA PIRES DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2399 DE 14 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. EDICLEIA MARGARETE MENDONÇA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Solange Pascuali de Souza, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 22 de abril de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22 de abril, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2400 DE 14 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ADRIANA PINTO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Bernardete Maria Sedrez, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2405 DE 14 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Iniciais, MAG 02-01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria de Lourdes Antunes, no período matutino, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2406 DE 14 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CHARLENE OLIVEIRA BRAZ, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais,

para atuar na E.M. Profª. Idília Machado Ferreira, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 14 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 14 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2408 DE 14 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª CAROLINA MARONE ADAMCZYK, para exercer a função de Professora Ensino Fundamental, na disciplina de Matemática, MAG NH 001, com a carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, para atuar na E.M. Profª Vilna Correa, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 15 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 15 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2410 DE 14 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal

nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof.^a Giovana Soares da Cunha, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 15 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 15 de maio, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2412 DE 15 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. MARIA TERESINHA DA LUZ JACINTO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 10 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2416 DE 15 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. REGINA FERNANDES DE OLIVEIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 15 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 15 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2417 DE 15 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. MARLENE CARNEIRO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professor de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 17 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2419 DE 15 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LARISSA HELENA DA SILVA, para exercer a função de monitora de educação especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 14 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 14 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2422 DE 16 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANDREA DA SILVA OLIMPIO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, para atuar na E.M. Profº. Ilka Muller de Mello, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 20 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2427 DE 17 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ADRIANA DAMBROS MARCHETTI, para exercer a função de Professora, Ensino Fundamental, Anos Finais, na Disciplina de Língua Portuguesa, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profº. Elsir Bernardete Gaya Muller, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 17 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2428 DE 17 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GRAZIELA DA SILVA FLORES, para exercer a função de Professora, Ensino Fundamental, Anos Iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profº. Maria Ivone Muller dos Santos, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 20 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Prefeitura de Navegantes, 17 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2430 DE 17 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MONICK NICOLETTI PEREIRA, para exercer a função de Professora, Ensino Fundamental, Anos Finais, na Disciplina de Artes, MAG NH 001, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M. Profº. Elsir Bernadete Gaya Muller, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 20 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2433 DE 20 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. IANDRA BORGES, para exercer a função de Professora, Ensino Fundamental, Anos Finais, na Disciplina de Geografia, MAG 02-01, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M. Profº. Maria Ivone Muller dos Santos, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 20 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2434 DE 20 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. JEFERSON WILLIAM MUELLER, para exercer a função de Professor, Ensino Fundamental, Anos Finais, na Disciplina de Geografia, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na E.M. Profº. Elsir Bernardete Gaya Muller, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 16 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 16 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2448 DE 21 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. VISANGELA SAGÁS, para exercer a função de Professora de educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. PROF.ª Adelia de Souza Fernandes, no período vespertino, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de

maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2449 DE 21 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JANAINA CORREA , para exercer a função de Monitora de educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Pedacinho do Céu, no período vespertino, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 21 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2450 DE 21 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANDREA MARLI DOS SANTOS , para exercer a função de Professora de Anos Finais, na

Disciplina de Ciências, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Neusa Maria Rebello, no período vespertino, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 21 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2451 DE 21 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GISELE ANGIOLETTI KANGERSKI , para exercer a função de Professora de Anos Finais, na Disciplina de Ciências, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2452 DE 21 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SIMONE ANHAIA , para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Solange Pascuali de Souza, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2453 DE 21 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. DEYSE DAIANE MARTINS DE OLIVEIRA , para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Maria das Neves Emilio, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2458 DE 22 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ERICA SUZANA PEDROZZO SOETH, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na Disciplina de Língua Inglesa, MAG NH-01, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2460 DE 22 DE MAIO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SIMONE ZUCHELLI JAGUSZESKI, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 27 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2482 DE 27 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JOSIANE PEZENTE ALBUQUERQUE, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 27 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2483 DE 27 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. ADIR BOEIRA, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, anos iniciais na disciplina de Língua Portuguesa, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 27 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2484 DE 27 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELIANE TEREZINHA CRISTOFOLINI DE ESPINDOLA, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 27 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2013

PORTARIA Nº. 2485 DE 27 DE MAIO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. THAIS CAROLINE SOBON, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 21 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2013
PORTARIA Nº. 2505 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LAILA CAROLINE DE BRITO GIRENZ, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 28 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2506 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ALINE DE LIMA VIEIRA, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de junho de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições

em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2530 DE 04 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. BRIGITE HEMMER, para exercer a função de Professora de Anos Finais na Disciplina de Artes, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2531 DE 04 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELIANE DA SILVA UESLER, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2532 DE 04 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA APARECIDA SERAFIM, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2534 DE 06 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MICHELLE BRAZ LOPES,

para exercer a função de Professora de Anos Finais, na disciplina de Educação Física, MAG NH 001, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2535 DE 06 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA CRISTINA DA SILVA KRAEMER, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2536 DE 06 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes,

no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JEFERSON WILLIAM MUELLER, para exercer a função de Professor Anos Finais, na disciplina Historia, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 28 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2537 DE 06 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO, para exercer a função de Professor Anos Iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de junho de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013
PORTARIA Nº. 2538 DE 06 DE JUNHO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CARULINI ALEXANDRINA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, pelo Processo Seletivo nº 004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de junho de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013

Portaria de Licença Premio

PORTARIA Nº. 2299 DE 02 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SHIRLEY RODRIGUES RONCÁLIO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 01/03/2013 a 29/05/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de março de 2013 a 29 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2309 DE 03 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. REGINA CELIA DA SILVA SANTOS RODRIGUES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora Mag 03, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 02/05/2013 a 30/07/2013, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 30 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2310 DE 03 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. REGINA CELIA DA SILVA SANTOS RODRIGUES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora Mag 03, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 02/05/2013 a 30/07/2013, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 30 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2310 DE 03 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. REGINA CELIA DA SILVA SANTOS RODRIGUES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora Mag 03, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 02/05/2013 a 30/07/2013, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 30 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2317 DE 03 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ENEDIR CAVIGLIA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitor de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 02/05/2013 a 30/07/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2013 a 30 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 03 de maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2135 DE 10 DE ABRIL DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. PATRICIA CORDEIRO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora MAG III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 04/03/2013 a 01/06/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de março de 2013 a 01 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE ABRIL DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de abril de 2013.
PORTARIA Nº. 2321 DE 06 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CLAUDIE MARI DE SOUZA SALATA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 03/05/2013 a 31/07/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 06 de maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2335 DE 06 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SILVANA APARECIDA DA CUNHA BUNDE, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 06/05/2013 a 03/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de maio de 2013 a 03 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2358 DE 07 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ISABEL CRISTINA DALAMARIA PAZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, pelo período de 06/05/2013 a 03/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de maio de 2013 a 03 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 07 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2403 DE 14 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA DE SOUZA BENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Supervisora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 dias desta licença, pelo período de 10/05/2013 a 08/06/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de maio de 2013 a 08 de junho de 2013, sendo que os 60 dias restantes serão para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 14 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2455 DE 22 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MERIELE NASCIMENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 20/05/2013 a 17/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2013 a 17 de agosto de 2013, sendo que os 60 dias restantes serão para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 22 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2462 DE 22 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. SOLANGE RIBEIRO ANJOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 22/05/2013 a 19/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de maio de 2013 a 19 de agosto de 2013, sendo que os 60 dias restantes serão para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 22 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2464 DE 23 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. LENIR SCHEDT CANDIDO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinete) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 27/05/2013 a 24/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 1993/1998.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 27 de maio de 2013 a 24 de agosto de 2013, sendo que os 60 dias restantes serão para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2465 DE 23 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. SONIR MARIA DELFINO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir 03 (três) meses desta licença, período de 19/05/2013 a 16/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19 de maio de 2013 a 16 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2525 DE 23 DE MAIO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. LENIR SCHEDT CANDIDO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinete) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 25/08/2013 a 22/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 1998/2003.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25 de agosto de 2013 a 22 de novembro de 2013, sendo que os 60 dias restantes serão para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2525 DE 04 DE JUNHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SILVIA TAIS ALVES BARBOSA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 03/06/2013 a 31/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de junho de 2013 a 31 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 04 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2526 DE 04 DE JUNHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA APARECIDA MARTINS CAMILO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal

na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 03/06/2013 a 31/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de junho de 2013 a 31 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 04 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2528 DE 04 DE JUNHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SCHIRLEI CRISTINA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 03/06/2013 a 31/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de junho de 2013 a 31 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 04 de junho de 2013.

PORTARIA Nº. 2529 DE 04 DE JUNHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. LUCIANA BATISTA VIEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Orientadora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 04/06/2013 a 01/09/2013, referente ao serviço público prestado entre 2003/2008.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de junho de 2013 a 01 de setembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 04 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2530 DE 04 DE JUNHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ADRIANA DA SILVA POLI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 03/06/2013 a 31/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de junho de 2013 a 31 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 04 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2548 DE 06 DE JUNHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CLAUDIA DENISE ALVES BARBOSA DE BRITTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 10/06/2013 a 07/09/2013, referente ao serviço público prestado entre 2004/2009.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de junho de 2013 a 07 de setembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 06 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2551 DE 07 DE JUNHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ELENIR LUIZA MARQUES LIMA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 03/06/2013 a 31/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de

junho de 2013 a 31 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 07 de junho de 2013.

PORTARIA Nº. 2552 DE 07 DE JUNHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. SIDINEIA DE BRITO FAUSTINO ESPINDOLA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 (três) meses desta licença, pelo período de 03/06/2013 a 31/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de junho de 2013 a 31 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 07 de junho de 2013.

Portaria de Nomeação

PORTARIA Nº. 2364 DE 08 DE MAIO DE 2013.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. LOISY RIBEIRO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria de Educação, no período integral, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 08/05/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a partir de 08 de Maio de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 08 DE MAIO DE 2013.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2401 DE 14 DE MAIO DE 2013.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. CLAUDIA DA SILVA SOARES, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria de Educação, no período integral, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/05/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a partir de 09 de Maio de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2404 DE 14 DE MAIO DE 2013.

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. FRANCISCA IVANILDA DA SILVA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria de Educação, no período integral, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 13/05/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a partir de 13 de Maio de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

Portaria Exonera

PORTARIA Nº. 2318 DE 06 DE MAIO DE 2013.

“EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA, matrícula nº.4946/10, do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2319 DE 06 DE MAIO DE 2013.

“EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA, matrícula nº.4946/12, do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2335 DE 06 DE MAIO DE 2013.

“EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. LUCIANA DA LUZ SILVA REIS, matrícula nº.62090/02, do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de Maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2336 DE 06 DE MAIO DE 2013.
"EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. EVELYN KLINKE NAZARIO, matrícula nº.2268/21, do cargo de Professora, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de Maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2360 DE 07 DE MAIO DE 2013.
"EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. DEBORA CRISTINA ROSA, matrícula nº. 2747/04, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 07 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de Maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 07 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2375 DE 09 DE MAIO DE 2013.
"EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. ADRIANA CRISTINI DE SOUZA, matrícula nº. 17067/05, do cargo de Professor MAG 01-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de Maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 09 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2396 DE 14 DE MAIO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. MONIK NICOLETTI PEREIRA, matrícula nº. 62620/02, do cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 14 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2397 DE 14 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. MARIA CRISTINA SANTOS ALVES, matrícula nº. 61910/03, do cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 07 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 14 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2407 DE 14 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. EDICLEIA MARGARETE MENDONÇA, , do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 14 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 14 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2411 DE 15 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. ALEXANDRA ARLINDA DA SILVA , matrícula nº. 63006/02, do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 15 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 15 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2421 DE 15 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. ZENILDA MACIEL RODRIGUES KOSLOP , matrícula nº. 4732/05, do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 15 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 15 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2424 DE 16 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar a Srª. ADRIANA DAMBROS MARCHETTI , matricula nº. 62121/05, do cargo de Professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 16 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2429 DE 17 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA PARA FINS DE APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria, a Srª. IRACEMA MARIA DOS SANTOS , matricula nº. 1724/01, do cargo de Professora, MAG 02-12, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 17 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2454 DE 22 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria, a Srª. CAROLINE MENDES BORTOLATO MODOLON , matricula nº. 61833/04, do cargo de Professora, MAG NH 001, com carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 22 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2457 DE 22 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria, a Srª. ERICA SUZANA PEDROZO SOETH, matricula nº. 62898/01, do cargo de Professora, MAG NH 001, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 22 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2467 DE 23 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria, a Sr.^a VALDENICE PARAIBA LIMA, matrícula nº. 62813/01, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 20 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 23 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2468 DE 23 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, o Sr. MARCOS DIAS MENEGUEL, matrícula nº. 62923/02, do cargo de Instrutor de Informática, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 23 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 23 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2470 DE 23 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Sr.^a. JULIANA APARECIDA DA SILVA, matrícula nº. 4111/12, do cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 23 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2474 DE 24 DE MAIO DE 2013.

"EXONERA PARA FINS DE APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria voluntária junto ao NavegantesPrev, a Sr.^a. MARIA APARECIDA MORAES , efetiva no cargo de Professora, MAG 02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 31/05/2013. Nº. do processo 2013.04.00019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de Maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 24 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2475 DE 24 DE MAIO DE 2013.
"EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, o Sr. ROBERTO MACHADO, matrícula nº. 4549/07, do cargo de Instrutor de Informatica, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de Maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 24 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2476 DE 24 DE MAIO DE 2013.
"EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, o Sr. ROBERTO MACHADO, matrícula nº. 4549/08, do cargo de Instrutor de Informatica, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de Maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 24 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2486 DE 27 DE MAIO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. GESEBEL KARINA TOMAZ, matrícula nº. 62867/01, do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de Maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 27 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2500 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. TARCISIO FERREIRA RODRIGUES, matrícula nº. 17947/09, do cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2502 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. PATRICIA DUARTE, matrícula nº. 16859/04, do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2503 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. MARCELA URBANO SILVA, matrícula nº. 5095/03, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2504 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. MARCELA URBANO SILVA, matrícula nº. 5095/04, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2509 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. GRAZIELA DA SILVA FLORES, matrícula nº. 16887/07, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de junho de 2013.

PORTARIA Nº. 2511 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. MARIANA FELIPE DOS SANTOS, matrícula nº. 16802/02, do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de junho de 2013.

PORTARIA Nº. 2513 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. MARIANCE PAMPLONA MACIEL, matrícula nº. 62865/01, do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de junho de 2013.

PORTARIA Nº. 2521 DE 04 DE JUNHO DE 2013.

"EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. KAREN ELIANE CARLOS, matrícula nº. 3928/12, do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 04 de junho de 2013.

PORTARIA Nº. 2522 DE 04 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA POR APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, por aposentadoria a Srª. ROSELI DO NASCIMENTO SANTOS, matrícula nº. 16847/03, do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 06/06/2013. Nº. do benefício 1634514049.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 04 de junho de 2013.

PORTARIA Nº. 2523 DE 04 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. IVONE MIRANDA IGNACIO, matricula nº. 167/04, do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 05 de junho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 04 de junho de 2013.
PORTARIA Nº. 2543 DE 06 DE JUNHO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. FABRIELE LUIZA BENTO, matricula nº. 62950/01, do cargo efetivo de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de junho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de junho de 2013.

Portaria Licença Maternidade
PORTARIA Nº.2295 DE 02 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JESSICA MORGANA CRISPIM, que exerce a função Secretária Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 19/04/2013 a 15/10/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19/04/2013 a 15/10/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 19 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIOMUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 02 de maio de 2013.
PORTARIA Nº.2362 DE 07 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA SIQUEIRA, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 04/05/2013 a 30/10/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04/05/2013 a 30/10/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 07 de maio de 2013.

PORTARIA Nº.2366 DE 08 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. SANDRA APARECIDA MARQUES GUINTER, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 10/05/2013 a 05/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10/05/2013 a 05/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.

PORTARIA Nº.2374 DE 09 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JACQUELINE COSTA CORREA, que exerce a função Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06/05/2013 a 01/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06/05/2013 a 01/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de maio de 2013.

PORTARIA Nº.2384 DE 13 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CARLA DE SOUZA, que exerce a função Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 13/05/2013 a 08/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13/05/2013 a 08/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

PORTARIA Nº.2423 DE 16 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CRISTIANE SEVERINO, que exerce a função Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 15/05/2013 a 10/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15/05/2013 a 10/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo

seus efeitos a partir de 15 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de maio de 2013.
PORTARIA Nº.2435 DE 20 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARIA DA PAZ ALVES ROMÃO, que exerce a função Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 20/05/2013 a 15/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20/05/2013 a 15/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 20 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2013.
PORTARIA Nº.2469 DE 23 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ALESSANDRA MARA SAGAS INACIO, que exerce a função Monitora, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 20/05/2013 a 15/11/2013

totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20/05/2013 a 15/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 20 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2013.
PORTARIA Nº.2507 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JULIANA ARDIGO, que exerce a função Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 03/06/2013 a 29/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03/06/2013 a 29/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
PORTARIA Nº.2508 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso

das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. BRUNA THAIS PINHEIRO FERREIRA, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 05/06/2013 a 01/12/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05/06/2013 a 01/12/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 05 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
PORTARIA Nº.2514 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JOYCE KARINA BALELA, matrícula nº. 20087/01, que exerce a função Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 03/06/2013 a 29/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03/06/2013 a 29/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
PORTARIA Nº.2515 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JOYCE KARINA BALELA, matrícula nº. 20087/03, que exerce a função Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 03/06/2013 a 29/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03/06/2013 a 29/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
PORTARIA Nº.2522 DE 04 DE JUNHO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JOYCE KARINA BALELA, matrícula nº. 20087/04, que exerce a função Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 03/06/2013 a 29/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03/06/2013 a 29/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 04 de junho de 2013.

PORTARIA Nº.2545 DE 07 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LUCIANE CANDIDO HARTCOPH DA SILVA, matrícula nº. 62515/02, que exerce a função Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06/06/2013 a 02/12/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06/06/2013 a 02/12/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

PORTARIA Nº.2546 DE 07 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. FRANCIELE RODRIGUES, matrícula nº. 62985/01, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 03/06/2013 a 29/11/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03/06/2013 a 29/11/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

PORTARIA Nº.2549 DE 07 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. VANESSA BERNARDES PRESOTTO HRESCAK, matrícula nº. 3996/02, que exerce a função Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 10/06/2013 a 06/12/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10/06/2013 a 06/12/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

PORTARIA Nº.2549 DE 07 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. VANESSA BERNARDES

PRESOTTO HRESCAK, matrícula nº. 3996/03, que exerce a função Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 10/06/2013 a 06/12/2013 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10/06/2013 a 06/12/2013, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2013.

Portaria Licença Saude

PORTARIA Nº. 2346 DE 07 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sra. MARIA LORETI BATISTA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 13/02/2012 à 06/05/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de fevereiro de 2012 à 06 de maio de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2365 DE 08 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sra. SANDRA APARECIDA MARQUES GUINTER, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 05/04/2013 à 09/05/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de abril de 2013 à 09 de maio de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2409 DE 14 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sra. ISABELLY SANTOS VIEIRA, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 24/01/2013 à 10/04/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24 de janeiro de 2013 à 10 de abril de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

PORTARIA Nº.2421 DE 15 DE MAIO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sra. VALERIA REGINA DE CAMARGO MARTINS, no cargo de ORIENTADORA ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 20/03/2013 à 09/05/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de março de 2013 à 09 de maio de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.

Portaria Retorno de Licença Sem Vencimentos

PORTARIA Nº 2402 DE 14 DE MAIO DE 2013.

“RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 3570/2012 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. ANA CRISTINA DE MELLO ANDRADE, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 13 de maio de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 13 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013 .

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013

Protaria de Licença Sem Vencimentos

PORTARIA Nº. 2359 DE 07 DE MAIO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora DAIANE SIQUEIRA FERREIRA, matrícula nº. 17307/03, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 08 de maio de 2013 à 08 de maio de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 07 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2415 DE 15 DE MAIO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, MEILA MAUREN VELHO DE SOUZA, matrícula nº. 19751/01, que exerce a função de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 17 de maio de 2013 á 17 de maio de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 15 de maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2459 DE 22 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:
I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, VIVIANE BERKENBROCH RAMOS, matrícula nº. 1547/02, que exerce a função de Professor, com carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 20 de maio de 2013 á 20 de maio de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 22 de maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2463 DE 22 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, MARIA DE LOURDES MARASCHIN, matrícula nº. 3837/03, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 30 de maio de 2013 á 30 de maio de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 22 de maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2471 DE 24 DE MAIO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:
I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ELOIZA PINHEIRO, matrícula nº. 2670/05, que exerce a função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 02 de maio de 2013 á 02 de maio de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 24 de maio de 2013.
PORTARIA Nº. 2472 DE 24 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ELOIZA PINHEIRO, matrícula nº. 2670/10, que exerce a função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 02 de maio de 2013 á 02 de maio de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 24 de maio de 2013.

PORTARIA Nº. 2473 DE 24 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, PATRICIA COUTO, matrícula nº. 1850/06, que exerce a função de monitora de educação infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de maio de 2013 á 02 de maio de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 24 de maio de 2013.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 004/2013 FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013 FUNREBOM

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE ROUPEIROS DUPLOS EM MDF COM PRATILEIRAS DIVERSAS PARA O EFETIVO DA CORPORAÇÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 21/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 21/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 10 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 90/2013

Extrato de Contrato

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 090/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

Vigência : Início: 07/06/2013 Término: 05/09/2013.

Licitação : Concorrência Nº 076/2012.

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 082/2012, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONPLA CONTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

NAVEGANTES, 07 de junho de 2013.

Extrato Ata Registro de Preço Nº 24/2013 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº FMS 24/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 24/2013, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 24/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas ALTERMED MATERIAIS MED. HOSPITALAR LTDA, no valor de R\$ 8.068,65 (oito mil sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) e G. STRAPASSON COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Vigência: 05/06/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de junho de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço Nº 31/2013 FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº FMS 31/2013.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 31/2013, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 31/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas SESI FARMÁCIA - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, no valor de R\$ 137.000,00 (centro e trinta e sete mil reais).
Vigência: 04/06/2014.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço Nº 32/2013 FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº FMS 32/2013.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 32/2013, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 32/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas SESI FARMÁCIA - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, no valor de R\$ 316.000,00 (trezentos e dezesseis mil reais).
Vigência: 04/06/2014.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Nova Trento**PREFEITURA****Decreto Nº 057/2013**

DECRETO nº 057, de 29 de maio de 2013.
Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora CACILDA SANTA DALRI FELLER e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora CACILDA SANTA DALRI FELLER, detentora da matrícula funcional nº 90, portadora do CPF n. 064.092.299-68, inscrita no PASEP n. 17007927015, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.418,89 (três mil quatrocentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos) que será pago mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista nos art. 58 e 60, inciso I, da Lei Municipal nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, Estatuto do Magistério Público do Município de Nova Trento.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/06/2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Trento, em 29 de maio de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

MOISÉS CIPRIANI
Diretor do IPREVENT

Resultado Final e Homologação - Pregão Presencial Nº 043/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2013 - SRP 018
HOMOLOGAÇÃO: 07/06/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: O objeto deste pregão é o Registro de Preços para a aquisição parcelada de LÂMINAS, PARAFUSOS, PORCAS E DENTES para Motoniveladora, Pá Carregadeira e Retroescavadeira, da frota do Município de Nova Trento, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme especificações constantes deste edital e seus anexos.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:
TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - EPP - (CNPJ Nº 79.905.071/0001-93) - Valor Total: R\$ 25.580,00 (Vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta reais).
JÚLIO SILVESTRI FILHO ME - (CNPJ Nº 15.608.150/0001-50) - Valor Total: R\$ 15.630,00 (Quinze mil, seiscentos e trinta reais).
Vigência: 12 meses.

Nova Trento/SC, 07 de junho de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 018/2013

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2013

PROCESSO Nº 065/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2013

Aos 07 dias do mês de junho de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 07/06/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para a aquisição parcelada de LÂMINAS, PARAFUSOS, PORCAS E DENTES para Motoniveladora, Pá Carregadeira e Retroescavadeira, da frota do Município de Nova Trento, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme especificações constantes do edital e seus anexos, tipo menor preço por Lote.

As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

LOTE I - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA. EPP.

(CNPJ Nº 79.905.071/0001-93)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	Lâmina 13 furos 3/4, curva, dureza mínima de 450 HB, para utilização em MOTONIVELADORA 120K. (Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	40	TBM	322,18	12.887,21
2	Unid.	Lâmina 13 furos 5/8, reta, dureza mínima de 450 HB, para utilização em MOTONIVELADORA 120B. (Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	20	TBM	322,18	6.443,59
3	Unid.	Parafuso 3/4, X2" comprimento, com porca, para utilização em MOTONIVELADORA 120K.	400	REX	2,58	1.030,96
4	Unid.	Parafuso 5/8 X2" comprimento, com porca, para utilização em MOTONIVELADORA 120B.	260	REX	2,42	628,24

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 20.990,00

LOTE II - JÚLIO SILVESTRI FILHO ME. (CNPJ Nº 15.608.150/0001-50)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	Unid.	Lâmina da concha, para utilização de PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III.	3	METISA	1.205,62	3.616,85
6	Unid.	Dentes para utilização em PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III.	30	COLINA	103,75	3.112,35

7	Unid.	Parafusos 5/8X3,5" comprimento, com porca, para utilização em PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III.	60	FEY	3,35	200,80
---	-------	--	----	-----	------	--------

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 6.930,00

LOTE III - JÚLIO SILVESTRI FILHO ME. (CNPJ Nº 15.608.150/0001-50)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	Unid.	Lâmina da concha dianteira com parafusos e porcas, para utilização em RETRO CASE 580L.	4	METISA	454,03	1.816,14
9	Unid.	Lâmina da concha da lança traseira, para utilização em RETRO CASE 580L.	4	FEY	412,44	1.649,75
10	Unid.	Dentes para concha dianteira e traseira para utilização em Retro Case 580L.	35	COLINA	3,54	123,91
11	Unid.	Parafusos 5/8 X2,5" comprimento, com porca, para os dentes, para utilização em Retro Case 580L.	70	FEY	3,72	260,20

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 3.850,00

LOTE IV - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA. EPP.

(CNPJ Nº 79.905.071/0001-93)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	Unid.	Lâmina da concha dianteira, para utilização em RETRO MAXION 750.	3	TBM	752,91	2.258,72
13	Unid.	Lâmina da concha da lança traseira, para utilização em RETRO MAXION 750.	3	TBM	290,28	870,83
14	Unid.	Dentes para concha dianteira e traseira para utilização em Retro Maxion 750.	35	TBM	36,28	1.269,96
15	Unid.	Parafusos 5/8 X2,5" comprimento, com porca, para os dentes, para utilização em Retro Maxion 750.	70	REX	2,72	190,49

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 4.590,00

LOTE V - JÚLIO SILVESTRI FILHO ME. (CNPJ Nº 15.608.150/0001-50)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
------	-------	---------------	--------	-------	----------------	-------------

16	Unid.	Lâmina da concha dianteira, para utilização em RETRO NEW ROLLAND LB110.	3	METI-SA	787,12	2.361,37
17	Unid.	Lâmina da concha da lança traseira, para utilização em RETRO NEW ROLLAND LB110.	3	METI-SA	265,76	797,29
18	Unid.	Dentes para concha dianteira e traseira para utilização em Retro New Rolland LB110.	35	COLI-NA	32,83	1.149,03
19	Unid.	Parafusos 5/8 X2,5" comprimento, com porca, para os dentes, para utilização em Retro New Rolland LB110.	70	FEY	1,95	136,79
20	Unid.	Capas de dentes para utilização em Retro New Rolland LB110.	20	COLI-NA	17,20	343,93
21	Unid.	Parafusos 12mmX3" comprimento, com porcas, (para as capas), para utilização em Retro New Rolland LB110.	20	FEY	3,08	61,59

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 4.850,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 07 de junho de 2013.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Orleans

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 84/2013 - Revitalização de Ruas

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 84/2013.
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº.: 84/2013
Tipo : Menor Preço/GLOBAL

Objeto : REVITALIZAÇÃO URBANA DAS RUAS: PROFESSOR MAYA, CARLOS VOLPATO, VEREADOR AFONSO ZANINI E JANUARIO MAZON

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 26/06/2013

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 26/06/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08h00min às 12h00min (Expediente Interno) e das 13h30min às 17h30min horas (Atendimento ao Público), pelo fone (48) 3886.0100 ou pelo email licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans, 10 de Junho de 2013

PATRICIA LIBRELATO MASSUCCO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº de 3.873, de 04 de Junho de 2013.

LEI Nº DE 3.873, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

OBRAS. Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 2.099, de 08 de julho de 2005.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores apro-vou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 2.099, de 08 de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei aos projetos protocolados até 31 de dezembro de 2013, sendo que a obra deve estar concluída até a data de início de vigência da pre-sente Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 04 de junho de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº de 3.874, de 04 de Junho de 2013

LEI Nº DE 3.874, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Gua-rani.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani, inscrita no CNPJ 14.756.565/0001-08, com sede e foro na Rua Augusto Haeming nº 96, Bairro Centro - Palhoça - Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de junho de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº de 3.875, de 04 de Junho de 2013

LEI Nº DE 3.875, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Comunidade Terapeutica El Shaddai.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Comunidade Terapeutica El Shaddai, localizada no Bairro Morretes na Rua Estrada Geral de Morretes, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de junho de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº de 3.876, de 04 de Junho de 2013

LEI Nº DE 3.876, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

ESTABELECE A INSTITUIÇÃO DO PRÊMIO CLAUDIR SILVEIRA DE ARTE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica estabelecido o Prêmio Claudir Silveira de Arte.

Art. 2º Fica criado o Premio Claudir Silveira de Arte, que será entregue a uma pessoa que seja merecedora e escolhida pela Academia de Letras de Palhoça, cujos critérios serão estabelecidos em regulamentação própria.

§1º O prêmio, será entregue durante a semana de aniversário do Município, o Poder Legislativo poderá realizar, de acordo com a sua conveniência e interesse, uma solenidade para entrega da premiação ao ganhador, com as devidas homenagens, ou na Sessão solene de aniversário do Município.

§2º A escolha referida no caput deste artigo não pode recair sobre integrantes do quadro de acadêmicos da Academia de Letras de Palhoça.

§3º A escolha do nome do agraciado deverá ser comunicado a Presidência da Câmara Municipal, até o dia 30 de novembro do ano anterior.

§4º A concessão do premio será acompanhado do respectivo diploma, sendo que este ultimo ficará, a cargo da Academia de letras do Município.

Art. 3º As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de junho de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº de 3.877, de 07 de Junho de 2013

LEI Nº DE 3.877, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

TOCAR O HINO DE PALHOÇA NAS ESCOLAS PÚBLICAS, PARTICULARES E NA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Deverá ser tocado o Hino de Palhoça em todas as escolas deste Município, sendo ela de natureza particular ou pública, no mínimo uma vez por mês para os educandos deste Município.

Art. 2º Deverá ser tocado o Hino de Palhoça na Câmara Municipal deste Município, na primeira Sessão de cada mês.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de junho de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº de 3.878, de 07 de Junho de 2013

LEI Nº DE 3.878, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Grupo da Terceira Idade Nova Esperança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo da Terceira Idade Nova Esperança, inscrita no CNPJ sob nº 1.803.375/0001-02, com sede e foro nesta cidade e município de Palhoça, sito na Rua Manoel Cândido Vicente, nº 137, bairro Jaqueira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 07 de junho de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.511, de 27 de Maio de 2013

DECRETO Nº 1.511, DE 27 DE MAIO DE 2013.

CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 19 de junho de 2013, no auditório do Centro Administrativo de Palhoça, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça (SC), sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através da Diretoria de Atividades Culturais.

Art. 2º A II Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue:

Art. 3º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo

como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 3º A II Conferência Municipal de Cultura será presidida pela Secretária Municipal de Saúde e, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor de Cultura do Município de Palhoça.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura expedirá o regulamento da II Conferência Municipal de Cultura de Palhoça.

Parágrafo Único. O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da II Conferência Municipal de Cultura de Palhoça, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 5º As despesas com a realização da II Conferência Municipal de Cultura de Palhoça correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Palhoça.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de maio de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Errata 001 do Pregão Presencial Nº 107/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA Nº 001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo I do Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 21 de junho de 2013, às 09:00, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 10 de junho de 2013.

A PREGOEIRA.

Convênio N° 026, de 16 de Maio de 2013

CONVÊNIO N° 026, DE 16 DE MAIO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Fundação Cambirela de Meio Ambiente, para cedência de servidores municipais.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, Fundação Cambirela de Meio Ambiente, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 06.139152/0001-56, com sede na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, representada neste ato pelo seu Superintendente, Sr. ELITON CARLOS VERARDI DUTRA, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, com base na Lei Complementar nº 137, de 20 de março de 2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnico-funcional entre as partes, visando o estabelecimento de condições adequadas para o funcionamento da CONVENIADA, em atendimento aos interesses mútuos de agilidade e eficiência das atividades de sua competência, para cessão de servidores municipais entre as partes, em conformidade com a Lei Complementar nº 137, de 20 de março de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÔNUS

O ônus pela cessão de pessoal correrá da seguinte forma:

- a) Ressarcido à origem;
- b) Da origem do respectivo órgão de lotação do servidor efetivo;
- c) Da solicitante no caso de exercício de cargo em comissão nas funções de chefia, direção ou assessoramento.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses mencionadas acima as partes encaminham mensalmente o controle de ponto dos servidores cedidos, sempre até o dia quinze de cada mês.

CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir de 01 de janeiro de 2013 e tem seu término em 31/12/2014.

Parágrafo único. As Portarias de cessão de funcionários deverão ser expedidas com data de início e término da cessão.

CLAUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

Mediante Termo Aditivo, poderão ser feitas alterações, a qualquer tempo, ao Convênio, desde que preservado o seu objeto e a vontade mútua das partes conveniadas.

CLAUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por quaisquer das partes acima identifica-das em caso de descumprimento das cláusulas aqui acordadas, mesmo que isoladamente e/ou unilateralmente, por motivos supervenientes que impeçam o seu cumprimento por parte do CONVENENTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelas partes conveniadas e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Palhoça, de 16 de maio 2013.

MUNICIPIO DE PALHOÇA

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO CAMBIRELA DE MEIO AMBIENTE

ELITON CARLOS VERARDI DUTRA

Superintendente

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CPF:

Nome:

Assinatura

Carteira Identidade

CPF:

Convênio Nº 001, de 19 de Fevereiro de 2013 CONVÊNIO Nº 001, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013.

Convênio que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Palhoça e a Instituição Orionópolis Catarinense, objetivando a disposição de servidores municipais.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.892.316/0001-08, situada na Avenida Hilza Terezinha Pagani, nº 289, Parque Residencial Pagani, Palhoça - SC - CEP 88130-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, portador de cédula de identidade nº 254.320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 179.192.829-34, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENENTE e, de outro lado, a Instituição ORIONÓPOLIS CATARINENSE, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.670.631./0001-57, com sede na Rua Frederico Afonso, 5568 - Centro, Município de São José, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, PE. JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 705.448.918-72, denominada simplesmente CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 2.833, de 14 de abril de 2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente instrumento tem por objeto a cooperação técnico-social, mediante cessão das servidoras abaixo descritas:

1) DEOLINDA PICKLER PEREIRA, pertencente ao quadro de pessoal da Administração direta do CONVENENTE, para prestar serviços junto à Conveniada no atendimento de pessoas carentes, sem entidade familiar constituída e/ou por esta abandonada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal; e

2) LUCIANA PAMPLONA WEBER, pertencente ao quadro de pessoal da Administração direta do CONVENENTE, para prestar serviços junto à Conveniada no atendimento de pessoas carentes, sem entidade familiar constituída e/ou por esta abandonada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semana.

CLÁUSULA SEGUNDA

O ônus pela cessão de pessoal correrá à conta do CONVENENTE, devendo a CONVENIADA repassar, mensalmente, o controle de ponto da servidora cedida, sempre até o quinto dia de cada mês.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31/12/2014.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio poderá ser alterado, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto e por mútuo acordo.

CLÁUSULA QUINTA

A Conveniada se compromete a disponibilizar, quando necessário, ao CONVENENTE, 10 (dez) vagas para internação de munícipes que se enquadrem na condição de pessoas carentes, sem entidade familiar constituída e/ou por esta abandonada.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça/SC, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou avençado, assinam as partes conveniadas o presente termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Palhoça, 19 de fevereiro de 2013.
Prefeitura Municipal de Palhoça
NIRDO ARTUR LUZ

DIRETOR PRESIDENTE - ORIONÓPOLIS CATARINENSE
Pe. JOSÉ MANOEL DOS SANTOS

TESTEMUNHAS

Nome: _____ Nome: _____
Assinatura: _____ Assinatura: _____
CPF: _____ CPF: _____

Extrato de Ata de Registro de Preços 040/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º040/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.
DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Valor Total
19	2.000	amp.	Biperideno 5 mg, sol injetável 1ml	CRISTÁLIA	R\$1,448	R\$2.896,00
25	3.000	amp.	Cetoprofeno 100mg/mL EV (CENTRI)	CRISTÁLIA	R\$2,953	R\$8.859,00
26	3.000	amp.	Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL	CRISTÁLIA	R\$1,296	R\$3.888,00
32	4.000	amp.	Cloridrato de ondansetrona 2 mg, injetável c/ 2 ml	CRISTÁLIA	R\$1,00	R\$4.000,00
34	2.000	amp.	Clorpromazina 5 mg/ml c/ 5 ml	CRISTÁLIA	R\$1,00	R\$2.000,00
35	2.000	fr	Clorpromazina solução oral 40mg/mL	CRISTÁLIA	R\$4,087	R\$8.174,00
42	100	cx	Cloridrato de paroxetina 30mg, caixa com 30 comp.	CRISTÁLIA	R\$9,51	R\$951,00
48	2.000	amp.	Decanoato de haloperidol 50 mg/ml frs 1 ml	CRISTÁLIA	R\$4,328	R\$8.656,00
63	1.500	amp.	Enantato de flufenazina 25 mg/ml solução injetável 1 ml	CRISTÁLIA	R\$3,157	R\$4.735,50
66	1.500	amp.	Fenobarbital 100 mg amp c/ 2 ml injetável	CRISTÁLIA	R\$1,24	R\$1.860,00
67	40	tb	Fibrase pomada 30gr	CRISTÁLIA	R\$16,999	R\$680,00
68	1.000	amp.	Flumazenil 0,1mg/ml IV c/5mL CENTRI	CRISTÁLIA	R\$17,30	R\$519,00
84	2.000	amp.	Hidralazina 20mg c/ 50 amp 1 ml	CRISTÁLIA	R\$3,309	R\$6.618,00

95	50	cx	Lamotrigina 25mg c/30cp	CRISTÁLIA	R\$7,41	R\$370,50
109	2.000	amp.	Naloxona 0,4mg/mL IM, SC, IV c/1mL (CENTRI)	CRISTÁLIA	R\$7,74	R\$15.480,00
111	3.000	amp.	Omeprazol 40mg iv	CRISTÁLIA	R\$3,937	R\$11.811,00
						R\$81.498,00

Extrato de Ata de Registro de Preços 041/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º041/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.
DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Valor Total
2	4.000	amp.	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg/ml, susp. injetável - ampola de 1ml	E M S	R\$9,98	R\$39.920,00
9	3.000	amp.	Amiodarona 50 mg/3ml, injetável	HIPOLABOR	R\$1,89	R\$5.670,00
11	5.000	frs	Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml (CENTRI)	HIPOLABOR	R\$1,87	R\$9.350,00
24	2.000	amp.	Ceftriaxona dissódica 1g pó para sol injetável IV (CENTRI)	TEUTO	R\$1,119	R\$2.238,00
52	10.000	amp.	Dipirona 500mg/5 ml c/ 2 ml injetável	SANTISA	R\$0,79	R\$7.900,00
70	5.000	amp.	Fosfato dissódico de dexametasona 4 mg/ml - amp 2,5 ml	FARMACE	R\$0,52	R\$2.600,00
78	4.000	amp.	Furosemida 10 mg/ml amp c/ 2 ml injetável	TEUTO	R\$0,37	R\$1.480,00
85	5.000	amp.	Hidrocortisona 100 mg	TEUTO	R\$1,98	R\$9.900,00
86	5.000	amp.	Hidrocortisona 500 mg	TEUTO	R\$3,95	R\$19.750,00
115	4.000	amp.	Prometazina 2ml injetável	SANVAL	R\$0,98	R\$3.920,00
138	3.000	tb	Xylocaina geléia 20mg/g 30g	PHARLAB	R\$1,669	R\$5.007,00
						R\$107.735,00

Extrato de Ata de Registro de Preços 042/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º042/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.
DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Valor Total
6	50	frs	Alivium 100 mg/ml, frasco com 20 ml	HYPER-MARCAS	R\$11,79	R\$589,50
12	30	cx	Arpadol 400mg, caixa com 30 comprimidos	APSEN	R\$30,65	R\$919,50
18	60	fr	Bimatoprost, frasco com 3mL	ALLERGAN	R\$54,20	R\$3.252,00
37	250	cx	Cilostazol 100mg c/ 30 cp.	BIOSINTETICA	R\$11,68	R\$2.920,00
38	150	cx	Cloridrato de Clonazepam 10mg, caixa com 30 comp.	BIOSINTETICA	R\$4,98	R\$747,00
39	30	cx	Crestor 20mg c/ 30 cp.	ASTRAZENECA	R\$130,03	R\$3.900,90
45	2.000	frs	Colírio anestésico 10ml	ALLERGAN	R\$4,18	R\$8.360,00
53	100	tb	Diprosalic pomada 30g	HYPER-MARCAS	R\$12,53	R\$1.253,00
54	150	cx	Diosmin 450 50mg, caixa com 60 comp.	ACHE	R\$42,09	R\$6.313,50
56	24	cx	Diovan amló fix 320 10mg c/ 28 cp.	NOVARTIS	R\$69,18	R\$1.660,32
57	40	cx	Diovan amló fix 320 5mg c/ 28 cp.	NOVARTIS	R\$58,60	R\$2.344,00
59	30	cx	Donaren 50 mg, caixa com 60 comp.	APSEN	R\$33,01	R\$990,30
64	1.000	tb	Epítezan pomada 3,5 grama	ALLERGAN	R\$5,69	R\$5.690,00
72	100	cx	Foraseq 12/400mcg c/60caps	NOVARTIS	R\$53,00	R\$5.300,00
77	50	tb	Furoato de mometasona pomada 20g	BIOSINTETICA	R\$6,97	R\$348,50
79	130	cx	Galvus Met 50/1000mg c/56 cp	NOVARTIS	R\$100,33	R\$13.042,90
93	30	cx	Labirin 16mg, caixa com 30 comp.	APSEN	R\$14,53	R\$435,90
99	15	amp.	Lucentis 0,23mL	NOVARTIS	R\$2.257,48	R\$33.862,20
103	130	cx	Meloxicam 15mg c/10cp	BIOSINTETICA	R\$12,46	R\$1.619,80
105	1.200	amp.	Metoprolol 1mg/mL c/5mL (CENTRI)	ASTRAZENECA	R\$13,95	R\$16.740,00
113	30	cx	Paratram 37,5 325mg, caixa com 20 comprimidos	ZODIAC	R\$28,18	R\$845,40
116	25	cx	Ritalina LA 20mg c/ 30 cp.	NOVARTIS	R\$113,56	R\$2.839,00
117	25	cx	Ritalina LA 40mg c/ 30 cp.	NOVARTIS	R\$125,20	R\$3.130,00
						R\$117.103,72

Extrato de Ata de Registro de Preços 043/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º043/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Valor Total
7	30	cx	Alprazolam 0,25mg c/20cp	NOVA QUÍMICA	R\$1,78	R\$53,90
8	1.000	amp.	Aminofilina 10 ml injetável	BRAIN-FARMA	R\$0,61	R\$610,00
17	1.500	amp.	Bicarbonato de sódio 8,4% frs - 10 ml	SAMTEC	R\$0,439	R\$658,50
28	1.000	amp.	Cloreto de potássio 19,1% 10 ml (01-02-0420)	SAMTEC	R\$0,15	R\$150,00
40	20	cx	Cloridrato de Dorzolamida, frasco com 5 ml.	EMS	R\$12,60	R\$252,00
41	25	fr	Cloridrato de Fexofenadina 180mg, caixa com 10 comp.	RANBAXY	R\$19,80	R\$495,00
80	30	cx	Ginkgo Biloba 80mg, caixa com 30 comprimido	CIMED	R\$5,59	R\$167,70
104	10.000	amp.	Metoclopramida 10 mg injetável amp c/ 2 ml (01-02-1306)	TEUTO	R\$0,2099	R\$2.099,00
107	70	cx	Miocalven D, caixa com 60 sachets	CHIESI	R\$61,80	R\$4.326,00
130	30	cx	Tartarato de bromonidina 0,2%, frasco com 5 mL	BRAIN-FARMA	R\$9,20	R\$276,00
133	15	cx	Torsilax c/100cp	BRAIN-FARMA	R\$44,90	R\$673,50
						R\$9.761,10

Extrato de Ata de Registro de Preços 044/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º044/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Valor Total
13	50	cx	Artrodar 500mg, caixa com 30 comp.	TRB	R\$65,39	R\$3.269,50
55	40	cx	Diovan 80mg c/28cp	NOVARTIS	R\$52,95	R\$2.118,00
						R\$5.387,50

Extrato de Ata de Registro de Preços 045/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º045/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRATI DONADUZZI E CIA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Valor Total
21	2.000	fr	Brometo de fenoterol, gotas, frasco c/ 20ml	PRATI DONADU-ZZI	R\$1,00	R\$2.000,00
22	2.000	fr	Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml sol inal. 20ml	PRATI DONADU-ZZI	R\$0,45	R\$900,00
73	15.000	frs	Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60ml. CENTRI	PRATI DONADU-ZZI	R\$2,20	R\$33.000,00
121	30.000	cp	Secnidazol 1.000mg: (básica)	PRATI DONADU-ZZI	R\$0,34	R\$10.200,00
						R\$46.100,00

Extrato de Ata de Registro de Preços 046/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º046/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Valor Total
74	70	cx	Frisium 10mg c/20cp	SANOFI-AVENTIS	R\$6,41	R\$448,70
75	60	cx	Frisium 20mg c/20cp	SANOFI-AVENTIS	R\$12,02	R\$721,20
108	100	fr	Neuleptil 4pcc, frasco com 20 mL.	SANOFI-AVENTIS	R\$8,32	R\$832,00
129	30	cx	Sulpirida 50mg c/20cp	SANOFI - AVENTIS	R\$5,75	R\$172,50
						R\$2.174,40

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º038/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º038/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Total
3	4.000	amp.	Adenosina 3mg/ml lv 2ml	HIPOLABOR	R\$8,09	R\$32.360,00
5	40.000	amp.	Água destilada 10 ml injetável	SAMTEC	R\$0,11	R\$4.400,00
15	1.500	amp.	Atropina 01 ml	HYPOFAR-MA	R\$0,37	R\$555,00

29	1.000	amp.	Cloreto de sódio 20%-10 ml	ISOFARMA	R\$0,19	R\$190,00
30	24	frs	Cloridrato de betaxolol 5mg/ml, solução oftal, frasco com 5 ml	CRISTALIA	R\$2,72	R\$65,28
31	1.000	amp.	Cloridrato de dopamina 5 mg/ml amp c/ 10 ml injetável	TEUTO	R\$0,48	R\$480,00
33	4.000	amp.	Cloridrato de ranitidina 50 mg c/ 2 ml inj	HYPOFAR-MA	R\$0,36	R\$1.440,00
43	15.000	amp.	Cloridrato de tramadol 50mg/ml, injetavel 2ml (CENTRI)	TEUTO	R\$0,789	R\$11.835,00
50	10.000	amp.	Diclofenaco sódico 25 mg/ml 3 ml injetável	UNIÃO QUÍMICA	R\$0,73	R\$7.300,00
58	800	amp.	Dobutamina 250mg solução injetável 50mg/ml (01-02-1616)	NOVAFAR-MA	R\$1,94	R\$1.552,00
60	1.500	amp.	Dopamina 50mg/10ml injetável	TEUTO	R\$0,48	R\$720,00
81	2.000	fr	Glicose 25% 10 ml	SAMTEC	R\$0,16	R\$320,00
82	2.000	amp.	Glicose 50% 10 ml	SAMTEC	R\$0,17	R\$340,00
83	1.000	fr	Gluconato de cálcio 10 ml injetável	ISOFARMA	R\$0,52	R\$520,00
106	800	amp.	Midazolam 5mg/ml c/3ml	HIPOLABOR	R\$0,77	R\$616,00
110	10.000	tb	Nistatina creme vaginal 25.000UI - 50gr. c/ aplicador (Básica)	TEUTO	R\$1,52	R\$15.200,00
127	1.500	fr	Sulfato de magnésio 10% c/ 10mL	SAMTEC	R\$0,34	R\$510,00
128	3.000	amp.	Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml, amp c/ 1 ml	HIPOLABOR	R\$1,649	R\$4.947,00
131	12.000	amp.	Tenoxicam 20 mg iv/im (com diluente)	UNIÃO QUÍMICA	R\$3,08	R\$39.960,00
						R\$120.310,28

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º039/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º039/2013 - Pregão Presencial 15/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 24/05/2013 à 23/05/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Preço Unitário	Valor Total
1	15	tb	Ácido poliacrílico 10g (gel)	UNIÃO QUÍMICA	R\$10,48	R\$157,20
76	60	cx	Fumarato de Quetiapina 100mg c/30cp	SANDOZ	R\$27,00	R\$1.620,00
98	25	cx	Lorazepam 2 mg c/20cp	TEUTO	R\$2,00	R\$10,00
112	40	fr	Oxalato de Escitalopram 10mg, caixa com 30 comp.	TKS	R\$27,00	R\$1.080,00
						R\$2.867,20

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria 235/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 235/2013
DESIGNA PREGOEIRAS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

Art. 1º. Designar para atuar como pregoeiras em licitações na modalidade pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de PAULO LOPES/SC, as servidoras Zenita Feliciano da Silva e Francielly Aparecida Lopes.

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da EQUIPE DE APOIO em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de PAULO LOPES/SC, as servidoras: Fabrine Latrônico Torres, Angêla Correa Moizeis e Caroline Machado Dionel.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Município de Paulo Lopes - SC, em 03 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 236/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 236/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, efetivo e não estável Sebastião de Brito, brasileiro, portador do CPF nº 559.760.779-00, matrícula nº 10799, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, nomeado pela portaria nº 136/2012, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC, em 03 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Contratos Assinados Dia 10-06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 79/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
Contratada: Contratos & Negócios Licitações Ltda
Valor: 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 10/06/2013 Término: 10/11/2013
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 39/2013
Recursos: Dotação:

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de apoio administrativos a secretaria municipal de administração na área de licitações públicas. Conforme descritivo de proposta vinculada ao processo licitatório.
Paulo Lopes, 10 de Junho de 2013
Contrato Nº.: 4º T.A. C.101/12
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
Valor: 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/06/2013 Término: 10/09/2013
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 38/2012
Recursos: Dotação:

Objeto: Drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Maria Teodora marcos e parte da rua Rufino Manoel de Jesus, com a área total de 1.814,509 m, no Bairro Morro do Freitas, Município de Paulo Lopes.

Pescaria Brava

PREFEITURA

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar

Lei nº 021, de 25 de abril de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE."

Antonio Avelino Honorato Filho, Prefeito Municipal de Pescaria Brava, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

Art.2º Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de devolução integral em espécie, devendo ser considerado, o custo com operador, óleo diesel e manutenção de máquinas, que será devidamente regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

Art. 4º Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, pescadores, carcinicultores, localizados no Município de Pescaria Brava, estado de Santa Catarina.

Art. 5º Os agricultores que desejam participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do programa nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 6º Os produtores interessados no benefício concedido de hora máquina para a construção e adequação dos tanques, deverão procurar a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Turismo do Município, para o agendamento dos serviços, os quais deverão obedecer a ordem cronológica de satisfação.

Art. 7º Cada produtor terá direito de até 10 (dez) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques, podendo essa quantidade ser revista, dependendo da quantidade, tamanho e localização dos tanques.

Art. 8º Os valores cobrados serão regulamentados na forma do art. 2º, sendo estes suficientes para cobrir despesas com óleo diesel, operador e manutenção da máquina.

Parágrafo primeiro - Para a determinação do respectivo valor, não sei serão considerados o tempo utilizado de hora/máquina.

Art. 9º Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isomônica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - O comitê municipal será pelo Conselho Municipal de Agricultura, Prefeitura Municipal e entidade de extensão rural, e entidades representativas do setor agrícola.

Art. 10º Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos dos projeto de atividade de manutenção geral da

Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Turismo, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 11º Como forma de incentivo e condição para ser beneficiado pelo programa, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão direito ao benefício, desde que, cumpram os requisitos contidos nesta Lei.

Art. 12º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pescaria Brava, 25 de abril de 2013.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

1º Prefeito Municipal

Dispõe Sobre a Criação dos Cargos Públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate Às Endemias e Dá Outras Providências

Lei Municipal nº 025, de 16 de abril de 2013.

Dispõe sobre a criação dos Cargos Públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam criados os cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei.

Art. 2º. O exercício dos cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á, exclusivamente, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS do Município, na execução das atividades de responsabilidade deste ente federado.

Parágrafo Único. Aplica-se aos servidores titulares dos cargos de que trata o caput deste artigo o Regime Celetista.

Art. 3º. O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do Gestor Municipal.

Parágrafo Único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;

VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º. O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção de saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob responsabilidade do gestor municipal.

Parágrafo Único. São consideradas atividades do Agente de Combate às Endemias, entre outras:

I - pesquisas de vetores nas fases larvárias e adultas;
 II - eliminação de criadouros/depósitos positivos através de remoção, distribuição, vedação, entre outros;
 III - tratamento focal e borrifações com equipamentos portáteis;
 IV - distribuição e recolhimento de coletores de fezes;
 V - coleta de amostras de sangue de cães;
 VI - registro das informações referentes às atividades executadas em formulários específicos;
 VII - orientação da população com relação aos meios de evitar a proliferação de vetores;
 VIII - encaminhamento aos serviços de saúde dos casos suspeitos de doenças endêmicas.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção de saúde, de controle e de vigilância, a que se referem os artigos 3º e 4º desta lei.

Art. 6º. O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II - haver concluído o Ensino fundamental.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I considera-se área o espaço geográfico definido pelo gestor municipal da saúde, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 7º. O Agente de Combate às Endemias deverá ter concluído o Ensino Fundamental.

Art. 8º. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias serão admitidos, na forma do disposto no § 4º, do artigo 198, da Constituição Federal de 1988 e, serão regidos pelas regras do Regime Estatutário.

Art. 9º. A admissão de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate a Endemias deverá ser precedida de Processo Seletivo público de provas, ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo Único. Será formada uma comissão designada pelo Prefeito Municipal para acompanhamento e fiscalização do processo de seleção.

Art. 10. A administração pública poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate às Endemias na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador e, quando construir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou sem serviço;
- g) violação de segredo;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra e da boa fama ou de ofensas físicas praticada contra empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, conforme vedação prevista no artigo 37, incisos XVI e XV, da Constituição Federal/88.

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Federal nº 9.801, de 14 de junho de 1999.

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no

qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias e prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas, sendo assegurado o acompanhamento do processo administrativo por comissão paritária integrada por representantes da gestão municipal da categoria profissional e do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o vínculo também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I, do artigo 6º, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 11. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, Quadro Suplementar de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, no quantitativo e padrões salariais iniciais estabelecidos na forma do Anexo I e Anexo II, desta lei.

Parágrafo Único. A jornada de trabalho diária e semanal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias observará as peculiaridades locais e é aquela estabelecida, de acordo com os padrões salariais, nos Anexos desta Lei.

Art. 12. Fica vedada a contratação terceirizada de Agentes comunitários de saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos, na forma da Lei aplicável.

Art. 13. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar processo seletivo público de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias para preenchimento das vagas de empregos públicos necessárias a completar o quantitativo previsto no Anexo I e II, desta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 14. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações destinadas à Secretaria Municipal de Saúde, através Fundo Municipal de Saúde, consignadas no orçamento do Município.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava/SC, 16 de abril de 2013.

ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO

Primeiro Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO	QUANTIDADE	VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	36	R\$ 700,00	40 HORAS

ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO

Primeiro Prefeito Municipal

ANEXO II

CARGO	QUANTIDADE	VENCIMENTO	CARGA HORARIA
AGENTE DE ENDEMIAS	02	R\$ 700,00	40 HORAS

ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO

Primeiro Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Chamamento Público - 001/2013 - Pmpb PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - 001/2013 - PMPB

O Município de Porto Belo (SC), torna público o Chamamento Público nº 001/2013 - PMPB.

Objeto: Credenciamento de empresas para Pavimentação Comunitária com Lajotas e/ou Paver de Concreto, em conformidade com a Lei 2042 de 2013.

Data do credenciamento a partir de : 10/06/2013 às 08:00 horas.
Local de Entrega dos Documentos: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC
Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br
Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 10 de junho de 2013.
CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Resolução Nº 006/2013 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 006, de 27 de maio de 2013.
Dispõe sobre a aprovação do Benefício Eventual de Auxílio Funeral.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, em reunião realizada em 27 de maio de 2013, ata de nº 137,

RESOLVE:

APROVAR A PROPOSTA DO BENEFÍCIO EVENTUAL DE AUXÍLIO FUNERAL, CONFORME PROPOSTA APRESENTADA PELO GESTOR DE ASSISTENCIA SOCIAL, SENDO: Urna funerária, sem visor, Modelo Sextavado, com 06 alças,
Acabamento Interno: Forro e babado em TNT (Tecido Não Tecido)
Acabamento externo: pintura em verniz, Medidas: 190cmx60cmx-36cm. Serviço de preparação de corpo: limpeza do corpo, cabelo unha, maquiagem e tamponamento. Serviço de traslado contemplando traslado intermunicipal, área urbana e rural do município. Aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município. Conjunto de velas funerárias, 5X5 cm, com 04 unidades.

SERÁ PROCEDIDO PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, OS QUAIS SERÃO PAGOS DIRETAMENTE À EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 27 de maio de 2013.
MARCIA MARIA BAGGIO CAUS
Presidente do CMAS

Extrato de Contrato Aditivo 066/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 066/2013 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de cessão de uso do sistema informatizado integrado para gestão escolar, na Rede Municipal de Ensino do Município de Porto União nº 036/2012 - EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

O valor mensal a ser pago pela CONTRATANTE passa a ser de R\$ 1.272,00 (hum mil duzentos e setenta e dois reais);

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 12 (doze) meses.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 24 de Maio de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 067/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 067/2013 - EDUCAÇÃO
ao Contrato de Execução de Obra nº 059/2012 - EDUCAÇÃO Partes: Município de Porto União e Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE EXECUÇÃO

Prorroga-se o prazo de execução da obra, do aludido contrato superior, por mais 90 (noventa) dias, a contar de 31 de maio de 2013.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 3277

DECRETO Nº 3277, de 14 de março de 2013..
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 005/2013 FMS"

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3094/2013,

o resultado da Carta Convite nº 005/2013, de 27.02.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- IVETE CAMPESTRINI XAVIER

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
14 de março de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 3277/2013

Carta Convite Nº 005/2013 de 27.02.2013

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE TFD (TRANSPORTE FORA DE DOMICÍLIO) PARA ASSESSORIA TÉCNICA/OPERACIONAL AO DEPARTAMENTO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DESTA SECRETARIA.

Participantes: - IVETE CAMPESTRINI XAVIER;
- MAILA S. JANKE;
- RAQUEL ELIAS.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:
- IVETE CAMPESTRINI XAVIER

Decreto Nº 3419

DECRETO Nº 3419, de 28 de maio de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013 FMS"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 019/2013 FMS, de 15.05.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- LABORATORIO DE PROTESE DENTAC LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
28 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 3419/2013
Pregão Presencial Nº 019/2013 de 15.05.2013.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIAS PARA ATENDER NECESSIDADES DOS PACIENTES DO SUS ATENDIDOS ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA DESTA SECRETARIA.

Participantes: LABORATORIO DE PRÓTESE DENTAC LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

LABORATORIO DE PRÓTESE DENTAC LTDA ME.

Portaria 0723/RH PORTARIA Nº. 0723/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, a servidora pública municipal, FRANCINI BIANCA CIPRIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado, de 10/06/2013 até 14/06/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0635/RH PORTARIA Nº 0635/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 05/05/2008 a 03/05/2013 ao servidor municipal DANIEL JUPPA DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0638/RH

PORTARIA Nº 0638/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 28/03/2007 a 25/03/2012 ao servidor municipal DIEISON FERNANDO MARQUEZ ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Maio de 2013

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0641/RH

PORTARIA Nº 0641/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 05/05/2008 a 03/05/2013 a servidora municipal FERNANDA MABEL FELTRIN ODEBRECHT ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Maio de 2013

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0642/RH

PORTARIA Nº 0642/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 01/06/2008 a 30/05/2013 a servidora municipal ERIVONETE COSTA LUCIO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Maio de 2013

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0643/RH

PORTARIA Nº 0643/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 19/05/2008 a 17/05/2013 a servidora municipal CAROLINE SOSTER CANDIDO ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Maio de 2013

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0644/RH

PORTARIA Nº 0644/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 1º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em gozo, no período de 19/06/2013 a 16/09/2013, referente ao quinquênio 19/05/2008 a 17/05/2013, ao servidor municipal LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Maio de 2013

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0659/RH

PORTARIA Nº 0659/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafos 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio metade em pecúnia e metade gozo, no período de 05/06/2013 a 19/07/2013, referente ao quinquênio 17/07/2007 a 14/07/2012, ao servidor municipal HELMUT LINDNER FILHO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Maio de 2013

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0664/RH
PORTARIA Nº 0664/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 07/05/2013 a 03/09/2013, a servidora municipal ROSANE VANESSA VANDRESEN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0680/RH
PORTARIA Nº 0680/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/04/2013 a 27/07/2013, concedida através da Portaria nº 0098/RH de 21/01/2013 ao servidor municipal SANDRO RENATO SOFKA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0681/RH
PORTARIA Nº 0681/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 26/04/2013 a 10/06/2013, ao servidor municipal SAULO ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0682/RH
PORTARIA Nº 0682/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 05/05/2013 a 01/09/2013, concedida através da Portaria nº 0162/RH de 12/02/2013 a servidora municipal VENI APARECIDA NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0683/RH
PORTARIA Nº 0683/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 08/05/2013 a 04/09/2013, concedida através da Portaria nº 0541/RH de 18/04/2013 ao servidor municipal FLAVIO HAMILTON RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0685/RH
PORTARIA Nº 0685/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao

249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 02/05/2013 a 15/07/2013, a servidora municipal NELCIMAR APARECIDA TRZIMAJEWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0686/RH
PORTARIA Nº 0686/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 15/05/2013 a 14/07/2013, a servidora municipal NERCIRIA ODETE SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0687/RH
PORTARIA Nº 0687/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 02/05/2013 a 24/05/2013, a servidora municipal RUBIANA CARLA SLOMP, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0688/RH
PORTARIA Nº 0688/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 08/05/2013 a 06/07/2013, concedida através da Portaria nº 0545/RH de 22/04/2013 a servidora municipal LEILA DENISE GUCKERT LOSI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0689/RH
PORTARIA Nº 0689/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 05/05/2013 a 02/08/2013, concedida através da Portaria nº 0204/RH de 20/02/2013 a servidora municipal ISOLDE WEHMUTH, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0707/RH
PORTARIA Nº 0707/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 19/05/2013 a 16/08/2013, concedida através da Portaria nº 0480/RH de 08/04/2013 a servidora municipal MARA RUBIA ERNST, ocupante do cargo de provimento efetivo

Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0708/RH
PORTARIA Nº 0708/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 15/05/2013 a 13/07/2013, a servidora municipal SIRLEI FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0709/RH
PORTARIA Nº 0709/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 05/05/2013 a 03/07/2013, a servidora municipal NILVA WESSNER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0710/RH
PORTARIA Nº 0710/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 09/05/2013 a 22/06/2013, ao servidor municipal AUGUSTO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0717/RH
PORTARIA Nº 0717/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora municipal VERA LUCI ROVEDA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Junho de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0718/RH
PORTARIA Nº 0718/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora municipal ISONETE DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Junho de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0724/RH
PORTARIA Nº 0724/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora JANE LAURENTINO SEZERINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme certidão de nascimento n.º 0041833 19 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de NOAH FELIPE SEZERINO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº. 0728/RH
PORTARIA Nº. 0728/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o(a) servidor(a) municipal JOANNA PELLIZZETTI, ocupante do cargo em comissão de CH. DIV. TURISMO, em razão das particularidades afetas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 140464/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Aditivo de Contrato Nº 149/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 149/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIA APARECIDA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 047.274.769-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 149/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 149/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

FABRICIA APARECIDA HINCKEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

Aditivo de Contrato Nº 221/2013

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2013 firmado em 22/02/2013, com término previsto para 05/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIANA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 040.176.289-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 221/2013, iniciando-se a prorrogação em 06/05/2013 e encerrando-se em 03/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29 de Abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

LIANA DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

Aditivo de Contrato Nº 229/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS

SANTOS, portador(a) do CPF nº 007.611.999-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 229/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivo de Contrato Nº 257/2013

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 14/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NAYARA CRISTINA CAETANO SACHT, portador(a) do CPF nº 063.798.259-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 257/2013, iniciando-se a prorrogação em 15/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NAYARA CRISTINA CAETANO SACHT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivo de Contrato Nº 263/2013

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2013 firmado em 01/04/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERENICE CARDOSO ISAIAS, portador(a) do CPF nº 821.622.989-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 263/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

BERENICE CARDOSO ISAIAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivo de Contrato Nº 582/2012

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 582/2012 firmado em 11/06/2012, com término previsto para 08/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE CRISTINA SCOZ, portador(a) do CPF nº 069.570.069-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 582/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 582/2012, iniciando-se a prorrogação em 09/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ALINE CRISTINA SCOZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANDIRA TEREZINHA POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 016.392.149-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 158/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JANDIRA TEREZINHA POSSAMAI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 206/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA REUTER KOPP, portador(a) do CPF nº 000.394.589-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 206/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 206/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANIELA REUTER KOPP

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 201/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELE GRACIANE FRANÇA, portador(a) do CPF nº 059.331.789-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 201/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 201/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

FRANCIELE GRACIANE FRANÇA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE MARA POSSAMAI JASPER, portador(a) do CPF nº 941.972.619-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 197/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

GISELE MARA POSSAMAI JASPER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 142/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de

03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONETE DO PRADO, portador(a) do CPF nº 128.297.838-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 142/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 142/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

IVONETE DO PRADO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI, portador(a) do CPF nº 003.656.929-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 146/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA BLUNING, portador(a) do CPF nº 048.271.349-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 113/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA BLUNING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN, portador(a) do CPF nº 498.410.259-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 192/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS

SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 198/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA AVANCINI, portador(a) do CPF nº 891.703.269-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 198/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 198/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA AVANCINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 063.542.649-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 208/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO

DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2013 firmado

em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUELY CRISTINA FIGUEIREDO, portador(a) do CPF nº 901.619.049-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 207/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SUELY CRISTINA FIGUEIREDO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDETE MARIA AVI PONTICELLI, portador(a) do CPF nº 831.554.579-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 019/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VALDETE MARIA AVI PONTICELLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 206/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA REUTER KOPP, portador(a) do CPF nº 000.394.589-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 206/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 206/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANIELA REUTER KOPP

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 201/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELE GRACIANE FRANÇA, portador(a) do CPF nº 059.331.789-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 201/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 201/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FRANCIELE GRACIANE FRANÇA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE MARA POSSAMAI JASPER, portador(a) do CPF nº 941.972.619-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 197/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

GISELE MARA POSSAMAI JASPER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 142/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONETE DO PRADO, portador(a) do CPF nº 128.297.838-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 142/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 142/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

IVONETE DO PRADO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI, portador(a) do CPF nº 003.656.929-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 146/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA BLUNING, portador(a) do CPF nº 048.271.349-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 113/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JULIANA BLUNING
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de

03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN, portador(a) do CPF nº 498.410.259-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 192/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS

SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 198/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de

03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA AVANCINI, portador(a) do CPF nº 891.703.269-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 198/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 198/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA AVANCINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de

03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 063.542.649-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 208/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO

DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUELY CRISTINA FIGUEIREDO, portador(a) do CPF nº 901.619.049-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 207/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SUELY CRISTINA FIGUEIREDO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDETE MARIA AVI PONTICELLI, portador(a) do CPF nº 831.554.579-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 019/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VALDETE MARIA AVI PONTICELLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 04/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER, portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2013, iniciando-se a prorrogação em 05/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CRISTIANI BECKER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3072012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 08/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3072012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3072012, iniciando-se a prorrogação em 09/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 04/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER, portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2013, iniciando-se a prorrogação em 05/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CRISTIANI BECKER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3072012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 08/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3072012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3072012, iniciando-se a prorrogação em 09/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 04/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER, portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2013, iniciando-se a prorrogação em 05/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CRISTIANI BECKER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3072012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 08/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3072012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3072012, iniciando-se a prorrogação em 09/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA

SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 04/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER, portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2013, iniciando-se a prorrogação em 05/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CRISTIANI BECKER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3072012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 08/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA

MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3072012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3072012, iniciando-se a prorrogação em 09/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) APARECIDA BAUNER BOELL, portador(a) do CPF nº 792.096.619-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 080/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

APARECIDA BAUNER BOELL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 093/2012 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIRLEI DE FATIMA CORDEIRO, portador(a) do CPF nº 043.057.669-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 093/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 093/2012, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DIRLEI DE FATIMA CORDEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS, portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 132/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) APARECIDA BAUNER BOELL, portador(a) do CPF nº 792.096.619-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 080/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

APARECIDA BAUNER BOELL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 093/2012 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIRLEI DE FATIMA CORDEIRO, portador(a) do CPF nº 043.057.669-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 093/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 093/2012, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DIRLEI DE FATIMA CORDEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS, portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 132/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2013 firmado em 22/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 022.470.340-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 217/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de

outro lado o(a) Sr.(a) ANA MARIA DE OLIVEIRA BAUMANN, portador(a) do CPF nº 601.163.319-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 210/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ANA MARIA DE OLIVEIRA BAUMANN
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 203/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANO STRINGARI, portador(a) do CPF nº 028.802.279-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 203/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 203/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CRISTIANO STRINGARI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 211/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEANY RODRIGUES, portador(a) do CPF nº 049.840.349-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 211/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 211/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOSEANY

RODRIGUES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MARA BARBOSA PASSING, portador(a) do CPF nº 006.059.039-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

032/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS

SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA DUMKE VERLICK, portador(a) do CPF nº 889.993.009-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

141/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

REGINA DUMKE VERLICK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERY LEHMKUHL, portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 110/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSEMERY LEHMKUHL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SINTIA LUCIANO, portador(a) do CPF nº 056.355.559-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 106/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SINTIA LUCIANO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDETE MARIA AVI PONTICELLI, portador(a) do CPF nº 831.554.579-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 019/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

VALDETE MARIA AVI PONTICELLI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2013 firmado em 22/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 022.470.340-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 217/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA MARIA DE OLIVEIRA BAUMANN, portador(a) do CPF nº 601.163.319-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 210/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ANA MARIA DE OLIVEIRA BAUMANN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 203/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANO STRINGARI, portador(a) do CPF nº 028.802.279-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 203/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 203/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CRISTIANO STRINGARI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 211/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEANY RODRIGUES, portador(a) do CPF nº 049.840.349-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 211/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 211/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOSEANY
RODRIGUES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MARA BARBOSA PASSING, portador(a) do CPF nº 006.059.039-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 032/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS
SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA DUMKE VERLICK, portador(a) do CPF nº 889.993.009-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 141/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

REGINA DUMKE VERLICK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERY LEHMKUHL, portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 110/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSEMERY LEHMKUHL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de

outro lado o(a) Sr.(a) SINTIA

LUCIANO, portador(a) do CPF nº 056.355.559-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 106/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SINTIA LUCIANO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDETE MARIA AVI PONTICELLI, portador(a) do CPF nº 831.554.579-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 019/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VALDETE MARIA AVI PONTICELLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 03/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALIRIO BELLEGANTE, portador(a) do CPF nº 382.792.239-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 03/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 03/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ALIRIO BELLEGANTE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAISON JORGE MORAES, portador(a) do CPF nº 006.123.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JAISON JORGE MORAES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010 firmado em 19/11/2010, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEFERSON DA SILVA RENGEL, portador(a) do CPF nº 003.834.689-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 301/2010, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JEFERSON DA SILVA RENGEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 472.684.250-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415 firmado em 14/05/2007, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEI DELA JUSTINA, portador(a) do CPF nº 619.013.269-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 415, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NEI DELA JUSTINA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 03/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALIRIO BELLEGANTE, portador(a) do CPF nº 382.792.239-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 03/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 03/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ALIRIO BELLEGANTE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAISON JORGE MORAES, portador(a) do CPF nº 006.123.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 003/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JAISON JORGE MORAES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010 firmado em 19/11/2010, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEFERSON DA SILVA RENGEL, portador(a) do CPF nº 003.834.689-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 301/2010, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JEFERSON DA SILVA RENGEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 472.684.250-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415 firmado em 14/05/2007, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEI DELA JUSTINA, portador(a) do CPF nº 619.013.269-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 415, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se

em 31/12/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NEI DELA JUSTINA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 03/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ALIRIO BELLEGANTE, portador(a) do CPF nº 382.792.239-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 03/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 03/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ALIRIO BELLEGANTE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.

GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JAISON JORGE MORAES, portador(a) do CPF nº 006.123.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JAISON JORGE MORAES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010 firmado em 19/11/2010, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JEFERSON DA SILVA RENGEL, portador(a) do CPF nº 003.834.689-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 301/2010, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JEFERSON DA SILVA RENGEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 472.684.250-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2006, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415 firmado em 14/05/2007, com término previsto para 24/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEI DELA JUSTINA, portador(a) do CPF nº 619.013.269-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 415, iniciando-se a prorrogação em 25/05/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NEI DELA JUSTINA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio/2013

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0594/2009 firmado em 25/06/2009, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 690.217.599-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0594/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0594/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 261/2010 firmado em 28/06/2010, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA BEBER BOSCO MATEUS, portador(a) do CPF nº 003.780.049-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 261/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 261/2010, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANIELA BEBER BOSCO MATEUS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0735/2008 firmado em 05/05/2008, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIO CESAR ALVES, portador(a) do CPF nº 004.091.669-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0735/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0735/2008, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIO CESAR ALVES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0736/2008 firmado em 05/05/2008, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LILIAN SABRINA KREUSCH, portador(a) do CPF nº 023.999.849-94, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0736/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0736/2008, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LILIAN SABRINA KREUSCH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011 firmado em 22/02/2011, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de

Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MACILDA REICH BONI, portador(a) do CPF nº 951.442.699-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2011, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MACILDA REICH BONI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0585/2009 firmado em 22/06/2009, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA NICOLLADELLI, portador(a) do CPF nº 032.688.639-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0585/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0585/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PRISCILA NICOLLADELLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2010 firmado em 10/05/2010, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSIANI HEINZ, portador(a) do CPF nº 039.224.379-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2010, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSIANI HEINZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 601/2012 firmado em 01/08/2012, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUTI MARA CARDOZO, portador(a) do CPF nº 047.948.309-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 601/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 601/2012, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

RUTI MARA CARDOZO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0594/2009 firmado em 25/06/2009, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 690.217.599-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0594/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0594/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 261/2010 firmado em 28/06/2010, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA BEBER BOSCO MATEUS, portador(a) do CPF nº 003.780.049-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 261/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 261/2010, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

DANIELA BEBER BOSCO MATEUS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0735/2008 firmado em 05/05/2008, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIO CESAR ALVES, portador(a) do CPF nº 004.091.669-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0735/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0735/2008, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JULIO CESAR ALVES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0736/2008 firmado em 05/05/2008, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LILIAN SABRINA KREUSCH, portador(a) do CPF nº 023.999.849-94, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0736/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0736/2008, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

LILIAN SABRINA KREUSCH
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011 firmado em 22/02/2011, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MACILDA REICH BONI, portador(a) do CPF

nº 951.442.699-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2011, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MACILDA REICH BONI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0585/2009 firmado em 22/06/2009, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA NICOLLADELLI, portador(a) do CPF nº 032.688.639-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0585/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0585/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

PRISCILA NICOLLADELLI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2010 firmado em 10/05/2010, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSIANI HEINZ, portador(a) do CPF nº 039.224.379-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2010, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ROSIANI HEINZ
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 601/2012 firmado em 01/08/2012, com término previsto para 28/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUTI MARA CARDOZO, portador(a) do CPF nº 047.948.309-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 601/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 601/2012, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2013 e encerrando-se em 31/08/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

RUTI MARA CARDOZO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

Aditivos de Contratos Maio/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2013 firmado em 12/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU, portador(a) do CPF nº 733.734.009-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 162/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MORETTI, portador(a) do CPF nº 051.614.689-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 174/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA MORETTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2013 firmado em 12/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LEONICE DA SILVA CAMARGO, portador(a) do CPF nº 039.711.679-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 168/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

LEONICE DA SILVA CAMARGO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 715.522.609-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 179/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIA FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2013 firmado em 25/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANO GONCALVES, portador(a) do CPF nº 015.601.429-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 232/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANO GONCALVES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCOS ADRIANO HANG, portador(a) do CPF nº 003.617.249-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 202/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARCOS ADRIANO HANG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 195/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARGARETE ROCHA DE ALCANTARA CUNHA, portador(a) do CPF nº 733.925.709-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 195/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 195/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARGARETE ROCHA DE ALCANTARA

CUNHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 159/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA BERNADETE BACK, portador(a) do CPF nº 725.496.299-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 159/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 159/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 28/06/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA BERNADETE BACK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2013 firmado em 08/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI, portador(a) do CPF nº 400.253.659-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 193/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI

DEMARCHI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 170/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de

03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAYCC CAMILO, portador(a) do CPF nº 025.618.809-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 170/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 170/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MAYCC CAMILO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2013 firmado em 08/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NIELSON ADEMIR FERREIRA, portador(a) do CPF nº 047.956.299-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 224/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NIELSON ADEMIR FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA NAHRING WERNKE, portador(a) do CPF nº 915.769.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 164/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA NAHRING WERNKE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 181/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAULINO WEISE, portador(a) do CPF nº 466.493.019-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 181/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 181/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

RAULINO WEISE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR, portador(a) do CPF nº 005.346.739-61, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 171/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2013 firmado em 25/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de

Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAYONARA CHIQUETTI, portador(a) do CPF nº 650.767.709-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 230/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SAYONARA CHIQUETTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 169/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SICLENE ALVES DE ASSUNÇÃO, portador(a) do CPF nº 015.490.139-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 169/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 169/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SICLENE ALVES DE ASSUNÇÃO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 185/2013 firmado em 12/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVIA OROSINA SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 014.354.599-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 185/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 185/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SILVIA OROSINA SILVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE HINTEMANN CAPISTRANO, portador(a) do CPF nº 020.924.739-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 172/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SIMONE HINTEMANN CAPISTRANO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 204/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 459.209.749-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 204/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 204/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIAN SUHELEN PIVA, portador(a) do CPF nº 037.441.869-11, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 183/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VIVIAN SUHELEN PIVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2013 firmado em 12/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU, portador(a) do CPF nº 733.734.009-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 162/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MORETTI, portador(a) do CPF nº 051.614.689-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 174/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA MORETTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2013 firmado em 12/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LEONICE DA SILVA CAMARGO, portador(a)

do CPF nº 039.711.679-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 168/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LEONICE DA SILVA CAMARGO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 715.522.609-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 179/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIA FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2013 firmado em 25/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANO GONCALVES, portador(a) do CPF nº 015.601.429-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 232/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANO GONCALVES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCOS ADRIANO HANG, portador(a) do CPF nº 003.617.249-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 202/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARCOS ADRIANO HANG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 195/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARGARETE ROCHA DE ALCANTARA CUNHA, portador(a) do CPF nº 733.925.709-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 195/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 195/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARGARETE ROCHA DE ALCANTARA

CUNHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 159/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de

Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA BERNADETE BACK, portador(a) do CPF nº 725.496.299-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 159/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 159/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 28/06/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA BERNADETE BACK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2013 firmado em 08/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI, portador(a) do CPF nº 400.253.659-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 193/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI

DEMARCHI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 170/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAYCC CAMILO, portador(a) do CPF nº 025.618.809-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 170/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 170/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MAYCC CAMILO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2013 firmado em 08/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NIELSON ADEMIR FERREIRA, portador(a) do CPF nº 047.956.299-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 224/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NIELSON ADEMIR FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA NAHRING WERNKE, portador(a) do CPF nº 915.769.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 164/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA NAHRING WERNKE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 181/2013 firmado

em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAULINO WEISE, portador(a) do CPF nº 466.493.019-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 181/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 181/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

RAULINO WEISE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR, portador(a) do CPF nº 005.346.739-61, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 171/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2013 firmado em 25/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAYONARA CHIQUETTI, portador(a) do CPF nº 650.767.709-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 230/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SAYONARA CHIQUETTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 169/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SICLENE ALVES DE ASSUNÇÃO, portador(a) do CPF nº 015.490.139-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 169/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 169/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SICLENE ALVES DE ASSUNÇÃO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 185/2013 firmado em 12/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVIA OROSINA SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 014.354.599-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 185/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 185/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SILVIA OROSINA SILVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE HINTEMANN CAPISTRANO, portador(a) do CPF nº 020.924.739-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 172/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

SIMONE HINTEMANN CAPISTRANO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 204/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 459.209.749-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 204/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 204/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIAN SUHELEN PIVA, portador(a) do CPF nº 037.441.869-11, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 183/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

VIVIAN SUHELEN PIVA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .

Nome: .
CPF: .

Aditivos de Contratos Maio/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 194/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 01/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINI DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 030.724.639-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 194/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 194/2013, iniciando-se a prorrogação em 02/05/2013 e encerrando-se em 30/06/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELAINI DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contratos Maio/2013

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2013 firmado em 26/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE APARECIDA FERNANDES DOS ANJOS, portador(a) do CPF nº 057.669.099-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 233/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DAIANE APARECIDA FERNANDES DOS

ANJOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Contrato 17/2013 FMS

CONTRATO Nº. 17/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, NATASHA SILVA CONSTANCIO, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM NEFROLOGIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 02/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, NATASHA SILVA CONSTANCIO, inscrito no CPF sob nº 052.994.949-04, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS especializados em NEFROLOGIA, aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código

Descrição do Procedimento

Valor Unitário

03.01.01.007-2

Consulta Médica em Atenção Especializada

18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo profissional médico NATASHA SILVA CONSTANCIO, inscrito no CPF sob nº. 052.994.949-04, com registro no Conselho Regional de Medicina/CREMESC sob o nº. 19127, e deverá ser executado

nas dependências da Policlínica de Referência do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/atividade: 2.080 - BLMAC - MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independarão de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da

Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação

dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 05 de Junho de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

DRª. NATASHA SILVA CONSTANCIO

Contratado

Testemunhas:

1) LUCIANE ARAUJO MATTANA

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 882.569.600-00

2) DAYANE PEREIRA DE ANDRADE

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30

Contrato Administrativo Nº 272/2013
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 272/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANO XAVIER, portador(a) do CPF nº023.372.549-09 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guanabara, s/n, Bairro Boa Vista - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Operador de Equipamentos - Motoniveladora, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.432,10 (hum mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dez centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 10/06/2013 e encerrando-se em 09/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de junho de 2013.

GIVANILDO SILVA
LUCIANO XAVIER
Secretário Municipal de Administração
Contratado (a)

Termo de Posse e Exercício Lisiane Anzanello
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LISIANE ANZANELLO, nomeado (a) pela Portaria n. 0570/RH, de 25/04/2013, publicada no DOM na data de 09/05/2013, para exercer o cargo efetivo de Médico Oncologista, Nível H, 20 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 21/06/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 06 de junho de 2013.
Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA**Lei Nº 916 de 04 de Junho de 2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

LEI Nº 916 DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Suplementa e anula dotações do orçamento vigente e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

04 3.2.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações diretas

R\$ 60.000,00

06 4.6.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações diretas

R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 230.000,00

Art. 2º Para suplementar as dotações acima, fica o Poder Executivo, autorizado a anular parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

02- Gabinete do Prefeito

01 - Gabinete do Prefeito

2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

01 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações diretas

R\$ 50.000,00

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

11 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 -DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental

39 3.1.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental

46 3.1.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 230.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de junho de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 028, de 27 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 028, de 27 de maio de 2013.

Nomeia membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC de Santa Rosa do Sul e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 295, de 02/04/96, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal da Defesa Civil - COMDEC de Santa Rosa do Sul:

PRESIDENTE: WILFRIED HEMMER

VICE-PRESIDENTE: JOELSON FARIAS PEREIRA

CONSELHO TÉCNICO:

a) Secretário da Agricultura Indústria e Comércio, OSMAR DOS SANTOS DA SILVA;

b) Diretora da Saúde e do Bem Estar Social, MIRIAN ROZANE DE SOUZA;

c) Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos, JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS;

d) Procurador Geral do Município, CARLOS ALBERTO CABRAL.

CONSELHO COMUNITÁRIO:

a) Câmara de Vereadores, ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Vereador;

b) Câmara de Dirigentes Lojistas, GIUVAGO DE SOUZA, Presidente;

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa do Sul, CLEUZA PEREIRA DA SILVA, Presidente; e

d) Albergue Agenor Farias, RONIVALDO DE SOUZA, Presidente.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 037, de 27 de julho de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

Decreto Nº 029 de 27 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 029 de 27 de maio de 2013.

Nomeia Membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 294, de 26 de março de 1996, com alterações introduzidas pela Lei nº 741, de 03/12/2007 e Lei nº 869, de 25/10/2011, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para Membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação:

I - MIRIAN ROZANE DE SOUZA, Diretora da Saúde e do Bem Estar Social;

II - WILFRIED HEMMER, Secretário da Administração e Finanças;

III - JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS, Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos;

IV - RONIVALDO DE SOUZA, representante do Albergue Agenor Farias ; e

V - TEREZINHA PAULO GUADANHIM, representante do Clube de Mães União de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

Decreto Nº 030, de 27 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

DECRETO Nº 030, DE 27 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 339, de 18/03/1997, com alterações introduzidas pela Lei nº 421, de 22/08/2000, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

JOELSON FARIAS PEREIRA - Titular, ANA CRISTINA BEZERRA

FERREIRA - Suplente.

II - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO: LEGISLATIVO
MATIAS NAOR DA CUNHA CARDOSO - Titular, JOSÉ LUIZ LOPES DE BORBA - Suplente.

III - REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:
MARA REJANE DA SILVA ROXO - Titular, RODINEIA MAGNUS DA SILVA MACHADO - Suplente.
ZIRLEI PEREIRA MACHADO DA SILVA - Titular, CONSUELO MATOS BRANCO - Suplente

IV - REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS:
MARILENE MONTEIRO RODRIGUES DA SILVA - Titular, LISIANE VARGAS DA ROSA - Suplente
VIVIANE RODRIGUES TAVARES - Titular, JAQUELINE DOS SANTOS D'AVILA - Suplente

V - REPRESENTANTES DE OUTRO SEGMENTO DA SOCIEDADE CIVIL:
VIVIANE PEREIRA DOS SANTOS BORBA - Titular, CARLA BEHENCK CARDOSO DA SILVA - Suplente
MONICA REGINA FERNANDES DA SILVA - Titular, VILMA APARECIDA DE LARA - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de maio de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 034, de 04 de Junho de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 034, de 04 de junho de 2013.
Suplementa e anula dotações do orçamento vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 916, de 04/06/2013, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0.001 - Amortização e Encargos da Dívida Pública
04 3.2.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações diretas
R\$ 60.000,00
06 4.6.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações diretas
R\$ 170.000,00
TOTAL R\$ 230.000,00

Art. 2º Para suplementar as dotações acima, fica o Poder Executivo, autorizado a anular parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

02- Gabinete do Prefeito
01 - Gabinete do Prefeito
2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
01 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações diretas
R\$ 50.000,00

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
11 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
01 -DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental
39 3.1.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental
46 3.1.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00
TOTAL R\$ 230.000,00

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de junho de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Decreto Nº 035, de 07 de Junho de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL
Decreto nº 035, de 07 de junho de 2013.

Substitui membros do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 101 de 13/12/91, alterada pela Lei nº 442, de 03/04/01 e 803, de 20/10/2009,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I, II e IV, do Decreto nº 052/2011, que nomeia os membros o Conselho Municipal de Saúde, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, MARIA CONCEIÇÃO DA ROSA EMERIM, Titular;
b) Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, MARA REJANE ROXO, Titular;

II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, CARMEM LUCIA DA CUNHA VUOLO;

III.

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

d) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, REJANE MAGNUS DA SILVA, Titular, ERACILDA DA CUNHA FERREIRA EMERIM, Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de junho de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:
WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3184/2013

LEI Nº 3184, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ/UNIVILLE

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ/UNIVILLE, CNPJ nº 84.714.682/0001-94, com sede à Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e sua filial de São Bento do Sul, CNPJ nº 84.714.682/0002-75. Entidade civil, sem fins lucrativos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 183/2013

DECRETO Nº 0183, DE 03 DE JUNHO DE 2013

ESTABELECE VALOR DA UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal, UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,0784, a partir de 01 de junho de 2013, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 184/2013

DECRETO Nº 0184, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2013.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.875.810,00 (Um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil e oitocentos e dez reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, para reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 Ações Voltadas à Atenção Básica

(13)10.301.0015.3.3.90.32.00.00.002 - Mat. De Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

(18)10.301.0015.3.3.90.39.00.00.002 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 1.815.810,00

(23)10.301.0015.3.3.90.91.00.00.002 - Sentenças Judiciais R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizada como fonte de recursos a anulação das seguintes dotações:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 Ações Voltadas à Atenção Básica

(06)10.301.0015.3.1.90.34.00.00.002 - Out. Desp. De Pes Dec. Cont R\$ 1.815.810,00

(08)10.301.0015.3.3.90.14.00.00.002 - Diárias - Civil R\$ 30.000,00

(17)10.301.0015.3.3.90.37.00.00.002 - Locação de Mão de Obra R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 185/2013

DECRETO Nº 0185, DE 04 DE JUNHO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções nº 027 e nº 028, datadas de 15 de maio de 2013 e 29 de maio de 2013, respectivamente, do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 027/2013.

SUGERE À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL, AÇÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DO ESTADO E DA UNIÃO.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 15 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º - Sugerir a Secretaria Municipal de Assistência Social ações acerca da utilização dos recursos advindos do Estado e da União:

I - Elaboração de apostila explicativa com orientações de cada piso onde apareça o que pode e o que não pode comprar;

II - Preenchimento da requisição de compras com justificativa mais detalhada para aquisição do material e, ou serviço; e

III - Criação de um canal de comunicação mais próximo ao

departamento de compras para que não tenha divergências de digitação;

IV - Despesas que não são pertinentes aos recursos específicos, que sejam corrigidos e restituídos os valores; e

V - Sobre os materiais permanentes localizados em locais divergentes aos dos programas, que imediatamente façam reestruturação dos mesmos para correção da finalidade com que eles foram adquiridos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2013
ROBSON RODRIGUES DA SILVA

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 028/2013.

ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária em 29 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º - Aprovar a adesão realizada pelo município ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESUAS TRABALHO, tendo como objetivo a pactuação e recebimento de repasse fundo a fundo utilizado para mobilização e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Trabalho - PRONATEC. Este conselho tem a atribuição de acompanhar, fiscalizar e monitorar a execução do Programa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013
ROBSON RODRIGUES DA SILVA
Presidente do CMAS
Presidente do CMAS

Decreto Nº 186/2013

DECRETO Nº 0186, DE 04 DE JUNHO DE 2013
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Nilso Agostinho Cabral, Etiane Ploszai Linzmeyer, Jocemari Telma Teixeira, Edemilson Benedito de Assis e Anderson Hinke para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada nº 046/2013, do Fundo Municipal de Saúde, a realizar-se às 09:30 horas do dia 13 de junho de 2013, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 187/2013

DECRETO Nº 0187, DE 04 DE JUNHO DE 2013

ALTERA O DECRETO Nº 0102 DE 05 DE ABRIL DE 2013 QUE DESIGNA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 772/2003, alterada pela Lei nº 3178/2013,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 0102 de 05 de abril de 2013 passa a ter a seguinte redação:

"IV - Secretária Executiva:

Patrícia Zeidemann Zipperer"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 190/2013

DECRETO Nº 0190, DE 10 DE JUNHO DE 2013.
DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de Luto Oficial, os dias 10, 11 e 12 do mês em curso, por motivo do falecimento, na data de ontem, em São Bento do Sul/SC, do Sr. SILVIO IVENS GROSSI, cidadão ilustre desse município, ex Vereador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 191/2013

DECRETO Nº 0191, DE 10 DE JUNHO DE 2013
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 050, datada de 29 de maio de 2013, do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 050, DE 29 DE MAIO DE 2013
AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FUNCIONAMENTO DO CEIM VERA LÚCIA DRECHSLER KITZBERGER

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do

Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com o artigo 19 da Resolução/CME nº 048/2012, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 24 de maio de 2013,

RESOLVEU:

Art. 1º - Conceder autorização provisória de funcionamento do Centro de Educação Infantil Municipal Vera Lúcia Drechsler Kitzberger, localizado na Rua Pedro Fleischmann, sem número - bairro Oxford, São Bento do Sul.

Art. 2º - A autorização definitiva de funcionamento deverá ser solicitada pelo requerente no prazo de seis meses após o início das atividades, impreterivelmente, em conformidade com a Resolução/CME nº 048/2012.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

SUELI DOS SANTOS LIMA

Presidente

Portaria Nº 2429/2013

PORTARIA Nº 2429, DE 29 DE MAIO DE 2013
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

Resolve:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de junho de 2013, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada HILDA MARIA DA CRUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe E, matrícula nº 13180, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3838/2013, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2431/2013

PORTARIA Nº 2431, DE 29 DE MAIO DE 2013
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal ANGELINA COSTA RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviços/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00035/13-9, de 12 anos, 07 meses e 02 dias para fins de aposentadoria, conforme

documentação anexa ao Processo nº 4129, de 24 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2438/2013

PORTARIA Nº 2438, DE 29 DE MAIO DE 2013
Autoriza Dirigir Veículo Oficial

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores MARISA DO AMARAL - Chefe de Divisão de Processos, CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO - Arquiteta e Urbanista e RAPHAEL BEDIN BUENO - Engenheiro Civil, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, o veículo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo: Fiesta, placas MJJ 4962.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2441/2013

PORTARIA Nº 2441, DE 04 DE JUNHO DE 2013
CEDE SERVIDOR PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis nºs 2031/2007 e 2554/2010 e a Resolução CIQ nº 009/2013 do Consórcio Inter-municipal Quiriri,

RESOLVE:

Art. 1º Ceder o Servidor Público MAURO FERNANDES BACSFALUSI, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para exercer o cargo de Administrador junto ao Consórcio Inter-municipal Quiriri, a partir de 01 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2492/2013

PORTARIA Nº 2492, DE 06 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA LANG, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviços/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00059/09-7, de 16 anos, 05 meses e 26 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4225, de 29 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Retificação de Aviso de Licitação - Inexigibilidade Nº 047/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 047/2013 FMS

No extrato de processo licitatório e sua respectiva justificativa acima referenciado, houve alteração de valor. Onde se lê VALOR: R\$ 6.409.705,02, leia-se VALOR: R\$ 7.477.989,19.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

DEODATO RAUL HRUSCHKA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 084/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATO/CONVÊNIO Nº 084/2013

DA ESPÉCIE: Contrato/Convênio nº 084/2013 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES nº 2521792, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 3.277/06.

DO OBJETO: O presente tem por objeto integrar a CONVENIADA no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando a garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, e conforme Plano Operativo previamente definido entre as partes e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB.

DO VALOR: O valor anual estimado para a execução do presente CONVÊNIO importa em R\$ 12.819.410,04 (Doze milhões, oitocentos e dezenove mil, quatrocentos e dez reais e quatro centavos), conforme abaixo especificado:

Resumo da Programação Orçamentária	Mensal	Anual
I - Alta Complexidade - conforme produção	1.000,00	12.000,00
II- Pré-fixado	975.124,17	11.701.490,04
III- Complemento Pós Fixado/ Pós Produção (Cirurgias eletivas, consultas especializadas, exames) e pagamento de OPM's e uso aparelho médico	42.160,00	505.920,00
IV-FAEC/Estratégicos /Pós Produção (Campanha Cirurgias Eletivas prêmio e Transplante de órgãos e tecidos e células)	50.000,00	600.000,00
TOTAL	1.068.284,17	12.819.410,04

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato/Convênio 084/2013 para o período, com base em sua Cláusula Décima Quinta, de 01/06/2013 a 31/12/2013.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2013.

Ass.: DEODATO RAUL HRUSCHKA
pelo Fundo.

Irmã NELSA HACKBARTH

pela Empresa Contratada.

Homologação Resultado Final - Processo Seletivo de Contratação Temporária Nº 007/2013

PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 007/2013

O Prefeito de São Bento do Sul, homologa e torna público o Resultado Final dos candidatos classificados no Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 007/2013.

Classificação	Nome	Cargo
1º	Joice Cristina Daltoé Inglez	Médico Angiologista
2º	Fernanda Zandavalli Ramos	Médico Angiologista
1º	Luis Felipe Lopes Corrêa	Médico Clínico Geral
2º	Diego Martins Ferreira	Médico Clínico Geral
1º	Janine Louise da Silva	Médico Generalista ESF
2º	Giovane Cristiano Matioli	Médico Generalista ESF

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

FUNDAÇÕES

Portaria Nº 021 de 07 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 021 DE 07 DE JUNHO DE 2013

"Homologa o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso 001/2013, e dá outras providências"

O Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, no exercício de suas atribuições, em conformidade com a Lei 3.152/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso nº 001/2013 que com esta se publica.

Nome do Projeto	Área Cultural	Proponente	Total de Pontos	Orçamento Aprovado	Parecer da Comissão
Montagem e circulação de espetáculo teatral "KAMISHIBAI"	Artes cênicas	Alessandra Regina Nascimento Tonim	111,500	R\$ 11.257,00	Aprovado
Choro na cidade v	Música	Maria Luisa Noriller Taschek	105,000	R\$ 12.948,20	Aprovado
100 ANOS da guerra do contestado	Literatura	Antonio Dias Mafra	93,500	R\$ 5.000,00	Aprovado
Ligados pela cultura: uma iniciativa turística nas escolas	Patrimônio histórico, artístico e cultural material e imaterial	Jéssica Baum	92,000	R\$ 7.054,00	Aprovado

Grupo de flauta doce de São Bento do Sul	Música;	Aparecido Vasconcelos de Souza	89,333	R\$ 6.190,60	Aprovado
São Bento do Sul Acordeom Festival	Música	Leandro Panneitz	88,333	R\$ 10.539,00	Aprovado
Divulgação e manutenção da cultura germânica através de danças e trajes autênticos	Folclore, artesanato, e demais manifestações culturais populares	Grupo Folclórico Germânico Böhmerwald	86,000	R\$ 13.048,08	Aprovado
Apoio à confecção de trajes para o GFG Holstein	Folclore, artesanato, e demais manifestações culturais populares	Lia Terezinha Machado	85,000	R\$ 4.213,35	Aprovado
Apoio e manutenção ao Jäger Volkstanze-guppe	Folclore, artesanato, e demais manifestações culturais populares	Camila Michalsky	85,000	R\$ 4.400,00	Aprovado
Dança é meu talento	Artes cênicas	Catia Eliz Krohl Oleinik	84,667	R\$ 13.700,00	Aprovado
Apoio à orquestra de câmara Donald Ritzmann	Música	Marcési Silene Ziebarth Maahs	80,333	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente
Gravação de cd da banda Lizards X4	Música	Vanessa Da Silva	77,000	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente
Quem dança é mais feliz	Artes cênicas	Márcia Da Silva Katzer	75,667	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente
Óleo sobre tela 2013	Artes visuais	Miriam Kollross	75,000	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente
Gravação de cd: Leziane meu jeito de ser.	Música	Leziane Cristine Artner Pereira	74,667	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente
24º Baile de aniversário de 43 anos da banda sonatas.	Música	Valfrido Bauer	71,000	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente
Aulas de pintura em porcelana.	Artes visuais	Elisa Maria Weihermann Stachon	67,000	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente
Contos e crônicas - colégio global 2013.	Literatura	APP Colégio Global	52,500	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente

Art. 2º A seleção dos projetos indicados acima como aprovados está condicionada ao atendimento das diligências solicitadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de Junho de 2013.

BRAULIO HANTSCHER

PRESIDENTE

Fundação Cultural de São Bento do sul

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 171/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 171/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/06/2013 a 30/08/2013, a servidora VITORIA SEIDEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/05/2013 a 31/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2013.

São Bento do Sul, 06/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 172/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 172/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 23/05/2013 a 31/07/2013, concedido a servidora MONICA HIRTHER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 136/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/05/2013.

São Bento do Sul, 06/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 174/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 174/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 28/05/2013 a 05/07/2013, à servidora KARINA RUCKL WELDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 13/05/2013 a 27/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/05/2013.

São Bento do Sul, 06/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 176/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 176/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/06/2013 a 19/06/2013, a servidora CHANTELE BEATRIZ RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/05/2013 a 04/06/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/06/2013.

São Bento do Sul, 06/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 181/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 181/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/06/2013 a 17/07/2013, a servidora VERIDIANA

VIRMOND PARTALA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/05/2013 a 31/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2013.

São Bento do Sul, 07/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 182/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 182/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 30/05/2013 a 26/07/2013, a servidora EDIAN DA CRUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/05/2013 a 29/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/05/2013.

São Bento do Sul, 07/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 173/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 173/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/06/2013 a 30/09/2013, concedido a servidora MARINES BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 094/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/06/2013.

São Bento do Sul, 06/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 175/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 175/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/05/2013 a 30/08/2013, concedido a servidora MARIA APARECIDA RAUEN DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 032/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2013.

São Bento do Sul, 06/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 177/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 177/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/06/2013 a 16/06/2013, concedido ao servidor WILLIAN GLATZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através da Portaria IPRESBS nº. 478/2012. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/06/2013.

São Bento do Sul, 06/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 178/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 178/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/06/2013 a 30/08/2013, concedido a servidora ELVIRA DALABONA RANK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, através da Portaria IPRESBS nº. 157/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 01/06/2013.

São Bento do Sul, 07/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 179/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 179/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/05/2013 a 30/08/2013, concedido a servidora ELISETE PIEKARSKI IARGAS DE PAULA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 125/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/05/2013.

São Bento do Sul, 07/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 180/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 180/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/06/2013 a 26/07/2013, concedido a servidora BERNADETE PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 264/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2013.

São Bento do Sul, 07/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Decreto Nº 1324, de 06 de Junho de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12; DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Luis Carlos Dantas, para exercer o cargo de Diretor de Departamento de Meio Ambiente, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.01, Nível CC-04, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, ficando lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1454, de 03 de Junho de 2013.

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade a servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar 042 de 04/04/12, pela Lei Complementar Municipal nº 0045 de 06/11/12, e;

-Considerando o requerimento protocolado sob o nº 757/2013;
-Considerando o disposto no Código 5.39 do Anexo I do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para os servidores públicos municipais de São Domingos;

-Considerando os princípios da legalidade e dos atos públicos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, grau máximo, na ordem de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o menor vencimento do município ao servidor Rodrigo Cunha Canci, ocupante do cargo de Médico Veterinário, a partir do dia 01 de junho de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1455 de 06 de Junho de 2013.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal Ivete Valentini de Souza, ocupante do cargo público de Professora PD/C-III, a partir do dia 29 de maio de 2013, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1456, de 06 de Junho de 2013

Concede licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal Adelino Moraes Flores, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 13 de maio de 2013, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1457, de 06 de Junho de 2013.

Autoriza servidor a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

Considerando a necessidade de manutenção contínua dos serviços no Município;

Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município o servidor público municipal Luis Carlos Dantas,

ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Meio Ambiente, portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 02744840003.

Art. 2º O servidor ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Processo Licitatório Prefe N. 032/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 022/2013

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 24 de junho de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 03 de junho de 2013.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial do Município.

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº. 066 de 24 de Maio de 2013

DECRETO Nº. 066 DE 24 DE MAIO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 20.741,44 (vinte mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas

R\$ 20.741,44

TOTAL R\$ 20.741,44

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será

utilizado recursos do convênio celebrado entre o Município de São João do Sul e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, através do Termo de Convênio nº 6020/2012-8 de 20 de abril de 2012 (Segundo Termo Aditivo), objetivando assegurar a continuidade da implantação do Programa de Parceria Educacional Estado/Município para atendimento ao Ensino Fundamental, mediante o repasse de recursos do Fundeb e Salário Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 24 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 111 de 13 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 111 DE 13 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº. 1482 de 16 de abril de 2009;

Resolve:

Conceder Gratificação, nível G-8, para exercer atividade de Agente de Serviço, ao servidor MICHEL SCANDOLARA BIANCHINI, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, com efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 13 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 112 de 13 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 112 DE 13 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº. 1482 de 16 de abril de 2009;

Resolve:

Conceder Gratificação, nível G-8, para exercer atividade de Agente de Serviço, ao servidor ANSELMO ANTONIO RABELO, ocupante do cargo efetivo de Borracheiro, com efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 13 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA

Na edição nº. 1.254 do dia 07/06/2013, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na página 212, na publicação da Lei nº. 1.668 de 03/06/2013.

Da data onde se lê:

LEI Nº. 1.668 DE 04 DE JUNHO DE 2013

Leia-se:

LEI Nº. 1.668 DE 03 DE JUNHO DE 2013

SÃO JOÃO DO SUL 10 DE JUNHO DE 2013.

Atenciosamente

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 1024/2013 de 06 de Junho de 2013

DECRETO Nº 1024/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

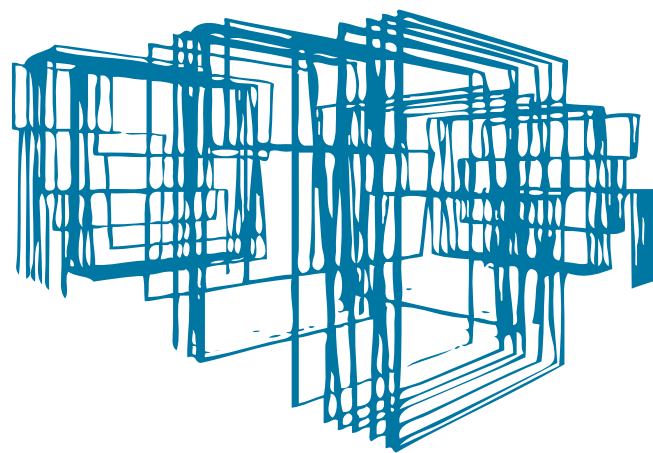
DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, MARIA DA GRAÇA CHRAIM DOS ANJOS para exercer o cargo de Diretor Geral de Vigilância - CCM -09 com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2013, revogando-se o decreto nº 201/2013.

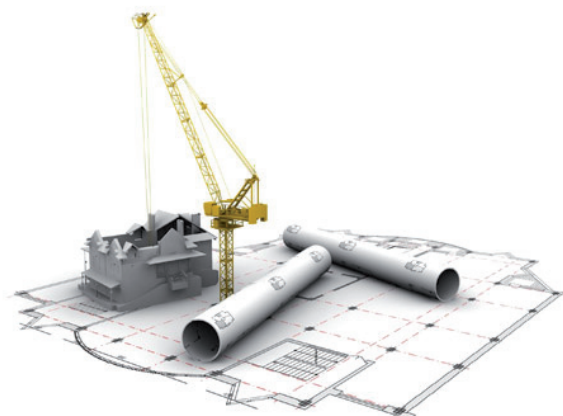
Paço Municipal em São José (SC), 06 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1622/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1622/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HJG3432	55916371D	5452/1	05/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LXW2596	55911986D	5525/0	06/10/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MAJ9406	55911222D	7366/2	12/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBU6967	55919902D	5452/1	05/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCP2842	55919414D	5541/5	11/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO2834	55918949D	5185/1	13/03/2013	R\$ 127,69	167
MFO2834	55918950D	7366/2	13/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFO2834	55919486D	6980/0	13/03/2013	R\$ 191,53	239
MGB2233	55918339D	5541/1	06/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1152/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1152/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASL8876	55656515C	6050/1	05/04/2013	R\$ 191,53	208
GZE7099	55653120C	5550/0	05/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZC2388	55656537C	5185/1	05/04/2013	R\$ 127,69	167
MBT2168	55656277C	5185/1	01/04/2013	R\$ 127,69	167
MCE7514	55637545C	5819/6	23/04/2012	R\$ 574,61	193
MDD2498	55653418C	7366/2	14/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDQ3400	55656509C	5185/1	05/04/2013	R\$ 127,69	167
MDV5133	55654618C	5568/0	12/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEQ4481	55654000C	7366/2	04/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFV7194	55655549C	5185/1	04/03/2013	R\$ 127,69	167
MGL7559	55653840C	5550/0	06/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGO2061	55638200C	5509/0	05/04/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MJF5470	55656512C	6050/1	05/04/2013	R\$ 191,53	208
MJO6721	55652580C	6068/1	15/03/2013	R\$ 127,69	209
MMM8869	55654341C	5452/1	07/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1620/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1620/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXQ8455	55920292D	5193/0	16/04/2013	168
LYR8286	55919984D	5452/7	23/04/2013	181 * VIII
MBJ2761	55912939D	5452/1	19/05/2013	181 * VIII
MBQ7006	55909683D	5452/1	22/05/2013	181 * VIII
MDA3051	54443665E	7366/2	29/04/2013	252 * VI
MDM4084	55920752D	5835/0	24/04/2013	195
MEG6855	55920452D	7366/2	17/04/2013	252 * VI
MHC8907	55916249D	5835/0	13/05/2013	195
MHC8907	55916250D	5614/1	13/05/2013	182 * V
MHI9341	55919985D	5550/0	23/04/2013	181 * XVIII
MIY5250	55915573D	5215/2	11/05/2013	170
MIY5250	55915574D	7056/1	11/05/2013	244 * III
MIY5250	55915575D	5835/0	11/05/2013	195
MLD8850	55919979D	5452/7	23/04/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1150/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1150/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMX8335	55656570C	5703/0	07/05/2013	185 * I
API8754	55657124C	5185/1	21/04/2013	167
AQL4663	55657435C	5819/6	13/05/2013	193
BSG4905	55657323C	5185/1	25/04/2013	167
CQC9857	55657185C	5550/0	18/05/2013	181 * XVIII
CSP7983	55658051C	5550/0	14/05/2013	181 * XVIII
DAN8021	55657614C	5541/4	03/05/2013	181 * XVII
DPN6818	55657985C	5509/0	15/05/2013	181 * XIII
DSJ3863	55656703C	5568/0	12/04/2013	181 * XIX
DVM4753	55657683C	5452/1	14/05/2013	181 * VIII
EDB7778	55657998C	5185/1	15/05/2013	167
EGT0445	55654682C	5568/0	19/04/2013	181 * XIX
FHV6688	55657308C	5452/1	25/04/2013	181 * VIII
GKQ7178	55657247C	5550/0	14/05/2013	181 * XVIII
HCC4261	55656022C	5550/0	30/04/2013	181 * XVIII
HLP8347	55656796C	5819/1	24/04/2013	193
IIX8317	55658423C	5550/0	15/05/2013	181 * XVIII
ILG6233	55635007C	5541/1	14/05/2013	181 * XVII
JPZ7870	55658401C	5452/1	15/05/2013	181 * VIII
JTO2747	55652247C	5541/4	26/04/2013	181 * XVII
JUP4249	55657691C	5509/0	16/05/2013	181 * XIII
JYN8671	55657906C	7366/2	10/05/2013	252 * VI
LNL0815	55655280C	5185/1	22/04/2013	167
LPG2832	55657337C	5550/0	29/04/2013	181 * XVIII
LXA3377	55657290C	5398/0	11/05/2013	181 * II
LXK4870	55657966C	5452/1	11/05/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYJ9700	55657307C	5452/1	25/04/2013	181 * VIII
LYQ0447	55657130C	5185/1	21/04/2013	167
LZF4781	55657462C	5550/0	12/05/2013	181 * XVIII
LZX4409	55657670C	6050/1	14/05/2013	208
MBA8120	55657152C	5185/1	19/04/2013	167
MBE5013	55657997C	5185/1	15/05/2013	167
MBM5305	55656892C	5738/0	21/04/2013	186 * II
MCF7155	55657147C	5452/1	25/04/2013	181 * VIII
MCW5955	55657713C	5541/4	11/05/2013	181 * XVII
MDL9295	55656184C	5550/0	24/04/2013	181 * XVIII
MDT6881	55655286C	5185/1	22/04/2013	167
MDU1403	55651984C	7366/2	23/04/2013	252 * VI
MDY3582	55656450C	5541/4	29/04/2013	181 * XVII
MDY7802	55657345C	5185/1	29/04/2013	167
MEC4833	55655385C	5819/6	24/04/2013	193
MEF9664	55656444C	7366/2	14/04/2013	252 * VI
MEH8186	55651985C	5568/0	23/04/2013	181 * XIX
MEP6117	55656782C	6050/1	24/04/2013	208
MFK5616	55657700C	5452/1	16/05/2013	181 * VIII
MFL0874	55654913C	5541/1	22/04/2013	181 * XVII
MFL8947	55653735C	5541/1	13/05/2013	181 * XVII
MFW0914	55643672C	5541/1	14/05/2013	181 * XVII
MGA7908	55656729C	5452/1	10/05/2013	181 * VIII
MGC2202	55657235C	5550/0	14/05/2013	181 * XVIII
MGF2517	55656561C	7366/2	25/04/2013	252 * VI
MGF2517	55656562C	7366/2	25/04/2013	252 * VI
MGK8060	55657306C	5452/1	25/04/2013	181 * VIII
MGL7076	55656717C	5509/0	24/04/2013	181 * XIII
MGM5573	55652243C	5541/4	22/04/2013	181 * XVII
MGT5549	55657904C	7366/2	10/05/2013	252 * VI
MGV5115	55657690C	5550/0	14/05/2013	181 * XVIII
MHI1459	55658404C	5541/4	15/05/2013	181 * XVII
MHI2308	55657427C	5819/6	13/05/2013	193
MHJ9048	55655279C	7366/2	22/04/2013	252 * VI
MHQ1104	55657156C	5231/1	23/04/2013	172
MHS1082	55651982C	5380/0	15/04/2013	181 * I
MHU2049	55657908C	5185/1	13/05/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHV2833	55643673C	5550/0	14/05/2013	181 * XVIII
MHY0049	55657417C	5819/6	13/05/2013	193
MHY5764	55652239C	5452/1	18/04/2013	181 * VIII
MIB7281	55657275C	5460/0	03/05/2013	181 * IX
MID9888	55657962C	5452/1	11/05/2013	181 * VIII
MII0528	55657560C	5550/0	09/05/2013	181 * XVIII
MIK7254	55656720C	5479/0	24/04/2013	181 * X
MIP0564	55656746C	5703/0	10/05/2013	185 * I
MIU6829	55657051C	5509/0	24/04/2013	181 * XIII
MJJ4716	55656448C	7366/2	26/04/2013	252 * VI
MJM7070	55658425C	5452/1	15/05/2013	181 * VIII
MJQ1344	55657103C	5819/1	21/04/2013	193
MJT3669	55657684C	5452/1	14/05/2013	181 * VIII
MJT4663	55655131C	5568/0	25/04/2013	181 * XIX
MKC6986	55645906C	5509/0	11/05/2013	181 * XIII
MKP8742	55657710C	5541/4	11/05/2013	181 * XVII
MKS8360	55654644C	5460/0	15/05/2013	181 * IX
MMF1671	55653500C	7366/2	15/04/2013	252 * VI
MNQ7691	55655007C	5541/1	22/04/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.662, de 10 de Junho de 2013

DECRETO Nº 4.662, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 318,72 (trezentos e dezoito reais e setenta e dois centavos), correspondente a 3,74 (três vírgula setenta e quatro) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido no dia 22 de junho de 2013, pela Igreja Batista Pioneira de São Lourenço d'Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.950.975/0001-22.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de junho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.663, de 10 de Junho de 2013

DECRETO Nº 4.663, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida nas Leis Municipais nºs 2.062, de 22 de janeiro de 2013 e 2.088, de 06 de junho de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.1.039 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000

71 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013 e Lei Municipal nº 2.088, de 06 de junho de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.1.043 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000

78 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de junho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 026/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 21/06/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ESFs e POLI-CLINICA MUNICIPAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.sao-lourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 1/2013

Extrato do Contrato nº 18/2013

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Editora Capital do Noroeste Ltda - ME;

Objeto: Contratação de empresa jornalística de abrangência local e regional para divulgação de atos oficiais e demais informações de interesse da Câmara Municipal de Vereadores, em mídia impressa (jornal impresso) de circulação semanal;

Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais;

Vigência: 07 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2013;

Data da assinatura: 07 de junho de 2013.

WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº 5.144/2013, de 06 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 5.144/2013, de 06 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 5.135/2013, de 22 de maio de



2013.

Art. 2º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Priscila Barboza Amorim de Oliveira, a partir de 22 de maio de 2013, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.145/2013, de 06 de Junho de 2013
PORTARIA Nº 5.145/2013, de 06 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Samanta Patricia Doring Sievers, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.146/2013, de 07 de Junho de 2013
PORTARIA Nº 5.146/2013, de 07 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a matrícula de novo aluno portador de necessidades especiais na Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Irléia Doege Gaedtke, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas

semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município, adquirindo efeitos retrativos a partir de 1º de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 07 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.147/2013, de 07 de Junho de 2013
PORTARIA Nº 5.147/2013, de 07 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a redução da carga horária da funcionária Fabiana do Rosário em 12 de março de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Gabriele Wachsmann, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município, adquirindo efeitos retrativos a partir de 1º de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 07 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.148/2013, de 07 de Junho de 2013
PORTARIA Nº 5.148/2013, de 07 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a necessidade de atendimento à demanda das atividades de Supervisão Escolar da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Patricia da Silva, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas

semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município, adquirindo efeitos retrativos a partir de 1º de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 07 de junho de 2013.

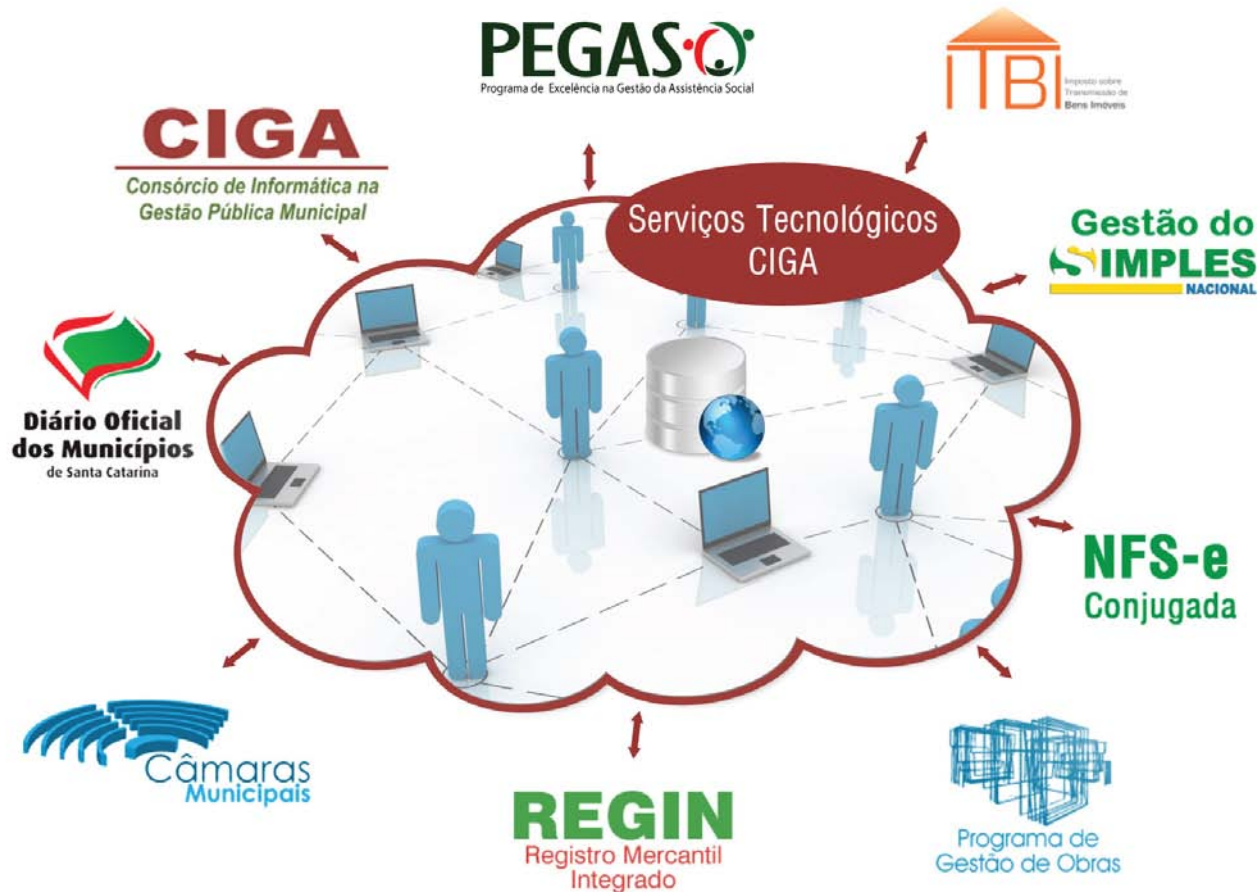
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Dispensa Nº 41/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 41/2013 - DL**

Processo Nr.: 95/2013
Data: 07/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME
Endereço: RUA MAL CASTELO BRANCO 1120
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 10.688.301/0001-03

Código: 271

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de material elétrico para o Pátio do Centro de Eventos Alfredo Passold para a realização do Evento TartorFest.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	106,00	Cabo multiplexado quadriplexado 10mm	M	6,15	651,90
2	6,00	Alça pré formada 10mm	PC	1,85	11,10
3	20,00	Conector tipo cunha vermelho N.3 16mm	PC	3,70	74,00
4	20,00	Tomada externa 2P+T 20A	PC	5,40	108,00
5	50,00	Mangueira corrugada 3/4" 25mm laranja	M	1,15	57,50
6	100,00	Abraçadeira nylon 200 x 2,5mm preta	PC	0,07	7,00
7	100,00	Abraçadeira nylon 400 x 4,8mm branca	UN	0,27	27,00
9	3,00	Conector em termoplástico 10mm por barra	UN	4,50	13,50
10	12,00	Kit 3U econômico 25W 220V encand. LLUM	UN	9,75	117,00
11	10,00	Soquete engate rápido T8/T10/T12	PC	1,45	14,50

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Será realizado no município de Schroeder nos dias 08 e 09 de Junho o 1ª TratorFest. Sendo assim, não estava previsto no ano de passado este evento, e consecutivamente não houve licitação de material elétrico para suprir as necessidades deste evento. Também não identificamos nenhum objeto com estas descrições no Processo 74/2012 - Homologação 25/06/2012 (Licitação - Pregão para Aquisição de Material Elétrico). Solicitamos então a dispensa para compra destes materiais.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 41/2013 - DL**

Processo Nr.: 95/2013
Data: 07/06/2013

Folha: 2/2

Schroeder, 7 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

29/05/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 29 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 1.081,50 (um mil e oitenta e um reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa Nº 42/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 42/2013 - DL
	Processo Nr.: 96/2013 Data: 10/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA - EPP Endereço: R ANTONIO KOHELLA, 143 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 06.111.559/0001-75	Código: 10737 Inscrição Estadual: 254.718.965
Objeto da Compra: Aluguel de 2 (duas) tendas tamanho 10m x10m para apoio ao evento a ser realizado na Escola Clarice Jacobi, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Aluguel de tenda tamanho 10m x10m - ferragens em aço galvanizado, pé direito 3 metros de altura, sistema de encaixes com parafusos, altura central de 5 metros, lona em PVC (montagem dia 14/06/2013 e retirada dia 17/06/2013)	UN	650,00	1.300,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Será realizado no Município de Schroeder nos dias 15 e 16 de junho a Festa na Escola Clarice Jacobi onde a Secretaria de Cultura está apoiando o evento. Sendo assim, não estava previsto no ano passado este evento, e consecutivamente não houve licitação de tenda para suprir as necessidades deste evento. Solicitamos então a dispensa para aluguel das tendas.

Schroeder, 10 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 42/2013 - DL**

Processo Nr.: 96/2013
Data: 10/06/2013

Folha: 2/2

6/6/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Junho de 2013

Valor da Despesa: 1.300,00 (um mil e trezentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato do Contrato Nº. 112/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 112/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 41/2013-PMS - Processo nº. 96/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.688.301/0001-03, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 5234, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de material elétrico para o Pátio do Centro de Eventos Alfredo Passold para a realização do Evento TartorFest. conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Cabo multiplexado quadriplexado 10mm	106	Metros	6,15	651,90
02	Alça pré formada 10mm	6	Peça	1,85	11,10
03	Conector tipo cunha vermelho N.3 16mm	20	Peça	3,70	74,00
04	Tomada externa 2P T 20A	20	Peça	5,40	108,00
05	Mangueira corrugada 3/4" 25mm laranja	50	Metros	1,15	57,50
06	Abraçadeira nylon 200 x 2,5mm preta	100	Peça	0,07	7,00
07	Abraçadeira nylon 400 x 4,8mm branca	100	Unidade	0,27	27,00
08	Conector em termoplástico 10mm por barra	3	Peça	4,50	13,50
09	Kit 3U econômico 25W 220V encand. LLUM	12	Peça	9,75	117,00
10	Soquete engate rápido T8/T10/T12	10	Peça	1,45	14,50
TOTAL R\$ 1.081,50					

Valor do contrato: R\$ 1.081,50 (um mil e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 07/06/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 113/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 113/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 42/2013-PMS - Processo nº. 96/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.111.559/0001-75, estabelecida na Rua Antonio Kochella, nº 143, Ilha da Figueira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.258-470.

Objeto: Constitui o presente contrato o aluguel de 2 (duas) tendas tamanho 10m x10m para apoio ao evento a ser realizado na Escola Clarice Lange Jacobi, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aluguel de tenda tamanho 10m x10m - ferragens em aço galvanizado, pé direito 3 metros de altura, sistema de encaixes com parafusos, altura central de 5 metros, lona em PVC (montagem dia 14/06/2013 e retirada dia 17/06/2013)	02	Unidades	650,00	1.300,00
TOTAL R\$ 1.300,00					

Valor do contrato: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Data da Assinatura: 10/06/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Notificação - Akon Ltda

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 92/12

Fica a empresa AKON LTDA, CNPJ nº 13.228.073/0001-87, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 209 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 2010/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado. Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Ordem de Compra (O.C) Produtos Entrega a O.C. Prazo limite desobedecido

2010/13 Cartucho Recarga Tonner - Modelo HP 1132 - P/Impr. HP

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Laser M1132 - Preto 2010/13 Até o presente momento

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 06 de Junho de 2013.

SAULO ZINI

Setor de Compras

A

Sr. Sander Santos Piffer

AKON LTDA

CNPJ: 13.228.073/0001-87

(48) 3263-7578

Notificação - Gráfica e Editora Jgraf Ltda

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 142

Fica a empresa GRÁFICA E EDITORA JGRAF LTDA, CNPJ nº 07.572.693/0001-36, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 209 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 470/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Ordem de Compra (O.C) Produtos Entrega a O.C. Prazo limite desobedecido

470/13 Envelope 240x340mm na cor branca - 3x0 cor - Papel 90g/m². 470/13 Até o presente momento

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 06 de Junho de 2013.

SAULO ZINI

Setor de Compras

A

Sr. Luis Junior de Cristo

GRÁFICA E EDITORA JGRAF LTDA

CNPJ: 07.572.693/0001-36

(41) 3642-3645

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial 35-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2013

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Produtos Alimentícios para suprir as necessidade do Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, que atende alunos do interior e da Sede do Município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 25 de junho de 2013.

Abertura dos Envelopes : 08:45 horas do dia 25 de junho de 2013.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom

Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 11 de junho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Portaria No 375, de 20 de Maio de 2013-Errata

PORTARIA No 375, DE 20 DE MAIO DE 2013

Designa membros para comporem a Comissão de Avaliação da Valorização de Imóveis, para fins de cálculo da Contribuição de Melhoria, no Município de Timbó, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos II e VII e art.70, Inciso II, alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os artigos 421 e 421-A, da Lei Complementar nº 142/98 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR membros para comporem a Comissão de Avaliação da Valorização de Imóveis, para fins de cálculo da Contribuição de Melhoria, no Município de Timbó:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Titular: Sandra Helena Dalabona

Suplente: Maria Angélica Faggiani

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Titular: Luciana Hartmann

Suplente: Fabiano Martins Adriano

III - REPRESENTANTE DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DE TIMBÓ

Titular: Gerson Oliveira Leal

Suplente: Sandra Remocri Biasi

Art.2º REVOGAR a Portaria nº 628, de 17 de julho de 2009 e alterações.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria Nº FME-09, de 29 de Maio de 2013

PORTARIA Nº FME-09, DE 29 DE MAIO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Fundação Municipal de Esportes-FME

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTE- RAÇÃO	DATA TÉRMINO
Gilberto Rhenius	06, de 28/03/2013	03/06/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 29 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Aviso Abertura Propostas Carta Convite N.º 38 2013 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA

CARTA CONVITE Nº. 38/2013

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da Carta Convite n.º 38/2013, referente à Reforma do Muro da UPE Pinguinho de Gente e Cobertura do Telhado da Escola Erwin Prade, acontecerá no dia 12/06/2013 às 14h35min na sala de licitações da Prefeitura de

Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.
DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES
Presidente da Comissão de Licitações

Aviso Pregão Presencial N.º 01 2013 Funrebompom - Toldo e Porta

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 1/2013 - FUNREBOMPOM

OBJETO: Aquisição de toldo fixo para abrigo de automóveis do Corpo de Bombeiro Militar de Timbó/SC e aquisição e instalação de porta no hall de entrada do Batalhão da Polícia Militar de Timbó/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 26 de junho de 2013. ABERTURA: dia 26 de junho de 2013 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 10/06/2013.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 03 2013 Fumtran - Aquisição de Veículo (Tipo Suv) Para Policiamento de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de veículo (tipo SUV), novo, sem uso, em fase normal de fabricação para atender as necessidades de policiamento de trânsito na cidade de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 25 de junho de 2013. ABERTURA: dia 25 de junho de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 27/05/2013.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 07 2013 Fumtran

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2013

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preço para fornecimento de materiais para implantação e manutenção de sinalização viária de trânsito, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Adam Distribuidora LTDA EPP; Ma-devia LTDA ME e Sinalblu Ind. Com. LTDA.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 54.543,50 (cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/06/2014

Timbó, 10/06/2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 19/2013**

Portaria Nº 19/2013

Prorroga a licença à gestante da servidora Patrícia Xavier, assessora de comunicação da Câmara Municipal de Timbó.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 50, § 3º, II, do Regimento Interno, e com fulcro na Lei Municipal nº 2.559/2012, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a licença à gestante concedida à servidora Patrícia Xavier, assessora de comunicação da Câmara Municipal de Timbó, por sessenta dias, até 1º de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 10 de Junho de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

Tunápolis**PREFEITURA****Edital de Concorrência Nº. 02/2013****JUSTIFICATIVA:**

Considerando que o Município de Tunápolis possui a Lei Municipal 1.120/2013 de 24 de maio de 2013, que "Cria o programa de incentivos para a Habitação, Pró-Casa, através da concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e/ou Cooperativas de Crédito, e contém outras providências", semelhante ao Programa Juro Zero, instituído pelo Governo do Estado de Santa Catarina; Considerando que o objetivo da referida Lei e do presente certame é firmar um Convênio com uma Instituição Financeira e/ou Cooperativa de Crédito que possa efetuar o repasse de recursos financeiros para mutuários do Município de Tunápolis, cabendo ao Município somente o subsídio dos valores correspondentes aos juros remuneratórios dos financiamentos, até o limite de 1,1% (um, vírgula um por cento), pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses para amortização, limitado ao valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mutuário;

Considerando que o Município conforme previsto na Lei 1.120/2013, não assumirá nenhum compromisso, como possíveis juros e multas decorrentes de pagamentos das parcelas mensais não pagas no prazo pelas empresas na Instituição financeira e/ou Cooperativa de Crédito;

Considerando que com a criação do programa Pró-Casa estamos minimizando o déficit habitacional na área de reformas e ampliações de casas no Município;

Considerando que após um levantamento preliminar constatou-se que praticamente não existem linhas de financiamento com juros atrativos para mutuários investir neste setor;

Considerando ainda que o Município já possui a previsão em seu orçamento anual dos valores correspondentes para viabilizar este programa, solicito que seja lançado o devido processo licitatório.

Tunápolis, SC, aos 10 de junho de 2013.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Sec. Adm. Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 65/2013

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 02/2013

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, VISANDO SUBSIDIAR POR PARTE DO MUNICÍPIO OS JUROS DE FINANCIAMENTOS DE MUTUÁRIOS ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ-CASA, nos termos da Lei Municipal 1.120/2013, de 24 de maio de 2013, observadas as regras de licitação estabelecidas pela Lei 8.666/93, sendo que os envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta poderão ser entregues até 15 minutos antes do início da Sessão de Julgamento que ocorrerá dia 12 de julho de 2013, às 09 horas, na Sede da Prefeitura Municipal de Tunápolis, na Rua João Castilho, 111.

Eventuais dúvidas ou lacunas contidas neste Edital serão resolvidas com base na interpretação das disposições da Lei 8.666/93 e Lei Municipal 1.120/2013.

Fazem parte deste Edital, integrando seu conteúdo normativo os seguintes anexos:

Anexo I - Formulário da Proposta.

Anexo II - Minuta do Termo de Convênio.

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação consiste na contratação de Instituição Financeira e/ou Cooperativa de Crédito, visando subsidiar por parte do Município, os juros de Financiamentos de mutuários através do Programa Pró-Casa, apoiando os investimentos para reformas e ampliações de casas, em conformidade com a legislação federal e conforme critérios estabelecidos na Lei 1.120/2013, de 24 de maio de 2013.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação todas as Instituições Financeiras e/ou Cooperativas de Crédito, sendo que o Município somente habilitará propostas até o limite de 1,1% de juro ao mês, desclassificando todas as propostas acima desse percentual.

3. HABILITAÇÃO**3.1 - Habilitação Jurídica:**

3.1.1. Registro Comercial, no caso de Empresa Individual.

3.1.2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

3.2. Qualificação econômico-financeira:

3.2.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei que comprovem a boa situação financeira da Instituição Financeira e/ou Cooperativa de Crédito;

3.2.2. Certidão negativa de falência ou concordata;

3.2.3. Comprovação de Programas próprios da Instituição Financeira e/ou Cooperativa de Crédito, demonstrando que atende a todas as exigências requeridas no presente Edital e na Lei Municipal nº 1.120/2013;

3.3. Regularidade Fiscal

3.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte (CNPJ)

3.3.2. Prova de Regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal.

3.3.3. Prova de Regularidade relativa com a Seguridade Social (INSS, FGTS).

3.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a

Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de agosto de 2011.

3.3.5 A não comprovação de todos os itens solicitados da habilitação, da Qualificação e da Regularidade Fiscal, implica na inabilitação da interessada.

4.4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO.

4.4.1. O envelope nº. 01 contendo a documentação para habilitação terá na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01

ENDEREÇAMENTO: A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

REFERENCIA: DOCUMENTAÇÃO - CONCORRENCIA PUBLICA Nº 02/2013

PARTICIPANTE: Nome/Razão Social.

4.4.2. A documentação poderá ser apresentada em original ou cópia autenticada em órgão oficial, no Tabelionato de Notas, ou por funcionário da Prefeitura, mediante a apresentação dos respectivos originais.

4.4.3. Sob pena de inabilitação os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A proposta será apresentada na forma deste Edital em envelope lacrado em cuja parte externa deverá constar os seguintes dados:

ENVELOPE Nº. 02

ENDEREÇAMENTO: A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

REFERENCIA: PROPOSTA - CONCORRENCIA Nº 02/2013

PARTICIPANTE : Nome/Razão Social.

5.2. A proposta, sob pena de desclassificação, deverá obrigatoriamente ser apresentada acompanhada de programa que possa incluir todas os mutuários de Tunápolis até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mutuário, sem a exigência de contrapartida para a liberação dos financiamentos, especificando a taxa de juro mensal limitada até 1,1%, com prazo estabelecido de 36 meses.

5.3. A proposta deve ser expressa em língua nacional, de forma clara compreensível sem emendas, entrelinhas ou rasuras, datada e assinada.

5.4. O representante legal das licitantes, para poder agir em nome da representada, deverá comprovar essa qualidade através de:

5.4.1. Contrato social desde que ali esteja expressar tal competência;

5.4.2. Ata que comprove a eleição ao respectivo cargo;

5.4.3. Procuração com poderes bastantes para praticar todo e qualquer ato de interesse da representada, inclusive transigir, desistir, renunciar, entre outros poderes.

6. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1 - Na data, horário e local estabelecidos neste Edital, a Comissão de Licitação receberá os envelopes contendo a documentação e as propostas.

6.2 - Após o Presidente da Comissão de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

6.3 - Os documentos retirados do envelope serão rubricados por todos os membros da Comissão de Licitação, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos.

6.4 - Caso a Comissão de Licitação julgue conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, e designará outra, a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, quando também anunciará o resultado da habilitação.

6.5 - Vencida a fase de habilitação, somente serão abertas as

propostas de licitação declaradas habilitadas.

6.6 - Abertos os envelopes das propostas, os respectivos documentos serão rubricados por todos os membros da Comissão e, facultativamente, pelos representantes dos participantes presentes na sessão.

6.7 - Caso a Comissão de Licitação julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, efetuando o julgamento das propostas, sem a presença de todos os representantes dos participantes.

6.8 - O não comparecimento de qualquer dos representantes não impedirá a efetivação da reunião de abertura das propostas, não cabendo aos ausentes o direito de qualquer reclamação, salvo recurso no prazo legal.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

7.1. Será declarada vencedora do certame a proponente que, preenchendo todas as exigências do edital, oferecer a menor taxa de juros por mês de financiamento para as empresas que tiverem interesse em aderir ao Programa Pró-Casa.

7.2. Não serão consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem ofertas de redução sobre propostas concorrentes.

7.4. No caso de empate na pontuação entre duas ou mais das proponentes, o desempate será feito mediante a aplicação de sorteio público.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto às Prefeituras Municipais, por até 2(dois) anos;

8.1.3. Declaração de inidoneidade.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Dos Atos da Administração decorrentes da aplicação deste Edital cabem, na forma da Lei 8.666/93.

10.2. Os recursos serão apresentados por escrito, com explicitação das razões e fundamentos que os sustentem.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. A licitante adjudicada deverá comparecer à Sede da Prefeitura de Tunápolis para a assinatura do Termo de Convênio no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação do ato de homologação e adjudicação, sob pena perda do direito de contratar.

11.2. As interessadas poderão examinar e retirar cópia deste Edital na Prefeitura Municipal de Tunápolis, sito na Rua João Castilho, 111, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

As demais informações e esclarecimentos adicionais, sobre o presente processo licitatório, poderão ser obtidos no mesmo endereço ou através do telefone 0xx49 36421122.

Tunápolis, 10 de junho de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 65/2013

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 02/2013

ANEXO I

FORMULARIO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE:

ENDEREÇO:

CNPJ:

1 - Programa de enquadramento da Instituição Financeira e/ou Cooperativa de Crédito

2 - Taxa de Juros a ser aplicada por mês aos mutuários:

4 - Prazo de liberação após o cumprimento de toda documentação pelos mutuários

Local e data:

Responsável legal da Proponente

ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS DE TUNÁPOLIS E A NO PROGRAMA PRÓ-CASA VISANDO INCENTIVAR A REFORMA E AMPLIAÇÕES DE CASAS NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Enoí Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado MUNICÍPIO, e a , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº , com endereço na , Município de , representada pela Agência de , Estado de Santa Catarina, e por , doravante denominada INSTITUIÇÃO FINACEIRA E/OU COOPERATIVA, celebram o presente Convênio de co-participação, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Cumprimento da Lei Municipal nº 1.120/2013, de 24 de maio de 2013, que criou o programa de incentivos para a Habitação, Pró-Casa, através da concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e/ou Cooperativas de Crédito, visando apoiar mutuários do Município para a reforma ou ampliação de casas, atendidos na seguinte ordem de prioridade:

- Estar residindo pelo menos 03 (três) anos no Município de Tunápolis;

- Estar adimplente com o setor tributário municipal;

- Comprovar a titularidade do Imóvel com escritura pública ou contrato de compra e venda devidamente registrado;

- Comprovar que a contratação de mão de obra seja de Profissionais e Empresas legalizadas no Município e preferencialmente que os materiais de construção sejam em comércios estabelecidos no Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

Parágrafo Primeiro: Para a consecução dos objetivos do presente convênio, o MUNICÍPIO, nos estritos termos da Lei a que se refere a cláusula anterior, compromete-se à:

I) Receber o protocolo dos pedidos dos mutuários interessados;

II) Requerer dos mutuários que anexem ao pedido orçamentos dos investimentos ou projetos visando as reformas ou ampliações de casa;

III) Constituir comissão para análise das solicitações encaminhadas pelos mutuários, sendo que esta comissão será composta de no mínimo cinco elementos, sendo dentre eles um representante do setor da Assistência Social, um representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, um representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e dois representantes da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

IV) Expedir, no caso dos mutuários aprovados pela comissão, Certidão de Aptidão da Municipalidade, a qual deverá ser encaminhada à INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA conveniada;

V) Subsidiar os juros com taxas pré-fixadas, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mutuário aprovados pelo MUNICÍPIO e pela INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA, sendo que o prazo não ultrapassará 36 (trinta e seis meses);

VI) Definir anualmente o número de beneficiados por Linha ou Comunidade, bem como os percentuais para a área urbana e rural do Município.

Parágrafo Segundo: A INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA compromete-se à:

I) Analisar a Certidão de Aptidão expedida pelo MUNICÍPIO, do Mutuário que requerer o financiamento, reservando-se o direito de conceder ou não o financiamento;

II) Se eventualmente ocorrer atraso de pagamento das parcelas mensais, a cobrança dos juros pelo atraso deverá ser feita diretamente ao mutuário beneficiado, isentando o Município de quaisquer ônus ou danos posteriores decorrentes dessa inadimplência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO
O Município efetuará o pagamento mensalmente dos encargos financeiros junto à INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA, através de débito em conta específica para este ato e em conformidade com a relação dos mutuários conveniados entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICIDADE

Qualquer divulgação das atividades decorrentes deste Convênio deverá sempre fazer menção à cooperação ora acordada. A publicidade dos atos praticados em função deste Convênio deverá restringir-se a caráter educativo, técnico-científico ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entra em vigor na data da sua assinatura e se estenderá até o limite permitido pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO

Por iniciativa de qualquer uma das partes convenientes e com a anuência de ambas, o presente Convênio poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alterações, desde que razões de natureza legal, administrativa ou técnica assim aconselhem, preservando-se sempre os objetivos expressos na Cláusula Primeira, bem como poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, desde que o proponente notifique o outro partícipe, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, resguardado aos mutuários já beneficiados com o financiamento o direito ao prazo já fixado, com todas as vantagens previstas neste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução deste Convênio, quando não for possível uma solução consensual, fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga-SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim justas e acordadas, firmam o presente Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, nomeadas e subscritas.

Tunápolis, 10 de junho de 2013.

CONVENIADA

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Testemunhas: _____

Vidal Ramos**PREFEITURA****Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº. 41.2013 - Eventual Contratação de Empresa Para Prestação de Serviços de Máquina**

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 41.2013

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 41.2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARREGADEIRA ARTICULADA ESCAVADEIRA HIDRAULICA, RETROESCAVADEIRA E CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE A SEREM PRESTADOS DE FORMA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O SURGIMENTO DA NECESSIDADE DE APOIO DO REFERIDO EQUIPAMENTO NOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DO DMER, DIMENSÃO MÍNIMA DA MÁQUINA CARREGADEIRA ARTICULADA É: 10.000 KG, A ESCAVADEIRA HIDRAULICA DIMENSÃO MÍNIMO DE 13.000 KG, A RETROESCAVADEIRA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 6.000 KG, CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 12 m³ E CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 14m³. NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2013.

OBS: O equipamento deverá ser disponibilizado em prazo imediato após emissão de requisição por parte do setor competente da prefeitura, sendo que o serviço deverá ser executado nas diversas localidades do território municipal em trabalhos de escavação e remoção de aterro na manutenção do sistema viário.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 41/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 21 DE JUNHO DE 2013, às 09:00 hrs.

LOCAL: Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos 06 de junho de 2013

Prefeito
LAÉRCIO DA CRUZ

Videira**PREFEITURA****Lei Nº 2.926/13**

LEI Nº 2.926/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 2.080 - Manutenção da Saúde no Município
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
97.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 97.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 1.014 - Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
50.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 2.080 - Manutenção da Saúde no Município
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
47.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 97.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.927/13

LEI Nº 2.927/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com o Jeep Clube Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com o Jeep Clube Videira, para a realização da II Etapa da Copa Oeste de Jeep Raid, evento de caráter turístico-cultural, que ocorrerá nos dias 15 e 16 de junho de 2013, com a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo Único - A contribuição fica condicionada à apresentação das Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.928/13

LEI Nº 2.928/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar, ao Lar O Bom Samaritano, recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar, ao Lar O Bom Samaritano, recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, no montante de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.070 - Assistência ao Idoso

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4.320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.929/13

LEI Nº 2.929/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Videira, nos termos da minuta anexa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.929/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Videira, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº , a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, com a finalidade de realizar o Dia de Ação Comunitária da Saúde, envolvendo os cursos de Farmácia e Educação Física, na data de 08 de junho do corrente ano, das 13h00min as 18h00min.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

- I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
- II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, na data de 18 de maio do corrente ano, das 13h00min as 18h00min.
- III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:
- a. Segurança no local do evento;
 - b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data de 08 de junho do corrente ano, das 13h00min as 18h00min, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.
LOURENÇO BECKER UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CAMPUS DE VIDEIRA
Prefeito Municipal Interino Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Lei Nº 2.930/13

LEI N.º 2.930/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo proceder autorização de uso de bem público móvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso de bem público móvel, a título gratuito, de 01 (um) Britador Ambulante FACQ 4230, número de patrimônio nº 19.785, de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela empresa Deon Terraplanagens e Construções Ltda - Me, nos termos da minuta anexa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.930/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, com sede na Rua Alberto Grando, 1884 - Bairro São Cristovão, inscrito no CNPJ sob o nº 05.979.350/0001-65, neste ato representado pelo seu representante, acordam e ajustam, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.930/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização de bem público móvel, a título gratuito, de 01 (um) Britador Ambulante FACQ 4230, número de patrimônio nº 19.785, de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pela DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, com a finalidade de britar rochas localizadas nas proximidades da empresa para o revestimento do pátio melhorando as condições de acesso e trabalho da empresa, a ocorrer em datas previamente agendadas com a Secretaria de Infraestrutura e desde que não exista conflito com a utilização pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

- I. O bem móvel da presente autorização de uso somente poderá ser utilizado para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
- II. A utilização do bem deverá realizar-se, conforme acordado com Secretaria de Infraestrutura, e as despesas com o deslocamento deve ser feita pela empresa,
- III - É de inteira responsabilidade da empresa o uso e conservação do bem público não podendo haver qualquer alteração na estrutura física;
- IV - A entidade não poderá ceder o uso do bem a terceiros, nem

utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 VI - Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a empresa obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
 VII - Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
 VIII. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do bem quando da devolução do mesmo, bem como emitir relatório das datas e horários utilizados pela empresa;
 IX. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer responsabilidade sobre os a utilização do bem móvel, ficando os representantes da empresa inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente nas datas agendadas juntamente com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.
 LOURENÇO BECKER DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA
 Prefeito Municipal Interino Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
 RG:

Nome:
 RG:

Lei Nº 2.931/13

LEI Nº 2.931/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
 02 - Assessoria de Imprensa
 2.004 - Manutenção da Assessoria de Imprensa
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 90.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 90.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá pela anulação da seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
 01 - Assessoria de Gabinete
 2.002 - Manutenção da Chefia de Gabinete
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 90.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 90.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2013.
 LOURENÇO BECKER
 Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
 Secretário de Administração

Lei Nº 2.932/13

LEI Nº 2.932/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
 01 - Departamento de Turismo e Cultura
 2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 78.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 78.500,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá pela anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
 01 - Departamento de Turismo e Cultura
 2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 45.000,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
 01 - Departamento de Turismo e Cultura
 2.056 - Manutenção do Museu
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 10.000,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
 01 - Departamento de Turismo e Cultura
 2.057 - Manutenção da Banda Municipal
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 13.500,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
 01 - Departamento de Turismo e Cultura
 2.058 - Manutenção do Observatório

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 78.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.460/13

DECRETO Nº 10.460/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013
Nomeia Coordenador de Projetos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GABRIEL NUNES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Projetos, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.461/13

DECRETO Nº 10.461/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.926/13, de 06 de junho de 2013,
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 2.080 - Manutenção da Saúde no Município
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
97.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 97.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 1.014 - Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
50.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 2.080 - Manutenção da Saúde no Município
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
47.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 97.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.463/13

DECRETO Nº 10.463/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.932/13, de 06 de junho de 2013,
DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 78.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 78.500,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá pela anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 45.000,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.056 - Manutenção do Museu
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 10.000,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.057 - Manutenção da Banda Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 13.500,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.058 - Manutenção do Observatório

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 78.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.464/13

DECRETO Nº 10.464/13, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 55/2007 e suas alterações e demais disposições legais vigentes,

DECRETA

Art. 1º Fica determinada a Escala de Plantão das Farmácias no Município de Videira, para o período de 13 de abril de 2013 a 14 de setembro de 2013, conforme segue:

13/04/2013 a 20/04/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

20/04/2013 a 27/04/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - FILIAL XV DE NOVEMBRO - Rua XV de Novembro, nº 771

27/04/2013 a 04/05/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

04/05/2013 a 11/05/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL POSTO DE SAÚDE - Rua Padre Anchieta, 1370

11/05/2013 a 18/05/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

18/05/2013 a 25/05/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

25/05/2013 a 01/06/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

01/06/2013 a 08/06/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

08/06/2013 a 15/06/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 65

15/06/2013 a 22/06/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

22/06/2013 a 29/06/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL IV - Rua Coronel Fagundes, 04

29/06/2013 a 06/07/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

06/07/2013 a 13/07/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

13/07/2013 a 20/07/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

20/07/2013 a 27/07/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

27/07/2013 a 03/08/2013 até às 12 horas

RAIA DROGASIL - Rua Saul Brandalise, 270

03/08/2013 a 10/08/2013 até às 12 horas

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR - Rua Saul Brandalise, 120, loja 01.

10/08/2013 a 17/08/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA DEHON - Rua Saul Brandalise, 501

17/08/2013 a 24/08/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - FLORESTA - Rua Bulcão Vianna, 475

24/08/2013 a 31/08/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA DEHON - Rua Coronel Fagundes, 89

31/08/2013 a 07/09/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - Rua Antonio Pinto, 117

07/09/2013 a 14/09/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua João Zardo, 495

14/09/2013 a 21/09/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL Amarante - Rua Professor Joaquim Amarante, 215

21/09/2013 a 28/09/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Severino José Pasqual, 1220

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.439/13.

Videira, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.467/13

DECRETO Nº 10.467/13, DE 07 DE JUNHO DE 2013

Homologa o Regimento Interno da II Conferência Municipal de Cultura de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição

que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o incluso Regimento Interno da II Conferência Municipal de Cultura de Videira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 07 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 37/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013-FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 37/2013-FMS. 1. OBJETO: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS DESENVOLVIDO PELO PROGRAMA DST/HIV/AIDS/HV.. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 28/06/2013 e a abertura da sessão às 14:15 horas do mesmo dia. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br.

Videira/SC, 07 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 81/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2013

O Prefeito Municipal Interino de Videira, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 81/2013. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONCRETO USINADO PARA SER UTILIZADO PELA EQUIPE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, NO CONserto DE PASSEIOS, MUROS E PISOS DE PONTOS DE ÔNIBUS. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 28/06/2013 e a abertura da sessão às 16:15 horas do mesmo dia. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br.

Videira/SC, 10 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato N. 0467/2013

Extrato do Contrato n. 0467/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI DE LIMA STRAUSS

CPF: 564.413.989-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA ANITA LAURITA MEISTERLIM

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0468/2013

Extrato do Contrato n. 0468/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SUZANA DE FÁTIMA SOUZA

CPF: 006.325.109-43

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE CORREA DA ROCHA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 08 de maio de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0472/2013

Extrato do Contrato n. 0472/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FABIANO GONÇALVES DIAS

CPF: 049.126.059-80

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,20 (seiscentos e vinte e dois reais e vinte centavos)

Extrato do Contrato N. 0485/2013

Extrato do Contrato n. 0485/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA APARECIDA MACAGNAN SERPA

CPF: 056.247.719-59

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVANIR SARTOR JORGE EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2013 a 01 de maio de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0492/2013

Extrato do Contrato n. 0492/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEI TEREZINHA CORDEIRO DA SILVA CAMPOS

CPF: 584.101.809-4

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA IVETE ZILDA GALLI

VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0508/2013

Extrato do Contrato n. 0508/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MADALENA DEMORI

CPF: 296.709.779-19

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BEATRIZ STREY EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2013 a 15 de maio de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0516/2013

Extrato do Contrato n. 0516/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SUELI DE JESUS

CPF: 059.334.159-79

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROZANE FÁTIMA MULLER DE FREITAS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2013 a 20 de maio de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0519/2013

Extrato do Contrato n. 0519/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINE SURDI

CPF: 065.485.959-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUANA BARAÚNA EM GOZO DE LICENÇA-GESTÃO

VIGÊNCIA: de 16 de abril de 2013 a 02 de julho de 2013

FUNÇÃO: PSICÓLOGA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.998,38 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos)

Extrato do Contrato N. 0525/2013

Extrato do Contrato n. 0525/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOÃO BATISTA DA FONSECA

CPF: 182.468.429-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0527/2013

Extrato do Contrato n. 0527/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IRACEMA MOREIRA PARANNA

CPF: 005.517.939-88

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de abril de 2013 a 12 de julho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0544/2013

Extrato do Contrato n. 0544/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZABETE NOLL

CPF: 071.785.539-28

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 16 de maio de 2013 a 16 de novembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Edital de Notificação Nº 013/13

Departamento de Tributação

PREFEITURA DE

VIDEIRA**SECRETARIA DE FINANÇAS****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2013**

Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item “c” do Requerimento de Parcelamento, **NOTIFICA** os Contribuintes abaixo relacionados do **CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS** requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ADELAR JOÃO VIAN	534.205.789-20	1967/2009	14/05/2013
ALAN POTERIKO GOMES	051.983.039-33	922/2013	07/06/2013
ALVES E DALLA ZEN LTDA	78.526.274/0001-06	585/2013	07/06/2013
CLAUDINO ZONTA	384.806.119-87	2679/2012	07/06/2013
CLODOMIR GHELLER	949.598.209-00	4167/2012	07/06/2013
CONSTRUTORA JOTA CASTELO LTDA ME	00.569.851/0001-50	1969/2009	14/05/2013
CONSTRUTORA JOTA CASTELO LTDA ME	00.569.851/0001-50	1968/2009	14/05/2013
IRACEMA PERRONE ANSELMO	250.009.189-91	10604/2012	07/06/2013
JOSE CARLOS TELES DE SOUZA	427.632.900-00	15028/2012	07/06/2013
MARIA DORLY DE OLIVEIRA	004.502.249-61	96/2013	07/06/2013
OLISSES BREOLIN	656.748.559-00	169/2013	07/06/2013
ROSETE MARIA NAVA	613.133.439-00	262/2013	07/06/2013
VISTA ALEGRE COMÉRCIO, TRANSPORTES E EMBALAGENS LTDA ME	13.922.702/0001-74	1381/2013	07/06/2013

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 07 de junho de 2013.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

Vitor Meireles

PREFEITURA

Homologação de Licitação 020/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

14 - Pregão: 20/2013

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto ou portaria No. 098/2012,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto da carta convite numero 20/2013, o(s) participante(s):

Vencedores(Valores expressos em R\$)

Fornecedor	Valor
CELIA REGINA W. SANI ME	3.744,00
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	31.779,00
ADL COMERCIAL EIRELI	6.525,00
KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD	6.099,00
LUIS CESAR REIS - EPP	16.991,00

Vitor Meireles (SC), em 03 de junho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 027/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 027/2013

ESTABELECE OS VALORES DE RATEIO DOS RECURSOS DA AGIR REFERENTE AO MUNICÍPIO DE BRUSQUE PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E APROVA O RESPECTIVO CONTRATO DE RATEIO AD REFERENDUM DA ASSEMBLEIA GERAL.

MOACIR POLIDORO, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto e pela Cláusula 24, Inciso VII do Protocolo de Intenções, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 206, de 19.03.2013 do município de Brusque, a qual altera o Parágrafo Único do Art. 10 da Lei nº 3396/11 que trata da Política de Saneamento Básico, dispõe sobre a adesão do município à Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR no modelo consorcial da Lei Federal nº 11.107/05, instituída como consórcio público, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Convocação de Assembleia Geral Extraordinária da AGIR para o dia 06.06.2013, conforme o publicado no DOM/

SC, Edição nº 1.250 - Página 197 de 03.06.2013;

CONSIDERANDO a necessidade de firmar o Contrato de Rateio para o município de Brusque;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado ad referendum da Assembleia Geral, o valor de rateio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR para o município de Brusque, referente ao exercício de 2013 e seu respectivo Contrato de Rateio.

Art. 2º O valor devido proporcionalmente a 8/12 avos, a título de rateio, pelo município de Brusque, nos termos do Artigo 14 e Parágrafos do Estatuto, é o seguinte:

Nº.	Município:	Habitantes:	Cota Mensal R\$	Cota Anual R\$
01	BRUSQUE	105.495	4.219,80	33.758,40

Art. 3º Os depósitos em conta corrente da AGIR das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Parágrafo Único. As cotas devidas referentes aos meses de maio e junho de 2013 poderão ser quitadas juntamente com a cota do mês de julho de 2013.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 03 de junho de 2013.

MOACIR POLIDORO

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº 028/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 028/2013

INSTITUI NUMERAÇÃO DE OFÍCIOS PARA O COM ITE DE REGULAÇÃO DA AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instituição de numeração própria para os ofícios oriundos do Comitê de Regulação da AGIR, visando priorizar a organização e o arquivo destes documentos e, a sua separação da numeração em trâmite dos ofícios da AGIR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 10 de junho de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Resolução Nº 029/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 029/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os

demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento administrativo para verificação do não cumprimento de Cláusula do Convênio de Cooperação para Gestão Associada firmado entre o município de Ascurra e a CASAN, no que se refere à elaboração e execução do Contrato de Programa.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 10 de junho de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

CIS/AMUNESC

Termo Aditamento

TERMOS ADITIVOS - EXTRATOS

Quinto Termo Aditamento ao Contrato nº 031/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Instituto Espaço Clin Diag. Por Imagem Ltda - ME

Objeto: Inclusão no contrato 031/2012 da realização dos seguintes exames por parte da CONTRATADA: doppler colorido e arterial e alteração de cotas dos exames de doppler de carótida para 50/ mês.

Valor anual: R\$ 23.460,00. Vigência: 01/06/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC.

Quarto Termo Aditamento ao Contrato nº 029/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Instituto Espaço Clin Diag. Por Imagem Ltda - ME

Objeto: Inclusão no contrato nº 029/2012 da realização dos seguintes exames por parte da CONTRATADA: exames de ultrassonografia de articulação e redução na oferta de cotas dos exames ultrassonográficos.

Valor anual: R\$ 305.520,00. Vigência: 02/05/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC.

Segundo Termo Aditamento ao Contrato nº 008/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: CAF - Centro de Atendimento Fonoaudiológico Ltda

Objeto: Alteração nos valores das terapias em fonoaudiologia para R\$ 15,00 (por sessão); redução oferta exames BERA.

Valor anual: R\$ 116.474,40. Vigência: 01/06/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC.

Segundo Termo Aditamento ao Contrato nº 037/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Ultraimagem Ultra Sonografia SS Ltda

Objeto: Inclusão no Contrato nº 037/2012 da realização dos seguintes exames: doppler colorido arterial e venoso.

Valor anual: R\$ 144.000,00. Vigência: 01/06/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC.

Segundo Termo Aditamento ao Contrato nº 040/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Clínica de Olhos Dr. Roberto Von Hertwig

Objeto: Alteração da Programação físico/orçamentária do procedimento de Mapeamento de Retina.

Valor anual: R\$ 20.361,60. Vigência: 01/06/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC.

Nono Termo de Aditamento

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Clínica de Neurologia e Especialidades Integradas SS Ltda

Objeto: Inclusão no contrato inicial da realização dos seguintes exames: mapeamento cerebral computadorizado com EEG Digital e Eletroencefalograma em Vigília.

Valor anual: R\$ 2.830,00. Vigência: 01/06/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Sétimo Termo de Aditamento

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Gastrocentro S/C Ltda

Objeto: Reajuste dos procedimentos de colonoscopia e alteração na oferta das cotas dos exames de endoscopia e endoscopia.

Valor anual: R\$ 606.960,00. Vigência: 01/04/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Segundo Termo de Aditamento ao Contrato nº 038/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Ultraimagem Ultra Sonografia SS Ltda

Objeto: Reajuste dos procedimentos de doppler de carótidas.

Valor anual: R\$ 314.000,00. Vigência: 01/04/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Quinto Termo de Aditamento ao Contrato nº 011/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Mastocentro - Centro de Investigação e Tratamento de Mama Ltda

Objeto: Reajuste dos procedimentos de ultrassonografia de mama com biópsia e agulhamento de mama guiado por ultrassonografia.

Valor anual: R\$ 108.000,00. Vigência: 01/04/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato nº 045/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Clínica São Marcos de Radiologia SS Ltda

Objeto: Reajuste do contraste dos exames de RX.

Vigência: 01/04/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Segundo Termo de Aditamento ao Contrato nº 032/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Instituto de Ensino e Assistência Social (IEAS) - Hospital Salvatoriano São Luiz

Objeto: Reajuste dos exames de neurologia e pneumologia.

Vigência: 01/04/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Sexto Termo de Aditamento

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Clínica Pró-Mulher SS Ltda

Objeto: Reajuste dos exames de otorrinolaringologia (Espistaxe e Videoendoscopia Nasal).

Vigência: 01/04/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Quinto Termo de Aditamento

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Clínica Endogin - Serviço de Vídeo-endoscopia Ginecológica Ltda

Objeto: Reajuste dos exames de vídeo-histeroscopia para R\$ 109,00 por exame.

Valor anual: R\$ 39.240,00 Vigência: 01/04/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Nono Termo de Aditamento

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanen

Objeto: Alteração da oferta das cotas das consultas especializadas em oftalmologia para 500/mês.

Valor anual: R\$ 90.000,00 Vigência: 01/05/2013 a 31/12/2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Presidente do CIS/AMUNESC

CITMAR**Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato Nº. 02/2013**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 02/2013

Contratado: Oficina das Palavras Gravadora Ltda ME.

Objeto do Termo Aditivo: Do Objeto - Fica acrescentado no objeto, além daquelas ações já previstas no Contrato Principal as ações pelo CONTRATADO de marketing junto as redes sociais existentes do CITMAR. Parágrafo Único - Cada ação de marketing desenvolvida pelo CONTRATADO em nome do CITMAR, e que envolva custos, deverá ter obrigatoriamente a autorização do CITMAR sobre o

mesmo para eu autorize as despesas provenientes de tal evento, e que não estão incluídas no contrato original firmado. Do Valor - Fica o valor global do contrato acrescido, tendo em vista o acréscimo do objeto conforme Cláusula Primeira deste Termo Aditivo, no valor de R\$ 768,00 (setecentos e sessenta e oito reais). Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 03 de Junho de 2013.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato Nº. 06/2011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 06/2011

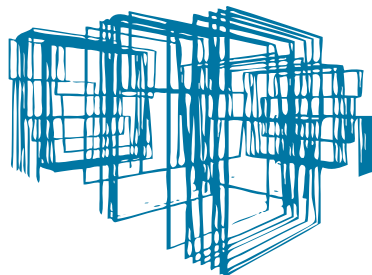
Contratado: Armazena Bem Armazenagem de Documentos Ltda ME.

Objeto do Termo Aditivo: Da Vigência do Presente Contrato - Fica o presente contrato prorrogado pelo prazo de mais 12 (doze) meses, passando a vigorar de 01.06.2013 até 01.06.2014, podendo ser novamente ser prorrogado mediante a vontade das partes. Do Valor - Pela prorrogação da vigência do presente contrato, as partes concordam pelo reajuste do valor do contrato, passando o mesmo a ser no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), que serão pagos mensalmente, devendo o valor ser pago mediante apresentação de nota fiscal em nome da CITMAR todo dia 05 de cada mês. Da Dotação Orçamentária - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária vigente. Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 01 de Junho de 2013.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br